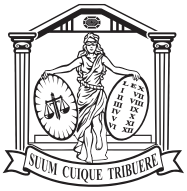
RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Diagnóstico da VIOLÊNCIA DOMÉSTICA no ano de 2020

ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO

CEMULHER

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE MATO GROSSO



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE MATO GROSSO

Gestão 2021 | 2022

Presidente — Desembargadora **Maria Helena Gargaglione Póvoas**

Vice-Presidente — Desembargadora **Maria Aparecida Ribeiro**

Corregedor-Geral da Justiça — Desembargador **José Zuquim Nogueira**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 4

2. APRESENTAÇÃO 5

3. REGULAMENTAÇÃO 7

4. DIVULGAÇÃO 18

4.1.FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO GOOGLE DOCS 22

4.2.PROGRAMAÇÃO E ROTEIRO 23

4.3.CONVITE DO EVENTO 24

4.4.ROTEIRO DO EVENTO 25

5. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO 31

6. RESULTADO DA TABULAÇÃO DOS DADOS 34

6.1.INFORMAÇÕES GERAIS: 35

6.2.PAUTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 35

6.3.DIMENSIONAMENTO AMOSTRAL COM O QUANTITATIVO E PERFIL GERAL DOS PARTICIPANTES 36

6.4.QUANTITATIVO E PERFIL DOS PARTICIPANTES 36

6.5.LISTA DE PRESENÇA DOS PARTICIPANTES 37

6.6.QUANTITATIVO DE VISUALIZAÇÃO ATRAVÉS DO CANAL YOUTUBE 57

6.7.APONTAMENTOS POR TEMA 57

6.8.DELIBERAÇÕES 65

7. PROPOSTA DE METAS 66

7.1.PROPOSTA DE METAS NACIONAIS 67

7.2.PROPOSTA DE METAS ESPECÍFICAS PARA OS TRIBUNAIS ESTADUAIS 67

8. ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 68

9. MATERIAL TAGUIGRÁFICO 114

10. FOTOS 225

11. EVIDÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE ELABORAÇÃO E ENVIO DO MATERIAL GESTÃO PARTICIPATIVA E PROPOSTAS DE METAS AO TJDFT 240

12. MATÉRIAS PUBLICITÁRIAS (DIVULGAÇÃO E PÓS EVENTO) 244

13. ÁREAS ENVOLVIDAS 317

14. AGRADECIMENTO 318

1. INTRODUÇÃO

A Audiência Pública é um instrumento de participação popular e exercício de cidadania, com a finalidade de debater assuntos de interesse público e oportunizar ao cidadão contribuir nos assuntos dizem respeito à vida em sociedade. É um instrumento garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, regulamentado por leis federais, pela Constituição Estadual e leis orgânicas municipais, além da Portaria n. 114/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Constitui-se como um instrumento de participação social, que busca colher informações da população sobre formulação de políticas públicas voltadas para atender demandas da comunidade, formulação de metas nacionais do Poder Judiciário, em processos licitatórios de grande monta, para instruir processos administrativos, para ouvir *experts* em determinada matéria no julgamento de Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADIs pelo Supremo Tribunal Federal - STF, processos de licenciamento ambiental, prestação de contas do Poder Executivo, elaboração de Projetos de Lei pelo Legislativo, entre outras finalidades.

Usualmente, a Audiência pública tem a duração de um período, tem a coordenação de um órgão competente ou um conjunto de entidades, na qual é apresentado um tema e é franqueada a palavra à sociedade local para manifestação.

2. APRESENTAÇÃO

A audiência pública "Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção, trata –se de uma realização do Poder Judiciário de Mato Grosso, por meio da Corregedoria-Geral da Justiça e da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER).

O Evento foi realizado no dia 9 de abril de 2021, no formato virtual com transmissão pela internet através das Plataformas Microsoft TEAMS e disponibilizada pelo Canal do TJMT no YouTube.

2.1 Público alvo:

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado de Mato Grosso, Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso, Órgãos da Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Centro Integrado de Assistência Psicossocial do Estado de Mato Grosso, Centro de Apoio Operacional do Ministério Público Estadual – CAO, Câmara Municipal da Mulher, Secretaria Municipal da Mulher, dentre outras entidades, autoridades, e organizações públicas interessadas, com atuação nesta unidade federativa, principalmente o público em geral.

2. APRESENTAÇÃO

2.2 Objetivo Geral:

Debater o tema **"**Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", visando discutir com a sociedade as diferentes formas de violência doméstica e familiar nesta unidade federativa, em especial ao aumento da violência sexual contra a mulher durante a pandemia e identificar práticas para coibir essa espécie de violência entre pessoas que pertencem a um mesmo ambiente familiar.

Pretende-se, ainda, com Audiência Pública apresentar ao Conselho Nacional de Justiça atividade com ampla participação de Magistrados, Servidores de todos os graus de jurisdição e sociedade, de forma a contribuir para uma gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do CNJ.

2.3 Objetivos Específicos:

- Contribuir para uma gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do CNJ;
- Apresentar ao Conselho Nacional de Justiça propostas de boas práticas no combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- Expandir a atuação da Patrulha Maria da Penha no âmbito do Estado de Mato Grosso;
- Fomentar a ampliação da Rede de Proteção à mulher vítima de violência de gênero.

Diagnóstico da
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
no ano de 2020

3. REGULAMENTAÇÃO

A audiência pública foi regulamentada pelas Portarias Conjuntas n. 295/2021; n. 316/2021 e n. 352/2021 emanadas pela Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA CONJUNTA Nº. 295/2021- PRES/VICE-PRES/CGJ

Dispõe sobre o Regimento Interno da Audiência Pública que será realizada nesta cidade de Cuiabá/MT, de forma virtual, para discutir com a sociedade o tema "Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção" e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO, DESEMBARGADORA MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS, A VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO E PRESIDENTE DA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER - CEMULHER, DESEMBARGADORA MARIA APARECIDA RIBEIRO E O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA, DESEMBARGADOR JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com deliberação nos autos de **CIA nº. 0008380-97.2021.8.11.0000,**

CONSIDERANDO a necessidade de discutir com a sociedade o tema atinente a "Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção";

CONSIDERANDO que a violência doméstica e familiar contra a mulher é praticada entre os membros pertencentes a um mesmo ambiente e, quase sempre, consumado por integrante da família ou por pessoa com quem ela tem relação íntima de afeto;

CONSIDERANDO que, para efeito da Lei nº. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), configura-se violência doméstica e familiar contra a mulher, qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial;

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Maria Helena Gargaglione Póvoas
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código B2B49B19

CONSIDERANDO que a violência doméstica e familiar praticada contra a mulher – nas diferentes formas em que são apresentadas no Brasil e no mundo, principalmente aquela que incide no ambiente familiar -, constitui consequência da evolução histórica de hábitos culturais fundamentados em discursos patriarcais e machistas, de modo que esse desequilíbrio está lastreado em concepções desiguais de gênero que determinam os comportamentos femininos e masculinos tidos como socialmente adequados;

CONSIDERANDO que o tema versa sobre um ato de covardia a ser combatido por todos e que a Lei Maria da Penha é a principal legislação brasileira de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher;

CONSIDERANDO a relevância da união feminina em prol das lutas em defesa dos direitos das mulheres, em nome da sororidade, consubstanciada na aliança, na cumplicidade e na empatia na busca de um mesmo objetivo, ou seja, no combate à violência de gênero, pela igualdade de direitos sociais e profissionais, bem como pelo direito das mulheres ser e agir como lhe aprouver;

CONSIDERANDO que houve o aumento da violência sexual contra a mulher durante o período da Pandemia;

CONSIDERANDO a experiência da Patrulha Maria da Penha no Estado de Mato Grosso, para combate as práticas da violência doméstica e familiar contra a mulher;

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência de gênero;

CONSIDERANDO que os entes púbicos, organismos nacionais e internacionais, instituições de diversas vertentes, imprensa e a sociedade devem assumir um compromisso de não conivência com o problema da violência doméstica

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Maria Helena Gargaglione Póvoas

contra a mulher;

CONSIDERANDO a indispensabilidade da instituição de um regramento da audiência pública que será realizada nesta cidade de Cuiabá/MT, para discussão do tema e diante da proximidade da data prevista para o evento;

RESOLVEM:

Art. 1º. DESIGNAR a data de 26 de março de 2021 para realização da Audiência Pública em que se discutirá o tema "Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", a ser realizada, de forma virtual, com transmissão pela *internet*, por meio da Plataforma *Teams,* através de *link* a ser disponibilizado oportunamente, e pelo *Youtube,* com início às 13 horas e 30 minutos e encerramento às 19 horas, com a participação de membros do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, como a Presidente do e. Tribunal de Justiça Desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas a Vice-Presidente do e. Tribunal de Justiça e Coordenadora do CEMULHER Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, o Corregedor-Geral de Justiça do e. Tribunal de Justiça Desembargador José Zuquim Nogueira e principalmente dos integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher – CEMULHER, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso, Órgãos da Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Centro Integrado de Assistência Psicossocial do Estado de Mato Grosso, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Estado de Mato Grosso, dentre outras entidades, autoridades e organizações públicas interessadas, com atuação nesta unidade federativa, bem como de qualquer pessoa física ou jurídica, sem distinção de qualquer natureza, interessada em contribuir com a temática abordada na

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Maria Helena Gargaglione Póvoas
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código B2B49B19

audiência.

Art. 2º. Instituir o Regimento Interno da Audiência Pública que terá por tema o "Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", a ser realizada pela Corregedoria-Geral da Justiça, passando a fazer parte integrante desta Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 05 de março de 2021.

(documento assinado digitalmente)
Desembargadora MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS
Presidente do Tribunal de Justiça

(documento assinado digitalmente)
Desembargadora MARIA APARECIDA RIBEIRO
Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher - CEMULHER

(documento assinado digitalmente)
Desembargador JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA
Corregedor-Geral da Justiça

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Maria Helena Gargaglione Póvoas
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código B2B49B19

PORTARIA CONJUNTA Nº. 316/2021- PRES/VICE-PRES/CGJ

Altera a Portaria Conjunta nº. 295/2021-PRES/VICE-PRES/CGJ, que dispõe sobre o Regimento Interno da Audiência Pública que será realizada nesta cidade de Cuiabá/MT e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO, DESEMBARGADORA MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS, A VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO E PRESIDENTE DA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER - CEMULHER, DESEMBARGADORA MARIA APARECIDA RIBEIRO E O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA, DESEMBARGADOR JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com deliberação nos autos de **CIA nº. 0008380-97.2021.8.11.0000,**

RESOLVEM:

Art. 1º. Alterar a Portaria Conjunta nº. 295/2021-PRES/VICE-PRES/CGJ, que dispõe sobre o Regimento Interno da Audiência Pública que será realizada nesta cidade de Cuiabá/MT.

Art. 2º. O tema da Audiência Pública prevista na Portaria Conjunta nº. 295/2021-PRES/VICE-PRES/CGJ passa a ser: **"Diagnóstico da Violência Doméstica durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção".**

Art. 3º. O artigo 1º da Portaria Conjunta nº. 295/2021-PRES/VICE-PRES/CGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. DESIGNAR a data de 26 de março de 2021 para realização da

Documento assinado digitalmente por José Zuquim Nogueira, Maria Helena Gargaglione Póvoas, Maria Aparecida Ribeiro

Audiência Pública em que se discutirá o tema "**Diagnóstico da Violência Doméstica durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção**", a ser realizada, de forma virtual, com transmissão pela internet, por meio da Plataforma Teams, através de link a ser disponibilizado oportunamente, e pelo Youtube, com início às 13 horas e 30 minutos e encerramento às 19 horas, com a participação de membros do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, como a Presidente do e. Tribunal de Justiça Desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas a Vice-Presidente do e. Tribunal de Justiça e Coordenadora do CEMULHER Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, o Corregedor-Geral de Justiça do e. Tribunal de Justiça Desembargador José Zuquim Nogueira e principalmente dos integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher – CEMULHER, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso, Órgãos da Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Centro Integrado de Assistência Psicossocial do Estado de Mato Grosso, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Estado de Mato Grosso, dentre outras entidades, autoridades e organizações públicas interessadas, com atuação nesta unidade federativa, bem como de qualquer pessoa física ou jurídica, sem distinção de qualquer natureza, interessada em contribuir com a temática abordada na audiência".

Art. 4º. O artigo 19 do Regimento Interno da Audiência Pública passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19. .....

I - Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia – relatório de dados (a ser apresentado pela Magistrada Maria Mazarelo Farias Pinto);

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Helena Gargaglione Póvoas,Maria Aparecida Ribeiro
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 60715091

II - Eixo 2: Patrulha Maria da Penha – a experiência do Estado de Mato Grosso (a ser apresentado pela Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso Emirela Martins, Coordenadora da Patrulha Maria da Penha);

III - Eixo 3: Tema: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica (a ser apresentado pela Delegada de Polícia Lizzia Ferraro da Delegacia 24 horas para atendimento às vítimas de violência doméstica e sexual de Cuiabá/MT, pela Psicóloga Dra. Jaqueline Vilalba Fernandes e pela Delegada de Polícia Jorzileth Criveletto Magalhães da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá/MT – DEDM/PJC/MT) – 30 minutos."

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 11 de março de 2021.

(documento assinado digitalmente)
Desembargadora MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS
Presidente do Tribunal de Justiça

(documento assinado digitalmente)
Desembargadora MARIA APARECIDA RIBEIRO
Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher - CEMULHER

(documento assinado digitalmente)
Desembargador JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA
Corregedor-Geral da Justiça

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Helena Gargaglione Póvoas,Maria Aparecida Ribeiro
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 60715091

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA CONJUNTA Nº. 352/2021- PRES/VICE-PRES/CGJ

Altera a Portaria Conjunta nº. 316/2021-PRES/VICE-PRES/CGJ, que dispõe sobre o Regimento Interno da Audiência Pública que será realizada nesta cidade de Cuiabá/MT e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, DESEMBARGADORA MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS, A VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO E PRESIDENTE DA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER - CEMULHER, DESEMBARGADORA MARIA APARECIDA RIBEIRO E O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA, DESEMBARGADOR JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com deliberação nos autos de **CIA nº. 0008380-97.2021.8.11.0000,**

RESOLVEM:

Art. 1º. Alterar o art. 1º da Portaria Conjunta nº. 316/2021-PRES/VICE-PRES/CGJ, que dispõe sobre o Regimento Interno da Audiência Pública que será realizada nesta cidade de Cuiabá/MT.

Art. 2º. O artigo 1º da Portaria Conjunta nº. 316/2021-PRES/VICE-PRES/CGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 1º. **DESIGNAR a data de 09 de abril de 2021** para realização da Audiência Pública em que se discutirá o tema "**Diagnóstico da Violência Doméstica durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção**", a ser realizada, de forma virtual, com transmissão pela internet, por meio da Plataforma *Teams*, através de *link* a ser

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Maria Helena Gargaglione Póvoas
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 559CDFA6

disponibilizado oportunamente, e pelo *Youtube*, com início às 13 horas e 30 minutos e encerramento às 19 horas, com a participação de membros do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, como a Presidente do e. Tribunal de Justiça Desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas a Vice-Presidente do e. Tribunal de Justiça e Coordenadora do CEMULHER Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, o Corregedor-Geral de Justiça do e. Tribunal de Justiça Desembargador José Zuquim Nogueira e principalmente dos integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher – CEMULHER, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso, Órgãos da Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Centro Integrado de Assistência Psicossocial do Estado de Mato Grosso, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Estado de Mato Grosso, dentre outras entidades, autoridades e organizações públicas interessadas, com atuação nesta unidade federativa, bem como de qualquer pessoa física ou jurídica, sem distinção de qualquer natureza, interessada em contribuir com a temática abordada na audiência".

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 22 de março de 2021.

(documento assinado digitalmente)
Desembargadora MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS
Presidente do Tribunal de Justiça

(documento assinado digitalmente)
Desembargadora MARIA APARECIDA RIBEIRO
Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher - CEMULHER

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Maria Helena Gargaglione Póvoas
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 559CDFA6

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

(documento assinado digitalmente)
Desembargador JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA
Corregedor-Geral da Justiça

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Maria Helena Gargaglione Póvoas
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 559CDFA6

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REGIMENTO INTERNO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA (PORTARIA CONJUNTA Nº. 295/2021 – PRES/VICE-PRES/CGJ)

O **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO**, por meio do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, representado por sua Presidente, **DESEMBARGADORA MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS**, em conjunto com a **VICE-PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, representada por sua Vice-Presidente e **PRESIDENTE DA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER - CEMULHER, DESEMBARGADORA MARIA APARECIDA RIBEIRO** e **CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, representada pelo **CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA, DESEMBARGADOR JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA,** resolvem realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para debater o tema **"Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção"**, objetivando discutir com a sociedade as diferentes formas de violência doméstica e familiar nesta unidade federativa, de modo a identificar práticas para coibir essa espécie de violência entre pessoas que pertencem a um mesmo ambiente familiar, principalmente no que se refere ao aumento da violência sexual contra a mulher na Pandemia, a experiência da Patrulha Maria da Penha do Estado de Mato Grosso, para combate as práticas da violência doméstica e familiar contra a mulher e a necessidade de desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência de gênero, nos seguintes termos:

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A audiência será promovida e realizada pelo Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, por intermédio do e. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º. A audiência pública terá a finalidade de obter dados, subsídios, informações, sugestões, críticas ou propostas concernentes à violência doméstica e familiar contra

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Maria Helena Gargaglione Póvoas
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 4A87F7C4

a mulher no Estado de Mato Grosso, com o propósito de dar efetividade às políticas contra a violência praticada entre os membros pertencentes a um ambiente familiar em comum, perpetrada, quase sempre, por um integrante da família ou por uma pessoa com quem a mulher tenha relação íntima de afeto.

Parágrafo único: Para a finalidade desta audiência pública, considera-se a definição contemporânea de agressão doméstica como todo e qualquer ato de abuso, seja físico, psicológico, sexual, patrimonial, moral ou econômico, praticado contra a mulher.

Art. 3º. O presente regimento interno estabelece os objetivos, a disciplina, a metodologia e a forma de participação dos interessados na audiência pública a ser realizada no **dia 26 de março de 2021, de forma virtual, com transmissão pela *internet*, por meio da Plataforma *Teams,* através de *link* a ser disponibilizado oportunamente e pelo *Youtube*, com início às 13 horas e 30 minutos e encerramento às 19 horas,** com a participação de membros do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, como a Presidente do e. Tribunal de Justiça Desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, a Vice-Presidente do e. Tribunal de Justiça e Coordenadora do CEMULHER, Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, o Corregedor-Geral de Justiça do e..Tribunal de Justiça Desembargador José Zuquim Nogueira, integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher – CEMULHER, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso, Órgãos da Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Centro Integrado de Assistência Psicossocial do Estado de Mato Grosso, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Estado de Mato Grosso, dentre outras entidades, autoridades e organizações públicas interessadas, com atuação nesta unidade federativa, principalmente o público em geral.

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Maria Helena Gargaglione Póvoas
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 4A87F7C4

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS

Art. 4º. A audiência pública tem por objetivo fomentar o debate com a sociedade e as partes interessadas sobre o tema alvo **"Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção"**, fazendo uso de procedimentos deliberativos e abertos a qualquer pessoa, seja física ou jurídica, com o escopo de realizar a coleta de informações, sugestões e outros elementos que viabilizem a discussão adequada e promovam o alcance dos resultados esperados.

Parágrafo único. Os objetivos a ser atingidos por intermédio da audiência pública serão os seguintes:

I) OBJETIVO GERAL: discutir com a sociedade os problemas da Violência Doméstica no Estado de Mato Grosso em busca de meios para coibir todo tipo de violência praticada entre os membros que integram um ambiente familiar em comum, nos termos do parágrafo único do art. 2º deste regimento.

II) OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) criar espaços de interlocução para estabelecer e ampliar o diálogo do Poder Judiciário com a sociedade, objetivando fornecer dados a respeito do aumento da violência sexual no âmbito familiar durante a pandemia;

b) esclarecer as diferentes formas de violência doméstica contra a mulher praticadas no Brasil e no mundo, principalmente aquela que incide no ambiente doméstico e familiar;

c) informar e colher informações que subsidiem a execução de medidas eficazes

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Maria Helena Gargaglione Póvoas
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 4A87F7C4

atinentes à violação dos direitos da mulher;

d) informar os dados pertinentes a Patrulha Maria da Penha no Estado de Mato Grosso e sua eficácia na fiscalização das medidas protetivas conferidas às vítimas de Violência Doméstica;

e) abordar os aspectos sobre a temática, mediante a aproximação e o debate que contribua para a consolidação dos instrumentos de participação política da sociedade, por meio da discussão acerca do papel do Estado entre os setores interessados da própria sociedade e o Poder Judiciário, viabilizando, assim, o compartilhamento de informações entre parceiros e os demais entes do Poder Público.

TÍTULO II
DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

CAPÍTULO I
DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 5º. A sessão da audiência pública será presidida pela Presidente do e. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, que poderá delegar a outra autoridade judiciária para conduzir os trabalhos, após a composição da mesa.

Art. 6º. Após a composição da mesa e executado o Hino Nacional Brasileiro, a Presidente do e. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso declarará aberta a audiência pública.

Art. 7º. São prerrogativas da Presidência:

I - designar um ou mais secretários para assisti-la;

II - fazer a apresentação de objetivos e regras de funcionamento da audiência, ordenando o curso das manifestações;

III - decidir sobre a pertinência das intervenções orais e das questões formuladas;

IV - dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão,

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Maria Helena Gargaglione Póvoas
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 4A87F7C4

bem como sua reabertura ou continuação, quando reputar conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;

V - alongar o tempo das elocuções, quando considerar necessário e útil.

Art. 8º. São atribuições do Secretário:

I - inscrever os participantes de acordo com a ordem das solicitações;

II - controlar o tempo das intervenções orais;

III - registrar o conteúdo das intervenções;

IV - sistematizar as informações;

V - elaborar a ata da audiência pública;

VI - guardar a documentação produzida na audiência.

CAPÍTULO II
DA INSCRIÇÃO

Art. 9º. A inscrição deverá ser realizada, **exclusivamente pela *internet*, no período de 15 de março de 2021 até às 19h do dia 24 de março de 2021, por meio de um *link* de inscrição que será disponibilizado no aplicativo *Google Docs*, para posterior acesso à Plataforma *Teams*, através de *link* a ser disponibilizado oportunamente.**

Art. 10. É condição para a participação nos debates a prévia inscrição no evento.

§ 1º. A ordem de inscrição determinará a sequência dos debatedores.

§ 2º. Somente será permitida a inscrição de um representante por organização social ou pessoa jurídica.

§ 3º. É facultada a apresentação de documentos na fase de inscrição, os quais ficarão à disposição dos demais participantes para consulta no local das inscrições.

Art. 11. São direitos dos participantes:

I - manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da audiência pública, respeitando as disposições previstas neste regimento;

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Maria Helena Gargaglione Póvoas
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 4A87F7C4

II - debater as questões tratadas no âmbito da audiência pública;

III - apontar os entraves, pontos fracos e sugerir iniciativas visando à efetividade da discussão sobre o tema proposto.

Art. 12. São deveres dos participantes:

I - respeitar o regimento interno da audiência pública;

II - observar o tempo estabelecido para intervenção – (art. 17, par. único) e a ordem de inscrição;

III - preservar o respeito e a civilidade entre os participantes da audiência e seus organizadores.

Art. 13. Durante a sessão da audiência pública será resguardada a participação popular nos termos deste regimento, observado o dever de respeito às instituições públicas envolvidas, não sendo permitidas reclamações contra Juízes, Servidores e Tabeliães decorrentes da prestação dos serviços judiciários e extrajudiciais.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO

Art. 14. À sessão da audiência pública será realizada de forma virtual, com transmissão pela *internet*, por meio da Plataforma *Teams,* através de *link* a ser disponibilizado oportunamente e pelo *Youtube*.

Art. 15. A audiência pública será realizada na forma de exposição e debates orais, conforme disposto neste regimento.

Art. 16. A audiência pública terá a seguinte ordem:

I - apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência;

II - exposição dos temas a ser analisados, sendo 30 (trinta) minutos para apresentação de cada expositor;

III - debates orais;

IV - encerramento.

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Maria Helena Gargaglione Póvoas
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 4A87F7C4

Art. 17. Poderão participar da audiência pública como debatedores quaisquer pessoas físicas, ou representantes de pessoas jurídicas ou organizações sociais que possuam interesse geral na questão objeto da audiência.

Parágrafo único. Os participantes disporão de 05 (cinco) minutos para preleção individual, na qual serão permitidas até duas intervenções orais com duração de 1 (um) minuto cada.

Art. 18. Ao público em geral será permitido formular perguntas por escrito no chat, admitidas a critério do condutor da sessão.

Art. 19. A pauta da audiência pública abrangerá três eixos, devendo os participantes aterem-se aos seguintes temas propostos:

I - Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia – relatório de dados (a ser apresentado pelas Magistradas Maria Mazarelo Farias Pinto e Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa);

II - Eixo 2: Patrulha Maria da Penha – a experiência do Estado de Mato Grosso (a ser apresentado pela Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso Emirela Martins, Coordenadora da Patrulha Maria da Penha);

III - Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica (a ser apresentado pela Delegada Lizzia Kelly Ferraro Noya da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá/MT – DEDM/PJC/MT e pela Psicóloga Jaqueline Vilalba Fernandes).

Art. 20. Concluídas as exposições, debates e intervenções, o Presidente da sessão dará por concluída a audiência pública.

Art. 21. No final da sessão, o Secretário lavrará ata sucinta dos trabalhos.

CAPÍTULO IV

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Maria Helena Gargaglione Póvoas
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 4A87F7C4

DA PUBLICIDADE

Art. 22. A audiência pública será divulgada previamente nos diversos meios de comunicação.

Parágrafo único. Serão permitidas filmagens, gravações e outras formas de registro.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações emitidas no evento ou em decorrência deste têm caráter consultivo e não vinculante, destinando-se a subsidiar a atuação do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso no âmbito das questões afetas ao objeto da audiência pública, no intuito de zelar pelos princípios da reserva legal, da eficiência, da prevenção de litígios e assegurar a participação popular, na forma da lei, na condução dos interesses públicos.

Cuiabá, 05 de março de 2021.

(documento assinado digitalmente)
Desembargadora MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS
Presidente do Tribunal de Justiça

(documento assinado digitalmente)
Desembargadora MARIA APARECIDA RIBEIRO
Vice-Presidente do Tribunal de Justiça

(documento assinado digitalmente)
Desembargador JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA
Corregedor-Geral da Justiça

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Maria Helena Gargaglione Póvoas
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse http://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 4A87F7C4

Diagnóstico da
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
no ano de 2020

4. Divulgação e inscrição

O evento foi divulgado em diversos sites de notícias e redes sociais:

15.03.2021 15:58

Audiência Pública Diagnóstico da Violência Doméstica: faça sua inscrição aqui

(http://www.tjmt.jus.br/intranet.arq/downloads/Imprensa/NoticiaImprensa/image/23%20-%20audiencia%20p%C3%BAblica.jpeg)As inscrições para audiência pública “Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção” começam hoje, dia 15 de março de 2021. Para participar do evento, que será realizado por videoconferência na Plataforma Microsoft Teams e transmitido no canal do Youtube do Judiciário de Mato Grosso, basta preencher o formulário virtual com seus dados. Após efetuá-la, será encaminhado ao participante um link de acesso à plataforma Teams.

Além disso, é importante ressaltar que as inscrições são condição essencial para a participação nos debates e seguem abertas somente até às 19h, do dia 24 de março de 2021. Por isso, não perca!

O evento - A audiência pública será realizada no próximo dia 9 de abril, das 13h30 às 19h, sob coordenação da presidente do Poder Judiciário de Mato Grosso (PJMT), desembargadora Maria Helena Póvoas, da vice-presidente do PJMT e Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher), desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, e do corregedor-geral da Justiça, desembargador José Zuquim Nogueira.

Conforme assegurou a presidente do Poder Judiciário Estadual, a desembargadora Maria Helena Póvoas, em seu pronunciamento de posse, sua gestão tem como compromisso a luta pela equidade de gênero e o combate à violência contra a mulher.

“Esta é a primeira audiência pública da minha gestão e ela vai ao encontro da nossa luta para demonstrar que o respeito à igualdade de gênero não enfraquece a figura masculina, pelo contrário, solidifica uma sociedade mais justa e firme. Por isso, convoco a todas as entidades de classe, militantes da causa e interessados, a se fazerem ouvir neste dia tão importante”, assinala a presidente.

O objetivo - Discutir com a sociedade os diferentes perfis de violência doméstica e familiar que ocorrem no Estado. Pois, desta forma, será possível identificar novas práticas para coibir esta prática dentro do seio familiar, especialmente, durante a pandemia da Covid-19.

Os Eixos de Discussão - A pauta da audiência pública abrangerá três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia – relatório de dados (a ser apresentado pela magistrada Maria Mazarelo Farias Pinto);

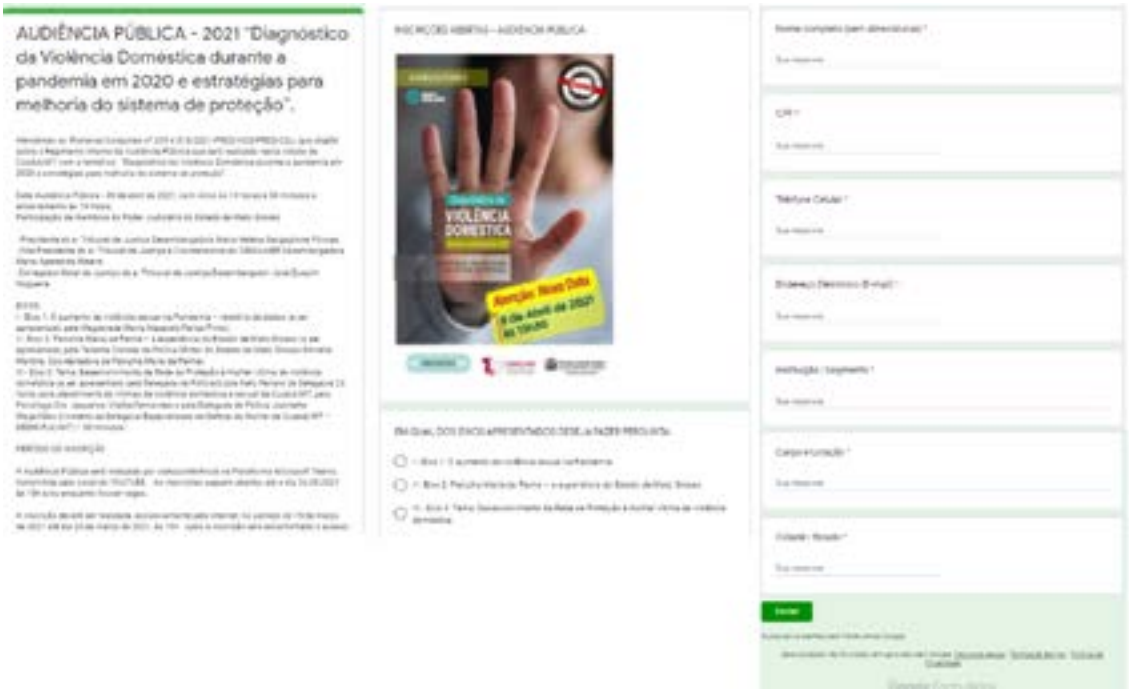
Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica (a ser apresentado pela Delegada de Polícia Lizzia Kelly Ferraro Noya, da Delegacia 24 horas para atendimento às vítimas de violência doméstica e sexual de Cuiabá/MT, pela Psicóloga Dra. Jaqueline Vilalba Fernandes e pela Delegada de Polícia Jozirlethe Magalhães Criveletto, da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá/MT – DEDM/PJC/MT).

Parceiros - Além dos integrantes da Cemulher, também participarão representantes da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania, Secretaria de Estado de Educação, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso, órgãos da Segurança Pública do Estado, Centro Integrado de Assistência Psicossocial do Estado, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Estado, dentre outras entidades, autoridades e organizações públicas interessadas, bem como de qualquer pessoa física ou jurídica, sem distinção de qualquer natureza, interessada em contribuir com a temática abordada na audiência.

Serviço - O quê: Inscrição para audiência pública "Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção"
Quando: 15/03/21 a 24/03/21
Quanto: Gratuito
Onde: Clique AQUI (https://forms.gle/ZQDNENKRDGJeogBQ7) para fazer sua inscrição, preenchendo o Formulário Virtual

Mariana Vianna
Coordenadoria de Comunicação da Presidência do TJMT
imprensa@tjmt.jus.br

4.1 FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO GOOGLE DOCS



4.2 PROGRAMAÇÃO E ROTEIRO

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, Desembargadora **Maria Helena Gargaglione Póvoas**, a Vice-Presidente e Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito do TJMT - CEMULHER, Desembargadora **Maria Aparecida Ribeiro** e o Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador **José Zuquim Nogueira**, convidam para participar da Audiência Pública Virtual: **"Diagnóstico da Violência Doméstica durante a Pandemia em 2020 e Estratégias para Melhoria do Sistema de Proteção"**, a partir das 13h30min, do dia 26 de março de 2021 (sexta-feira), por meio de videoconferência na Plataforma Teams e com transmissão pelo canal oficial do TJMT no Youtube.

PROGRAMAÇÃO

13h30	Cerimônia de abertura (TJMT - CEMULHER - CGJ)
13h50	Informes da Audiência Pública
14h00	**Eixo I: O Aumento da Violência Sexual na Pandemia (relatório de dados)** Palestrante: Dra. MARIA MAZARELO FARIAS PINTO - Juíza da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis
14h30	Perguntas e debate
15h00	**Eixo II: Patrulha Maria da Penha (a experiência do Estado de Mato Grosso)** Palestrante: Ten. Cel. PM. EMIRELLA MARTINS - Coordenadora da Patrulha Maria da Penha
15h30	Perguntas e debate
16h00	**Eixo III: Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica.** Palestrante: Delegada de Polícia LIZZIA KELLY FERRARO - Delegacia 24 horas para atendimento às vítimas de violência doméstica e sexual de Cuiabá/MT
16h20	Perguntas e debate
16h50	Palestrante: Psicóloga JAQUELINE VILALBA FERNANDES - Rede de Proteção à Mulher ACADEPOL/PJC/MT
17h20	Perguntas e debate
17h50	Palestrante: Delegada de Polícia JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO Titular da Delegacia Esp. de Defesa da Mulher de Cuiabá/MT – DEDM/PJC/MT
18h20	Perguntas e debate
18h50	Encerramento

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE MATO GROSSO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

CEMULHER

TJMTOFICIAL

Informações: diagnostico.violencia2020@tjmt.jus.br

4.3 CONVITE DO EVENTO

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, Desembargadora **Maria Helena Gargaglione Póvoas**, a Vice-Presidente e Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito do TJMT - CEMULHER, Desembargadora **Maria Aparecida Ribeiro** e o Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador **José Zuquim Nogueira**, convidam para participar da Audiência Pública Virtual: **"Diagnóstico da Violência Doméstica durante a Pandemia em 2020 e Estratégias para Melhoria do Sistema de Proteção"**, a partir das 13h30min, do dia 26 de março de 2021 (sexta-feira), por meio de videoconferência na Plataforma Teams e com transmissão pelo canal oficial do TJMT no Youtube.

PROGRAMAÇÃO

13h30	Cerimônia de abertura (TJMT - CEMULHER - CGJ)
13h50	Informes da Audiência Pública
14h00	**Eixo I: O Aumento da Violência Sexual na Pandemia (relatório de dados)** Palestrante: Dra. MARIA MAZARELO FARIAS PINTO - Juíza da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis
14h30	Perguntas e debate
15h00	**Eixo II: Patrulha Maria da Penha (a experiência do Estado de Mato Grosso)** Palestrante: Ten. Cel. PM. EMIRELLA MARTINS - Coordenadora da Patrulha Maria da Penha
15h30	Perguntas e debate
16h00	**Eixo III: Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica.** Palestrante: Delegada de Polícia LIZZIA KELLY FERRARO - Delegacia 24 horas para atendimento às vítimas de violência doméstica e sexual de Cuiabá/MT
16h20	Perguntas e debate
16h50	Palestrante: Psicóloga JAQUELINE VILALBA FERNANDES - Rede de Proteção à Mulher ACADEPOL/PJC/MT
17h20	Perguntas e debate
17h50	Palestrante: Delegada de Polícia JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO Titular da Delegacia Esp. de Defesa da Mulher de Cuiabá/MT – DEDM/PJC/MT
18h20	Perguntas e debate
18h50	Encerramento

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE MATO GROSSO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

CEMULHER

TJMTOFICIAL

informações: diagnostico.violencia2020@tjmt.jus.br

4.4 ROTEIRO DO EVENTO

1

ROTEIRO/*SCRIPT* - TJMT / CEMULHER / CGJ (AUDIÊNCIA PÚBLICA)

CIA/Expediente: **010208-31.2021**
DATA: 09-04-2021 (sexta-feira)
HORÁRIO: **Das 13:30h às 19:00h**
AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL: **"Diagnóstico da Violência Doméstica durante a Pandemia em 2020 e Estratégias para Melhoria do Sistema de Proteção"**
AUTORIDADES: **Presid. Desa. MARIA HELENA, Vice Desa. MARIA APARECIDA e CGJ Des. JOSÉ ZUQUIM**
PRESIDENTE DA AUD. PÚB.: **Dra. Christiane da Costa Marques Neves (CGJ)**
MC: **Jhonny Marcus – Locutor da Rádio Estação**
LIBRAS: **Izaura Maciel, Janaine Souza e Regina Vieira - Intérpretes**
Hotsite/Programação: https://audienciapublica.tjmt.jus.br/
Transmissão YOUTUBE: www.youtube.com/user/TVTJMT
Mais informações/matéria: **http://bit.ly/EventoVirtualVD**

VT.1 (00:30) EXIBIÇÃO VÍDEO: "ORGULHO DE FAZER PARTE DESSA HISTÓRIA..."

I. BOAS-VINDAS / AVISOS (13:30h)

MC. *BOA TARDE A TODAS AS PESSOAS QUE NOS ACOMPANHAM POR MEIO DESTA* ***SALA VIRTUAL DA PLATAFORMA TEAMS*** *COMO TAMBÉM PELA* ***TRANSMISSÃO AO VIVO*** *NO CANAL OFICIAL DO TJMT, NO* ***YOUTUBE****;*
- CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DAS ***MEDIDAS DE PREVENÇÃO E BIOSSEGURANÇA*** *EM DECORRÊNCIA DA* ***PANDEMIA DA COVID-19****, ESTA AUDIÊNCIA SERÁ 100% ON-LINE E OBEDECERÁ A UM RITO PRÓPRIO MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO DE* ***VIDEOCONFERÊNCIA****.*

- SENHORAS E SENHORES, POR FAVOR, MANTENHAM ***CELULARES NO SILENCIOSO*** *E/OU NO MODO VIBRACAL DURANTE A AUDIÊNCIA PÚBLICA;*
- SOLICITAMOS TAMBÉM QUE MANTENHAM SEUS ***MICROFONES DESABILITADOS*** *E APENAS O VÍDEO ABERTO;*
- INFORMAR E AGRADECER A PARTICIPAÇÃO DAS INTÉRPRETES DE LIBRAS;
- PELA ATENÇÃO, AGRADECEMOS!!!

II. ABERTURA OFICIAL (13:31h)
*** Sem Hino Nacional**

MC.: *EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES, SENHORAS E SENHORES, SEJAM MUITO BEM-VINDAS TODAS AS PESSOASQUE NOS ASSITEM NESTA TARDE!*
- ***ANUNCIAMOS O INÍCIO*** *DA* ***AUDIÊNCIA PÚBLICA: "DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA EM 2020 E ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DOS SISTEMA DE PROTEÇÃO***

- Este evento é uma realização do Poder Judiciário de Mato Grosso, por meio da Corregedoria -Geral da Justiça e da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER)
- ***Objetivo:*** *Discutir com a sociedade os diferentes perfis de violência doméstica e familiar que ocorrem no Estado, de forma a possibilitar identificação de novas*

práticas para coibir a prática dentro do ambiente familiar, especialmente, durante a pandemia da Covid-19.

III. REGISTRO DE PRESENÇAS - DISPOSITIVO (13:32h)

MC.: *ANUNCIAMOS A COMPOSIÇÃO DO DISPOSITIVO VIRTUAL DE HONRA...*

1. A EXMA. DESA. ***MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS****, Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso*
2. A EXMA. DESA. ***MARIA APARECIDA RIBEIRO,*** *Vice-Presidente do TJMT e Coordenadora da CEMULHER - Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito do Tribunal de Justiça*
3. O EXMO. DESEMBARGDOR ***JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA****, Corregedor-Geral da Justiça do TJMT e Organizador desta Audiência Pública*
Demais registros (...)
**** Registramos E agradecimentos de autoridades/órgãos representadas***

IV. FALAS (13:35h)
*** PRESIDENTE DO TJMT, VICE-PRESIDENTE E COORD. DA CEMULHER E O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA**

MC.:
1. PARA A ABERTURA OFICIAL, ouviremos o pronunciamento da Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, a EXMA. DESA. ***MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS***

2. CONVIDAMOS para proferir suas palavras a Vice-Presidente do TJMT e Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEMULHER, a EXMA. DESA. ***MARIA APARECIDA RIBEIRO***

3. FARÁ USO DA PALAVRA, o Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, o EXMO. DESEMBARGDOR ***JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA***
(Passa a presidência dos trabalhos para a Dra. Christiane)

VT.1 (02:12) EXIBIÇÃO VÍDEO: "CAMPANHA QUEBRE O CICLO" - Comunicação

V. PRESIDÊNCIA DOS TRABALHOS E LEITURA DO REGRAMENTO (13:50h)

MC.: A **Audiência Pública** pretende debater e definir estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de atendimento. Tem por finalidade obter dados, subsídios, informações, sugestões, críticas ou propostas concernentes à violência doméstica e familiar contra a mulher.
Observação: Para a finalidade desta audiência pública, considera-se a definição contemporânea de agressão doméstica como todo e qualquer ato de abuso, seja físico, psicológico, sexual, patrimonial, moral ou econômico, praticado contra a mulher.

MC.: *NESTE MOMENTO, PASSAREMOS AOS TRABALHOS DO EVENTO. PARA PRESIDIR ESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA, COM A PALAVRA A* ***DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES****, JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA*

(Acolhimento às palestrantes e participantes inscritos, como também agradecer as pessoas que acompanham pela transmissão virtual)

DRA CHISTIANE

** Registro na pessoa da Sra.* ***SERVIDORA****, (cargo ou função), e agradecemos o de toda a equipe da CEMULHER*

** Registramos... na pessoa do* ***Sr. FLAVIO DE PAIVA PINTO****, Coordenador da Corregedoria-Geral da Justiça, e agradecemos o de toda a equipe da CGJ*

VI. INFORMES - LEITURA DO REGRAMENTO (13:55h)

MC.: *PEDIMOS AOS PARTIPANTES ESPECIAL ATENÇÃO À LEITURA DO REGRAMENTO DESTA DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA*

- SENHORAS E SENHORES, POR FAVOR, MANTENHAM ***CELULARES NO SILENCIOSO*** *E/OU NO MODO VIBRACAL DURANTE A AUDIÊNCIA PÚBLICA;*
- ÀS PARTICIPANTES QUE ESTÃO ON-LINE PELA ***PLATAFORMA****, PEDIMOS QUE MANTENHAM – APENAS – OS* ***VÍDEOS HABILITADOS****;*
- LEMBRAMOS QUE O ***AÚDIO PERMANECERÁ BLOQUEADO*** *E SERÁ LIBERADO SOMENTE DURANTE O* ***QUESTIONAMENTO****, CUJO TEMPO SERÁ DE* ***ATÉ 2MIN*** *CONFORME CRONÔMETRO EM TELA;*
- INFORMAMOS QUE AS INSCRIÇÕES PARA QUESTIONAMENTO NOS RESPECTIVOS EIXOS TEMÁTICOS FORAM ESGOTADAS AINDA NA PRIMEIRA SEMANA DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO EVENTO, POIS ATINGIMOS O NÚMERO MÁXIMO PERMITIDO NA PLATAFORMA;
- DE TODO MODO, NOVOS QUESTIONAMENTOS PODERÃO SER ENCAMINHADOS PELO BATE-PAPO OU PELO CHAT DA TRANSMISSÃO NO YOUTUBE;
- PELA ATENÇÃO, AGRADECEMOS!

VII. PALESTRAS (DEBATES)

PRIMEIRA PALESTRA (14:00h)

Eixo I: O Aumento da Violência Sexual na Pandemia (relatório de dados)

Palestrante: Dra. MARIA MAZARELO FARIAS PINTO

*** Juíza da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis;**

- Juíza de Direito Titular da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Rondonópolis desde 19/12/2016 e, cumulativamente da Justiça Comunitária desde 16/12/2016, através da Portaria nº 002/2016-JC/PRES, tendo jurisdicionado anteriormente na Vara

Especializada da Fazenda Pública de Rondonópolis por 12 (doze) anos e nas Comarcas de Dom Aquino, Jaciara, Campo Verde e Barra do Garças, onde foi Juíza Eleitoral em três oportunidade;
- Ainda nestas Comarcas teve a oportunidade de desenvolver os seguintes Projetos: Projeto Cidadão (Comarca de Dom Aquino), Projeto Desabrochar e Projeto Portas Abertas (ambos na Comarca de Rondonópolis) e ainda o recente Projeto "Vencendo as Fronteiras" criado pela magistrada durante a Pandemia da Covid-19 no âmbito da Justiça Comunitária;
- Formada em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso e Especialista com Título de MBA em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas e Escola Superior da Magistratura do Estado de Mato Grosso – ESMAGIS/MT.

* Com a palavra, a **Dra. MAZARELO do TJMT**

*** Perguntas e debate (14:30h às 15:00h)**

***MC – ABRIR PRIMEIRO DEBATE PARA SETASC, PRIMEIRAS-DAMAS, OAB, MPMT, DPMT**

(MC – Convocação nominal de pessoas inscritas)

SEGUNDA PALESTRA (15:00h)
Eixo II: Patrulha Maria da Penha (a experiência do Estado de Mato Grosso)

Palestrante: **Ten. Cel. PM - EMIRELA MARTINS**
* Coordenadora da Patrulha Maria da Penha

- A Tenente Coronel da PMMT é Cuiabana e é graduada em Segurança Pública
Pós- graduada em Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos pela UFMT, Especialista em Gestão de Segurança Pública, Especialista Lato Sensu em Política Estratégica e Desenvolvimento Regional Aplicado a Segurança Pública pelo Curso Superior de Polícia com ênfase em Estudo de Comando e Estado Maior;
- Atualmente, é pós-graduanda em Planejamento e Gestão de Projetos de Prevenção à Violência Contra a Mulher e mestranda em Violência Doméstica y de Género pelo Instituto Europeo Campus Stellae;
- Ativista feminina e atual presidente BPW Várzea Grande, tem 22 anos de experiência pela Polícia Militar atuando na segurança pública no Estado de Mato Grosso, principalmente nas temáticas de violência doméstica e policiamento comunitário;
- Desempenha o cargo de Coordenadora de Polícia Comunitária e Direitos Humanos e Coordenadora Estadual do Programa de Policiamento Patrulha Maria da Penha, ambos pela Polícia Militar.

* Com a palavra, a **Cel. EMIRELLA da PMMT**

*** Perguntas e debate (15:30h às 16:00h)**

(MC – Convocação nominal de pessoas inscritas)

**** MC – REFORÇAR A REGRAMENTO/PROGRAMAÇÃO PARA O TERCERIRO EIXO**

TERCEIRA PALESTRA (16:00h)
Eixo III: Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica

16:00h às 16:20h – Palestrante 1:
Dra. LIZZIA KELLY FERRARO

*** É Delegada da Delegacia de Polícia Plantão 24 horas para atendimento às vítimas de violência doméstica e sexual de Cuiabá/MT;**
(falta formação acadêmica e profissional)
- Graduada em Direito pela Universidade de Cuiabá, possui pós-graduação em Direito Tributário;
- Tomou posse no cargo de Delegada em agosto/2017;
- Atuou como titular das Delegacias dos respectivos municípios: Alto Boa Vista, Luciara, Novo Santo Antônio, Pontes e Lacerda e São Felix do Araguaia.

*** Para tratar do sub-tema: "Acolhimento e primeiro atendimento às vítimas de violência doméstica", a Dra. LIZZIA FERRARO**

*** Perguntas e debate (16:20h às 16:50h)**
(MC – Convocação nominal de pessoas inscritas)

16:50h às 17:20h – Palestrante 2:
Dra. JAQUELINE VILALBA FERNANDES
*** Psicóloga da Rede de Proteção à Mulher DEDM/PJC/MT;**
- Graduada pela UNIC-Cuiabá, pós-graduada em Gestão e Desenvolvimento de Pessoas pela Fundação Getúlio Vargas. Já atuou como Gerente de Recursos Humanos no SENAC/MT;
- Atuou como psicóloga no CAPS AD, no CREAS e como psicóloga credenciada na vara da Infância e Juventude da Comarca de Várzea Grande-MT. Psicóloga efetiva da Polícia Judiciária Civil desde 2014, onde já atuou na DEDDICA, DEA, Delegacia da Mulher, Criança e Idoso de Várzea Grande-MT. Atualmente é psicóloga da ACADEPOL (Academia de Polícia Civil de MT);
- É conselheira presidente da comissão de orientação e fiscalização do CRP18 /MT (atual plenário gestão 2020 a 2022), membro da Rede Protege de VG e da Rede de Enfrentamento a violência contra mulher de VG desde 2018.

*** Para tratar do sub-tema: "A Importância da rede de proteção no atendimento a mulher vítima de violência doméstica", a Dra. JAQUELINE FERNANDES**

*** Perguntas e debate (17:20h às 17:50h)**
(MC – Convocação nominal de pessoas inscritas)

17:50h às 18:20h – Palestrante 3:
Dra. JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO
*** Delegada Titular da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá/MT – DEDM/PJC/MT;**
- Cuiabana, graduada pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), atuou na Advocacia durante 5 (cinco) anos;
- É Especialista em Gestão de Segurança Pública, pela UFMT, possui MBA em Planejamento Tributário e é pós-graduada em Direito Penal e Processo Penal, Processo Civil e Processo do Trabalho;
- Possui aperfeiçoamentos nas áreas de Medidas Cautelares, Inteligência de Segurança Pública, Liderança e Gerenciamento, Psicologia da Violência, Violência contra à mulher e Grupos Vulneráveis;
- Há 19 (dezenove) anos É DELEGADA DE POLÍCIA atuante na área da violência doméstica quando implantou o Núcleo de Atendimento à Mulher no CISC-Coxipó permanecendo até 2009 e passou a integrar a equipe da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá;

- Desde 2014 ocupa a função de Titular da unidade;
- É membro titular de Conselho, Câmaras e Comitê: do Conselho Estadual e Municipal dos Direitos da Mulher, da Câmara Temática de Violência contra à Mulher da ALMT de MT, Presidente da Câmara Temática de Defesa da Mulher da Secretaria de Segurança Pública do Estado e é líder do Comitê de Combate a Violência do Grupo Mulheres do Brasil, Núcleo Cuiabá;
- Atua ainda, como expositora e multiplicadora de conhecimentos sobre violência contra à mulher.

*** Para tratar do sub-tema: "O Funcionamento da Rede de Proteção de Cuiabá", a Dra. JOZIRLETHE CRIVELETTO**

*** Perguntas e debate (18:20h às 18:50h)**

(MC – Convocação nominal de pessoas inscritas)

VIII. ENCERRAMENTO

MC.: *PARA AS CONSIDERAÇÕES FINAIS, SOB A PRESIDÊNCIA DA JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA,* ***DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES****, CONVIDAMOS TAMBÉM, AS SEGUINTES AUTORIDADES E/OU REPRESENTAÇÕES...*

(...)

Registros e agradeciomentos...

Das por encerrada

MC.: *AGRADECEMOS E DESEJAMOS A TODAS A PESSOAS QUE NOS ACOMPANHARAM ATÉ O PRESENTE MOMENTO, UM EXCELENTE E FELIZ FIM DE SEMANA! FIQUEM AGORA COM A HOMENAGEM DO TJMT PELOS 302 ANOS DE CUIABÁ. BOA NOITE!!!*

VT.3 (01:32) EXIBIÇÃO VÍDEO: "CORAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL..."

Diagnóstico da
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
no ano de 2020

5. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O Tema “Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção” está alinhado aos Macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 do Conselho Nacional de Justiça nos seguintes eixos:

- Garantia dos direitos fundamentais;
- Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade;

No âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, o tema em debate está inserido nos seguintes objetivos do Planejamento Estratégico Participativo 2021-2026 do Tribunal de Justiça de Mato Grosso:

- Garantir maior efetividade na prestação jurisdicional;
- Aprimorar os segmentos da justiça e fortalecer a atuação nas mediações e conciliações;

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE MATO GROSSO

MISSÃO: "Solucionar conflitos, garantindo a prestação jurisdicional efetiva e transparente buscando a pacificação social e a manutenção do Estado democrático".

VISÃO DE FUTURO: "Até 2026 ser uma justiça inclusiva, moderna e resolutiva para toda a sociedade".

ATRIBUTOS DE VALOR: Respeito ao cidadão | Acessibilidade | Imparcialidade | Integridade | Efetividade | Transparência | Sustentabilidade

Jurisdicionado

Poder Público e Sociedade

Garantir a celeridade do atendimento, assegurando a confiabilidade e satisfação dos serviços prestados

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL E IMAGEM

Fortalecer a imagem do PJMT fomentando ações de comunicação e de articulação

- Proativa, efetiva e prospectiva
- Junto à sociedade entre os poderes, instituições, entidades e órgãos superiores

GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Fortalecer a governança institucional viabilizando a integridade do PJMT

- Alinhamento entre os níveis hierárquicos
- Gestão de riscos
- Compliance e privacidade
- Governança de TIC

Implementar a gestão do conhecimento e desenvolver práticas de inteligência competitiva

- Retenção e disseminação do conhecimento
- Transformação de dados em conhecimento

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Garantir maior efetividade na prestação jurisdicional

- Redução do tempo de tramitação e do acervo processual
- Capilaridade (postos avançados e justiça itinerante)

Assegurar a transformação digital do negócio

Aprimorar os segmentos da justiça e fortalecer a atuação nas mediações e conciliações

- Centros de inteligência e diálogo
- Justiça comum, criminal e juizados especiais Justiça multiportas

PROCESSOS INTERNOS

EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE

Garantir a eficiência da arquitetura organizacional com foco em resultados

- Gestão por processos direcionando a alocação das pessoas e competências, estrutura física e requisitos de TIC

Adotar programas e práticas de ustentabilidade nas rotinas avançando no desenvolvimento sustentável

- Gestão por processos direcionando a alocação das pessoas e competências, estrutura física e requisitos de TIC

PESSOAS, CULTURA E COMUNICAÇÃO

Implementar a gestão estratégica de pessoas

- Saúde e bem estar,atração e retenção
- Desempenho e valorização da carreira
- Desenvolvimento e capacitação orientadas ao negócio

Assegurar a gestão da mudança com foco na cultura de inovação transformação

- Comunicação interna efetiva

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Fortalecer a estratégia e a infraestrutura de TIC, assegurando a transformação necessária ao negócio

- **Inteligência artificial**
- **Interação com os serviços e-Gov**
- **Segurança da informação**

Viabilizar os recursos, orçamentários e financeiros, necessários para a manutenção e atendimento das novas demandas

RECURSOS

- Fontes alternativas de financiamentos à novos investimentos

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS:

Centralidade no cliente | Foco no resultado | Ética | Respeito ao próximo | Comprometimento com a instituição | Cultura da inovação | Proatividade | Corresponsabilidade | Cooperação | Flexibilidade

Diagnóstico da
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
no ano de 2020

6. RESULTADO DA TABULAÇÃO

6. RESULTADO DA TABULAÇÃO DOS DADOS

6.1 Informações gerais:

- CIA/Expediente: 010208-31.2021
- Data: 09-04-2021 (sexta-feira)
- Horário: Das 13:30h às 19:00h
- Autoridades:
    - Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso - Desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas,
    - Vice - Presidente do Tribunal de Justiça Mato Grosso e Coordenadora do CEMULHER - Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro;
    - Corregedor Geral da Justiça - Desembargador José Zuquim Nogueira,
    - Desembargadora Maria Erotides Kneip
    - Presidente Da Audiência Pública: Dra. Christiane da Costa Marques Neves Juiza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça
- Mestre de Cerimônias: Jhonny Marcus – Locutor da Rádio Estação
- Intérpretes de Libras: Izaura Maciel, Janaine Souza e Regina Vieira
- Transmissão plataforma Microsoft Teams
- Transmissão YOUTUBE: www.youtube.com/user/TVTJMT
- E-mail: diagnostico.violencia2020@tjmt.jus.br
- Informações: matéria: http://bit.ly/EventoVirtualVD

6.2 Pauta da Audiência Pública

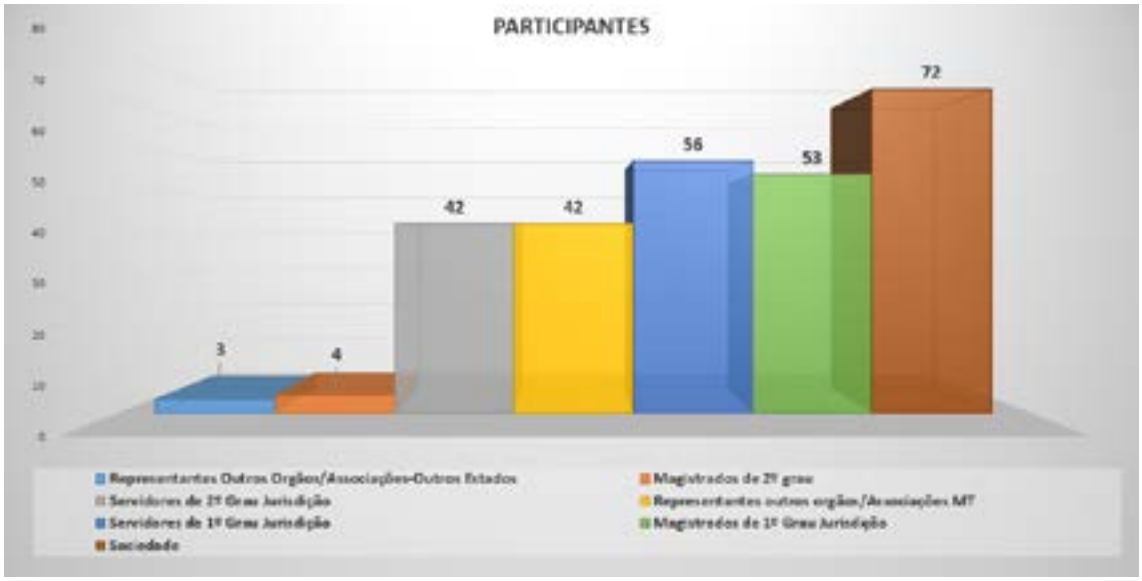
A Pauta da Audiência Pública foi composta por três eixos:

- **Eixo 1:** O aumento da violência sexual na Pandemia – relatório de dados, apresentado pela magistrada Maria Mazarelo Farias Pinto;
- **Eixo 2:** Patrulha Maria da Penha – a experiência do Estado de Mato Grosso, apresentado pela Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso Emirela Martins, Coordenadora da Patrulha Maria da Penha;
- **Eixo 3:** Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica, apresentado pelas Delegadas de Polícia Lizzia Ferraro, da Delegacia 24 horas para atendimento às vítimas de violência doméstica e sexual de Cuiabá/MT e Jorzileth Criveletto Magalhães da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá/MT – DEDM/PJC/MT; e pela Psicóloga Dra. Jaqueline Vilalba Fernandes.

6.3 Dimensionamento Amostral com o Quantitativo e Perfil Geral Dos Participantes

Dimensionamento amostral com quantitativo geral dos participante	
PÚBLICO	**AMOSTRA**
Magistrados do 1º grau de jurisdição	53
Magistrados do 2º grau de jurisdição	04
Servidores do 1º grau de jurisdição	56
Servidores do 2º grau de jurisdição	42
Representantes de outros órgãos/associações do MT	42
Representantes de órgãos, associações – Outro Estado	03
Sociedade	72
TOTAL DE PARTICIPANTES	**272**

6.4 Quantitativo e Perfil dos Participantes



Total de Participantes - 272

6.5 Lista de Presença dos Participantes

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Corregedoria-Geral da Justiça

Relatório de Presença

Audiência Pública – Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 – Estratégia para Melhoria do Sistema de Proteção.

1. Lista de Presença de Magistrados 2º Grau

	Nome completo (sem abreviaturas)	Instituição / Segmento	Perfil dos Participantes
1	Maria Helena Gargaglione Povoas	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 2º grau de jurisdição
2	Maria Aparecida Ribeiro	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 2º grau de jurisdição
3	José Zuquim Nogueira	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 2º grau de jurisdição
4	Maria Erotides Kneip	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 2º grau de jurisdição
Total	04		

2. Lista de Presença Magistrados 1º Grau Jurisdição

	Nome completo (sem abreviaturas)	Instituição / Segmento	Perfil dos Participantes
1	Adalto Quintino da Silva	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
2	Adriana Sant'Anna Coningham	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
3	Alcindo Peres da Rosa	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
4	Amini Haddad Campos	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição

5	Ana Cristina Silva Mendes	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
6	Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
7	Anderson Candiotto	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
8	Angela Maria Janczeski Góes	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
9	Antônio Fábio da Silva Marquezini	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
10	Aristeu Dias Batista Vilella	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
11	Aroldo Jose Zonta Burgarelli	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
12	Bruno César Singulani França	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
13	Carlos Eduardo de Moraes e Silva	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
14	Caroline Schneider Guanaes Simoes	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
15	Cassio Leite De Barros Netto	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
16	Christiane Da Costa Marques Neves	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
17	Conrado Machado Simão	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
18	Cristhiane Trombini Puia Baggio	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição

19	Cristiane Padim da Silva	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
20	Daiane Marilyn Vaz	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
21	Daiene Vaz Carvalho Goulart	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
22	Dante Rodrigo Aranha da Silva	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
23	Darwin De Souza Pontes	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
24	Diego Hartmann	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
25	Edna Ederli Coutinho	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
26	Eduardo Calmon de Almeida Cezar	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
27	Elmo Lamoia de Moraes	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
28	Evandro Juarez Rodrigues	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
29	Fabrício Sávio da Veiga Carlota	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
30	Fernando Kendi Ishikawa	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
31	Glenda Moreira Borges	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
32	Graciene Pauline Mazeto Corrêa da Costa	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
33	Henriqueta Fernanda C A F Lima	Poder Judiciário do Estado de Mato	Magistrado do 1º grau de jurisdição

		Grosso	
34	Ítalo Osvaldo Alves da Silva	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
35	Jamilson Haddad Campos	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
36	Janaina Rebucci Dezanetti	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
37	Juliano Hermont Hermes da Silva	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
38	Kátia Rodrigues Oliveira	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
39	Leonisio Salles de Abreu Junior	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
40	Luciana Braga Simão Tomazetti	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
41	Marcelo Sousa Melo Bento de Resende	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
42	Maria Mazarelo Farias Pinto	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
43	Mauricio Alexandre Ribeiro	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
44	Paulo Marcio Soares Carvalho	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
45	Rafael Depra Panichella	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
46	Rafael Siman Carvalho	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
47	Raul Lara Leite - Juiz de Direito	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição

48	Renato José de Almeida Costa Filho	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
49	Suelen Barizon Hartmann	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
50	Tatiane Colombo	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
51	Thatiana dos santos	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
52	Tiberio de Lucena Batista	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
53	Vagner Dupim Dias (Juiz de Direito)	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Magistrado do 1º grau de jurisdição
Total	53		

3. Lista de Presença de Servidores 1 º Grau

	Nome completo (sem abreviaturas)	Instituição / Segmento	Perfil dos Participantes
1	Alexandre Taborda Costa	14ª Vara Criminal de Cuiabá	Servidor do 1º grau de jurisdição
2	Ana Carolina Tozo da Costa	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Servidor do 1º grau de jurisdição
3	Ana Claudia Amorim Lima	JECRIM - Varzea Grande	Servidor do 1º grau de jurisdição
4	Ananda Rigui Trentin	1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Servidor do 1º grau de jurisdição
5	Brunna Mellissa Pinheiro Moreira	Vara da Violência Doméstica Rondonópolis/MT	Servidor do 1º grau de jurisdição
6	Camila Kazue Fujimoto	Fórum de Cáceres	Servidor do 1º grau de jurisdição
7	Celia Aparecida Matos da Silva	Comarca de Peixoto de Azevedo	Servidor do 1º grau de jurisdição

8	Cibelly Rella de Almeida	Fórum de Cuiabá	Servidor do 1º grau de jurisdição
9	Danusa Regina Filgueira Beserra	Fórum comarca de Cuiabá	Servidor do 1º grau de jurisdição
10	Edna Máxima de Oliveira	Vara Justiça da Infância e Juventude/Cuiabá/MT	Servidor do 1º grau de jurisdição
11	Eliane Dias	Fórum comarca de Cuiabá	Servidor do 1º grau de jurisdição
12	Francislene Santos Vilela Pinto	Fórum da Capital/Núcleo de Execução Penal	Servidor do 1º grau de jurisdição
13	Jeverson Quintieri	2a Vara Esp. em Violência Doméstica	Servidor do 1º grau de jurisdição
14	Joana Aparecida Fernandes Santos	Fórum	Servidor do 1º grau de jurisdição
15	Joana De Sene Faria Amorim	Fórum Jaciara	Servidor do 1º grau de jurisdição
16	Joana Fernandes Santos	Fórum	Servidor do 1º grau de jurisdição
17	José Henrique Policarpo	Fórum	Servidor do 1º grau de jurisdição
18	Juliana Aparecida Arantes de Souza	Fórum	Servidor do 1º grau de jurisdição
19	Kalia Miranda	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Servidor do 1º grau de jurisdição
20	katia Flavia Bee	Comarca de Terra Nova do Norte	Servidor do 1º grau de jurisdição
21	Lener Leopoldo da Silva Coelho	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Servidor do 1º grau de jurisdição
22	Letícia Campos Guedes Ourives	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Servidor do 1º grau de jurisdição
23	Letícia Frigeri Barboza	Comarca de Nobres	Servidor do 1º grau de jurisdição
24	Ligia Cristina Sarubbi Santos	Fórum de Rosário Oeste/MT	Servidor do 1º grau de jurisdição

25	Luana Wendt Ferreira	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Servidor do 1º grau de jurisdição
26	Lucileide Santos de Oliveira Dusanoski	Comarca de Apiacás	Servidor do 1º grau de jurisdição
27	Ludmila Gazola Curtarelli	Fórum de Cuiabá	Servidor do 1º grau de jurisdição
28	Mael Kanaan de Oliveira	Fórum de Cuiabá	Servidor do 1º grau de jurisdição
29	Marcos Granado Martins	Vara Única/Rosário Oeste	Servidor do 1º grau de jurisdição
30	Maria Alice Pinto De Arruda Zampieri	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Servidor do 1º grau de jurisdição
31	Maria das Graças Sombra Teixeira	Comarca Aripuanã	Servidor do 1º grau de jurisdição
32	Marilena Rudy	Fórum Audiência de Custodia	Servidor do 1º grau de jurisdição
33	Maurilio Gobatti de Mattos Junior	Juizado Especial Cristo Rei	Servidor do 1º grau de jurisdição
34	Maykon De Lima Bessa	Comarca De Porto Alegre Do Norte	Servidor do 1º grau de jurisdição
35	Mireni De Oliveira Costa Silva	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Servidor do 1º grau de jurisdição
36	Mirian Pires da Silva Andrade Borges	Comarca de Sorriso-MT	Servidor do 1º grau de jurisdição
37	Pâmela Cristine Lopes de Oliveira	Comarca de Rondonópolis	Servidor do 1º grau de jurisdição
38	Paulo Cesar Teixeira	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Servidor do 1º grau de jurisdição
39	Priscilla de Lima Pinheiro	Comarca de Apiacás	Servidor do 1º grau de jurisdição
40	Rafaela Da Silva Souza	Central de Mandados - Comarca de Colniza - SDCR	Servidor do 1º grau de jurisdição
41	Railson Silva Barbosa	Comarca de Nova Ubiratã	Servidor do 1º grau de jurisdição
42	Renata Avelino Goursand	Poder Judiciário do Estado de Mato	Servidor do 1º grau de jurisdição

		Grosso	
43	Rosângela Grace Fortes Souza Neves	Fórum Cuiabá	Servidor do 1º grau de jurisdição
44	Roseli Cardoso Saucedo Magalhães	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Servidor do 1º grau de jurisdição
45	Rosil Venina da Fonseca	Fórum da Capital - Núcleo da Execução Penal	Servidor do 1º grau de jurisdição
46	Rosimire Neves da Silva	Fórum Cuiabá	Servidor do 1º grau de jurisdição
47	Sabrina Andrade Galdino Rodrigues	Comarca de Mirassol	Servidor do 1º grau de jurisdição
48	Sylviane De Assis Cavalcante	Vara Esp. Viol. Doméstica e Fam. contra Mulher - Comarca de Rondonópolis - SDCR	Servidor do 1º grau de jurisdição
49	Tania Sebastiana Rodrigues	Fórum de Várzea Grande	Servidor do 1º grau de jurisdição
50	Telma Eli Sacardi Biudes	Central de Administração - Comarca de Juscimeira - SDCR	Servidor do 1º grau de jurisdição
51	Thays Machado	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Servidor do 1º grau de jurisdição
52	Thayz Helena Gahyva Bezerra	Fórum de Cuiabá Núcleo de Execução Penal	Servidor do 1º grau de jurisdição
53	Valmor Lopes Grando	Comarca de Paranatinga/MT	Servidor do 1º grau de jurisdição
54	Victor Henrique De Gouveia Gatto	Comarca De Primavera Do Leste-MT	Servidor do 1º grau de jurisdição
55	Viviane Ferreira Da Silva	Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade	Servidor do 1º grau de jurisdição
56	Wellington Campos Costa	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso	Servidor do 1º grau de jurisdição

Total	56

4. Lista de Presença Servidores do 2º Grau

	Nome completo	Instituição / Segmento	Perfil dos Participantes
1	Adriana Bonicontro do Nascimento	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
2	Adriany Sthefany de Carvalho	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
3	Afonso Vitorino Maciel	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
4	Alexandre Correa Mendes	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
5	Ana Laura Boaventura Soares	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
6	Anatalia da Conceição Araújo	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
7	Anderson Cristiano Neisse	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
8	Angela Cristina Gaspar Nogueira	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
9	Claudenice Deijany Farias De Costa	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
10	Cristiane Aparecida Mendes Da Silva Hondo	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
11	Cristiano Dos Anjos Lopes	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
12	Danielle Zark Borges	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
13	Diego Tiago Da Costa Cabral	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
14	Elaine Zorgetti Pereira	Corregedoria Geral da Justiça/ Tribunal de Justiça de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição

15	Eliane Marta Ghisi Maruri	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
16	Elzio Virgilio Alves Corrêa Junior	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
17	Evandro Tavares Bueno	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
18	Fabio Alves Cardoso	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
19	Flavio de Paiva Pinto	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
20	Francismar Petini	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
21	Gislene Gomes Dos Anjos	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
22	Gislene Maria Brun	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
23	Johnny Marcus Ribeiro	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
24	Karine Marcia Lozich Dias	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
25	Karolline Pontes Nascimento	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
26	Keila Souza da Cunha	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
27	Luciana Castrillon da Fonseca Salema	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
28	Marcela Iane Venturini Padovam Costa	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
29	Maria José Ferreira de Lima Shimakawa	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
30	Marina Calmon Cerisara	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
31	Monica De Almeida Silva	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
32	Patricia Aburad De Franca Nunes Dorileo Carvalho	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
33	Rafael Soares Silva Araujo	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição

34	Randis Mayre	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
35	Ranniery Wanrhawtt Azeredo de Queiroz	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
36	Reginaldo Magro	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
37	Rosana Dias Pompeu	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
38	Said Ahmad Karfan Neto	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
39	Tafnes Cristina Pinho Da Silva	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
40	Helen Maria Vilela de Oliveira	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
41	Valdete Luiza Ascari Salvalaggio	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
42	Vanessa Pereira de Oliveira	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Servidor do 2º grau de jurisdição
Total	42		

5. Lista de Participantes - Outros órgãos /associações do Estado de Mato Grosso

	Nome completo	Instituição / Segmento	Perfil dos Participantes
1	Adrielle Karen da Silva Hintz	Espaço de Acolhimento da Mulher	Representantes de outros órgãos /associações de MT
2	Aline Borges Leal Da Silva	Polícia Militar	Representantes de outros órgãos /associações de MT
3	Ana Carolina da Veiga Jardim Peres	Justiça Federal de Mato Grosso	Representantes de outros órgãos /associações de MT
4	Ana Emília Sotero	Prefeitura Cuiabá	Representantes de outros órgãos /associações de MT
5	Ana kelly Rodrigues de Oliveira	Secretaria de saúde	Representantes de outros órgãos /associações de MT

6	André Luiz Martins	Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência	Representantes de outros órgãos /associações de MT
7	Andréa Leiliane Jascowski	Secretária de assistência social	Representantes de outros órgãos /associações de MT
8	Cádia Angela Berti	CRAS	Representantes de outros órgãos /associações de MT
9	Caroline Bianca Chiroli	Tenente coronel PM	Representantes de outros órgãos /associações de MT
10	Cintia Mary Dutra Belini	OAB - SINOP	Representantes de outros órgãos /associações de MT
11	Claudia Rodrigues Assunção	Prefeitura municipal	Representantes de outros órgãos /associações de MT
12	Cley Celestino Batista	Polícia Judiciária Civil de MT	Representantes de outros órgãos /associações de MT
13	Clodoaldo Aparecido Gonçalves de Queiroz	Defensoria Pública-MT	Representantes de outros órgãos /associações de MT
14	Edna Luzia de Almeida Sampaio	Câmara Municipal de Cuiabá	Representantes de outros órgãos /associações de MT
15	Eliane dos santos	Rede de Enfrentamento e Combate à violência doméstica e familiar contra a Mulher de Sinop	Representantes de outros órgãos /associações de MT
16	Elisamara Sigles Vodonós Portela	MP	Representantes de outros órgãos /associações de MT
17	Emirella Perpétua Souza Martins	PMMT	Representantes de outros órgãos /associações de MT
18	Fabiana Maria Auxiliadora Da Silva Soares	PMC	Representantes de outros órgãos /associações de MT
19	Frankielle Alline Pereira Correa	Ministério Público Estadual	Representantes de outros órgãos /associações de MT
20	Glaucia Anne Kelly Rodrigues do Amaral	Conselho Estadual de Direitos da Mulher de MT	Representantes de outros órgãos /associações de MT

21	Janaina Greyce Riva Fagundes	Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso	Representantes de outros órgãos /associações de MT
22	Januária Dorilêo	Ministério Público do Estado	Representantes de outros órgãos /associações de MT
23	Jaqueline Dayane da Silva Medeiros	Projeto Fortalecer - MPMT/Secretaria Municipal de Assistência Social	Representantes de outros órgãos /associações de MT
24	Jaqueline Vilalba Fernandes	PJC/MT	Representantes de outros órgãos /associações de MT
25	Jozirlethe Magalhães Criveletto	Polícia Judiciária Civil - Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá	Representantes de outros órgãos /associações de MT
26	Juliana Menezes Garcia Silveira	CRAS	Representantes de outros órgãos /associações de MT
27	Karla Fabiana	UFMT	Representantes de outros órgãos /associações de MT
28	Katiuscia Manteli Andrade de Toledo	Assembleia Legislativa	Representantes de outros órgãos /associações de MT
29	Laís Glauce Antonio Dos Santos	MINISTÉRIO PÚBLICO	Representantes de outros órgãos /associações de MT
30	Leila de Sá Fortes	Espaço de Acolhimento da Mulher	Representantes de outros órgãos /associações de MT
31	Louize Cristine De Souza	Polícia Militar	Representantes de outros órgãos /associações de MT
32	Luciana Zamproni Branco	Secretária Municipal da Mulher	Representantes de outros órgãos /associações de MT
33	Luciane Carneiro Diniz	Hospital Municipal de Cuiabá	Representantes de outros órgãos /associações de MT
34	Márcia Pinheiro	Prefeitura Cuiabá	Representantes de outros órgãos /associações de MT
35	Maria José do Prado Vitoriano	Rede de acolhimento da mulher	Representantes de outros órgãos /associações de MT
36	Priscila Gonsales Vieira	Espaço de acolhimento da mulher	Representantes de outros órgãos /associações de MT

37	Ramiro Martines Dias	Polícia Militar	Representantes de outros órgãos /associações de MT
38	Renata Carrelo Da Costa	CEMULHER	Representantes de outros órgãos /associações de MT
39	Rosamaria Ferreira de Carvalho	Secretária de Estado de Assistência Social e Cidadania	Representantes de outros órgãos /associações de MT
40	Silvia Gabriella Monteiro e Silva	SADH - Setasc	Representantes de outros órgãos /associações de MT
41	Simone Machado de Souza	SADH SETASC	Representantes de outros órgãos /associações de MT
42	Vania Joceli Araujo	Conselho municipal de assistência social	Representantes de outros órgãos /associações de MT
Total	42		

6. Lista de Participantes de Outros órgãos /associações - Outros estados

	Nome completo	Instituição / Segmento	Perfil dos Participantes
1	Adilson Pinheiro de Souza	Secretaria de Segurança pública RJ	Representantes de outros órgãos Outros órgãos /associações - Outros estados
2	Alessandra Pereira Dias	Tribunal de Justiça SP	Representantes de outros órgãos Outros órgãos /associações - Outros estados
3	Sherloma Starlet Fonseca Aires	Tribunal de Justiça GO	Representantes de outros órgãos Outros órgãos /associações - Outros estados
Total	03		

7. Lista de Participantes - Sociedade

	Nome completo	Instituição / Segmento	Perfil dos Participantes
1	Adaiane Tonhá Galvão	Advogada	Sociedade
2	Adriane Grun Martins	www.destaquesmt.com.br	Sociedade
3	Alcione dos Anjos	Comunicação	Sociedade
4	Alessandra Nigro	Portal destaques MT	Sociedade

5	Alzinéia Monteiro de Oliveira	UNEMAT	Sociedade
6	Ana Lúcia Corrêa de Oliveira	Sociedade	Sociedade
7	Ângela Borges Barbosa	Sociedade	Sociedade
8	Angie Pinheiro Amaral	Universidade do Estado de Mato Grosso	Sociedade
9	Bárbara Rebecca dos Santos Fernandes	UNIC - Universidade de Cuiabá	Sociedade
10	Beatriz Wandscheer	Ajes - Faculdade do Vale do Juruena	Sociedade
11	Bruno Lopes	Sociedade	Sociedade
12	Carla Adriana de Queiroz	UNIC educação	Sociedade
13	Cátia Maria Neves Cândida Paixão Makus	Profissional liberal.	Sociedade
14	Cristiany Cruz Da Silva	UNIC - Universidade Cuiabá	Sociedade
15	Daniela Santos de Almeida	Advocacia	Sociedade
16	Deocimar Goncalves Da Silva	Sociedade	Sociedade
17	Divino Inácio De Arruda	Sociedade	Sociedade
18	Dnayara Mesquita de Abreu (Convidado)	Convidado	Sociedade
19	Edinilson Marques Borges	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	Sociedade
20	Emilaine Maysa da Silva Pinaffi	UNEMAT	Sociedade
21	Eranil Mendes da Cruz	UNIC - Universidade Cuiabá	Sociedade
22	Evelyne Correa	Sociedade	Sociedade
23	Fanize Albues	Mandato Coletivo Vereadora Edna Sampaio	Sociedade
24	Felipe Novais	UNIVAG	Sociedade
25	Fernanda de Lima Bueno	UNIPAR - Curso de Direito	Sociedade
26	Fiama Martins	Unias Selvi	Sociedade
27	Giovanna Claudia Souza dos Santos	Sociedade	Sociedade
28	Gleycimara Joaquim Da	Sociedade	Sociedade

	Silva		
29	Helderman Donato Caetano	INVEST	Sociedade
30	Iraci de Castro Fernandes	Sociedade	Sociedade
31	Irai Sparapan De Brito		Sociedade
32	Isabel Silva	Unias Selvi	Sociedade
33	Janaína Domingos Borges	PLPs Promotoras Legais	Sociedade
34	Jenyffer Rodrigues	Convidado	Sociedade
35	Jessica Aparecida Cazella	Fórum	Sociedade
36	Jessica Quintiliana De Oliveira	Gabinete do Juiz - 2ª Vara - Comarca de Alto Araguaia - SDCR	Sociedade
37	Joel Acelino Bispo Da Costa (Convidado)	Convidado	Sociedade
38	Juliana Susan Marçal Rocha	Ministério Público do Estado de Mato Grosso	Sociedade
39	Juliana Suzan Marçal Rocha	MPMT	Sociedade
40	Jusciara Jesuina Da Costa	Sociedade	Sociedade
41	Katianne Kyula Alves Oliveira	Sociedade	Sociedade
42	Kennedy M Dias	Sociedade	Sociedade
43	Kesia Martins Fortes dos Reis	Escritório de advocacia	Sociedade
44	Larissa Dias da Silva	UNIC - Universidade Cuiabá	Sociedade
45	Louize Soares Lacerda	UNIC - Universidade Cuiabá	Sociedade
46	Luana Débora da Costa Silva	UNIC - Universidade Cuiabá	Sociedade
47	Lucas Castro da Silva	Universidade do Estado do Mato Grosso / Estudante	Sociedade
48	Luzinete Maria de Campos Brito	UNIC - Universidade Cuiabá	Sociedade
49	Manuella Moura	Sociedade	Sociedade
50	Maria Conceição de Sene Faria	UFMT	Sociedade
51	Maria da Guia Pereira Macedo	UNIP polo CPA	Sociedade
52	Maria Izabel Simão	UNIC - Universidade Cuiabá	Sociedade
53	Maria Karolina da silva nascimento	Advogada	Sociedade
54	Marina Carlos França	Sociedade	Sociedade

55	Marta Suzana Favetti Shiomi	Sociedade	Sociedade
56	Maycon Santos	Aluno	Sociedade
57	Nadir Morara	Sociedade	Sociedade
58	Nalvanei da Silva Jacinto Figueiredo	Sociedade	Sociedade
59	Paloma Cristina Bueno do Espírito Santo	UNIVAG	Sociedade
60	Pamela da Paz Ferreira	Sociedade	Sociedade
61	Patrícia da Silva	Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT	Sociedade
62	Patrícia Dantas do Nascimento	Escola Pestalozzi Renascer	Sociedade
63	Paulo Roberto Bezerra	Sociedade	Sociedade
64	Rafaela Beserra Kunze	Faculdade Invest	Sociedade
65	Ritiely Fernanda da silva	Univag	Sociedade
66	Rosana Leite Antunes de Barros (Convidado)	Convidado	Sociedade
67	Rosilene Menandes da Silva	Sociedade	Sociedade
68	Samuel Dos Anjos Moreira	SESI Escola	Sociedade
69	Santinha Campos	Sociedade	Sociedade
70	Sunamita Pires Andrade	FACEM	Sociedade
71	Tafnys Hadassa da Cunha Ferreira	UFMT - PPGAS	Sociedade
72	Tállyta Lobo Nogueira Silva	UNIC - Universidade Cuiabá	Sociedade
Total	72		

Total Geral de Participantes	**272**

CIA 008380-97.2021.8.11.0000

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO E FINALIZAÇÃO

1 - Atividade:

- Atendendo as Portarias Conjuntas nº.295 e 316/2021-PRES/VICE-PRES/CGJ, que dispõe sobre o Regimento Interno da Audiência Pública, foi realizada nesta cidade de Cuiabá/MT com a temática: "Diagnóstico da Violência Doméstica durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção".

2 – Programação – Palestrantes - Mediador:

Participação de membros do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

- .Presidente do e. Tribunal de Justiça Desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas
- .Vice-Presidente do e. Tribunal de Justiça e Coordenadora do CEMULHER Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro
- .Corregedor-Geral de Justiça do e. Tribunal de Justiça Desembargador José Zuquim Nogueira

EIXOS:

- I - Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia – relatório de dados (a ser apresentado pela Magistrada Maria Mazarelo Farias Pinto);
- II - Eixo 2: Patrulha Maria da Penha – a experiência do Estado de Mato Grosso (a ser apresentado pela Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso Emirella Martins, Coordenadora da Patrulha Maria da Penha)
- III - Eixo 3: Tema: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica (a ser apresentado pela Delegada de Polícia Lizzia Kelly Ferraro da Delegacia 24 horas para atendimento às vítimas de violência doméstica e sexual de Cuiabá/MT, pela Psicóloga Dra. Jaqueline Vilalba Fernandes e pela Delegada de Polícia Jozirlethe Magalhães Criveletto da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá/MT – DEDM/PJC/MT)."

Documento assinado digitalmente por: LUCIANA CASTRILLON DA FONSECA SALEMA
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 6A02644F

3 – Portaria Conjunta: Andamento n.22 e 26/TJ

4 - Descrição:

- Audiência Pública com a temática "Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção". Discutir com a sociedade as diferentes formas de Violência Doméstica e Familiar neste Estado, de modo a identificar estratégias para evitar essa espécie de violência entre as pessoas que pertencem a um mesmo ambiente familiar, principalmente no que se refere ao aumento da violência sexual contra a mulher na Pandemia, a experiência da Patrulha Maria da Penha no Estado de Mato Grosso, para combate as práticas da violência doméstica e familiar contra a mulher e desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência de gênero. (Ref. ao Ofício Circular n. 30/2021 - CGJ , Ofício Circular n. 36/2021 - CGJ e Ofício Circular n. 37/2021 - CGJ - convocação p o dia 9 de abril de 2021 às 13h30min.).

5 – Data Audiência Pública - 09 de abril de 2021

6 – Horário: 13 horas e 30 minutos e encerramento às 19 horas,

7 - Carga Horária: 5h30 horas/aula.

8 - Local: Plataforma Microsoft Teams

9 – Documentos juntados:

- Relatório final de turma;

10 - Relatório Quantitativo:

09 de abril de 2021 – 13h30 as 19h

Inscritos	290
Participantes	261
Palestrantes / Facilitadores / Mediadores	011
Total participantes	**272**

Documento assinado digitalmente por: LUCIANA CASTRILLON DA FONSECA SALEMA
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 6A02644F

Observações:

- A Audiência Pública foi realizada por videoconferência na Plataforma Microsoft Teams, transmitida pelo canal do YOUTUBE.
- A inscrição realizada, exclusivamente pela internet, no período de 15 de março de 2021 até dia 24 de março de 2021, às 19h. Após a inscrição foi encaminhado o acesso à Plataforma Teams, através de link.
- A atividade foi realizada por videoconferência, considerando as medidas preventivas adotadas pelo Poder Judiciário para evitar o Covid 19.
- A Coordenadoria da Escola dos Servidores, por meio do Departamento de Planejamento e Estudos da Escola dos Servidores e Gestão de Acompanhamento e avaliação de cursos realizou os procedimentos para inscrição, confirmação e envio do links para acesso a sala virtual da Audiência Pública, acompanhamento durante o evento; bem como a divulgação em conjunto com com a Coordenadoria de Comunicação da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso.
- Após sua realização o evento foi registrado junto ao Sistema da Escola dos Servidores – SGE, gerando uma relação dos presentes para os quais posteriormente serão encaminhados Certificado de Participação.

Cuiabá, 14 de maio de 2021.

Luciana Castrillon da Fonseca Salema
Gestão de Acompanhamento e Avaliação
da Escola dos Servidores

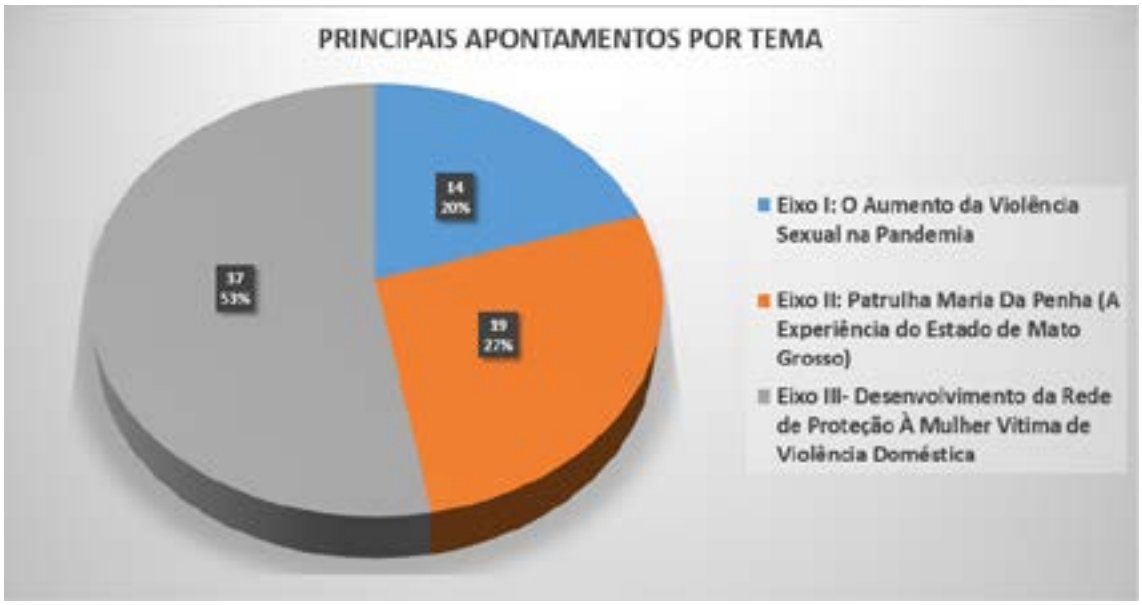
Documento assinado digitalmente por: LUCIANA CASTRILLON DA FONSECA SALEMA
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 6A02644F

6.6 Quantitativo de Visualização através do Canal YOUTUBE

Total de visualizações YOUTUBE – 1.115

6.7 Apontamentos por Tema

Durante a realização da audiência foram registradas 70 manifestações, sendo que majoritamente os apontamentos foram direcionados ao Tema: "Eixo III- Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica", consoante gráficos abaixo:



Total de Manifestações: 70

Consolidação das Manifestações realizadas na Audiência Pública				
Número	Eixo	Palestra	Manifestação	Autor
1	Eixo 1	O Aumento da Violência Sexual na Pandemia	Sempre defendi a tese de que os professores devem ser treinados a terem um olhar clínico para a criança com *déficit* de aprendizado, aquela que demonstra comportamento diferente seja com nível de agressividade ou timidez exagerada, a que chora, ou outro qualquer indicativo que necessite de uma avaliação psicossocial. Sou de parecer que o ideal seria que, em cada unidade escolar haja uma equipe multidisciplinar constituída por um profissional da psicologia e da assistência social que, junto com a Rede de proteção naquela cidade possa ser realizado todo o procedimento necessário. É urgente que se adote políticas públicas neste sentido. O crime de Estupro de Vulnerável está previsto no Artigo 217-A, do Código Penal	Dra. Maria Mazarelo Farias Pinto (Juíza De Direito Titular Da Vara Especializada De Violência Doméstica Da Comarca De Rondonópolis)
2	Eixo 1	O Aumento da Violência Sexual na Pandemia	Evidentemente que combater a pandemia sexual sem uma Rede de apoio, sem o compromisso e engajamento de todos os seguimentos da sociedade é impossível educar as vítimas fortalecendo a crença de que a Lei será cumprida literalmente.	Dra. Maria Mazarelo Farias Pinto (Juíza De Direito Titular Da Vara Especializada De Violência Doméstica Da Comarca De Rondonópolis)
3	Eixo 1	O Aumento da Violência Sexual na Pandemia	Coloco a Secretaria de Assistência Social do Estado e a nossa 1ª Dama a disposição para aquilo que for necessário, para que possamos fortalecer essa rede de proteção, porque eu acredito que a rede é muito importante	Senhora Rosmaria Carvalho (Secretária de Estado de Assistência Social e Cidadania – SETASC)
4	Eixo 1	O Aumento da Violência Sexual na Pandemia - Dra. Maria Mazarelo Farias Pinto	Rede de Proteção : todas essas entidades se juntarem em uma única só. Porque várias entidades fazem várias coisas de formas dispersas e, muitas vezes, nos vemos enxugando gelo, essa é a verdade	Luciana Zamproni Branco (Secretária Municipal da Mulher da Prefeitura De Cuiabá)
5	Eixo 1	O Aumento da Violência Sexual na Pandemia	Mas sou defensora de que tem que ter equipe multidisciplinar com estagiário, oportunizado não só para os acadêmicos, mas também para o jurisdicionado nas delegacias de polícia, nos fóruns, nos CRA's, (em relação a formação da equipe multidiciplinar)	Dra. Maria Mazarelo Farias Pinto (Juíza De Direito Titular Da Vara Especializada De Violência Doméstica Da Comarca De Rondonópolis)
6	Eixo 1	O Aumento da Violência Sexual na Pandemia	Qualquer um deve e pode denunciar violência domestica a dor do outro já nos incomoda e quanto sangue podemos estancar fazendo denuncia.	Dra. Maria Mazarelo Farias Pinto (Juíza De Direito Titular Da Vara Especializada De Violência Doméstica Da Comarca De Rondonópolis)
1	Eixo 2	Patrulha Maria Da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)	As vitimas de violencia : além da medida protetiva também precisam do acompanhamento, de serem inseridas no programa de proteção para potencializar justamente a situação do risco, potencializar, na verdade, a situação de proteção da mulher e por consequência o cumprimento das medidas protetivas de urgência.	Tenente Coronel PM Emirela Perpétua Souza Martins (Coordenadora da Patrulha Maria da Penha):
2	Eixo 2	Patrulha Maria Da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)	A comunicação entre as instituições que compõem a rede é o **reflexo** disso lá na ponta para essa mulher atendida	Tenente Coronel PM Emirela Perpétua Souza Martins (Coordenadora da Patrulha Maria da Penha):
3	Eixo 2	Patrulha Maria Da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)	É importante ressaltar que não só as vítimas assistidas pela Patrulha Maria da Penha que estão protegidas. Toda a vizinhança ora que vê aquela viatura passando na sua rua sabe que tem policiais militares olhando pelas mulheres, então elas se sentem emponderadas para denunciar a violência, para quebrar o ciclo da violência.	Dr. Ana Graziela Vaz De Campos Alves Corrêa (Juíza De Direito Da 1ª Vara De Violência Doméstica e Familiar Da Capital)
4	Eixo 2	Patrulha Maria Da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)	Existem algumas iniciativas, tímidas ainda, no nosso estado. São grupos de reflexão destinados a agressores, tenho conhecimento existir um sendo executado pela Vara de Violência Doméstica de Cuiabá	Dra. Ana Graziela Vaz De Campos Alves Corrêa (Juíza De Direito Da 1ª Vara De Violência Doméstica e Familiar Da Capital)
5	Eixo 2	Patrulha Maria Da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)	Registrou ser oportuno, a Corregedoria tem o maior interesse em ser parceira, seja na capacitação, seja nas reuniões com os juízes que atuam nessa área	Desembargador José Zuquim Nogueira (Corregedor-Geral da Justiça Do TJMT):
1	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica". Dra. Jaqueline Vilalba Fernandes	Rede de proteçaõ a mulher -DEDM/PJC/MT trabalha com 3 eixos: • A rede de atenção e proteção social de violência doméstica, • capacitação dos agentes sociais e parceria com instituição acadêmica • acompanhamento dos índices de violência doméstica	Dra. Jaqueline Vilalba Fernandes (Psicóloga da Rede de Proteção À Mulher DEDM/PJC/MT)
2	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica".Dra. Jaqueline Vilalba Fernandes	Consignar a importância das atuações entre a esfera pública e privada, organizações não governamentais e educacionais para majoração dos âmbitos de atendimento e assistência às vítimas de violência, que as partes seriam fundamentais.	Doutora Amini Haddad Campos, Juíza de Direito do Juizado Especial Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande.
3	Eixo 3		Manifestação - existe um termo protocolo de intenção com várias autoridades do estado - Todas essas pessoas firmaram protocolo dizendo: "nós permitimos que os nossos seguidores em cada um dos municípios criem as redes de proteção". Então, temos um termo de cooperação que é um guarda-chuva, um protocolo de intenções firmado por todos os chefes de poderes que dão autoridade, autorizam os seus trabalhadores a fazerem as redes dos municípios.	Desembargadora Maria Erotides Kneip
4	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica". Dra. Jaqueline Vilalba Fernandes	Referente ao profissional Credenciado : "Há dificuldade no trabalho quando o profissional é credenciado, , temos um projeto de trabalhar com os agressores de violência doméstica e devido a rotatividade do profissional não conseguimos efetivá-la ainda".	Valdete Luiza Ascare Salvalagem Martins,

5	Eixo 3	O Funcionamento da Rede de Proteção de Cuiabá"	Precisamos também de um planejamento estratégico e até para que possamos então trabalhar esse monitoramento das articulações dentro da rede, então é um outro desafio.	Doutora Jozirlethe Magalhães Criveletto (Delegada Titular Da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá/MT)
6	Eixo 3	O Funcionamento da Rede de Proteção de Cuiabá"	A existência também de um banco de dados comum aos integrantes da Rede, que trabalham no combate à violência doméstica e quando falamos de banco de dados é lógico que temos que ter o cuidado em relação ao compartilhamento das informações, observando o sigilo	Doutora Jozirlethe Magalhães Criveletto (Delegada Titular Da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá/MT)
7	Eixo 3	O Funcionamento da Rede de Proteção de Cuiabá"	Outro desafio seria uma maior integração entre alguns dos seguimentos que já trabalham com o tema, no desenvolvimento de parcerias e pactos, mas que ainda não estão plenamente envolvidos nessa rede, a exemplo, hoje temos algumas secretarias que, inclusive assinaram o termo, mas que ainda estão de forma tímida dentro do seguimento de rede e, por exemplo, posso citar aqui o caso da própria saúde, que temos muita dificuldade com as mulheres vítimas de violência, onde encaminhar essas mulheres, nós atendemos, fazemos aquele primeiro atendimento, fornecemos esse suporte que seria mais técnico a nível de Polícia Civil, que seria o que, oferecer para ela medidas protetivas, oferecer para ela essa necessidade que ela tem, por exemplo, de ir para uma casa de amparo, para um hospital, ou seja, aqueles primeiros atendimentos, primeiros encaminhamentos.	Doutora Jozirlethe Magalhães Criveletto (Delegada Titular Da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá/MT)
8	Eixo 3	O Funcionamento da Rede de Proteção de Cuiabá"	Por último coloquei insuficiência de investimentos governamentais e a falta de dotação orçamentária para implantação de projetos e serviços na área.	Doutora Jozirlethe Magalhães Criveletto (Delegada Titular Da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá/MT)
9	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica".	Em relação ao encontro das redes em Cuiabá - conte com o meu apoio vamos sim rapidamente fazer esse encontro para que eu possa, inclusive, demonstrar meu interesse em participar de mais atividades.	Desembargador José Zuquim Nogueira (Corregedor-Geral da Justiça Do TJMT):
10	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica".	Vamos providenciar esse encontro semana que vem. Vamos já marcar a data para que a gente possa, inclusive, estabelecer a diferença que há entre Barra do Garças e precisamos estabelecer pelo menos alguma coisa que seja comum dentro da rede, protocolos que sejam comuns.	Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro (Vice-Presidente Do TJMT E Coordenadora da Coordenadoria Estadual Da Mulher em Situação De Violência Doméstica E Familiar – CEMULHER)
11	Eixo 3	: "A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica".	É fundamental que aonde estivermos, na patrulha Maria da Penha também haja a criação da rede de enfrentamento à Violência Doméstica Familiar - Poderíamos pensar nisso, uma vez que a coordenação da rede está sob o CEMULHER, onde a nossa Vice-Presidente, Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro é a Coordenadora. Só queria enfatizar a importância da criação da rede aonde tiver a patrulha Maria da Penha.	Ana Emília Iponema Brasil Sotero, Advogada Membro da Associação de Mulheres da Carreira Jurídica,
12	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica".	É esse que seria talvez o ponto crucial, **onde exista patrulha tenha a rede funcionando para que possam direcionar o serviço**	Doutora Jozirlethe Magalhães Criveletto (Delegada Titular Da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá/MT)
13	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica".	Sempre ressalto que a efetividade do serviço que alcançamos não é atribuição só da polícia, não é resultado só da atuação da Polícia Militar, é um resultado de toda a rede, por mais que em Cuiabá não tenha algo assim estabelecido, mas na prática essa rede funciona	Tenente Coronel PM Emirela Perpétua Souza Martins (Coordenadora da Patrulha Maria da Penha):
14	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica"	Precisamos nos reunirmos para estabelecer um procedimento padrão, alguma coisa que faça com que o nosso trabalho seja conhecido e reconhecido, para que as pessoas que trabalharem junto conosco nessa rede possam ter conhecimento de qual é a sua função e o que realmente ela pode fazer. Assim, providenciarei reuniões com alguns dos membros da Rede, em Cuiabá, desde já convoca a doutora Ana Emília Sotero, a Doutora Jozirlethe Criveletto, a Cel. Emirela Martins, enfim, todo esse pessoal que está à frente da Rede, para discutirmos e analisarmos o que faremos para estender para todos os municípios essa Rede. Se será pelo município, pelo Estado, mas nós precisamos estabelecer um a diretriz através desse termo, desse convenio que foi celebrado, para todos os Estados.	Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro (Vice-Presidente Do TJMT E Coordenadora da Coordenadoria Estadual Da Mulher em Situação De Violência Doméstica E Familiar – CEMULHER)
15	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica"	Meu compromisso de uma reunião em breve, em que consultarei e convidarei todos os magistrados que atuam nessa área e, também, o meu apoio incondicional para implantação da Patrulha Maria da Penha e da Rede.	Desembargador José Zuquim Nogueira (Corregedor-Geral da Justiça Do TJMT)
Total	**26**			

Consolidação das sugestões registradas na Audiência Pública				
Número	Eixo	Palestra	Sugestão	Autor
1	Eixo 1	O Aumento da Violência Sexual na Pandemia	os números remetem à necessidade de caráter urgentíssimo de orientar e educar as crianças e jovens para que aprendam a proteger-se contra a violência sexual.	Dra. Maria Mazarelo Farias Pinto (Juíza De Direito Titular Da Vara Especializada De Violência Doméstica Da Comarca De Rondonópolis)
2	Eixo 1	O Aumento da Violência Sexual na Pandemia	Então, acredito que precisa ser melhor divulgado a todas as mulheres, todos os tipos de violência doméstica existentes, para que elas possam ficar alertas, (muitas sofrem violência domestica e não sabem que o que vivem é violência domestica) doméstica, ela apenas sabia que aquilo não fazia bem a tal ponto dela ter tirado a própria vida.	Senhora Rosmaria Carvalho (Secretária de Estado de Assistência Social e Cidadania – SETASC):
3	Eixo 1	O Aumento da Violência Sexual na Pandemia	Capacitação dos nossos profissionais da área de saúde, sabemos que muitos deles atendem nas unidades de saúde, os próprios dentistas e não se sensibilizam ao perceber que muitas mulheres chegam com o dente quebrado, vítima de violência, de ter essa sensibilização, de conhecer os tipos de violência e poder ajudá-las também	Luciana Zamproni Branco (Secretária Municipal da Mulher da Prefeitura de Cuiabá)
4	Eixo 1	O Aumento da Violência Sexual na Pandemia	Eu gostaria que os entes públicos, privados, municipais e estaduais utilizassem essa mão de obra de acadêmicos da área da psicologia	Dra. Maria Mazarelo Farias Pinto (Juíza De Direito Titular Da Vara Especializada De Violência Doméstica Da Comarca De Rondonópolis)
1	Eixo 2	Patrulha Maria Da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)	Criação de grupos de reflexão destinados a agressores	Dr. Ana Graziela Vaz De Campos Alves Corrêa (Juíza De Direito Da 1ª Vara De Violência Doméstica e Familiar Da Capital
2	Eixo 2	Patrulha Maria Da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)	Desenvolver ações Politicas para fortalecer os elos da Rede de atendimento a vitima de violência domestica.	Tenente Coronel PM Emirela Perpétua Souza Martins (Coordenadora da Patrulha Maria da Penha)
3	Eixo 2	Patrulha Maria Da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)	Realizar encontro das patrulhas do estado para avaliar o produto e o que está sendo entregue a vitima para identificar o que precisa ser ajustado, alinhado para alcançar melhores resultados	Tenente Coronel PM Emirela Perpétua Souza Martins (Coordenadora da Patrulha Maria da Penha)
4	Eixo 2	Patrulha Maria Da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)	Expandir a patrulha Maria da Penha no estado	Tenente Coronel PM Emirela Perpétua Souza Martins (Coordenadora da Patrulha Maria da Penha)
5	Eixo 2	Patrulha Maria Da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)	Digitalizar o protocolo de atendimento realizado pelas guarnições, que atualmente ainda está no processo manuscrito	Tenente Coronel PM Emirela Perpétua Souza Martins (Coordenadora da Patrulha Maria da Penha)
6	Eixo 2	Patrulha Maria Da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)	Proporcionar uma estruturação técnica e administrativa para as patrulhas	Tenente Coronel PM Emirela Perpétua Souza Martins (Coordenadora da Patrulha Maria da Penha)
7	Eixo 2	Patrulha Maria Da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)	Formação e apoio de rede dos municípios.	Tenente Coronel PM Emirela Perpétua Souza Martins (Coordenadora da Patrulha Maria da Penha)
1	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica".	criação de espaço adequados que são as salas de acolhimento, para que as vítimas sintam-se um pouco mais acolhida. a diferença desse acolhimento nas delegacias especializadas para as outras delegacias, outros serviços, é que ali estamos para ouvi-las, sem fazer julgamentos de valor, julgamentos morais, porque ela já está passando por uma situação muito difícil	Dra. Jaqueline Vilalba Fernandes (Psicóloga da Rede de Proteção À Mulher DEDM/PJC/MT):
2	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica".	a importância de fazer concurso público, porque um profissional, por mais que ele seja um profissional, ele quer ser voluntário, é maravilhoso, o estágio ajuda muito, mas percebemos que principalmente no TJ, se tivéssemos profissionais concursados, o serviço seria muito melhor para a população, porque o regime de credenciamento acaba precarizando esse tipo de serviço oferecido à população.	Dra. Jaqueline Vilalba Fernandes (Psicóloga da Rede de Proteção À Mulher DEDM/PJC/MT):
3	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica".	Em relação a como os academicos podem conseguir parceria e contribuir com as redes , a Dra relatou :Então a sugestão que dou é procurar articular essa rede no município onde você está, procurar esses atores.	Dra. Jaqueline Vilalba Fernandes (Psicóloga da Rede de Proteção À Mulher DEDM/PJC/MT):
4	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica".	A minha **sugestão** é peguem esse termo, esse protocolo de intenções porque ele já autoriza a criação das redes em cada um dos seus municípios. O dia que Mato Grosso tiver a rede instalada em todos os seus municípios, todo trabalho será muito mais fácil para a proteção dos direitos humanos, das mulheres vítimas de violência doméstica.	Desembargadora Maria Erotides Kneip
5	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica".	Segunda contribuição que trago, a direção do tribunal atual, moderna, inteligente, focada nos direitos humanos deve pensar seriamente em fazer concurso público para efetivar psicólogos e assistentes sociais	Desembargadora Maria Erotides Kneip
6	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica".	Dotar as varas especializadas de estrutura própria,que cada vara especializada tenha a sua equipe própria, que o trabalho não seja pulverizado, não seja diluído e que haja realmente profissionais que sejam efetivados. Fica a minha sugestão, minha contribuição	Desembargadora Maria Erotides Kneip

7	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica".	O fluxograma de atendimento às mulheres em situação de violência é para que seja **criada uma lei municipal justamente porque tem rotatividade de servidores** lotados nas delegacias, no CREAS, nas secretarias, então acredito que criando um protocolo e de repente se tornando uma lei municipal, não importa quem seja esse ator, todos que chegarem vão ter que cumprir justamente o procedimento no fluxograma de atendimento.	Sra. Eliane Santos da Rede de Proteção a Mulher em Sinop/MT
8	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica".	Criar uma cartilha :De repente trazendo os tipos de violência, o fluxograma, se esse local tem a rede, informações que essas mulheres poderiam procurar, os tipos de medidas protetivas existentes porque justamente muitas mulheres não têm conhecimento, chega lá e fala: "Quero requerer medida protetiva.", mas são várias modalidades de medidas. Elas precisam ter conhecimento de forma mais prática porque várias cartilhas que nós mesmos distribuímos, vemos que a mulher que realmente precisa não lê a lei Maria da Penha toda	Sra. Eliane Santos da Rede de Proteção a Mulher em Sinop/MT
9	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica".	Capacitações contínuas para todos os atores que fazem parte da rede, todos precisam realmente passar por esse crivo de capacitação	Sra. Eliane Santos da Rede de Proteção a Mulher em Sinop/MT
10	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica".	Talvez, pensar em cartilhas e material com Design Thinking. Design Thinking é uma metodologia de desenvolvimento de produtos e serviços focados nas necessidades, desejos e limitações dos usuários. O grande objetivo do Design Thinking é converter dificuldades e limitações em benefícios para o cliente"	Doutor Renato José de Almeida Costa Filho
11	Eixo 3	"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica".	Proposição : o Desembargador José Zuquim Nogueira e a Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro poderiam fazer um encontro de redes em Cuiabá? Quem sabe começamos a alinhar os protocolos e o desenvolvimento e assim uma instituição em vez de ajudar não atrapalha a outra, quem sabe a partir desse encontro de rede consigamos criar mesmo um protocolo de atuação que não atrapalhe uma instituição	Desembargadora Maria Erotides Kneip
Total	**22**			

QUESTIONÁRIO

Número	Eixo	Palestra	Questão	Autor	Resposta
1	Eixo 1	O Aumento da Violência Sexual na Pandemia -Dra. Maria Mazarelo Farias	Pergunto para a colega, como ele tem feito hoje, se conta com uma equipe multidisciplinar? Porque sabemos da importância que uma avaliação psicológica daquela criança, daquela vítima o quanto que isso auxilia.Hoje na condução você tem uma equipe especializada com quem pode contar? Porque eu acredito que a alienação parental também, às vezes, é muito sutil e nós como juízes temos que estar atentos, porque nós temos que ouvir os dois lados, ter ouvido para os dois lados.	Dra. Adriana Coninghan – Juíza Auxiliar da Presidência	Nós temos uma equipe multidisciplinar, que faz avaliação, a vítima menor é acompanhada por uma psicóloga já na Delegacia de Polícia, que faz todo o suporte. E esse caminhar, desde a denúncia até o exame no IML, no momento que chega para o juiz decorre um prazo, e muitas vezes ela quer realmente alterar, mas toda essa sequência, essa serenidade da fala, o perfil do acusado muitas vezes, você tem que ter exatamente aquele olhar clínico de saber que por algum motivo ela está sendo manipulada.
2	Eixo 1	O Aumento da Violência Sexual na Pandemia -Dra. Maria Mazarelo Farias	Qualquer pessoa pode denunciar a violência contra a mulher ou apenas a vítima?	sem identificação	Já ultrapassamos essa fase de que "em briga de mulher não se mete a colher", já existem campanhas por entidades privadas por todo o país. Uma determinada empresa lançou através de uma colher, que vendeu rapidinho nas milhares de lojas esparramadas pelo Brasil, exatamente com essa frase, não é só dever, mas também como um direito que tem no seguinte sentido; a dor do outro já nos incomoda, quanto sangue nós podemos estancar fazendo a denúncia, e quantas vidas nós podemos salvar não só da mulher agredida, mas também desse homem agressor.
3	Eixo 1	O Aumento da Violência Sexual na Pandemia	Dos 45 processos distribuídos durante a pandemia, quantos já foram terminados e julgados em primeiro grau?	Maurílio Mattos	Se o acusador está preso entre registro de ocorrência, denúncia, estamos julgando processo entre 30 e 40 dias. Existe uma preocupação com a pandemia, com os homens presos, com a quarentena, com a necessidade de também não exagerar, porque "justiça tardia não é justiça, é injustiça". E essa resposta também à vítima, no sentido de acolhimento, de equipe multidisciplinar, 30, 40 dias eu tenho julgado
4	Eixo 1	O Aumento da Violência Sexual na Pandemia	A equipe multidisciplinar é fornecida pelo Tribunal de Justiça ou pelo estado?	Juliana Suzan Markal Rocha	A equipe multidisciplinar existe na modalidade de credenciamento, é o Tribunal de Justiça, que mantém esse sistema de credenciamento. Mas sou defensora de que tem que ter equipe multidisciplinar com estagiário, oportunizado não só para os acadêmicos, mas também para o jurisdicionado nas delegacias de polícia, nos fóruns, nos CRA's, porque também dentro da área de psicologia e assistência social também temos, é um dado assustador, que seria matéria para outra audiência pública, altíssimos índices de suicídio.
1	Eixo 2	Patrulha Maria Da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)	Quais são as maiores dificuldades que a coordenação estadual ou os policiais que trabalham diretamente na Patrulha Maria da Penha tem a intenção de melhorar o atendimento, aumentar o atendimento para as vítimas de violências domésticas, quais são suas maiores dificuldades?	Coronel Alexandre Correa Mendes (Coordenador Militar do Tribunal de Justiça De Mato Grosso)	Atualmente, justamente por ser um serviço novo, temos o total apoio da instituição, do nosso Comandante Geral em especial, mas por ser, reforçando, um serviço novo, o que precisamos neste momento de primeira ordem seria justamente a estruturação, a questão de equipamento. Por exemplo, essa parte de protocolo, de fazer manuscrito é algo que entendemos que toma muito tempo da guarnição, desde conseguirmos digitalizar todo esse serviço conseguiremos potencializar os atendimentos, conseguiremos atender mais mulheres e eficientemente. É nossa dificuldade de primeira ordem
2	Eixo 2	Patrulha Maria Da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)	Sabemos que a Patrulha Maria da Penha trabalha em rede, quais são as categorias de ajuda, apoio financeiro, seja o que for, que as instituições revertem para a Patrulha Maria da Penha, seja ela uma instituição municipal, uma instituição estadual, qual tipo de ajuda que vocês recebem?	Coronel Alexandre Correa Mendes (Coordenador Militar do Tribunal de Justiça De Mato Grosso)	Com relação ao apoio, observamos que os municípios das cidades que já tem o serviço ativo, são parceiros em todas as situações, na medida do possível em que eles podem contribuir a exemplo que temos em Barra do Garças, em que em parceria foi cedida uma viatura, uma caminhonete para Patrulha Maria da Penha. Em outras cidades temos situações em que a prefeitura contribuiu com celular funcional para que essa guarnição pudesse se comunicar de forma ágil com as vítimas. Varia muito de cidade para cidade e da demanda necessária no momento. Acreditamos que em Cuiabá e Várzea Grande, que são cidades da região metropolitana, o apoio tem vindo nos serviços, nas demandas que precisamos, atuação rápida, essa comunicação célere entre as instituições, nas necessidades que a Polícia Militar depara, em especial com situações que fogem da nossa atuação. Porque na hora que a guarnição está lá a vítima não quer saber qual instituição atenderá, ela quer ver seu problema resolvido. Por mais que façamos essa explicação, existe essa dificuldade. Essa parceria, esse compromisso que as instituições têm umas com as outras é o ponto-chave para que nosso trabalho tenha sucesso
3	Eixo 2	Patrulha Maria Da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)	Quais os critérios para implantação, ou seja, ter a Patrulha Maria da Penha no município. Se houver vários municípios de pequena distância entre si, pode-se implantar uma só patrulha para atender vários municípios?	Valdete Luiza Ascare	É exatamente assim que ocorre, onde existir um batalhão ou uma companhia independente, teremos uma Patrulha Maria da Penha ativa, esse batalhão é responsável pelo policiamento ostensivo em uma região menor, muitas vezes compreendido por várias cidades circunvizinhas. Por exemplo, em Várzea Grande temos uma Patrulha Maria da Penha que por questões de estrutura atualmente está atendendo Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento, a patrulha de Cuiabá está sediada em Cuiabá, mas atende Cuiabá, Santo Antônio do Levejer e Chapada dos Guimarães, da mesma forma nos municípios do interior do estado, cidade de Tangará da Serra foi ativada recentemente e as cidades que compõem o batalhão que atende a cidade que está sediada em Tangará da Serra atenderá também as cidades mais próximas respeitando a capacidade de atendimento de cada patrulha.
4	Eixo 2	Patrulha Maria Da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)	Enquanto as mulheres em situação de violência são protegidas pela Patrulha Maria da Penha, os homens são encaminhados para algum programa de psicoeducação?	Luciano Almeida Silva	Existem algumas iniciativas, tímidas ainda, no nosso estado.São grupos de reflexão destinados a agressores, tenho conhecimento existir um sendo executado pela Vara de Violência Doméstica de Cuiabá, não me recordo se é a primeira ou a segunda, desenvolvido pelo Doutor Jamil. Temos ainda uma excelente iniciativa que já tem, salvo engano, mais de um ano em execução em Várzea Grande, realizado pela Rede de atendimento formalmente estabelecida e esse grupo reflexivo é realizado pela assistência social do município, é uma referência inclusive para nós. Temos a instituição com intenções de desenvolver ações para o nosso público interno e uma dessas ações é o grupo reflexivo.Tomei conhecimento também que em Sinop existe um trabalho destinado aos agressores. No caso esses encaminhamentos de agressores para um grupo reflexivo, para alguma categoria de atendimento que faça refletir sobre seu comportamento, sua conduta, já parte da vara competente que está atuando no processo. Como nosso trabalho ele tem o foco na vítima, nós visitamos apenas uma vez o agressor e essa demanda não é iniciada pela Polícia Militar, não é provocada pela Patrulha Maria da Penha, mas existe sim, trabalhos relativos a este movimento, com o objetivo de tratar também o agressor.
5	Eixo 2	Patrulha Maria Da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)	O atendimento prestado ao autor da violência, ocorre no mesmo lugar do atendimento oferecido para a vítima.	Patrícia Dantas	Todos os profissionais envolvidos no atendimento a vítima, eles têm esse cuidado em não permitir que as partes se encontrem. Digo porque, a assistência social normalmente atende tanto o agressor, como por exemplo, na cidade de Várzea Grande, atende tanto o agressor quanto a mulher, e tem esse cuidado em ter uma agenda para que não ocorra esse risco das partes se encontrem Na Patrulha Maria da Penha também a visita é em locais distintos. Como disse, buscamos, via de regra, atender na casa, mas se a vítima, por alguma razão, indicar outro local, a atendemos em outro local, e o agressor da mesma forma, ou na residência, ou em um ambiente que conseguirmos encontrá-lo.
6	Eixo 2	Patrulha Maria Da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)	Existe algum critério para aderir a Patrulha Maria da Penha no município, ela é de Aripuanã.	Maria das Graças	Com relação ao Município, não. O comando da cidade local precisa designar uma guarnição, policiais para desempenhar as atividades. Esse policial precisa ser voluntário, nós avaliamos também o fato dele não poder ter respondido ou estar respondendo por situações de violência doméstica, se possível, ter também uma pré-disposição para esse tipo de trabalho, e obrigatoriamente passar pela capacitação, justamente por existir protocolos que devem ser cumpridos como conhecimentos e habilidades específicas, que devem ser aprendidos e só por meio dessa capacitação. Mas a cidade em si não tem, não precisa de nenhum critério. O comandante da unidade irá preparar, designar esse efetivo para que preparemos ele e então iniciar as primeiras reuniões. Primeiro inicia por reuniões com as instituições que fazem parte da rede para poder estabelecer esse funcionamento na cidade, e a partir de então iniciar o atendimento, iniciar o serviço

7	Eixo 2	Patrulha Maria Da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)	Minha pergunta é em relação ao questionamento que foi feito e a explicação que a senhora deu na fala anterior da Ana Graziela, a respeito do trabalho voluntário dos policiais. Quero entender melhor como que funciona esse trabalho voluntário, e até cito como exemplo a situação que ocorreu aqui na Comarca de Mirassol. Nos reunimos para tentar implementar a Patrulha Maria da Penha na Comarca, e foi me passado pelo Chefe do Comando que não haveria disponibilidade de efetivo, mas que poderíamos trabalhar com os folguistas, desde que fossem pagas diárias.Não temos de onde tirar diárias, e isso inviabilizou a implementação efetiva do projeto na Comarca, e agora que a senhora falou no ponto do voluntariado, quero entender melhor como que esse trabalho é feito	Dra. Sabrina Andrade Galdino Rodrigues (Juíza Da 3ª Vara de Mirassol do Oeste)	Peço desculpas porque não fui clara na minha resposta. Voluntário é uma expressão que tem um significado um pouco diferente dentro da nossa instituição. Quando falamos voluntário, é que não é algo imposto, determinado. O PM continua, vai receber, vai atuar como policial militar, vai ser escalado para o serviço dele, mas é algo, é um trabalho do seu interesse, é um trabalho que se identificou, é um trabalho que quer estar envolvido. É algo que transcende o profissionalismo, e ele vai estar como profissional, mas como pessoa que deseja atuar naquele trabalho . Por exemplo, um policial do BOP. Para ele ser policial do BOP, precisa fazer inscrição do curso, precisa ter interesse em estar lá. Da mesma forma, para trabalhar na Patrulha Maria da Penha precisa ter interesse, não pode ser simplesmente escalado pelo comandante. O comandante pode fazer isso, mas o nosso interesse é que venha o policial que tenha interesse no serviço, que acredite no serviço, porque é um dos ingredientes que acreditamos que faz com que o serviço dê certo. Não posso impor, porque o policial fará por obrigação, por ser um policial, por estar inserido em uma instituição com base na hierarquia e disciplina, mas queremos, além disso. Então, o voluntariado é nesse sentido. Não que o Policial Militar vá trabalhar no horário de folga, sem receber salário, de forma alguma. Vai estar lá como policial militar em escala de serviço, cumprindo sua carga horária e recebendo para isso
1	Eixo 3	“Acolhimento e primeiro atendimento às vítimas de violência doméstica”,	Há alguma orientação das polícias para ofendida vítima sobre o que seria cada medida protetiva pedida? Pergunto, porque não é raro a vítima pedir quase tudo do formulário, muitos sem relação alguma com o caso ou os fatos ou são contraditórias, seria como um preenchimento pedindo tudo.A pergunta é se existe alguma orientação da polícia a respeito das medidas que podem ser pedidas	Dr. Renato José De Almeida Costa Filho - Magistrado	O formulário vai ser preenchido e oferecido para essa vítima, tudo que está ali e ela precisa. A Patrulha Maria da Penha, o abrigo, se ela quer retirada de pertences.
2	Eixo 3	“Acolhimento e primeiro atendimento às vítimas de violência doméstica”,	Qual a possibilidade de extensão da garantia desses serviços em todos os municípios. Eu não sei se a senhora tem essa informação.	Eliene Coelho Silva	Infelizmente, isso não é uma garantia que nós da polícia podemos conceder. Todos sabem a nossa realidade, acredito que é uma realidade enfrentada por todas as instituições, na qual é efetivo, é financeiro, não temos como falar que uma delegacia especializada como a nossa possa ter em todas as cidades. É claro que pelas cidades que passei seria muito bom e muito importante que toda delegacia tivesse um espaço reservado para atendimento da mulher, que todos aqui, eu não sei se infelizmente, já compareceram a uma delegacia comum, não é fácil uma mulher, que já é vítima de violência doméstica, chegar a um ambiente tão pesado, uma delegacia. Então, se houvesse, tivesse condições que toda delegacia tivesse um espaço especializado para vítima de violência doméstica, com certeza, isso não seria empecilho para todas as instituições, nossa no caso de delegacia, seria muito importante que tivesse o atendimento específico.
3	Eixo 3	“A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica”	Sobre o formulário há um item 14 que pergunta sobre a prática de ameaças ou agressões aos animais. Há estudos no sentido de que a violência contra animais acende um alerta em relação ao agressor e pessoas, há alguma orientação para as polícias sobre a proteção desses animais não humanos?”	Dr. Renato José De Almeida Costa Filho - Magistrado	Quando atendemos as vítimas, nós psicólogas, assistentes sociais prestamos atenção nessas questões, tanto com relação a animais, a filhos, às crianças envolvidas, a gente já tem esse olhar de como o suposto agressor trata esses animais, isso é um indício de que a pessoa é violenta, se ele ataca o animal para ofendê-lo, pode atacar uma criança.Então, nós temos esse olhar treinado para esse tipo de situação e esperamos que com as capacitações frequentes, os policiais que vão aplicar o questionário nas outras Comarcas eles também tenham.
4	Eixo 3	“A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica”	Tem pergunta da senhora Patrícia da Silva: “A questão do atendimento adequado é muito importante, não basta ter apenas estrutura. Aqui em Cáceres temos a Delegacia da Mulher, mas em 2019 tentei fazer uma denúncia de violência doméstica que envolve um familiar próximo e enfrentei uma burocracia muito grande, passei por vários atendentes só para avaliarem se eu poderia fazer a denúncia, depois tive que contar novamente a história numa sala cheio de estagiários, fiquei super constrangida, apesar de não ser comigo. Depois de uma maratona consegui fazer o boletim, a estrutura do lugar é ótima, mas o despreparo dos atendentes é muito grande ou pelo menos era quando fui atendida.”	Patrícia da Silva	Sim, temos ciência que existem essas dificuldades para transpormos. Nós começamos esse treinamento a partir dessas cidades, Cuiabá, Várzea Grande que são cidades maiores onde fazemos esse treinamento, temos a perspectiva de estar fazendo esse treinamento nas cidades polo. O problema é que a pandemia acaba dificultando um pouco a capacitação porque no nosso entendimento pelo menos ali na ACADEPOL em contato com as outras pessoas que participam da rede conosco, vemos que o aproveitamento do policial é melhor quando é presencial.Tivemos a experiência do ano passado de fazer ela EAD e esse ano fizemos presencial, então percebemos que infelizmente nesse momento não conseguimos trazer o mesmo resultado do presencial. O online foi muito ruim para nós, tem que conversar, olhar no olho, fazer um ambiente acolhedor, porque são temas como o machismo, por exemplo, que quando falamos sobre esse assunto não é todo policial que fica tranquilo para ouvir sobre isso, então, temos que acolher, saber ouvir o que ele pensa sobre isso, ele não pode ficar desconfortável. Em um ambiente online é muito difícil um policial levantar a mãozinha e falar o que ele pensa, em uma sala com poucas pessoas ele vai poder falar sobre isso e vamos trabalhar o que ele pensa, trazer para ele novas perspectivas, outros olhares sobre o machismo que é causador da violência doméstica e sexual de crianças e mulheres.
5	Eixo 3	“A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica”	Me senti contemplada na fala da Jaqueline e quero participar da capacitação que iniciará esse mês, será aberta ao público?”	Edna Oliveira	O serviço social e a psicologia têm feito as pesquisas, são todos parceiros nesse projeto de rede que estamos trabalhando e a capacitação que estamos abrindo agora para o final do mês será para a rede, se essa pessoa estiver em um desses equipamentos da rede, se participa da saúde, da educação, enfim, se é um funcionário que está atuando na rede poderá participar dessa capacitação, que também será gravada e poderá ser acessada depois porque a disponibilizaremos gravada no Youtube
6	Eixo 4	“A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica”	“Sou acadêmica de medicina da UNEMAT e faço parte de um projeto de extensão que visa a prevenção e combate a violência contra a mulher, bem como capacitação para agentes comunitários de saúde que tenham contato bem próximo à mulheres da comunidade. Como fazemos para conseguir essa parceria para adquirir capacitação para atuar na assistência, acolhimento e empoderamento de mulheres vítimas de violência. Acredito que os acadêmicos poderiam contribuir muito junto atenção primária”.	Andy Pinheiro Amaral- Acadêmica de medicina da UNEMAT	Temos que ver em qual unidade da UNEMAT que ela está, qual o município que está trabalhando, porque a rede funciona no município. Ela pode integrar o Ministério Público, procurar a secretaria da assistência de saúde, terá que combinar com os representantes dessas instituições porque percebemos que somente o trabalho voluntariado não garante a efetivação das políticas públicas porque as ações ficam isoladas. Fazemos como Várzea Grande fez, termo de compromisso onde todas as instituições firmaram, assinaram e se comprometeram a integrar a rede e trazer resultado, a conversa fica diferente. Hoje tudo que temos feito em Várzea Grande em relação à política pública tem continuidade, sabemos que começa uma ação que terá continuidade independente dos gestores que estão ali. Então a sugestão que dou é procurar articular essa rede no município onde você está, procurar esses atores
7	Eixo 3	“A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica”	“Como é feito o trabalho de acolhimento e articulação da rede quando a violência doméstica acontece com mulheres trans?”	Vanessa Rosa	Então, tanto em Várzea Grande, vou falar da experiência de Várzea Grande que é onde atuei mais, mas aqui também ela é acolhida, atendida, respeitada na sua condição trans, é atendida como uma mulher trans, tem direito às medidas protetivas, tem todos os direitos garantidos pela lei, a gente faz o acolhimento e temos esse olhar comprometido com a questão da mulher trans. Trabalhamos também com os policiais a questão do preconceito que a gente sabe que existe e é um caminho, Vanessa, a gente sabe ainda que tem muito a trabalhar sobre essa questão, que precisamos ter esse olhar um pouco mais apurado, mas o preconceito não é desconstruído de uma hora para outra. Temos ciência de que alguns policiais tem esse preconceito, mas a gente está trabalhando para que pelo menos minimize dentro da nossa instituição
8	Eixo 3	“A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica”	A respeito do protocolo que foi feito, A Eliene tem interesse em saber onde acessa esse protocolo de intenções para que possa ser levado ao município	Eliene Coelho da Silva	Esse protocolo tem na CEMULHER, tenho certeza que a Desembargadora Maria Aparecida que pode lhe passar. A Doutora Elizabete, que é a psicóloga do CEMULHER pode inclusive passar uma cópia. Ele é público.

9	Eixo 3	O Funcionamento da Rede de Proteção de Cuiabá"	Faço audiência de algumas medidas protetivas para as partes resolverem questões cíveis, somente em crimes menores, poderia a Polícia Civil constar no formulário a opção para a vítima participar de uma audiência, colocar no formulário padrão?".Seria para a vítima optar por poder fazer uma audiência no SEJUSC, principalmente por xingamentos ou situações menos tensas, porque muitas vezes é só um esgotamento do relacionamento, a medida protetiva e sabemos que muitas das vezes é uma coisa séria e outras vezes é uma questão até financeira, uma casa, um carro ou alguma coisa assim que pode encerrar o conflito. Se a Polícia Civil poderia colocar no formulário padrão essa opção, acho que ajudaria bastante, pois estamos tendo bastante êxito em Nova Mutum com essas audiências?	Dr. Cássio Juiz da 1ª Vara de Nova Mutum e SEJUSC,	Acredito que não teremos nenhum problema. Só gostaria de já poder solicitar se o senhor pudesse encaminhar formalmente para a diretoria da Polícia Civil para que isso se tornasse uma padronização no Estado, porque no nosso atendimento hoje temos uma normativa de padronização do atendimento à mulher e essa medida protetiva que o senhor recebe no Município, é a mesma, é o mesmo formulário que aplicamos em qualquer delegacia e para que conste nesse formulário de todas as delegacias no Estado de Mato Grosso, nas quais onde essa vítima entrar para pedir uma medida protetiva conste o mesmo formulário. Se o senhor puder fazer essa provocação, encaminhando-nos esse pedido para que a nossa diretoria adjunta faça constar em todos os formulários, porque mudaria a nossa normatização interna para fazer constar esse detalhe dentro da medida protetiva. Aqui em Cuiabá temos um modelo de termo de declaração no qual já adicionamos algumas dessas questões como, por exemplo, quando a vítima precisa de uma ajuda da patrulha e fazemos constar no termo de declaração dela a pergunta: "Você deseja o atendimento da Patrulha Maria da Penha?". Já fazemos constar, por exemplo, a questão também da própria vítima quando ela deseja uma indenização pelos danos decorrentes da violência doméstica e também já temos essa pergunta no próprio termo de declaração, para que quando o juiz receba o pedido da medida protetiva, já esteja ali a resposta dessa vítima para essas questões. Acho que seria de bom alvitre ou colocarmos dentro do próprio termo de declaração da vítima, fazendo constar essa pergunta ou na própria medida protetiva abriremos um campo específico para poder então fazer esse adendo, mas não temos problema nenhum em acrescentar.
10	Eixo 3	O Funcionamento da Rede de Proteção de Cuiabá"	"As redes de proteção atendem apenas às vítimas ou também os filhos menores de idade ou ainda o agressor"?	sem identificação	a rede é feita, inicialmente é o atendimento à vítima, temos a rede de enfrentamento e a rede de atendimento, nós não pontuamos aqui essa questão da diferenciação entre o que é uma rede de atendimento e o que é uma rede de enfrentamento, mas estamos falando aqui da rede de enfrentamento, que são aqueles órgãos que primeiro fazem esse enfrentamento à violência, ou seja, esse atendimento à mulher. Mas, dentro da rede de atendimento, que é aquele ciclo maior, essa rede é composta sim de outros organismos que fazem esse atendimento, esse acolhimento tanto à mulher quanto à criança, ou seja, à família e esse agressor. O exemplo citado aqui pela Jaqueline, inclusive, foi o grupo reflexivo de homens dentro da rede de Várzea Grande. Hoje temos aqui um trabalho com o Doutor Jamilson na Vara de Violência Doméstica de Cuiabá que é realizado com os homens agressores e essa rede pode e deve trabalhar dentro de todo enfrentamento das questões da mulher, dessa criança, desse agressor e da família.
11	Eixo 3	O Funcionamento da Rede de Proteção de Cuiabá"	Com relação à atuação da rede de atendimento e a rede de proteção, se existe um padrão, uma forma de atuação.Existe alguma coisa previamente definida, como que essa rede deve funcionar na prática? Até mesmo para, de repente, termos uma base para que seja realizado em todos os Municípios, alguma coisa nesse sentido.	Tenente Coronel PM Emirela Perpétua Souza Martins (Coordenadora da Patrulha Maria da Penha)	Temos uma rede que funciona muito bem, inclusive, é referência não só aqui em Mato Grosso, mas no Brasil que é a rede de Barra do Garças. Se nós, por exemplo, pegarmos a rede de Barra do Garças e a rede de Várzea Grande perceberemos que elas atuam de maneira diferente. O fluxo da rede de Barra do Garças não é o mesmo fluxo da rede de Várzea Grande. O que determina esse fluxo são os órgãos que você tem dentro de determinada área. Por exemplo, o Município de Cuiabá tem diversas organizações civis que podem estar participando conosco, temos todos os segmentos que atendem a violência contra a mulher, por exemplo, hoje a Defensoria Pública tem um núcleo de atendimento à mulher que não existe nos outros Municípios do Estado. O fluxo é particular dentro da sua realidade e de cada Município, por isso disse nosso desafio que precisamos construir o nosso fluxo de rede aqui em Cuiabá, dentro das nossas particularidades e dentro daquilo que temos de serviço aqui. Ou seja não existe resumidamente uma organização ou não existe apenas um tipo de fluxo para que seja colocado em todos os Municípios, pois cada Município vai construir o seu fluxo de rede.
Total	**22**				

6.8 Deliberações

Após a apresentação dos painéis e realizados os debates, foram registradas as seguintes deliberações:

- Realizar reunião com o Desembargador Corregedor-Geral da Justiça, Desembargadora Vice-Presidente do TJMT e também Coordenadora do CEMULHER, Juíza Auxiliar da Corregedoria, Delegada de Polícia Civil, Tenente Coronel da Polícia Militar e da Patrulha Maria da Penha, Secretária de Assistência Social e Secretário da Casa Civil para definir ações para expansão da Patrulha Maria da Penha para as comarcas polos do Estado de Mato Grosso;
- Realizar reunião com membros da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica em Cuiabá/MT para estabelecer um procedimento padrão para conhecimento e reconhecimento do trabalho para que as pessoas que atuam nessa rede possam ter conhecimento de qual é a sua função;
- Estabelecer ações para fortalecer e integrar as entidades que formam a Rede de Proteção de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e criação da rede onde exista a Patrulha Maria da Penha;
- Realizar um encontro de Redes para alinhamento de um protocolo de atuação.

Diagnóstico da
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
no ano de 2020

7. PROPOSTA DE METAS

Como um dos objetivos da Audiência pública é a contribuição para uma gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do CNJ, o Poder Judiciário de Mato Grosso registra as seguintes sugestões:

7.1 Proposta de Metas Nacionais

META 1

Criação de um Protocolo Padrão Nacional de atendimento à mulher vítima de violência doméstica.

META 2

Implantar Rede de Enfrentamento e Proteção à mulher vítima de violência doméstica em 30% das Comarcas.

META 3

Implantar pelo menos um Centro Especializado de Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em cada Estado.

7.2 PROPOSTA DE METAS ESPECÍFICAS PARA OS TRIBUNAIS ESTADUAIS

META 1

Capacitar 100% Membros e Técnicos da Rede de Enfrentamento na área da prevenção e combate à violência contra mulher.

META 2

Capacitar 100% Magistrados se todas as Unidades Judiciais no tema de violência doméstica contra a Mulher.

Diagnóstico da
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
no ano de 2020

8. ATA DA AUDIÊNCIA

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL "DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA EM 2020 E ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO".
ATA nº. 13/2021-CGJ (Cia nº. 008380-97.2021.8.11.0000).

Aos **nove** dias do mês de **Abril** do ano de **dois mil e vinte e um**, às 13 horas e 30 minutos, de forma virtual, com transmissão pela *internet*, por meio da plataforma *Teams* e pelo Canal Oficial do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso no *Youtube*, **a Excelentíssima Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Christiane da Costa Marques Neves, deu início** a Audiência Pública regulamentada pela Portaria Conjunta nº. 316/2021, levada a efeito pelas Excelentíssimas Presidente e Vice-Presidente deste e. Tribunal de Justiça e pelo Excelentíssimo Corregedor-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e demais órgãos parceiros, para debater e deliberar com a sociedade mato-grossense em geral, acerca da efetividade do tema "*Diagnóstico da Violência Doméstica durante a Pandemia em 2020 e Estratégias para melhoria do Sistema de Proteção*", visando discutir com a sociedade os diferentes perfis de violência doméstica e familiar que ocorrem no Estado, de forma a possibilitar identificação de novas práticas e para coibir a prática dentro do ambiente familiar, especialmente durante a pandemia da COVID-19. O Mestre de Cerimônias, Sr. Jhonny Marcus anunciou que a **Excelentíssima Presidente do Tribunal de Justiça/MT, Desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas**, faria o pronunciamento de abertura do evento. Ao iniciar sua fala a Desembargadora Presidente saudou a todos e aduziu que o Poder Judiciário se sente honrado em receber profissionais das mais diversas instituições para discutir a violência doméstica contra a mulher, que tem atingido patamar cada vez mais assustador em Mato Grosso, como vocês verão ao longo desta Audiência Pública. Muito já avançamos por meio deste trabalho integrado, mas muito ainda há por fazer, visto que vivenciamos hoje uma pandemia dentro de outra pandemia. Afirmou que um dos grandes desafios é conquistar o comprometimento da sociedade no enfrentamento à Violência contra a Mulher. Somos todos responsáveis pelos altos

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

índices registrados em Mato Grosso. Disse que somos todos responsáveis, na medida em que somos coniventes com práticas machistas que sufocam qualquer tentativa de alcançar a equidade de gênero. Muitos de vocês podem estar se perguntando, por que, afinal, a presidente do Tribunal de Justiça vem novamente falar em machismo e equidade de gênero, quando o que está em discussão é muito mais grave?! É porque os conceitos estão entrelaçados. O silêncio das vítimas, a omissão da família e a indiferença dos vizinhos, estão calcados no machismo tão presente na cultura brasileira. Viver em uma sociedade machista provoca a sensação de que você vale menos que o homem que te agride. Viver em uma cultura machista leva milhares de vítimas a aceitar a violência com resignação. As estatísticas mostram que em torno de 30% das mulheres vítimas de feminicídio não denunciaram as agressões que vinham sofrendo, muitas delas há vários anos. Ou seja, o machismo está no cerne da violência contra a mulher e a solução do problema passa pela ressignificação do papel da mulher na nossa sociedade. Por isso eu sempre digo que a luta pela equidade de gênero não deve ser só das mulheres. Em um passado recente, me causava desânimo quando chegava a um evento para discutir este tema, e me deparava com um público formado quase que totalmente por mulheres. Percebia que ainda temos um longo caminho pela frente. Mas ao longo dos anos agregamos grandes parceiros do sexo masculino, não apenas na magistratura, mas em diversas outras instituições. Um deles é o meu amigo, Desembargador José Zuquim Nogueira, que tanto nos honra ao empunhar esta bandeira. Na pessoa do Desembargador Zuquim e da nobre Vice-Presidente, Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, agradeceu a presença de todos. Em seguida, a palavra foi passada à **Excelentíssima Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, Vice-Presidente do TJMT e Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher – CEMULHER**, que iniciou sua fala cumprimentando a todos e enfatizando que o tema escolhido, “Violência Doméstica durante a Pandemia em 2020 e Estratégias para Melhoria do Sistema de Proteção, foi muito bem escolhido e não poderia ser mais bem discutido. Disse que o novo Coronavírus (COVID-19) atingiu e continua atingindo milhões de pessoas no mundo e não poderia ser diferente em relação à violência contra a mulher. A

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

pandemia provocou grande preocupação com a saúde e economia e deu causa ao aumento da violência doméstica e familiar sofrida por mulheres, crianças e adolescentes que, diante da necessidade de isolamento em seus lares, passaram a conviver dia e noite com seus agressores. É quase impossível separar hoje o agressor das agredidas. Muito complicado em função da necessidade do isolamento dentro de casa. A violência contra a mulher é estrutural no Brasil e tão enraizada que se reproduz de forma automática, natural. É necessário um diálogo entre as redes de enfrentamento. É preciso um debate entre autores sociais e a comunidade jurídica para o devido acolhimento e atendimento da mulher vítima da violência doméstica e familiar. Necessitamos de ações efetivas, a fim de que a situação da violência contra a mulher seja extinta, acabada de uma só vez, e acredito que dentro desta perspectiva, podemos compreender e discutir o complexo e dinâmico fenômeno da violência contra mulher frente à pandemia. Não é uma discussão paralela, temos que analisar todas as questões e as causas oriundas desta violência durante a pandemia, quais as ações que poderíamos utilizar para combater a violência. Nós temos várias ações, o CEMULHER tem discutido juntamente com os magistrados responsáveis pelas varas de violência doméstica todas as ações possíveis para combater a violência doméstica, verificar formas mais práticas para atingir justamente aqueles que precisamos atingir, que são os agressores. Precisamos verificar que a impunidade gera uma necessidade de se combater, de verificar o que está acontecendo. Há pelo CNJ a exigência de cumprimento de metas, que faz com que todos os magistrados das varas de violência doméstica possam analisar principalmente a questão do número de inquéritos parados nas delegacias de polícia, o número de processos de medidas que ainda não chegaram ao seu final, que se não se chega a uma punição efetiva, ou seja, fica ao meio termo como se nada tivesse acontecendo. A mulher fica um pouco receosa de procurar autoridade policial, autoridade judicial para fazer a reclamação, porque pensa que não adianta fazer porque não vai dar em nada. E isso nos deixa em uma situação de descrédito, precisamos tratar a questão da violência doméstica e familiar com esse olhar de que precisamos também verificar o lado do agressor, do que podemos fazer para melhorar

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

o olhar do agressor frente à agredida, porque muitas vezes para ele uma agressão é sinal de afeto, ele não vê aquilo como realmente agressão, é cego, não enxerga. Durante esse período, essa data, dentro deste contexto, a Corregedoria-Geral de Justiça propôs, por meio desta audiência pública, a discussão de três eixos importantíssimos: O aumento da violência sexual na pandemia; Patrulha de Maria Penha, que é importantíssima, e Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica. Todos esses três eixos juntam-se, e com certeza no final desta tarde obteremos soluções, ações para que possamos realmente praticá-las e obter um resultado positivo. Agradeceu a presença de todos, à Coordenação CEMULHER está à disposição de todos, está sempre ao lado da nossa presidente, da Corregedoria, temos magistrados das varas de violência doméstica que formam esta Coordenação, e estamos todos no sentido de juntar, analisar e obter mecanismos voltados a proteção da mulher em situação de violência doméstica e principalmente criança e adolescente também vítimas de violência sexual, que é o que temos constatado constantemente. Parabenizo o nosso Corregedor pela escolha do tema, dos eixos a serem discutidos e nos colocamos à disposição. E agradecer a presença de todos, agradecer principalmente àquelas pessoas, por exemplo, a Coronel Emirella que está ali frente a Patrulha Maria da Penha e todos aqueles que estão voltados na discussão deste tema. Após, a palavra foi dada ao **Excelentíssimo Senhor Desembargador José Zuquim Nogueira, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso,** que iniciou seu discurso saudando a todos e agradecendo a Deus pela oportunidade que está nos oferecendo de estarmos aqui reunidos, e que ao final tenhamos sucesso nessa reunião conforme pretendido. Registrou a sua enorme satisfação de estar entre duas grandes mulheres nessa administração, a Presidente Desembargadora Maria Helena G. Póvoas e a Vice-Presidente e Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, e, por intermédio delas, saúdo a todas as mulheres que aqui se encontram. Deu boas-vindas a todos. A oportunidade única de ouvir os Poderes, segmentos e a própria sociedade que sofre com um mal cultural. Talvez um dos mais difíceis de extirpar do seio da sociedade. Ele não escolhe classes, mas envolve gêneros. Homens e mulheres em lados opostos e é isso que a

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

Corregedoria-Geral da Justiça do Poder Judiciário de Mato Grosso não quer. Disse que em geral a violência contra a mulher é praticada dentro de casa, onde esperamos maior acolhimento e proteção. Um contrassenso que devemos lutar para resolver, e esta luta deve ser de todos nós. Alguns juízes mantêm programas de esclarecimentos e mudanças comportamentais dos agressores que carregam esses traços. Traços que muitas vezes, tornam-se golpes, e marcam a vida de suas companheiras, e em muitos casos, tiram o direito fundamental da vida daquela que é mãe, companheira, amiga, profissional, filha... A violência contra a mulher é uma “pandemia” que vivenciamos desde os primórdios de nossa sociedade, por vezes, já tivemos leis que ampararam a violência contra a mulher. Agora os tempos são outros. Enquanto o Coronavírus nos cobra mais amor ao próximo, pelo sofrimento, a violência contra a mulher nos cobra mais sororidade, pela forma como as perdemos de nosso convívio. Durante a Décima Sétima Semana da "Justiça pela Paz em Casa", a Corregedoria Geral da Justiça realizou por meio de 29 varas, 1.638 audiências relacionadas ao tema. Agradeço aos abnegados magistrados e servidores do Poder Judiciário que chamados neste momento tão difícil, se apresentaram ao trabalho árduo que visa punir o praticante da violência e diminuir este tipo de crime. A Justiça protege as mulheres, aumentando a concessão de medidas protetivas de 7.408 em 2019, para 9.693 em 2020. Devemos também debater sobre a efetividade destas medidas. Elas estão assegurando de fato as mulheres que colocam suas vidas em nossas mãos? Os principais apontamentos nos mostram que sim. Este tema estará em nossos debates de hoje também, assim como o Aumento da Violência na Pandemia e o Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica. Mantivemos a estrutura das 2 Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, em Cuiabá, 1 em Várzea Grande e 1 em Rondonópolis, além das outras varas que atendem a todos os Municípios mato-grossenses nesta necessidade. Queremos cumprir com a Resolução 221/2016 do CNJ, que Institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça, incluindo dentre as modalidades de participação (inciso V, do art. 4º), a audiência pública, como meio de participação

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

direta, aberta a qualquer interessado, em que possibilita a manifestação oral e escrita dos participantes, nos termos do regramento publicado, e tem por objetivos possibilitar a expressão de opiniões, especializadas ou não, e a obtenção de soluções para demandas específicas. Nesse sentido, ao final dos debates, serão encaminhadas as deliberações acerca do tema aqui abordado, para o c. Conselho Nacional de Justiça, na rede de Governança Nacional, visando a elaboração de metas nacionais para o ano de 2022. Ou seja, todos, Poderes, segmentos e sociedade, serão donos de nosso futuro. Faremos um futuro melhor, nesta oportunidade. Finalizada a Parte I da Audiência Pública, o Mestre de Cerimônias, deu início à Parte II, convidando as autoridades para a composição da mesa de trabalho a ser desenvolvido em 03 eixos. De início assumiu a palavra, a **Excelentíssima Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Christiane da Costa Marques Neves** desejou que fosse realizado um bom trabalho, um trabalho profícuo, que as propostas fossem levadas ao CNJ para conseguir obter êxito no combate à violência doméstica. Aduziu que o ideal seria que não tivéssemos que discutir esse tema, o ideal seria que isso não acontecesse, mas já que acontece, precisamos tratar dessa situação tão delicada. Após, descreveu os objetivos e a metodologia da Audiência Pública, sobrelevando o objetivo geral de discutir com a sociedade os problemas da Violência Doméstica no Estado de Mato Grosso em busca de meios para coibir todo tipo de violência praticada entre os membros que integram um ambiente familiar em comum, nos termos do artigo 2º do Regimento Interno, propondo, para tanto, os temas: **I – "Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia – relatório de dados"; II – "Eixo 2: Patrulha Maria da Penha – a experiência do Estado de Mato Grosso"; e, III – "Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica**". Quanto à metodologia e a ordem da Audiência Pública, destacou: a disposição dos temas a ser analisados tendo a equipe expositora 30 minutos para cada apresentação, seguida dos questionamentos dos participantes. No Eixo 1 com o tema: "O aumento da violência sexual na Pandemia – relatório de dados", **a palestrante, Excelentíssima Dra. Maria Mazarelo Farias Pinto, Juíza de Direito da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de**

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

Rondonópolis/MT, iniciou sua fala, destacando a eficiência da Alta Administração do e. Tribunal de Justiça do Estado na adoção de uma Política de Governança no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher que tem demonstrado enorme alcance não só de natureza institucional como também social. Disse que como Magistrada procura exercer um trabalho que não se restringe ao âmbito da judicatura propriamente dita. Reconheceu e reafirmou a necessidade de combater as causas sociais de todos os tipos de violência, geradoras de crimes, atreladas às questões culturais da nossa sociedade, ainda tão patriarcal e repleta de expressões machistas acumuladas por séculos na sociedade. Aduziu que em tempos de Covid-19, por certo, tem surgido outras demandas de maior atuação estatal, entretanto, é extremamente importante que operadores jurídicos e aqueles a quem compete a formulação de políticas públicas assegurar a garantia de padrões mínimos de vida para que a população esteja livre de qualquer tipo de violência doméstica. Importa registrar que a violência doméstica, especificamente a violência sexual é um tema relevante em tempos de pandemia, porque a conjuntura socioeconômica e cultural tende a aumentar se não houver esse freio estatal e o compromisso de todos neste mister. E isto porque, especificamente no eixo ora sob enfoque, a violência sexual praticada contra mulheres adultas e também contra crianças e adolescentes por pais, padrastos, avôs e tios, evidentemente, exige um olhar, uma atenção e uma estratégia de enfrentamento bastante diversa. Em ambas as situações se tem, num primeiro momento, um quadro de dependência financeira e, claro, a saída da situação de violência torna-se ainda mais difícil não só por causa da restrição de serviços e a própria movimentação imposta pela quarentena, sem contar ainda, a diminuição da renda e a própria convivência diária e ininterrupta com o agressor. Sabe-se também, que ainda não se tem uma cultura do atendimento médico, com direitos aos remédios contra infecções sexualmente transmissíveis, a pílula do dia seguinte e demais garantias legais, mesmo inexistindo queixa na polícia. Diante de tantos embaraços, estima-se que no Brasil apenas 10% dos casos de estupro sejam denunciados. Isto significa que 90% das vítimas preferem o silêncio, seja por medo, ou porque não pretende ser revitimizada, pela própria dificuldade em compreender,

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

aceitando a ocorrência do crime, ou até mesmo porque não acredita na eficiência da lei. E, como já destacado, é remansoso o entendimento na doutrina que os principais fatores que são determinantes para o silêncio da mulher são a culpa e a vergonha. O crime de estupro está previsto no Artigo 213 do Código Penal, com a redação dada pela Lei 12.015/2009, sendo considerado um dos crimes mais violentos, portanto hediondo. Frisou que a essa nova redação contida no Título VI do Código Penal, como já dito, foi dada pela Lei 12.015/2009, de acordo com a evolução social e com o desdobramento dos trabalhos da CPI da Pedofilia, alterando a redação anterior que previa os Crimes contra os Costumes, pois tal expressão, segundo afirmado, já não traduzia a realidade do bem juridicamente protegido. Dessa forma, o Capítulo passou a prever Crimes contra a Dignidade Sexual. Os estudiosos sustentam que essa mudança na Lei aumentou os casos de estupros registrados, mas está muito aquém da realidade, ou seja, são subnotificados. Segundo o relatório extraído da Superintendência do Observatório de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, foram registrados, em 2019, 395 casos de Estupro em geral; e de janeiro a novembro de 2020 foram registrados 402 casos do mesmo crime, revelando um aumento de 2% no período da pandemia. Ainda pela mesmo relatório, no Estado de Mato Grosso foram registrados 212 casos de Assédio Sexual em 2019 e 165 entre janeiro a novembro de 2020, com déficit de 22%. Entretanto, foram registrados 162 casos de Importunação Sexual, crime previsto no Artigo 215-A, em 2019 e 186 em 2020, com aumento de 15%. Outro dado alarmante, em 2019 foram denunciados 05 casos do crime previsto no Artigo 216-B do Código Penal "produzir, fotografar, filmar ou registrar por qualquer meio conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes"; e no mesmo período entre janeiro a novembro de 2020 foram denunciados 18 casos, com um aumento de 260%. Essas ocorrências relatadas pela Secretaria Adjunta de Inteligência, através da Superintendência do Observatório de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, envolveram vítimas com idades entre 18 e 59 anos. Registro que foi lançada a 14ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, isto em 2020, sob o contexto da pandemia da COVID-19, onde podemos constatar a irrefutável ocorrência de

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

violência de gênero. Fez destaque aqui que, como já afirmei, na edição de 2015 do referido Anuário, os pesquisadores mostraram que havia um estupro a cada 11 minutos no País. A edição desse mesmo Anuário em 2020, mostra que um crime do tipo foi registrado a cada 8 minutos em 2019. Ou seja, foram 66.123 Boletins de Ocorrência de Estupro e de Estupro de Vulnerável registrados em Delegacias de Polícia apenas no ano passado, e a maior parte das vítimas é do sexo feminino – cerca de 85,7%. Os pesquisadores ainda apontaram no referido Anuário que 57,9% das vítimas tinham no máximo 13 anos de idade, cujo padrão se repete em todo País e os agressores são, em geral, seus conhecidos e tem algum tipo de vínculo afetivo com o estuprador que podem ser pais, padrastos, tios, vizinhos, amigos, revelando que o perigo mora, quase sempre, dentro de casa. O assunto ora sob enfoque tem múltiplas facetas de análise de perfil tanto do estuprador quanto das vítimas. Mas é muito importante ressaltar que os números remetem à necessidade de caráter urgentíssimo de orientar e educar as crianças e jovens para que aprendam a proteger-se contra a violência sexual. Sempre defendi a tese de que os professores devem ser treinados a ter um olhar clínico para a criança com *déficit* de aprendizado, aquela que demonstra comportamento diferente seja com nível de agressividade ou timidez exagerada, a que chora, ou outro qualquer indicativo que necessite de uma avaliação psicossocial. Sou de parecer que o ideal seria que, em cada unidade escolar haja uma equipe multidisciplinar constituída por um profissional da psicologia e da assistência social que, junto com a Rede de proteção naquela cidade possa ser realizado todo o procedimento necessário. É urgente que se adote políticas públicas neste sentido. O crime de Estupro de Vulnerável está previsto no Artigo 217-A, do Código Penal. Recentemente, foram introduzidas inovações legislativas aos crimes sexuais no enfretamento da criminalidade com a edição da Lei 13.718, de 2018, estabelecendo no Artigo 234-A, o aumento da pena, se o crime resultar gravidez. Anotou que já presidiu a instrução e julgou um processo dessa natureza no ano de 2017. A vítima, menor, com 15 anos de idade quando a ouvi, estava grávida do próprio pai que abusava dela desde os seus 8 anos de idade. Naquela data memorável, sob todos os aspectos, ela estava no oitavo mês de gestação, tendo dito

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

que a família, unida, iria criar o filho que ela esperava. As pesquisas apontaram que, no primeiro ano de vigência da Lei em 2019, foram registados 8.068 casos de Importunação Sexual no Brasil, cujo crime está previsto no Artigo 215-A do Código Penal. A seguir, com o objetivo de demonstrar a gravidade do assunto em seus diversos matizes e a necessidade do olhar e zelo de todos os gestores públicos e da sociedade civil organizada, noticio que perante a Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar de Rondonópolis, atualmente tramitam, dentre outras mais de mil Ações Penais, 26 Ações de Estupro de Vulnerável e 08 Ações de Estupro. No ano de 2019 foram distribuídas 54 Ações de Estupro de Vulnerável, 22 Ações de Estupro e 06 Ações de Atentado Violento ao Pudor. Durante a Pandemia, em 2020, foram distribuídas 35 Ações de Estupro de Vulnerável e 08 Ações de Estupro. Veja o número expressivo e inaceitável de crimes de Estupro de Vulnerável. Desde a instalação da Vara Especializada de Violência Doméstica na Comarca de Rondonópolis no ano de 2007, especificamente sob o assunto ora em foco, foram distribuídas 352 Ações de Estupro de Vulnerável e 307 Ações de Estupros, segundo dados contidos no Apolo e no PJE. Evidentemente que combater a pandemia sexual sem uma Rede de apoio, sem o compromisso e engajamento de todos os seguimentos da sociedade é impossível. Convenço-me, após reiteradas experiências de natureza processual na judicatura de que o silêncio das vítimas fortalece o sentimento de impunidade e faz despertar o "apetite" do violentador de menores, porque, aquele, certamente, está muito aquém do status de moralidade que se espera de alguém que tem o dever de adotar conduta diversa. Em Rondonópolis, como Magistrada titular da Vara, mantenho projetos, realizo palestras, entrevistas, mutirões, mas, reproduzo aqui uma invocação de uma Amiga muito iluminada que disse: *"A sociedade deve responder pelos elementos que a constituem, pelos conflitos que produz, assim como assume as glórias e conquistas dos felizardos que a compõem".* Feitas as colocações, a insigne Magistrada agradeceu profundamente a realização da audiência. A Dra. Christiane da Costa Marques Neves, Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça retomou a palavra, agradecendo a Doutora Maria Mazarelo pela explanação. Aduziu que infelizmente ainda temos realmente muita

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

situação de pessoas que não tem coragem de denunciar, e que é isso que a presidente do Tribunal de Justiça tanto salienta, da necessidade da "Justiça com Equidade", da necessidade da justiça inclusive com eficiência e com equidade e do trabalho dos nossos colegas magistrados em coibir essa prática tão terrível. Concordou com a palestrante, que a educação é o primeiro passo, ou seja, ensinar as crianças a se defenderem, a perceberem o toque diferenciado, o que não os agrada. Esses dias atrás e principalmente agora nós temos notícia na imprensa de violência contra criança, ainda que não seja de natureza sexual, mas que reforça a ideia de que precisamos estar atentos o tempo todo às nossas crianças. Agradeceu imensamente as palavras. A Dra. Christiane da Costa Marques informou que passaria para a Segunda palestra, que correspondia ao **Eixo II: "Patrulha Maria da Penha (A Experiência do Estado de Mato Grosso)"**, passando a palavra para a Senhora **Tenente Coronel da Polícia Militar de Mato Grosso, Emirela Perpétua Souza Martins, Coordenadora da Patrulha Maria da Penha,** que informou que compartilharia a apresentação com o propósito de apresentar nossa experiência, usando como referência os dados, os resultados obtidos pela Patrulha Maria da Penha no ano de 2020. Destacou que a Patrulha Maria da Penha é um serviço realizado pela Polícia Militar com caráter operacional e especializado. Destacou essas duas informações características para evidenciar que não se trata de um serviço administrativo nem tampouco um serviço ordinário, pois é desenvolvido com saberes específicos, no caso sobre violência de gênero e afins; e é também uma atividade operacional, trabalho especializado assim como temos exemplo que podemos citar, tais como: policiamento de trânsito, policiamento ambiental, a força tática, o BOPE, entre outros policiamentos especializados existentes na Polícia Militar que também precisam de conhecimento específico para o seu desenvolvimento. Guardadas as devidas proporções com relação à doutrina sobre modalidade de policiamento, tem o caráter operacional por estar na rua fazendo atendimento de ocorrência e especializado por possuir conhecimentos específicos para seu desenvolvimento. Nosso objetivo é fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência contida na Lei 11.340, determinadas pelo Poder Judiciário. Não são todos os processos que

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

possuem medida protetiva de urgência que são encaminhados para a Patrulha Maria da Penha. Por norma, recebemos aqueles que, além da medida protetiva também precisam do acompanhamento, de serem inseridas no programa de proteção para potencializar justamente a situação do risco, potencializar, na verdade, a situação de proteção da mulher e por consequência o cumprimento das medidas protetivas de urgência. Então são aqueles casos em que, de certa forma, existe necessidade de atenção ou por conta de um risco maior que existe para integridade física, para a vida dessa mulher que está sendo atendida. Partindo desse ponto, os processos judiciais tornaram-se a principal pauta de acesso ao programa de proteção, pois através das varas que atendem esses casos é onde recebemos a maior demanda de atendimento, isso porque o pressuposto da atuação da patrulha Maria da Penha é justamente a existência da medida protetiva. Isso não quer dizer que nossa atuação é limitada, também atendemos vítimas que não possuem medida protetiva de urgência ou até mesmo que não possuem um boletim e ocorrência registrado. Até mesmo em atenção à situação da pandemia que é algo que vem sendo observado como diretrizes de atendimento às vítimas de violência doméstica produzido pela ONU nesse período de pandemia. Nosso objetivo é justamente priorizar a proteção imediata da mulher, em especial na situação que estamos vivendo atualmente. As formalizações necessárias para continuidade, ou seja, o boletim de ocorrência, que é necessário registrar e sua continuidade para o inquérito e na sequência do processo são providenciados após o ingresso dessa mulher no programa de policiamento. A partir desse ponto, a patrulha Maria da Penha recebe casos encaminhados pelas instituições que compõem a rede de atendimento. Recebemos demandas espontâneas, aquelas que partem da própria vítima ou de alguém próximo dela que tenha conhecimento da violência doméstica que ela está vivendo. As redes sociais são uma das principais formas de alternativas dessa vítima até mesmo de parentes e amigos, pedirem ajuda por ela. A partir da fiscalização dessas medidas protetivas de urgência oficializamos essa proteção à mulher e evitamos a reincidência da violência doméstica, em especial o crime de feminicídio. O Programa de Policiamento da Patrulha Maria da Penha, como consta em nossa apresentação, foi institucionalizado pela Polícia Militar em julho de 2020,

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

usamos como referência para criação do programa o trabalho que é a Patrulha Maria da Penha que foi desenvolvida pela Polícia Militar do Rio Grande do Sul, a Brigada Militar e outras iniciativas pertencentes a nossa instituição com outra roupagem, também foram úteis para produção, para construção do projeto. O plano era ativar no mês de março de 2020, estava previsto para essa situação ocorrer justamente uma semana depois do início da pandemia. Foi necessário readequar todo o planejamento e implantar oficialmente o programa quatro meses depois. O plano de expansão do serviço para atender os 141 municípios do nosso estado é ter uma patrulha Maria da Penha ativa no Primeiro Comando Regional, que está localizado em Cuiabá, atuando na sua respectiva circunscrição que engloba a cidade de Chapada dos Guimarães, a cidade do Santo Antônio do Leverger e alguns outros distritos, atuando em toda circunscrição. Também uma patrulha Maria da Penha ativa no Segundo Comando Regional, que fica em Várzea Grande, atuando em sua circunscrição e todas as unidades que a compõem. E uma patrulha Maria da Penha ativa em cada cidade que tiver um batalhão ou uma companhia independente atuando da mesma forma, na mesma área em que essas unidades atuam. Desta forma, conseguiremos estar presente em todos os municípios, cientes das dificuldades de estrutura, mas todas serão pontuadas e com o tempo e investimento necessário iremos superá-las. A coordenação estadual da Patrulha Maria da Penha, a qual estou à frente, agora, responsável por fazer o gerenciamento das políticas públicas para execução do programa. Nossa situação atual, as patrulhas que estão ativas, coordenação ativa das 14 (catorze) patrulhas Maria da Penha atuantes no Estado de Mato Grosso atuando em 18 (dezoito) municípios, 8 (oito) em processo de ativação para este ano e 10 (dez) em processo de ativação para um segundo momento, uma segunda etapa. É um trabalho, um serviço de caráter especializado, que precisa de conhecimentos específicos e capacitamos 101 (cento e um) policiais militares, na oportunidade em que fizemos quatro turmas, para atender as regras de biossegurança. Fizemos quatro turmas, uma em Cuiabá, Sinop, Barra do Garças e Juína, para que pudéssemos desenvolver as habilidades policiais necessárias para executarem esse serviço. Além dos policiais militares estiveram presentes também na nossa capacitação 32 (trinta e

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

dois) membros da rede de atendimento às vítimas de violência doméstica. Trago informações mais detalhadas com relação à atuação da Patrulha Maria da Penha, como disse, presente em 18 cidades, todas elencadas no gráfico apresentado, é uma informação atual, fechada este mês. É um serviço destinado às vítimas de violência doméstica e familiar. Temos duas cidades que além das vítimas de violência doméstica atendem outros grupos vulneráveis, mas sem prejuízo ao Programa Patrulha Maria da Penha. Nosso protocolo: na primeira visita realizada à vítima de violência doméstica é explicado todo o procedimento, como que funciona o serviço e buscamos por parte dessa mulher o aceite, tudo ocorre conforme o aceite dessa mulher, nada é imposto, nada é determinado, ela participa da decisão. Inclusive, acreditamos que isso é uma forma de empoderar a vítima auxiliando no processo pelo qual está passando e que precisa para poder sair desse ciclo da violência. A vítima tem autonomia para decidir em receber ou não o serviço. A frequência é definida conforme o caso vivenciado por cada mulher e a partir daí entendemos ser um serviço humanizado e individualizado, justamente porque atende às necessidades da mulher que está em atendimento. Não há uma regra, um padrão, para determinar para todas as mulheres. A duração do atendimento segue conforme o prazo de validade da medida protetiva de urgência. Inclusive, se ela for prorrogada, o atendimento ou acompanhamento da Patrulha Maria da Penha também é prorrogado. Nas visitas fica tudo definido com a mulher, mas daremos prioridade para ser realizado na residência em que a mulher está vivendo no momento, porque é possível, temos esse preparo do policial também para esse olhar cuidadoso, em conseguir captar, colher outras informações além da fala da atendida. Após, as demandas identificadas nessa visita, são encaminhadas para as instituições que compõem a rede. Os casos que fogem da competência de atuação da Polícia Militar, como, por exemplo, uma situação de risco social alimentar ou até mesmo menores fora da escola, são encaminhados mediante formulários encaminhados para as instituições e depois recebemos o retorno, a devolutiva do atendimento, porque todas essas informações são úteis para que a Patrulha Maria da Penha continue no atendimento com caráter humanizado e individualizado, pois sabemos que a situação

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

de violência interfere diretamente na permanência ou na ruptura do ciclo. A Patrulha possui um telefone funcional, é fornecido esse número para a mulher atendida, o telefone é disponibilizado apenas e tão somente para as mulheres que estão em atendimento pela Patrulha Maria da Penha. Não realizamos uma divulgação aberta para evitar que a patrulha perca o foco do programa que definimos, que é exatamente atendimento dessas mulheres. O atendimento das ocorrências, das emergências de violência doméstica que está ocorrendo no momento, continua sendo realizado pelas guarnições do serviço ordinário, solicitados via 190. Todas as visitas que são realizadas para as mulheres são registradas devidamente em formulários com identificação da guarnição que fez a visita e da mulher atendida, todos digitalizados e encaminhados para a respectiva vara responsável pelo processo da atendida. O foco sempre será da fiscalização voltada para a vítima, por meio dela que verificamos, fiscalizamos se as medidas estão sendo cumpridas. O agressor recebe a visita da Patrulha Maria da Penha, que não tem o caráter ou um efeito de dissuasão, de uma possível conduta de descumprimento por parte dele. Observamos que a atuação da visita da Patrulha Maria da Penha ao agressor tem efeito pedagógico. A visita ao agressor é a grande “sacada” para efetividade do serviço da Patrulha Maria da Penha, porque estudando e pesquisando sobre o assunto e atendendo ocorrências sobre a temática, observamos que existem “agressores e agressores”, como diz o Doutor Vagner Dupim, Juiz da cidade de Juína. Há o agressor que, o simples fato de ter um boletim de ocorrência registrado com seu nome, serve como um processo de reflexão da própria conduta e prefere manter o afastamento, rever o seu comportamento, mas tem agressores que infelizmente precisam do acompanhamento da Patrulha Maria da Penha, precisam receber a visita para entender que a mulher não está mais sozinha, e qualquer conduta dele, no sentido de descumprir uma ordem judicial, a Patrulha intervirá oficialmente na situação. Desde a Patrulha se depara, em situação de flagrância com o agressor, descumprindo uma ordem judicial, é preso de imediato. Caso não ocorra, tendo comunicado à Patrulha Maria da Penha sobre o descumprimento da medida protetiva, todo o processo necessário para que chegue ao conhecimento do Juiz responsável é

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

realizado. É formalizado um novo boletim de ocorrência, considerando tratar-se de um crime e a partir daí comunicado inclusive ao Ministério Público com o objetivo de chegar ao Juiz e se for o caso de expedir um mandado de prisão, a Patrulha pode executar ou então as nossas guarnições do serviço ordinário, o que acontecer primeiro. A atuação da Patrulha Maria da Penha ocorre em rede com as instituições que realizam atendimento à mulher em situação de violência. Na maioria das cidades a rede não está formalmente constituída, mas, na prática, tem ocorrido, as instituições têm se comunicado, tem se articulado para que o atendimento dessa mulher seja mais sério, menos burocrático e principalmente que não haja revitimização. Por norma, o efetivo que compõe essas Patrulhas Maria da Penha é composto de duas a três policiais militares femininas, apenas uma cidade não tem policial feminina, ou seja, a maioria possui e faz parte desse programa, faz parte desse serviço. Com exceção à cidade de Cuiabá, que temos oito policiais atualmente designados para Patrulha Maria da Penha. Ressalto que iniciamos o serviço em Cuiabá com apenas uma guarnição e ao passo em que fomos evoluindo, mostrando que o serviço produz efeitos positivos, inclusive no atendimento de ocorrências no serviço ordinário, foi também destinado aos policiais, decorrente da maior demanda existente na capital. Todo o serviço tem como base uma ferramenta de polícia comunitária que utilizamos, que é a visita solidária, que é destinada às pessoas quando passaram por uma situação de alguma categoria de crime e se tornaram vítimas. É uma visita que ocorre pós-ocorrência, com objetivo de orientar, de buscar mais informações, de envolver em alguma atividade que possa proteger essa paciente. É a ferramenta que utilizamos para desenvolver a Patrulha Maria da Penha. Nos resultados relativos a 2020, recebemos mais de três mil medidas protetivas de urgência para fiscalização, somando todas as medidas protetivas das 18 (dezoito) cidades em que existem esses serviços. Em 2020, acompanhamos 1366 (mil, trezentos e sessenta e seis) mulheres, realizamos 626 (seiscentos e vinte e seis) envios de demandas para outras instituições que compõem a rede, aquelas atuações que podem dar competência para atuar. Dessas 3124 medidas protetivas recebidas para fiscalizar, ocorreram 65 descumprimentos. Realizamos 1521 palestras, temos o número formado das

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

palestras, atividades que foram feitas, realizadas antes da pandemia e também depois da pandemia, utilizando as redes sociais, a 'internet', reuniões virtuais para que continuássemos a divulgação da existência do serviço para podermos alcançar mais e mais mulheres. Dessas violações de medida protetiva de urgência ocorreram 18 prisões e foram realizadas mais de 2 mil visitas solidárias às mulheres atendidas. Somando a atuação da Polícia Militar, alcançamos mais de 5 mil atendimentos em 2020. Verificamos a possibilidade de analisarmos justamente a efetividade da Patrulha Maria da Penha. Buscamos uma comparação entre a quantidade de medidas protetivas de urgências recebidas, um paralelo com a quantidade de violações, com os descumprimentos e pudemos observar pelo gráfico em 2020, nas 18 cidades que possuem o serviço, tivemos apenas 2% de descumprimentos de medida protetiva de urgência do total recebidos para fiscalizar. Coloquei os números relativos ao ano de 2019, e observem que a dinâmica foi a mesma, com uma crescente efetividade na atuação da Patrulha Maria da Penha. Importante salientar, que nosso objetivo é sempre garantir a total proteção das mulheres atendidas, mas infelizmente uma mulher sofreu um novo episódio de violência física. Em todos os outros casos, alcançamos essa porcentagem de 98% de efetividade e se somarmos as 18 prisões, intervenções exitosas da Polícia Militar, que são as 18 prisões dos casos que foram descumpridos nesses 65 casos, reduzimos esse número de 2% para 1,5%, tem mostrado ser bastante eficiente com relação à proteção dessas mulheres que estão em situação de violência. Ressaltamos que o mais importante desses números, que buscam uma avaliação quantitativa, é a informação que não ocorreu feminicídio entre as atendidas pela Patrulha Maria da Penha no ano de 2020. Para nós, é a informação mais importante, justamente o objetivo de proteger essas mulheres. Temos muito para fazer. Com relação ao público externo, pretendemos, naturalmente, expandir a patrulha Maria da Penha no estado, digitalizar o protocolo de atendimento realizado pelas guarnições, que atualmente ainda está no processo manuscrito. O objetivo é digitalizar esse protocolo de atendimento de forma que possamos, ao finalizar, prestar o atendimento para a mulher, poder encaminhar todo o material para a vara competente e então juntar todo o processo que faz parte do

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

protocolo, junto à vara de violência. Proporcionar uma estruturação técnica e administrativa para as patrulhas, todas as patrulhas ativas e com capacitação continuada, extremamente importante, considerando que sempre temos, além das novidades que são inseridas na Lei 11.340, os novos casos, novas situações e precisamos manter os nossos policiais atualizados, aprimorando a sua atuação. Manteremos uma capacitação continuada, com cursos e participação em encontros de Patrulha Maria da Penha tanto promovendo em nosso estado quanto participando em outros estados. Inclusive, temos essa proposta de realizar um encontro da Patrulha Maria da Penha em agosto, completaremos um ano de atuação judicial e a oportunidade em que teremos para refletir sobre os nossos procedimentos e a possibilidade de melhorar, de implantar outras ações, enfim o que for necessário. À medida que o trabalho é divulgado, a demanda tem aumentado, os dados estão disponíveis por “QR Code”, ou pela página oficial da Polícia Militar, da Corregedoria de Polícia Comunitária e pode ser acessado todas as informações apresentadas. Estamos cientes que muita coisa ainda precisa ser feita, a Patrulha Maria da Penha é um elo de uma corrente da rede de atendimento à vítima, fortaleceremos esse elo com a mulher em situação de violência, e a partir daí fortalecer os demais elos da rede, os serviços de atendimento à mulher e, em especial, precisamos desenvolver ações políticas para que saíamos do foco do auxílio imediato, da situação que já ocorreu. Que possamos começar a trabalhar na mudança de cultura envolvendo aquele pensamento de desconstrução da cultura patriarcal, da cultura machista nas crianças das idades iniciais porque começaremos a ter uma sociedade mais justa e igualitária e com equidade para todos. São os dados da corregedoria de polícia comunitária para quem desejar mais alguma informação detalhada, estaremos à disposição. Novamente com o uso da palavra, a Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Christiane da Costa Marques Neves, agradeceu a Tenente Coronel Emirella e disse que ficou muito feliz de ouvir esses dados da senhora, principalmente a informação de que nenhuma vítima que foi acompanhada pela Patrulha Maria da Penha foi vítima de feminicídio, isso nos traz esperanças de dias melhores, tenho certeza de que o trabalho melhorará a cada dia. Agradeço muito a

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

oportunidade de ouvir os conhecimentos que a senhora transmitiu nessa reunião. O Mestre de Cerimônia, convidou para fazer o uso da palavra o Coordenador da Assessoria Militar do TJMT, o Coronel da Polícia Militar de Mato Grosso, Alexandre Corrêa Mendes, que parabenizou a Tenente Coronel Emirella pela excelente explanação sobre a Patrulha Maria da Penha, que é um dos produtos que a Polícia Militar entrega para a sociedade. Destacou que estão presentes em todos os municípios e a Patrulha Maria da Penha é um dos produtos que a Polícia Militar abraçou de uma maneira muito especial. Fez duas perguntas: A primeira, “quais são as maiores dificuldades que a coordenação estadual ou os policiais que trabalham diretamente na Patrulha Maria da Penha tem na intenção de melhorar o atendimento, aumentar o atendimento para as vítimas de violências domésticas, quais são suas maiores dificuldades?" A segunda pergunta: "Sabemos que a Patrulha Maria da Penha trabalha em rede, quais são as categorias de ajuda, apoio financeiro, seja o que for, que as instituições revertem para a Patrulha Maria da Penha, seja ela uma instituição municipal, uma instituição estadual, qual tipo de ajuda que vocês recebem?" A Tenente Coronel Emirella respondeu ao questionamento aduzindo que atualmente, justamente por ser um serviço novo, temos o total apoio da instituição, do nosso Comandante Geral em especial, mas por ser, reforçando, um serviço novo, o que precisamos neste momento de primeira ordem seria justamente a estruturação, a questão de equipamento. Por exemplo, essa parte de protocolo, de fazer manuscrito é algo que entendemos que toma muito tempo da guarnição, e se conseguirmos digitalizar todo esse serviço conseguiremos potencializar os atendimentos, conseguiremos atender mais mulheres e eficientemente. É nossa dificuldade de primeira ordem. Com relação ao apoio, observamos que os municípios das cidades que já tem o serviço ativo, são parceiros em todas as situações, na medida do possível em que eles podem contribuir a exemplo que temos em Barra do Garças, em que em parceria foi cedida uma viatura, uma caminhonete para Patrulha Maria da Penha. Em outras cidades temos situações em que a prefeitura contribuiu com celular funcional para que essa guarnição pudesse se comunicar de forma ágil com as vítimas. Varia muito de cidade para cidade e da demanda necessária no momento.

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

Acreditamos que em Cuiabá e Várzea Grande, que são cidades da região metropolitana, o apoio tem vindo nos serviços, nas demandas que precisamos, atuação rápida, essa comunicação célere entre as instituições, nas necessidades que a Polícia Militar depara, em especial com situações que fogem da nossa atuação. Porque na hora que a guarnição está lá a vítima não quer saber qual instituição atenderá, ela quer ver seu problema resolvido. Por mais que façamos essa explicação, existe essa dificuldade. Essa parceria, esse compromisso que as instituições têm umas com as outras é o ponto-chave para que nosso trabalho tenha sucesso. O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Zuquim Nogueira, Corregedor-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, fez o uso da palavra, aduzindo que ouviu atentamente a exposição da Tenente Coronel Emirella e chegou a conclusão que o novo instrumento criado, a organização Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar, vem ao encontro de nossos anseios. Conforme disse anteriormente, foram concedidas 7.408 medidas protetivas no ano de 2019, no ano de 2020 foram 9.693 medidas protetivas, houve um aumento consubstancial nas concessões. Já discuti com a Doutora Christiane, com a minha assessoria, os meus colegas de trabalho da Corregedoria. A grande preocupação que tenho é com relação à efetividade dessas medidas protetivas, não adianta se conceder medida protetiva se não der efetividade a ela. Esse instrumento colocado à disposição da sociedade tido e nominado Patrulha Maria da Penha vem confirmar que está devidamente funcionando estruturalmente, o resultado está no demonstrativo da própria coronel, onde recebeu 3.124 medidas protetivas das quais houve descumprimento de 65. O que quero realmente repassar para você, Coronel Emirella, que a Corregedoria tem interesse sim, em ser um parceiro da Polícia Militar nesse projeto, seja na capacitação, seja nas reivindicações de uma estrutura melhor. Está aqui presente a representante da Secretária do Estado, da 1.ª Dama que pode, inclusive, levar a necessidade para o Governador do Estado para estruturar realmente a Polícia Militar nessa área, não só a Polícia Militar como a Polícia Civil, porque vocês é que vão realmente contribuir com a efetividade dessas medidas. Registrou ser oportuno, a Corregedoria tem o maior interesse em ser parceira, seja na

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

capacitação, seja nas reuniões com os juízes que atuam nessa área e quero crer também que do Ministério Público tem interesse em ser parceiro porque o resultado é um só, a Polícia Civil também tem impulso em ser parceiro, acredito que o nosso objetivo é um só. Viu pelo demonstrativo dos resultados apresentados pela Tenente Coronel, que realmente estamos indo pelo caminho certo. É um caminho árduo até chegar realmente a efetividade que realmente almejamos, mas somaremos esforços para ver até onde podemos conseguir. A Senhora Tenente Coronel Emirella, novamente com a palavra, aduziu que por ser um serviço recente, um serviço novo que completa um ano, precisamos ajustar alguns detalhes com relação ao fluxo, a comunicação entre as instituições que compõem a rede e o reflexo disso lá na ponta para essa mulher atendida. Acredito que na primeira oportunidade que pudermos reunir, ou seja, realizar um encontro, algo que possamos avaliar esse produto, que está sendo entregue à vítima, como o Coronel Mendes citou, conseguiremos identificar o que precisa ser ajustado, ser alinhado. Acredito que alcançaremos melhores números e resultados. Confio no compromisso de todas as pessoas envolvidas nessa rede. A Dra. Christiane da Costa Marques informou que passaria para a terceira palestra, que correspondia ao **Eixo III: "Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica"**. A primeira palestra tinha como **subtema "Acolhimento e primeiro atendimento às vítimas de violência doméstica", que foi ministrada pela Dra. Lizzia Kelly Ferraro, Delegada de Polícia da Delegacia de Polícia Plantão 24 Horas Para Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica e Sexual de Cuiabá/MT,** que ao fazer o uso da palavra, disse que em decorrência desses casos, da evolução que isso tomou, da proporção que isso tomou, foi-se criado, foi instituído, as delegacias especializadas de violência doméstica. Abro nossa apresentação dizendo que esse plantão é o anseio de toda Polícia Civil. Há anos nós vinhamos pleiteando para que esse plantão fosse criado, e graças ao incentivo da primeira dama do Estado, Sra. Virgínia Mendes, o plantão foi inaugurado em 8 de setembro passado e a delegacia funciona 24 horas com atendimento de ocorrência de violência doméstica em mulheres e familiar, conforme a Lei 11.340, além de vítimas contra dignidade sexual e as mudanças trazidas pela

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

Lei 3.718 de 2018 e a Lei 3.772 de 2018, importunação sexual e violação da intimidade da mulher. Também são realizados os procedimentos de prisão em flagrante, além dos requerimentos de medida protetiva, e outras providências de urgência necessárias, conforme cada caso. Contamos atualmente nessa delegacia com cinco delegadas, dois escrivães, quatro investigadores de polícia e uma profissional da área de psicossocial, sendo essas, psicólogas ou assistentes sociais habilitadas para atendimento de emergência de violência doméstica da mulher e também atendemos crianças e idosos. Cada policial que está atuando atualmente na delegacia, passou por capacitação prévia para envolver os temas específicos. Fazemos capacitações inclusive, e agora no mês de fevereiro passamos por mais uma capacitação na ACADEPOL pela Polícia Civil. Esta é uma demonstração das fotos da inauguração da nossa delegacia do Plantão de Violência Doméstica e Sexual, na qual a 1ª Dama Virgínia Mendes, seu gabinete, e com apoio de demais pessoas, inauguramos a Delegacia no dia 8 de setembro. Tivemos a presença de diversas autoridades, inclusive a Ministra Damares Alves, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a 1ª Dama do Brasil, Sra. Michele Bolsonaro e a Desembargadora Maria Erotides, e outras autoridades presentes. Inclusive, em videoconferência conversamos com a própria Maria da Penha e apresentamos a delegacia para ela. Está aqui é a recepção do primeiro contato de atendimento com a vítima. A vítima muitas vezes vai pessoalmente à delegacia, comparece pessoalmente à delegacia ou conduzida pela PM. Neste caso aqui é onde nós registramos, tentamos saber dela qual é o intuito, e levamos ela a uma sala reservada para registro de ocorrência. Nessa sala faremos o primeiro atendimento com ela, falaremos sobre o caso que ela especificamente quer tratar e registraremos o boletim de ocorrência, podendo aqui ver com a vítima se ela manifesta o desejo de representar e encaminharemos para as demais dependências da delegacia. Essa aqui é a sala de espera da vítima. Como a demanda é muito grande, muitas vezes são diversas vítimas e essas aqui ficarão aguardando o próximo atendimento em uma sala reservada, a sala de registro de ocorrência, onde a vítima individualmente vai registrar ocorrência, e para ela não se sentir constrangida com as demais pessoas que

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

estiverem na recepção, registrará ocorrência e contará todos os fatos que ocorreram para assim fazer o registro. Após o registro da ocorrência, a vítima é encaminhada para uma sala reservada de sala de espera da vítima. Aqui ficam todas as vítimas, muitas vezes como a demanda é muito grande em diversas ocorrências que ocorrem ao mesmo tempo, são medidas protetivas, flagrantes, então as vítimas ficam esperando em uma sala reservada para seu atendimento. Essa é uma sala de atendimento psicossocial. Aqui a vítima vai conversar com a psicóloga, com assistente social, será preenchido o formulário de atendimento, para que esse formulário de atendimento seja encaminhado imediatamente com a medida protetiva para o judiciário. Isso aqui são as salas de atendimento que fazemos com a vítima, são as salas das delegadas, como eu falei são cinco delegadas, todas mulheres que fazem o atendimento específico das vítimas. Também por contar com atendimento de violência doméstica e sexual, nós atendemos muitas crianças. Todas as vítimas crianças ou até mesmo que chegam com as mães, são encaminhadas para que fiquem em um espaço reservado para criança. Aqui tem uma brinquedoteca e um playground para que essas crianças aguardem as mães ser atendidas, ou até mesmo quando as vítimas são essas crianças de violência sexual, a assistente social vai conversar com elas nestes espaços. Como eu falei, a delegacia foi inaugurada dia 8 de setembro. Dentre esse período da inauguração da delegacia já foram realizados 552 autos de prisão em flagrante, 12 autos infracionais, 54 TCOs e 1.491 medidas protetivas. Já foram ouvidas nessa delegacia, nesse período de sete meses de inauguração 5.449 pessoas, para procedimentos. As vítimas ao procurar a delegacia, nós vamos estudar o caso específico, e essas vítimas contarão para nós quais são os casos que elas desejam, se elas requerem medidas protetivas, ou se são casos de flagrante. Muitas das vezes quando a vítima procura para registrar algum tipo de ocorrência em sendo caso de flagrante, na hora do registro da ocorrência desloca-se uma equipe da Polícia Civil até o local para concluir esse flagrante, mas na maioria das vezes as vítimas são conduzidas para a delegacia através da Polícia Militar. Para a vítima que procura a delegacia será oferecido todo o apoio, apoio de assistente social, apoio se ela quer apoio para retirar pertences do domicílio, e até mesmo apoio

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

para algum tipo de abrigo. Muitas das vítimas não querem voltar para o lar, não tem condições de voltar para sua casa, e é onde oferecemos e será encaminhada para um abrigo específico, em sigilo, para que o próprio suspeito não a procure, e que não tenha acesso a ela. As vítimas são ouvidas pela assistente social, essas vítimas serão encaminhadas e iremos conversar. Muitas vítimas chegam com apoio de familiares. Essas vítimas muitas das vezes não querem registrar ocorrência e muitas das vezes elas pedem apenas para que seja registrado o boletim de ocorrência e fazem a renúncia. Então, venho apresentar para vocês hoje o nosso atendimento, o atendimento que a Polícia Civil hoje tem. É a única cidade do Estado que possui um plantão de violência doméstica específico, que tem todo o cuidado de atendimento com essas vítimas. Doutora Christiane, concluo a minha apresentação, a apresentação da nossa delegacia. Colocamo-nos sempre à disposição, para que todos vão até lá e conheçam nosso espaço, é um espaço diferenciado para que essas vítimas se sintam acolhidas. É um espaço realmente que não tem em lugar nenhum do Estado, é um espaço aonde as vítimas não se sentem no ambiente tão pesado como as demais delegacias. Essa delegacia é uma delegacia realmente que tem um acolhimento a mulher, e chegando no ambiente, qualquer uma de vocês, inclusive a Doutora Christiane foi até o espaço conhecer, a pessoa não sente que está em um ambiente como as demais delegacias do nosso Estado. É um espaço realmente diferenciado. Encerro aqui nossa apresentação, e estou aberta às perguntas. O Mestre de Cerimônia, passou para a **palestra 2, do 3º Eixo com a Doutora Jaqueline Vilalba Fernandes, Psicóloga da Rede de Proteção à Mulher DEDM/PJC/MT, que tratará do subtema: "A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica".** Ao fazer uso da palavra, aduziu sobre o atendimento que é feito às vítimas na sede do plantão 24 horas, e também do funcionamento da rede, principalmente na delegacia 24 horas, e, ainda, sobre o trabalho do psicossocial nas delegacias especializadas, onde estamos presentes. Apresentou a sala de atendimento, que foi projetada para esse atendimento das mulheres, crianças, e, também, alguns adolescentes, vítimas de violência que chegam até o local. Ela é uma sala reservada, tem o mobiliário

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

adequado, garante o sigilo, que são essenciais para o atendimento do psicólogo e da assistente social no momento de acolhimento dessa mulher, criança ou adolescente. Esse ambiente também foi pensado, como a doutora já falou, porque as mulheres muitas vezes chegam acompanhadas dos seus filhos, para que ela tenha esse momento de falar tranquilamente, sabendo que seu filho está ali do lado, não está escutando, não está vivendo novamente essa violência. Tem essa brinquedoteca e o *playground*, que vocês estão vendo, ali que a criança fica de uma maneira mais tranquila, falando e brincando, enquanto a mãe está conversando. E também quando atendemos crianças muito pequenas esse espaço é muito bom, porque levamos a criança até lá, conversamos, conseguimos fazer um atendimento com essa criança sem ela se sentir em uma delegacia. As outras delegacias especializadas que temos aqui, por exemplo, Várzea Grande tem um espaço também adequado, em outras unidades do interior estamos pensando na criação dessas salas, que são as salas de acolhimento, para que as vítimas sintam-se um pouco mais acolhida. Sobre o nosso trabalho, vou falar um pouquinho sobre como é feito esse acolhimento pelo setor psicossocial. Os setores têm vários psicólogos trabalhando nas delegacias e assistentes sociais, e nos reunimos, conversamos, trabalhamos em rede. Então, nós fizemos um roteiro para atendimento psicossocial dessas mulheres vítimas de violência. Em toda a construção desse roteiro, pensamos o que é um bom acolhimento, tentamos passar esse bom acolhimento para todas as vítimas. O que pressupõe um bom atendimento? Primeiramente, pouco tempo de espera, uma descrição, porque muitas vezes a mulher já chega ali com as marcas da agressão, é muito sofrido ela chegar ali no meio de tantas pessoas, visualizando aquele sofrimento dela, ainda ter que justificar como foi essa violência, porque muitas vezes algumas pessoas querem saber o que foi que aconteceu. Então, temos que pensar sobre isso e o espaço tem que estar adequado para essas situações, porque é essencial nesse momento, porque a mulher precisa conseguir falar sobre o seu momento de uma maneira mais tranquila. Outra situação, que colocamos nos treinamentos para todos, não apenas no psicossocial, mas até mesmo para os policiais, porque fizemos a capacitação recentemente do atendimento humanizado, é

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

que essa vítima precisa perceber nesse atendimento que não existe uma pressão para expor seu problema, mas existe um ambiente que vai acolhê-la, que vai ofertar essa possibilidade, e que existe uma rede a disposição dela, para ampará-la, quando ela quiser fazer. Então, fazemos uma orientação, quais são os serviços disponíveis, no preenchimento das medidas falamos para as vítimas que temos a casa de amparo, a Patrulha Maria da Penha, mas isso é muito específico, é de acordo com cada caso. Eu vou falar um pouquinho para vocês de uma ficha de avaliação que fazemos dessa violência que essa mulher está sofrendo, e vamos trazendo com essa mulher a possibilidade de falar sobre isso sem ser julgada, a diferença desse acolhimento nas delegacias especializadas para as outras delegacias, outros serviços, e que ali estamos para ouvi-las, sem fazer julgamentos de valor, julgamentos morais, porque ela já está passando por uma situação muito difícil. Outra situação que procuramos nesse atendimento trazer para a vítima, é que ela se perceba como vítima, porém isso não reforce seu papel de passividade e que isso imobilize, ou seja, estaremos sempre trazendo para que ela tenha ciência que está passando pela questão da violência, mas também, que pode se colocar como sujeito de sua vida, como protagonista da sua história e pode romper esse ciclo de violência, que existe essa possibilidade. Então, é isso que fazemos no atendimento psicossocial. Divido em três momentos como é feito esse atendimento,. Inicialmente fazemos esse acolhimento, trabalhamos essas questões gerais. Depois, no segundo momento, falamos sobre a vida dessa mulher, a violência que ela sofreu, e isso nos ajuda muito, porque temos o preenchimento do Formulário Nacional de Avaliação de Risco. Todas as vezes que essa mulher chega, é solicitada essa medida protetiva, preencheremos junto com ela esse formulário, e esse formulário é muito rico porque vai trazer para o histórico dessa violência, como essa mulher está, o que possibilita através dessa conversa um tipo de encaminhamento para a rede de proteção, que a gente vai fazer, onde ela vai ser acolhida, para que lugar nós vamos levar essa mulher para fazer esse acompanhamento. E ao final, encerramos esse atendimento com o acompanhamento. Ele é fundamental para sabermos se aquele serviço que encaminhou àquela vítima, àquela mulher, o que aconteceu, é interessante termos o

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

retorno da rede. Então, eu vou trazer agora para vocês, o Formulário Nacional de Avaliação de Risco. Na primeira parte ele vai trazer os dados sobre a vítima, sobre o histórico da violência, a situação do relacionamento que ela tem. É importante dizermos o seguinte, que esse formulário a vítima também pode preencher, não necessita especificamente que seja preenchido por outra pessoa, pela equipe psicossocial. Se a vítima encontra-se em condições, algumas até preferem, deixamos que elas preencham nesse primeiro momento, ele tem outro momento também que é sobre o agressor, fazemos perguntas sobre o agressor, sobre os filhos. E no terceiro momento, seria o preenchimento pelos profissionais já capacitados. Então, tivemos essa capacitação recentemente, em fevereiro, com uns policiais, todos eles participaram, equipe psicossocial do plantão de 24 horas da violência de Cuiabá e também de Várzea Grande e a Delegacia 24 horas daqui de Cuiabá. Então, todos os policiais têm ciência que esse formulário existe, sabe como preencher as perguntas e o final dele. Também trabalhamos muito sobre essa avaliação de risco no final, para que toda a polícia tenha ciência, porque é um formulário instituído pelo Conselho Nacional de Justiça mais o Conselho Nacional do Ministério Público, que tem essa finalidade, identificarmos junto com essa mulher a violência que ela está sofrendo, o risco que ela corre de feminicídio e de novas situações de violência. E tentar planejar com essa mulher uma maneira dela se desvincular desse agressor, dessa violência sofrida e o plano de proteção também dessa vítima. Então, esse formulário nos auxilia bastante, até mesmo nos encaminhamentos que fazemos, porque no final ele pergunta quais são os encaminhamentos feitos. E começo a falar sobre a importância da Rede, que é a minha fala, eu trago para vocês um pouco mais dessa minha experiência do trabalho em Rede. Temos equipamentos que falamos que pertencem à Rede, vou trazer aqui apenas alguns exemplos. Temos a Casa de Amparo, Defensoria Pública, as Unidades de Saúde, Conciliação no Fórum, CREAS, serviço de psicologia, Secretaria Municipal de Saúde, então cada cidade vai ter essa Rede de uma maneira, pode ser todos os serviços, como pode não ter no CREAS, por exemplo, mas sempre vai existir um CRAS, que vai fazer esse trabalho com a mulher também. Então, precisamos conhecer dentro do município quais são os serviços que

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

esse município oferece, para que possamos fazer o encaminhamento adequado para essa mulher continuar esse acompanhamento, porque a porta de entrada é a delegacia, mas os serviços vão fazer todo o restante, vão fazer esse acompanhamento para que a vítima se perceba como protagonista e consiga sair desse ciclo de violência, ela não consegue sair sozinha, ela precisa desse apoio e é a Rede que vai dar esse apoio. Quando falamos em Rede, tem que pensar também nessa articulação, o que é essa Rede de Proteção? *"É uma estratégia organizativa que ajuda os atores e os agentes sociais a potencializarem suas iniciativas para promover o desenvolvimento pessoal e social" (GONÇALVES E GUARÁ, 2010, p.14),* Essa definição sobre rede é muito interessante. A Rede de Enfrentamento a violência doméstica familiar contra a mulher de Várzea Grande foi criada em 2018, através de um Termo de Cooperação Técnica por iniciativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em conjunto com os municípios de Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento. As instituições integrantes da Rede de Enfrentamento desse município Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento são: Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Município de Várzea Grande; Município de Nossa Senhora do Livramento; Secretaria do Estado da Segurança Pública; Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso; Polícia Militar do Estado de Mato Grosso; Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Várzea Grande-MT; Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG-MT; Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica – ABMCJ; Liga de Reestruturação das Irmãs Ofendidas no Seu Sentimento – LIRIOS; Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Várzea Grande – BPW; Essas instituições se juntaram através desse Termo de Cooperação para realmente existir uma articulação. Não adiantava ter o serviço um em cada lugar, precisamos estar conversando. Fomos percebendo que dentro dessa rede havia um total desconhecimento do que cada serviço fazia, e o primeiro trabalho que fizemos foi identificar esses serviços, o que cada um faz, quais são as leis que orientam seu trabalho, qual o fluxo do seu atendimento, porque eu, enquanto psicóloga dentro de uma delegacia tinha uma visão do serviço, aquele profissional que está lá no CREAS tem uma visão totalmente diferente do serviço dele e do nosso. Então, começamos a

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

conversar para que as pessoas entendessem o que cada um faz, essa fase foi em 2018, quando nos reunimos, fizemos capacitações, conversamos sobre a violência, para ver se todo mundo tinha o mesmo alinhamento, para que existisse uma fala unificada. Quando falamos essa mulher está sendo vítima de violência doméstica, o que isso significa? Então nós trabalhamos com capacitação. E hoje, nós já temos isso muito bem definido, estamos trabalhando em três eixos. A rede de atenção e proteção social de violência doméstica, capacitação dos agentes sociais e parceria com instituição acadêmica e acompanhamento dos índices de violência doméstica. Eu estou atuando atualmente, porque não estou mais na Delegacia da Mulher de Várzea Grande, no Eixo de capacitação dos agentes, porque percebemos que existe uma grande rotatividade nesses serviços. O CREAS, o Conselho Tutelar, o CAPS, todos aqueles equipamentos para atender a rede, as pessoas mudam, dentro da polícia também as pessoas mudam. Estamos percebendo que a capacitação tem que ser constante, todos os anos temos que fazer uma capacitação e esses temas tem que ser trazidos à tona, por mais que a pessoa diga eu já sei tudo, sempre tem alguma coisa que você não sabe, que precisa acompanhar. Então por exemplo, agora no final do mês de abril teremos uma capacitação para a rede toda e olha os temas que trabalharemos, relação de poder; interpretação da violência contra mulheres; consequência da violência doméstica para saúde física e mental das mulheres; comunicação não violenta; aspectos da lei Maria da Penha; investigação com perspectiva de gênero e medidas protetivas de urgência. Naturalização da violência de gênero ou feminicídio. O feminicídio na realidade mato-grossense; escuta ativa; violência doméstica, habilidades e competências para uma abordagem policial eficaz. A rede de saúde mental no município de Várzea Grande. Esses temas que estamos trazendo, são temas de fundamental importância para quem vai trabalhar em rede, porque eles precisam saber o que cada um faz, como faz e ter o conhecimento teórico sobre isso. As primeiras capacitações que tivemos, me recordo que existia muita dificuldade, muito preconceito dos próprios policiais e hoje vemos que eles estão mais acessíveis, dispostos, interessados nesses temas, que vemos que isso é uma mudança de cultura, é cultural, é com o tempo que nós vamos conseguindo mudar.

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

Outro parceiro que a gente tem é a Universidade de Várzea Grande - UNIVAG. Ela atua muito em rede, supre muito os serviços do município, eles têm uma clínica integrada, pesquisas, então esse trabalho que estou apresentando, a UNIVAG finalizou e entregou para a gente agora. Eles finalizaram em julho de 2020, quando fizeram um levantamento na rede de todos esses atendimentos que foram feitos, quantitativamente, qualitativamente e trouxeram nesse relatório para a gente. Então, hoje temos uma dimensão do município de Várzea Grande nos anos de 2017, 2018 e 2019. Agora, como ações que estamos tendo programadas para 2021, a pandemia dificulta bastante, mas temos ações programadas, capacitação que começa no dia 30, e estimamos um período para finalizar em outubro, vai ser online, por conta da pandemia. No futuro muito próximo pretendemos fazer as capacitações presenciais, até por conta do envolvimento, percebemos que quando é presencial é diferente. Estamos fazendo também um monitoramento da rede, levantando os dados semestrais, com quantitativo de atendimentos realizados pelos integrantes da rede. Queremos saber se aquelas mulheres que foram encaminhadas para o serviço, se foram atendidas, como foram atendidas, se receberam atendimento adequado, se têm recebido ali um acolhimento conforme temos padronizado nessas nossas capacitações. Uma situação importante que quero colocar, aproveitar que estarmos em uma audiência pública, até mesmo por ser conselheira do Conselho Regional de Psicologia, é a importância de fazer concurso público, porque um profissional, por mais que ele seja um profissional, ele quer ser voluntário, é maravilhoso, o estágio ajuda muito, mas percebemos que principalmente no TJ, se tivéssemos profissionais concursados, o serviço seria muito melhor para a população, porque o regime de credenciamento acaba precarizando esse tipo de serviço oferecido à população. Essas pessoas ficam no máximo dois anos, têm que ser treinadas todas às vezes, não existe uma continuidade desse serviço, e existe também muitas críticas sobre o tipo de provimento, o tipo de relação que essas profissionais tem com o TJ, que não é uma relação que podemos dizer que seria igual se fosse concursada. O credenciamento precariza, e estaremos sempre batalhando para que essas pessoas sejam concursadas, assim como somos concursados do Estado. Assim como no

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

CREAS, conseguimos através dessa articulação com a rede, que Várzea Grande fizesse concurso público para contratar psicólogas e assistentes sociais para assistência social. Isso tudo é uma ação em rede, eu gostaria muito de saber quando for acontecer em Cuiabá essa articulação, ela é muito necessária, e temos esse histórico até mesmo para Cuiabá se inspirar, de como foi esse caminho que Várzea Grande tomou, um município menor, diferente a rede de Cuiabá é muito maior, mas é uma experiência muito válida que tenho para trazer e Cuiabá implementar. Encerro a minha fala e coloco-me a disposição para responder algumas perguntas, Doutora Christiane. Em Várzea Grande conseguimos através das duas redes que estão funcionando, tanto a PROTEGE quanto a da Violência Contra a Mulher, que instituiu um serviço novo em Várzea Grande que é o NAV - Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual. Eles atendem as vítimas em Várzea Grande, elas não precisam se deslocar para Cuiabá para receber atendimento psicológico, receber medicação, fazer o acompanhamento que é medicamentoso, mas também exige um acompanhamento no período de seis meses, que hoje quem faz no Estado é o hospital Júlio Muller, mas Várzea Grande tem esse núcleo. As vítimas podem ser acompanhadas em Várzea Grande e tudo isso é uma conquista da rede. Então a **sugestão** que dou é procurar articular essa rede no município onde você está, procurar esses setores. Em seguida, foi dada a palavra para a Excelentíssima Desembargadora Maria Erotides Kneip, Vice-Presidente do Comitê Sobre a Equidade de Gênero Entre Homens e Mulheres do Poder Judiciário de Mato Grosso, que agradeceu a permissão para falar na audiência. Estou encantada com a condução que Vossa Excelência está fazendo dos trabalhos, quero parabenizar o Desembargador José Zuquim Nogueira, Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, Desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas por esse trabalho maravilhoso. Estou encantada de ver como conseguiram em um tempo tão difícil fazer uma audiência com uma participação tão efetiva e com debates tão produtivos. Trago duas contribuições com referência a fala da nossa psicóloga. Primeiro. Temos, está no Tribunal um protocolo que foi firmado pelos três poderes, o Governador Mauro Mendes, na época o presidente Desembargador Carlos Alberto, o Deputado Botelho.

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

Pelo Procurador-Geral da Justiça na época, pelo Presidente da OAB, pelo Defensor Público Geral, pelo Presidente da União de Vereadores, pela associação de municípios e pelas associações de primeiras damas. Todas essas pessoas firmaram protocolo dizendo: "nós permitimos que os nossos seguidores em cada um dos municípios criem as redes de proteção". Então, temos um termo de cooperação que é um guarda-chuva, um protocolo de intenções firmado por todos os chefes de poderes que autorizam os seus trabalhadores a fazerem as redes dos municípios. Com esse protocolo levamos a várias comarcas e vários municípios já criaram a rede de proteção, a exemplo de Várzea Grande que é uma rede muito bem feita, muito bem criada, mas temos também a rede de Barra do Garças, que é um exemplo, foi a primeira rede do Estado de Mato Grosso, que é uma rede exemplar. Temos a rede de Lucas do Rio Verde, de Sinop, de Sorriso, de Tangará, redes que estão funcionando muito bem e cada vez melhor. A minha **sugestão** é peguem esse termo, esse protocolo de intenções porque ele já autoriza a criação das redes em cada um dos seus municípios. O dia que Mato Grosso tiver a rede instalada em todos os seus municípios, todo trabalho será muito mais fácil para a proteção dos direitos humanos, das mulheres vítimas de violência doméstica. Segunda contribuição que trago, a direção do tribunal atual, moderna, inteligente, focada nos direitos humanos deve pensar seriamente em fazer concurso público para efetivar psicólogos e assistentes sociais. E mais, dotar as varas especializadas de estrutura própria, infelizmente tenho requerimentos feitos às gestões anteriores que indeferiram meu pedido de lotação de uma unidade específica em cada vara especializada, mas a Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro e eu temos lutado há anos para que cada vara especializada tenha a sua equipe própria, que o trabalho não seja pulverizado, não seja diluído e que haja realmente profissionais que sejam efetivados. Fica a minha sugestão, minha contribuição e eu parabenizo mais uma vez, a audiência está maravilhosa. Que bom, vamos fazer sempre. Uma audiência dessa precisa ser feita pelo menos uma vez por ano. Estou felicíssima de poder participar, estou desde a hora da abertura e só sairei quando terminar. Após, o Mestre de Cerimônia anunciou o início da **terceira palestra, que tem como <u>subtema</u>: "O Funcionamento da Rede de Proteção de**

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

Cuiabá", que foi ministrada pela Dra. Jozirlethe Magalhães Criveletto, Delegada Titular da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá/MT, que começou a sua fala descrevendo mais um conceito, esse de Francisco Whitacker, que diz que: *"a rede é uma malha de múltiplos fios que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais, não há um chefe, o que há é uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo."* Com essas considerações, sobre o conceito do que vem ser a rede, nós precisamos caminhar, precisarmos atuar e agora falando de uma forma geral, atuar de uma forma articulada, tanto os serviços de governo quanto das organizações e grupos de sociedade civil para que possamos nesse engajamento trabalhar uma melhoria na qualidade dos atendimentos em relação à violência contra a mulher. Temos em seguida outro *slide* onde detectamos quais seriam essas instituições imprescindíveis, quando falamos de Rede, então quando falamos em Rede de enfrentamento a violência precisamos destacar que é necessário, no mínimo, a presença da Polícia Militar, da Delegacia de Polícia, seja ela a delegacia especializada da mulher ou a própria delegacia daquele município ou daquela região. O IML, o Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, casas abrigos, Centro de referência, serviço de saúde e conselhos tutelares, aqui ao lado vocês percebam ali no *slide* que nós temos um fluxo onde vocês percebem que a Rede é composta então pela assistência social do município, que vem como centros de referência, casas abrigos, segurança pública nesse conceito ou de outras delegacias não especializadas. Temos também a saúde e mais abaixo o sistema, a justiça. Aqui ao meio temos aqueles organismos de políticas que auxiliam a mulher nesse primeiro atendimento também como porta de entrada, que seria o que o disk 180, os centros de referência que a mulher também pode buscar. Trouxe para vocês o nosso modelo de fluxo de rede a partir da Delegacia da Mulher, então como vocês percebem aqui a delegacia da mulher, dentro desse fluxo de rede, ela é responsável por fazer os encaminhamentos a esses serviços de atendimento. Então hoje, por exemplo, se tivermos um estupro, uma violência sexual, nós vamos encaminhar essa vítima para um serviço de saúde, para

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

o hospital Júlio Muller, para o IML, nós encaminhamos essa vítima assim que ela faz o atendimento na delegacia, a um CREAS, se ela necessitar da casa de amparo, fazemos esse encaminhamento às casas abrigos. Hoje nós não temos um centro de referência específico em Cuiabá, o que nós temos é o espaço da mulher que é hoje organizado, coordenado pela Secretaria da Mulher, então nós estamos fazendo o encaminhamento também para o espaço da mulher, principalmente aquelas que necessitam de atendimento pós-denúncia, em relação a sua saúde mental, inclusive, uma psicóloga para fazer esse acompanhamento e os demais serviços, hospitais e tal. A partir desse fluxo da Delegacia da Mulher vocês percebem todo esse serviço funcionando da rede, então vocês veem que temos o Ministério Público, temos as varas com o Poder Judiciário onde as medidas protetivas são encaminhadas, temos inclusive até um monitoramento dessa ocorrência na nossa base de dados para que possamos ao final de tudo trabalhar políticas de prevenção e enfrentamento à violência. Isso é só um exemplo do fluxo de rede. Vamos falar conforme a Desembargadora Maria Erotides explicou para nós, em 21 de agosto de 2019, o CEMULHER, na época a Desembargadora estava à frente do CEMULHER e ela, se vocês não sabem a Desembargadora pessoalmente andou nesse estado trabalhando, articulando essa questão de rede de implementação e no dia 21 de agosto deu-se essa assinatura do protocolo de intenções da Rede aqui em Mato Grosso. Foram colhidas as assinaturas de todos os representantes ligados aos órgãos e entidades que poderiam se constituir como representantes em cada município. Ou seja, tivemos a participação do governador, do secretário de segurança, de todos os outros secretários e o Tribunal de Justiça então sediou essa questão da assinatura do protocolo de intenções para que cada um dos municípios em Mato Grosso pudesse então instalar ou trabalhar na implementação dessas redes em torno dos municípios de Mato Grosso. A partir de então tivemos, logo no mês seguinte, em 6 de setembro de 2019, a assinatura do termo de cooperação para implementação de Rede de Enfrentamento a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em Cuiabá. Esse termo de cooperação foi assinado com todos os órgãos componentes de Cuiabá para uma validade de 24 (vinte e quatro) meses, então eu chamo atenção que agora em

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

2021, estaremos entrando no prazo já de validade. Qual o objeto então desse termo assinado? O primeiro inseria o de implementar o protocolo de intenções, que foi exatamente firmado ali em agosto. Também o de fortalecimento em relação à implantação da Lei 11.340/06. Outro objeto era o da prevenção, de combate, enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, principalmente no nosso município, a redução dos índices de violência contra as mulheres também, a garantia, proteção, os direitos das mulheres e a promoção de uma mudança cultural, a partir da disseminação de atitudes igualitárias, da prática de valores éticos e de respeito às diversidades de gênero. Esses são os objetivos que foram delineados à época da assinatura do nosso protocolo de Rede em Cuiabá. Aqui temos as instituições participantes, o CEMULHER, representando o próprio TJ, no município de Cuiabá tivemos a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, a Secretaria Municipal de Saúde, de Educação, a Casa de Amparo, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e a Câmara Municipal de Cuiabá. A nível de estado tivemos a Delegacia da Mulher pela Polícia Judiciária Civil, o Ministério Público, a Defensoria Pública também, Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar, a Comissão dos Direitos da Mulher da OAB-MT,também tivemos de Cuiabá a União Cuiabana, da associação de moradores e a união de clube de mães. Também temos a participação da ABNCJ de Mato Grosso e da BPW de Cuiabá. Nessa ocasião foram essas organizações que assinaram o protocolo que temos da Rede em Cuiabá. Quero falar um pouquinho agora para vocês a respeito do que aconteceu em 2020. Vejam bem, assinamos esse protocolo em 2019, só voltando para vocês olharem, verificarem aqui. E quando nós começamos em 2020, já com aquela ideia de reunião, de implementar alguns serviços nesse novo formato de Rede, nós infelizmente nos deparamos com a questão da pandemia do Covid-19. A pandemia trouxe uma diminuição nos registros de ocorrência em relação à violência doméstica enquanto que nós sabíamos e estávamos entendendo já dessa forma, que a violência dentro dos lares estava aumentando. Então gradativamente, no decorrer dessa pandemia, tivemos o aumento dentro dos lares da violência doméstica. E isso nós pudemos verificar por meio dos dados de feminicídio no estado de Mato Grosso, que apontaram essa dificuldade da

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

vítima a esse acesso às políticas públicas, principalmente o acesso a uma Delegacia de Polícia para que ela então pudesse estar denunciando. Em Cuiabá temos os dados que mostram que o feminicídio aumentou justamente nesse ano de 2020. Para vocês terem uma ideia, trago esse gráfico, de janeiro a outubro de 2018, 2019 e 2020 o comparativo. Temos ali os feminicídios, os homicídios e vocês percebam que em relação aos feminicídios, o ano de 2018 teve mais do que o ano de 2019 e o ano de 2020 o feminicídio quase que dobrou. Então em relação aos homicídios, que são aqueles casos de morte de mulheres, mas que não se tratam de violência de gênero, os homicídios quase que permaneceram estáveis em relação aos demais anos. Aqui nessa tabela dá para verificarem melhor aquilo que tenho dito, ou seja, percebemos que todos os outros crimes que são comuns na violência doméstica, como ameaça, lesão, injúria tiveram uma queda em relação aos anos anteriores e o feminicídio quase que dobra, vocês percebem que 35, 34, foi para 54. Em uma outra perspectiva que nós colocamos de janeiro a dezembro, o ano todo de 2020 tivemos um acréscimo de 6% nos crimes de estupro, isso a nível de Mato Grosso e um acréscimo de 25% na importunação sexual, ou seja, um outro crime de violência sexual, enquanto que a lesão, ameaça e injúria praticado em sede de violência doméstica vocês percebem que houve uma diminuição no número de registros em todos os casos. Aqui nós temos um outro comparativo para vocês então terem uma ideia: estupro, 76 casos em 2019, 84 em 2020. Tratando-se dos feminicídios, nós tivemos 5 feminicídios aqui em Cuiabá, de janeiro a dezembro de 2020 e 57 no interior do estado, para vocês terem uma ideia, acredito que foi a Doutora Ana Graziela que pontuou em um dos comentários acerca dessa questão do feminicídio, que nós não tínhamos feminicídios em Cuiabá, no decorrer de quase dois anos nós ficamos assim e com a pandemia nós tivemos esse número de cinco, o que para nós realmente foi considerado um número muito grande. Tratando-se desses aspectos aqui considerados, o que nós como rede acabamos tratando? Tratamos de enfrentar essa questão da diminuição do número de feminicídios, então os órgãos continuaram trabalhando arduamente nessa questão a nível de porta de entrada de Delegacia da Mulher que podemos considerar que nós articulamos e procuramos articular com a

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

Secretaria da Mulher do próprio município de Cuiabá para que pudéssemos fazer inclusive um monitoramento dessas mulheres que são vítimas e que procuram a delegacia para fazer a denúncia do descumprimento da medida protetiva. Nós estamos hoje, inclusive, com uma operação para que possamos estar monitorando esses atendimentos em relação às mulheres que possuem a medida protetiva e que procuram a delegacia pela segunda vez. Nós temos hoje também funcionando em Cuiabá, a câmara temática da secretaria de segurança pública. Essa câmara temática compreende praticamente todos os órgãos da rede, então reúne ali conosco na secretaria de segurança todos os representantes da rede, o CEMULHER, as varas de violência doméstica, o Ministério Público com a coordenação da Doutora Elizamara, temos também a presença da Defensoria Pública, a presença do conselho estadual, do próprio conselho municipal, da casa de amparo, também participa conosco os entes do município. Hoje a secretaria procura congregar todos esses entes da rede para justamente buscar articular as ações visando essa diminuição principalmente do índice de feminicídio aqui em Cuiabá. A Câmara temática também é um outro organismo de articulação também que compreende o papel de estar trabalhando a questão de projetos de lei estudos de gênero nessa temática para que possamos subsidiar os nossos representantes na assembleia legislativa, municiar os nossos representantes para que eles possam estar apresentando projetos de lei que sejam favoráveis a uma construção de uma política pública para a mulher não só dentro da nossa capital, mas dentro do nosso estado. Temos as articulações com o conselho estadual dos direitos da mulher que também tem feito todo esse papel de levar aos municípios, aos demais conselhos municipais dentro do estado essa ideia da implementação, da constituição da Rede em cada município que tem oferecido esse suporte via conselho municipal para aqueles municípios que ainda não existe a rede implementada para que possa ser implementada a Rede. Inclusive a própria câmara temática nós conseguimos fazer, a Desembargadora Maria Erotides com os membros da câmara temática da assembleia legislativa, fizemos algumas visitas para alguns municípios do estado justamente trazendo essa ideia da necessidade da implantação da rede em cada município. Por fim, temos também a Secretaria da Mulher, que é um

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

órgão novo dentro do nosso município, foi implementado após a criação da Rede e traz como um dos seus principais serviços o próprio espaço da mulher dentro de um hospital e esse espaço tem ajudado muito aqui em Cuiabá, no nosso trabalho de Rede porque hoje nós não temos, infelizmente, um trabalho em termos de saúde mental da mulher e o espaço da mulher criado dentro desse hospital nos facilitou o encaminhamento para que essa mulher pudesse ter oportunidade de ser acolhida por uma psicóloga na continuidade do seu atendimento, na continuidade principalmente desse apoio que ela precisa após a denúncia. Coloco para ajudar no debate a minha tela. Não sei se já passei do meu tempo de apresentação, mas visando colaborar com os debates, temos alguns desafios em relação à implantação, em relação aos trabalhos da Rede em Cuiabá. Coloquei alguns pontos como estabelecimento de um fluxo de rede e sua dinâmica, a Rede em Cuiabá ainda não estabeleceu esse fluxo, que seria necessário. Precisamos também de um planejamento estratégico e até para que possamos então trabalhar esse monitoramento das articulações dentro da rede, então é um outro desafio. A existência também de um banco de dados comum aos integrantes da Rede, que trabalham no combate à violência doméstica e quando falamos de banco de dados é lógico que temos que ter o cuidado em relação ao compartilhamento das informações, observando o sigilo, mas é um desafio que criemos um banco de dados para que todos os integrantes, todos os organismos possam falar a mesma língua e saber exatamente se aquela vítima possui medida, aquela vítima já foi notificada, aquele agressor já foi notificado da medida, aquela vítima ela está com descumprimento, ela está sendo monitorada pela patrulha? Precisamos desse banco de dados para que tenhamos um melhor acompanhamento. Outro desafio seria uma maior integração entre alguns dos seguimentos que já trabalham com o tema, no desenvolvimento de parcerias e pactos, mas que ainda não estão plenamente envolvidos nessa rede, a exemplo, hoje temos algumas secretarias que, inclusive assinaram o termo, mas que ainda estão de forma tímida dentro do seguimento de rede e, por exemplo, posso citar aqui o caso da própria saúde, que temos muita dificuldade com as mulheres vítimas de violência, onde encaminhar essas mulheres,

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

nós atendemos, fazemos aquele primeiro atendimento, fornecemos esse suporte que seria mais técnico a nível de Polícia Civil, que seria o que, oferecer para ela medidas protetivas, oferecer para ela essa necessidade que ela tem, por exemplo, de ir para uma casa de amparo, para um hospital, ou seja, aqueles primeiros atendimentos, primeiros encaminhamentos. Mas o pós-denúncia, como que nós ficamos a partir do momento em que essa vítima buscou a delegacia no intuito de mudar a vida dela. Quando fazemos maciçamente a campanha chamando atenção das mulheres para que elas quebrem o ciclo de violência, sugere-se que assim que ela entre por uma delegacia a vida dela muda. Ela quebra o ciclo de violência na esperança de que assim que ela chega em uma Delegacia de Polícia daí em diante ela terá uma nova vida. Nós operadores do direito sabemos que a situação não é bem assim, hoje precisamos cuidar da saúde mental das nossas vítimas de violência, precisamos oferecer mecanismos, oferecer políticas públicas para que tenhamos melhor condição de atendimento às nossas vítimas, não só aos nossos agressores, mas com a questão dos grupos reflexivos, mas as nossas mulheres, as nossas vítimas que precisam retomar as suas vidas, precisam muitas vezes serem inseridas no mercado de trabalho, mas que não tem condições emocionais e mentais de sequer ter ânimo para denunciar, muito menos de procurar um curso, de procurar um trabalho. Hoje quem tem nos ajudado muito é o espaço da mulher, mas chamamos atenção para a questão mesmo da saúde. Por último coloquei insuficiência de investimentos governamentais e a falta de dotação orçamentária para implantação de projetos e serviços na área. Por que se torna um desafio? Porque temos dentro da Rede vários órgãos governamentais, como o caso, por exemplo, da própria Patrulha Maria da Penha e da Delegacia da Mulher, que somos do poder executivo, precisamos de orçamento para fazermos as nossas ações. Para a delegacia da mulher atender hoje um caso de estupro, por exemplo, para que vocês tenham ideia essa noite estávamos atendendo uma vítima de estupro, a policial que foi acompanhar essa vítima até o IML no Júlio Muller, começaram a atender a vítima no período noturno e até agora por volta de meio-dia de hoje eles estavam em função desse atendimento devido a demora nos outros órgãos para que seja feito toda a profilaxia da vítima, que ela tome

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

as medicações necessárias, feito então todo aquele atendimento das DST's dentro do hospital, para que tudo isso seja feito a contento conforme a lei preconiza. Existe todo um atendimento que demora, muitas vítimas até desistem de ser atendidas por conta da demora, para isso a delegacia precisa ter viatura, precisa ter efetivo, imagina, por exemplo, se tivéssemos dois estupros nessa noite, como que a delegacia iria fazer esse atendimento? Nós precisamos sempre contar com efetivo, com estrutura, com toda essa logística para que tenhamos um bom funcionamento dos nossos serviços. Mas infelizmente não temos os investimentos, hoje temos dentro da secretaria de segurança, conseguimos colocar dentro do nosso TPA a ação, o orçamento apenas abrimos uma ação, violência contra a mulher, mas com orçamento zero, não temos! Temos que buscar através de emendas parlamentares, apresentamos os projetos, procuramos, buscamos o nosso diretor-geral, delegado Doutor Mário, que vai até Brasília para estar buscando esses mecanismos que possam trazer essa verba, esse investimento. Esse é um grande desafio para nós, na questão de rede que é trabalhar com a insuficiência de dotação orçamentária. A Desembargadora Maria Erotides Kneip, fez o uso da palavra, aduzindo que sua **proposição** é justamente essa: o Desembargador José Zuquim Nogueira e a Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro poderiam fazer um encontro de redes em Cuiabá? Quem sabe começamos a alinhar os protocolos e o desenvolvimento e assim uma instituição em vez de ajudar não atrapalha a outra, quem sabe a partir desse encontro de rede consigamos criar mesmo um protocolo de atuação que não atrapalhe uma instituição. Vamos pensar nisso? Ajudo em tudo que puder. O Desembargador José Zuquim Nogueira, Corregedor-Geral da Justiça, ao fazer o uso da palavra, aduziu à Desembargadora Maria Erotides Kneip, estou maravilhado com tudo. Confessou que não podia imaginar a dimensão do trabalho de todos vocês, principalmente de Vossa Excelência. Tenho muito orgulho de tê-la como colega nesse Tribunal de Justiça e hoje estou tendo a oportunidade de conhecer pessoas maravilhosas que estão atuando nessa área de forma incontestável. Vossa Excelência conte com a Corregedoria, conte com o meu apoio e o apoio também da Presidente Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, estou até adiantando falando em nome

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

dela, mas vamos sim rapidamente fazer esse encontro para que eu possa, inclusive, demonstrar meu interesse em participar de mais atividades. A Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, Vice-Presidente do TJMT,afirmou que já vamos providenciar esse encontro semana que vem. Vamos já marcar a data para que a gente possa, inclusive, estabelecer a diferença que há entre Barra do Garças e precisamos estabelecer pelo menos alguma coisa que seja comum dentro da rede, protocolos que sejam comuns. O Desembargador José Zuquim Nogueira disse à Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, que estava pronto. A Dra. Christiane da Costa Marques Neves disse que da mesma forma, estava à disposição. Em seguida, foi dada a palavra à Senhora Ana Emília Iponema Brasil Sotero, Advogada Membro da Associação de Mulheres da Carreira Jurídica, que enfatizou a importância da **criação da rede aonde tiver a patrulha Maria da Penha**. Esse que seria talvez o ponto crucial, **onde exista patrulha tenha a rede funcionando para que possam direcionar o serviço.** A Tenente Coronel Emirella fez uso da palavra, reforçando, inclusive, o que a doutora acabou de falar, é exatamente dessa forma que acontece. Sempre ressalto que a efetividade do serviço que alcançamos não é atribuição só da polícia, não é resultado só da atuação da Polícia Militar, é um resultado de toda a rede, por mais que em Cuiabá não tenha algo assim estabelecido, mas na prática essa rede funciona, até mesmo porque temos a câmara temática que atua tentando, inclusive, dar soluções a situações que deveriam estar sendo desenvolvidas pela rede. E nos Municípios quando é ativada uma nova patrulha Maria da Penha, antes dessa ativação é feita toda uma conversa com todas as instituições que devem compor essa rede, instituições que devem compor essa rede, as instituições municipais e estaduais que existem na cidade justamente para já começar a fazer essa construção e, na verdade, na prática, esse bom relacionamento e essa articulação entre as instituições nos Municípios, na verdade, já existem, muitas vezes é até provocada pela própria Polícia Militar, por conta dessa necessidade, justamente porque a Polícia Militar e a Patrulha Maria da Penha realmente se deparam com diversas situações que fogem da nossa competência e não assumimos isso, encaminhamos para as instituições que são competentes para atuar. Algo comum, a

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

questão realmente da patrulha se deparar com a situação de necessidade de apoio psicológico. Após, a Dra. Christiane da Costa Marques Neves passou para o encerramento da audiência pública, agradecendo mais uma vez a presença de todos. Agradeço muito a equipe da Corregedoria do Tribunal de Justiça, da Presidência, da Vice-Presidência, da CEMULHER, todos que se envolveram nesse trabalho, a Coordenadoria Militar, as Palestrantes, a Diretora Geral e não devemos mesmo começar a nominar senão falhamos com as pessoas e não é o meu desejo. Todos foram muito atenciosos, penso que todos fizeram esforços para um trabalho a contento. Desejo que tenha sido uma tarde profícua, acredito que saímos com muitas ideias boas, com iniciativas, com bastante trabalho pela frente. Agradeço a oportunidade e dou a palavra para a Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro se ela quiser fazer as considerações para depois o Desembargador José Zuquim Nogueira fazer o encerramento, se assim o desejar. A Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro cumprimentou o Desembargador José Zuquim Nogueira e a Doutora Christiane da Costa Marques Neves pela condução dos trabalhos, sei que não é muito fácil. Eu e a Desembargadora Maria Erotides Kneip já realizamos audiência pública e sabemos o quanto é difícil organizá-la, porque tem que estar dentro de um cronograma e das normas, para que o CNJ considere como ponto positivo. Sabemos muito bem que não é uma simples audiência pública, requer alguns pressupostos para que seja considerada pelo CNJ como realização de audiência pública dentro daquilo que foi proposto pelo CNJ. Prestei bastante atenção em alguns pontos de indagação que o CEMULHER pode colaborar para que essas ações sejam realizadas efetivamente. Nós verificamos a questão do trabalho que é realizado pela “Rede”. Tive um prazer muito grande em estar na Comarca de Barra do Garça e ver o trabalho que foi feito. Participei várias vezes do trabalho que realizam. Fiquei apaixonada, encantada, tanto que os levei em uma reunião do FONAVID - Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, para mostrar o que era o trabalho de “Rede”. Depois que eu fui para a Corregedoria, a Desembargadora Maria Erotides Kneip, não me substituiu, porque aqui é uma fazendo o trabalho junto com a outra, mas a Desembargadora conseguiu estender esse trabalho para alguns municípios.

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

Verifiquei que a forma de trabalhar de uma rede é um pouco diferente da outra. Precisamos nos reunirmos para estabelecer um procedimento padrão, alguma coisa que faça com que o nosso trabalho seja conhecido e reconhecido, para que as pessoas que trabalharem junto conosco nessa rede possam ter conhecimento de qual é a sua função e o que realmente ela pode fazer. Assim, providenciarei reuniões com alguns dos membros da Rede, em Cuiabá, desde já convoca a Doutora Ana Emília Sotero, a Doutora Jozirlethe Criveletto, a Cel. Emirella Martins, enfim, todo esse pessoal que está à frente da Rede, para discutirmos e analisarmos o que faremos para estender para todos os municípios essa Rede. Se será pelo município, pelo Estado, mas nós precisamos estabelecer um a diretriz através desse termo, desse convênio que foi celebrado para todos os Estados. Parabenizo mais uma vez o Desembargador José Zuquim Nogueira. Conte conosco sempre, não só na Vice-Presidência, mas no CEMULHER. Temos um grupo de magistrados que compõem esse CEMULHER que são colegas engajados com essa luta, com esse "tema" da Violência Doméstica. Coloco-nos à disposição para trabalharmos juntos. Sei que Vossa Excelência até se assustou com o tamanho dos problemas que tem a questão da Violência Doméstica e como as pessoas se preocupam, o carinho que se tem com a questão. Quando ouço essas pessoas que trabalham conosco, fico apaixonada pela causa, e estou à disposição. Mais uma vez, parabéns! Parabéns à Maria Mazarelo Farias Pinto, as Delegadas de Polícia, desculpe-me por não nominá-las, porque eu tenho hora ruim de memória. Mas recordo-me da Doutora Jozirlethe Magalhães Criveletto, que não esqueço do trabalho que faz na Delegacia de Polícia e o trabalho que ela já fez com essa quantidade de inquéritos policiais. Portanto, quero parabenizá-las, e dizer que estamos ao inteiro dispor. Nos cobrem, porque essa pandemia, às vezes, não nos permite aproximar e conversar frente a frente, mas nos liguem. Nós estamos aqui para ajudar. O Desembargador José Zuquim Nogueira agradeceu de coração a contribuição da Doutora Maria Mazarelo Farias Pinto, da Tenente-Coronel Emirella Martins, da Doutora Lizzia Kelly Ferraro, da Jaqueline Vilalba Fernandes, da Rede de Proteção a Mulher e a Delegada de Polícia Jozirlethe Magalhães Criveletto. Vocês foram maravilhosas nos apontamentos e

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

manifestações. Agradeceu a presença e o apoio da Desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, Presidente deste Tribunal, da Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro vice-presidente deste Tribunal, da Desembargadora Maria Erotides Kneip, dos colegas magistrados que participaram desse evento e se dispuseram ficar até esse momento. Agradeço a Coordenadoria Militar pelo apoio. Meu agradecimento especial à Doutora Christiane da Costa Marques Neves e a sua equipe, ao Ranniery e equipe, ao Coordenador da Corregedoria-Geral e equipe, bem como aos servidores da comunicação e do cerimonial deste Tribunal, que tornaram possível esse evento. Encerro essa audiência e reafirmo que hoje foi um grande aprendizado. Um aprendizado onde ratifico o meu compromisso de uma reunião em breve, em que consultarei e convidarei todos os magistrados que atuam nessa área e, também, o meu apoio incondicional para implantação da Patrulha Maria da Penha e da Rede. Embora, como dito anteriormente, são atividades distintas, mas o objetivo é um só. É o amparo àquela que necessita, é a manutenção da "célula mater" de uma sociedade, que é a família. Reafirmo esse compromisso e busco, enquanto estiver frente à corregedoria, os meios para dar efetividade a todas as medidas cautelares concedidas. Meu muito obrigado de coração, fiquem com Deus e que Deus conceda muita saúde a todos vocês. É o que mais precisamos nesse momento.

Deliberações: Em primeiro lugar, realizar reunião com o Desembargador José Zuquim Nogueira – Corregedor-Geral da Justiça, Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro – Vice-Presidente do e. TJMT e Coordenadora do CEMULHER, Juíza Auxiliar da Corregedoria, Christiane da Costa Marques Neves, Delegada de Polícia Civil Jozirlethe Criveletto, Tenente Coronel da Polícia Militar, Emirella Martins, Secretária de Assistência Social Rosamaria e Secretário da Casa Civil Mauro Carvalho para definir ações para expansão da Patrulha Maria da Penha para as comarcas polos do Estado de Mato Grosso. Em segundo lugar, realizar reunião com membros da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica em Cuiabá/MT para estabelecer um procedimento padrão para conhecimento e reconhecimento do nosso trabalho, e para que as pessoas que trabalham junto conosco nessa rede, possam ter conhecimento de qual é a sua função. Em terceiro lugar, estabelecer ações para fortalecer e integrar

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

as entidades que formam a Rede de Proteção de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e criação da rede onde exista a Patrulha Maria da Penha. E, por fim, em quarto lugar, realizar um encontro de Redes para alinhamento de um protocolo de atuação. Declaro encerrada a audiência. O Mestre de Cerimônias deu por encerrada a Audiência. E para constar, a presente Ata teve como redatora Mônica de Almeida Silva, Assessora da Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dra. Christiane da Costa Marques Neves, assinada pelas autoridades abaixo nominadas.

Desembargador **José Zuquim Nogueira**
Corregedor-Geral da Justiça

Desembargadora **Maria Aparecida Ribeiro**
Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Coordenadora da CEMULHER

Christiane da Costa Marques Neves
Juíza de Direito Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça

Documento assinado digitalmente por: José Zuquim Nogueira,Maria Aparecida Ribeiro,Christiane da Costa Marques Neves
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento e utilize o código 475B0EE1

Diagnóstico da
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
no ano de 2020

10. MATERIAL TAQUIGRÁFICO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL: "DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA EM 2020 E ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO"

CIA/Expediente: 010208-31.2021
DATA: 09-04-2021 (sexta-feira)
HORÁRIO: Das 13:30h às 19:00h
AUTORIDADES:
PRESID. DESA. MARIA HELENA, VICE DESA. MARIA APARECIDA E CGJ DES. JOSÉ ZUQUIM
PRESIDENTE DA AUD. PÚB.: Dra. Christiane da Costa Marques Neves (CGJ)
MC: Jhonny Marcus – Locutor da Rádio Estação
LIBRAS: Izaura Maciel, Janaine Souza e Regina Vieira - Intérpretes
Transmissão YOUTUBE: www.youtube.com/user/TVTJMT
Mais informações/matéria: http://bit.ly/EventoVirtualVD

I – BOAS VINDAS/AVISOS

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Boa tarde a todas as pessoas que nos acompanham por meio desta sala virtual da plataforma *teams* como também pela transmissão ao vivo no canal oficial do TJMT, no YOUTUBE;

Considerando a necessidade de manutenção das medidas de prevenção e biossegurança em decorrência da pandemia da COVID-19, esta audiência será 100% on-line e obedecerá a um rito próprio mediante a utilização do serviço de videoconferência.

Senhoras e senhores, por favor, mantenham celulares no silencioso e/ou no modo vibracal durante a audiência pública.

Solicitamos também que mantenham seus microfones desabilitados e apenas o vídeo aberto;

Informamos e agradecemos a participação das intérpretes de libras.

Pela atenção, agradecemos!

II. ABERTURA OFICIAL

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, sejam bem-vindos todas as pessoas que nos assistem nesta tarde!

Anunciamos o início da audiência pública: *"DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA EM 2020 E ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO."*

Este evento é uma realização do Poder Judiciário de Mato Grosso, por meio da Corregedoria-Geral da Justiça e da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER).

Objetivo: Discutir com a sociedade os diferentes perfis de violência doméstica e familiar que ocorrem no Estado, de forma a possibilitar identificação de novas 2 práticas para coibir a prática dentro do ambiente familiar, especialmente, durante a pandemia da COVID-19.

III. REGISTRO DE PRESENÇAS – DISPOSITIVO

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Anunciamos a composição do dispositivo virtual de honra:

Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso;

Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, Vice-Presidente do TJMT e Coordenadora da CEMULHER - Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito do Tribunal de Justiça;

Excelentíssimo Senhor Desembargador José Zuquim Nogueira, Corregedor-Geral da Justiça do TJMT e Organizador desta Audiência Pública.

IV. DISCURSOS DAS AUTORIDADES

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Para a abertura oficial ouviremos o pronunciamento da Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (PRESIDENTE DO TJMT):

Boa tarde.

Cumprimento mais uma vez virtualmente as componentes desta solenidade:

Rosa Maria Ferreira de Carvalho, secretária de assistência social e cidadania representando a 1ª Dama do Estado; Virginia Mendes;

Márcia Pinheiro, 1ª Dama do Município;

Vereadora Edna Sampaio, da Câmara Municipal de Cuiabá;

Luciana Zamproni, Secretária Municipal da Mulher;

Doutora Maria Mazarelo, nossa querida palestrante;

Tenente Coronel Emirela, nossos cumprimentos, também quero abraça-la virtualmente.

Enfim, vou deixar de nominar para não cometer mais injustiças. Porque estava acompanhando o nome de todas, mas o cenário já mudou no computador, e eu

não quero correr o risco de incorrer em uma injustiça com as demais. Sintam-se todas abraçadas pelo Poder Judiciário.

O Poder Judiciário sente-se honrado em receber profissionais das mais diversas instituições para discutir a violência doméstica, que tem atingido patamar cada vez mais assustador em Mato Grosso, como vocês verão ao longo desta Audiência Pública. Muito já avançamos por meio deste trabalho integrado, mas muito ainda há por fazer, visto que vivenciamos hoje uma pandemia dentro de outra pandemia.

Um dos grandes desafios é conquistar o comprometimento da sociedade no enfrentamento à Violência contra a Mulher. Somos todos responsáveis pelos altos índices registrados em Mato Grosso.

Somos todos responsáveis, na medida em que somos coniventes com práticas machistas que sufocam qualquer tentativa de alcançar a equidade de gênero. Muitos de vocês podem estar se perguntando, por que, afinal, a presidente do Tribunal de Justiça vem novamente falar em machismo e equidade de gênero, quando o que está em discussão é muito mais grave?!

É porque os conceitos estão entrelaçados.

O silêncio das vítimas, a omissão da família e a indiferença dos vizinhos, estão calcados no machismo tão presente na cultura brasileira. Viver em uma sociedade machista provoca a sensação de que você vale menos que o homem que te agride. Viver em uma cultura machista leva milhares de vítimas a aceitar a violência com resignação.

As estatísticas mostram que em torno de 30% das mulheres vítimas de feminicídio não denunciaram as agressões que vinham sofrendo, muitas delas há vários anos. Ou seja, o machismo está no cerne da violência contra a mulher e a solução do problema passa pela ressignificação do papel da mulher na nossa sociedade.

Por isso eu sempre digo que a luta pela equidade de gênero não deve ser só das mulheres. Em um passado recente, me causava desânimo quando chegava a um evento para discutir este tema, e me deparava com um público formado quase que totalmente por mulheres. Percebia que ainda temos um longo caminho pela frente.

Mas ao longo dos anos agregamos grandes parceiros do sexo masculino, não apenas na magistratura, mas em diversas outras instituições. Um deles é o meu amigo, desembargador José Zuquim Nogueira, que tanto nos honra ao empunhar esta

bandeira. Na pessoa do desembargador Zuquim e da nobre vice-presidente, Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, agradeço a presença de todos vocês.

Tenham um bom evento.

Obrigada, devolvo a palavra ao mestre de cerimônia.

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Convidamos para proferir suas palavras a Vice-Presidente do TJMT e Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEMULHER, Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA MARIA APARECIDA RIBEIRO (VICE-PRESIDENTE DO TJMT E COORDENADORA DA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR – CEMULHER):

Cumprimento a todos, em especial a Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria Helena Póvoas, digníssima Presidente do Tribunal De Justiça de Mato Grosso.

Cumprimento também o Excelentíssimo Senhor Desembargador José Zuquim Nogueira, digníssimo Corregedor-Geral De Justiça, e os todos os representantes de Polícia Militar e Civil, da OAB, da Rede de Mulheres, enfim, todos aqueles que estão empenhados na defesa dessa causa tão justa que é a violência doméstica contra a mulher.

O tema escolhido, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA EM 2020 E ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO, foi muito bem escolhido e não poderia ser mais bem discutido.

O novo Coronavírus (COVID-19) atingiu e continua atingindo milhões de pessoas no mundo e não poderia ser diferente em relação à violência contra a mulher. A pandemia provocou grande preocupação com a saúde e economia e deu causa ao aumento da violência doméstica e familiar sofrida por mulheres, crianças e adolescentes que,

diante da necessidade de isolamento em seus lares, passaram a conviver dia e noite com seus agressores.

É quase impossível separar hoje o agressor das agredidas. Muito complicado em função da necessidade do isolamento dentro de casa.

A violência contra a mulher é estrutural no Brasil e tão enraizada que se reproduz de forma automática, natural. É necessário um diálogo entre as redes de enfrentamento. É preciso um debate entre autores sociais e a comunidade jurídica para o devido acolhimento e atendimento da mulher vítima da violência doméstica e familiar.

Necessitamos de ações efetivas, a fim de que a situação da violência contra a mulher seja extinta, seja acabada de uma só vez, e acredito que dentro desta perspectiva, podemos compreender e discutir o complexo e dinâmico fenômeno da violência contra mulher frente à pandemia.

Não é uma discussão paralela, temos que analisar todas as questões e as causas oriundas desta violência durante a pandemia, quais as ações que poderíamos utilizar para combater a violência.

Nós temos várias ações, o CEMULHR tem discutido juntamente com os magistrados responsáveis pelas varas de violência doméstica todas as ações possíveis para combater a violência doméstica, verificar formas mais práticas para atingir justamente aqueles que precisamos atingir, que são os agressores.

Precisamos verificar que a impunidade gera uma necessidade de se combater, de verificar o que está acontecendo. Há pelo CNJ a exigência de cumprimento de metas, que faz com que todos os magistrados das varas de violência doméstica possam analisar principalmente a questão do número de inquéritos parados nas delegacias de polícia, o número de processos de medidas que ainda não chegaram ao seu final, que se não se chega a uma punição efetiva, ou seja, fica ao meio termo como se nada tivesse acontecendo.

A mulher fica um pouco receosa de procurar autoridade policial, autoridade judicial para fazer a reclamação, porque pensa que não adianta fazer porque não vai dar em nada. E isso nos deixa em uma situação de descrédito, precisamos tratar a questão da violência doméstica e familiar com esse olhar de que precisamos também verificar o lado do agressor, do que podemos fazer para melhorar o olhar do agressor frente à agredida, porque muitas vezes para ele uma agressão é sinal de afeto, ele não vê aquilo como realmente agressão, é cego, não enxerga.

Durante esse período, essa data, dentro deste contexto, a Corregedoria-Geral de Justiça propôs, por meio desta audiência pública, a discussão de três eixos importantíssimos: O aumento da violência sexual na pandemia; Patrulha de Maria Penha, que é importantíssima, e Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica.

Todos esses três eixos juntam-se, e com certeza no final desta tarde obteremos soluções, ações para que possamos realmente praticá-las e obter um resultado positivo.

Agradeço a presença de todos, à coordenação CEMULHER está à disposição de todos, está sempre ao lado da nossa presidente, da corregedoria, temos magistrados das varas de violência doméstica que formam esta coordenação, e estamos todos no sentido de juntar, analisar e obter mecanismos voltados a proteção da mulher em situação de violência doméstica e principalmente criança e adolescente também vítimas de violência sexual, que é o que temos constatado constantemente.

Parabenizo o nosso corregedor pela escolha do tema, dos eixos a serem discutidos e nos colocamos à disposição.

E agradecer a presença de todos, agradecer principalmente àquelas pessoas, por exemplo, a Coronel Emirela que está ali frente a Patrulha Maria da Penha e todos aqueles que estão voltados na discussão deste tema.

Muito obrigada.

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Fará uso da palavra o Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, Excelentíssimo Senhor Desembargador José Zuquim Nogueira.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA (CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TJMT):

Inicialmente eu levo meu pensamento a Deus, agradeço pela oportunidade que está nos oferecendo de estarmos aqui reunidos, e que ao final tenhamos sucesso nessa reunião conforme pretendido.

Boa tarde a todos.

Registro inicialmente a minha enorme satisfação de estar entre duas grandes mulheres nessa administração, a presidente desembargadora Maria Helena G. Póvoas e a vítima presidente e Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, e, por intermédio delas, saúdo a todas as mulheres que aqui se encontram.

Sejam bem vindos a esta oportunidade única de ouvir os Poderes, segmentos e a própria sociedade que sofre com um mal cultural. Talvez um dos mais difíceis de extirpar do seio da sociedade. Ele não escolhe classes, mas envolve gêneros. Homens e mulheres em lados opostos e é isso que a Corregedoria-Geral da Justiça do Poder Judiciário de Mato Grosso não quer.

Em geral a violência contra a mulher é praticada dentro de casa, onde esperamos maior acolhimento e proteção. Um contra senso que devemos lutar para resolver, e esta luta deve ser de todos nós.

Alguns juízes mantêm programas de esclarecimentos e mudanças comportamentais dos agressores que carregam esses traços. Traços que muitas vezes, tornam-se golpes, e marcam a vida de suas companheiras, e em muitos casos, tiram o Direito fundamental da Vida daquela que é mãe, companheira, amiga, profissional, filha...

A violência contra a mulher é uma "pandemia" que vivenciamos desde os primórdios de nossa sociedade, por vezes, já tivemos leis que ampararam a violência contra a mulher. Agora os tempos são outros. Enquanto o Coronavirus nos cobra mais amor ao próximo, pelo sofrimento. A violência contra a mulher nos cobra mais sororidade, pela forma como as perdemos de nosso convívio.

Durante a Décima Sétima Semana da Justiça pela Paz em Casa, a Corregedoria Geral da Justiça realizou por meio de 29 varas, 1.638 audiências relacionadas ao tema. Agradeço aos abnegados magistrados e servidores do Poder Judiciário que chamados neste momento tão difícil, se apresentaram ao trabalho árduo que visa punir o praticante da violência e diminuir este tipo de crime.

A Justiça protege as mulheres, aumentando a concessão de medidas protetivas de 7.408 em 2019, para 9.693 em 2020. Devemos também debater sobre a efetividade destas medidas. Elas estão assegurando de fato as mulheres que colocam suas vidas em nossas mãos? Os principais apontamentos nos mostram que sim. Este tema estará em nossos debates de hoje também, assim como o Aumento da Violência na Pandemia e o Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica.

Mantivemos a estrutura das 2 Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, em Cuiabá, 1 em Várzea Grande e 1 em Rondonópolis, além das outras varas que atendem a todos os Municípios mato-grossenses nesta necessidade.

Queremos cumprir com a Resolução 221/2016 do CNJ, que Institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça, incluindo dentre as modalidades de participação (inciso V do art. 4º), a audiência pública, como meio de participação direta, aberta a qualquer interessado, em que possibilita a manifestação oral e escrita dos participantes, nos termos do regramento publicado, e tem por objetivos possibilitar a expressão de opiniões, especializadas ou não, e a obtenção de soluções para demandas específicas.

Nesse sentido, ao final dos debates, serão encaminhadas as deliberações acerca do tema aqui abordado, para o conselho Nacional de Justiça, na rede de Governança Nacional, visando a elaboração de metas nacionais para o ano de 2022.

Ou seja, todos, Poderes, segmentos e sociedade, serão donos de nosso futuro. Faremos um futuro melhor, nesta oportunidade.

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Neste momento assistiremos a um vídeo alusivo a campanha "Quebre o Ciclo".

VT.1 (02:12) EXIBIÇÃO VÍDEO: "CAMPANHA QUEBRE O CICLO" – Comunicação

V. PRESIDÊNCIA DOS TRABALHOS E LEITURA DO REGRAMENTO

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Registramos a presença de autoridades de órgãos representados, começando pela Desembargadora Maria Erotides Kneip, neste ato representando a 1ª Dama do município de Cuiabá Márcia Pinheiro, a Secretária Municipal da Mulher da Prefeitura de Cuiabá Luciana Zambrone Branco.

A Secretária de Estado de Assistência Social e Cidadania - SETASC Rosmaria Ferreira Carvalho, neste ato também representando a primeira dama do estado de Mato Grosso Virgínia Mendes.

A promotora de justiça e primeira dama do município de Várzea Grande Januária Dorilêo.

A Doutora Rosana Leite Antunes de Barros coordenadora do Núcleo da Mulher da Defensoria Pública do Estado, neste ato representando o Defensor Público Geral Clodoaldo Aparecido Gonçalves de Queiroz.

A Doutora Clarissa Lopes Dias Maluf presidente da Comissão de Direito da Mulher representante da OAB Mato Grosso.

A promotora da Vara da Violência Doméstica Elisamara Singles Vodonós Portela.

A promotora do Centro de Apoio Operacional - CAO, a violência doméstica Laís Glauce Antunes dos Santos.

Queremos também agradecer e registrar a presença das palestrantes a Doutora Maria Mazarelo Farias Pinto, Juíza da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, a Tenente Coronel PM Emirela Martins, coordenadora da Patrulha Maria da Penha, a Delegada de Polícia Lizzia Kelly Ferraro, da Delegacia 24 Horas para atendimento às vítimas de violência doméstica e sexual de Cuiabá.

A psicóloga Doutora Jaqueline Vilalba Fernandes, da Rede de Proteção a Mulher e a Delegada de Polícia Jozirlethe Magalhães Criveletto, titular da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá, Mato Grosso.

A Doutora Cristiane Padim, do NUPEMEC, queremos agradecer aos magistrados, delegados de polícia, aos promotores de justiça, aos defensores públicos, aos servidores do poder judiciário de Mato Grosso, os analistas técnicos judiciários, psicólogos, assistentes sociais, gestores judiciais, gestores administrativos, oficiais de justiça, gestores gerais das comarcas e agradecer a presença das pessoas que estão assistindo da

videoconferência do Rio de Janeiro, de Guarulhos, de Curitiba, de Itirapina, Umuarama e de Goiânia.

A Audiência Pública pretende debater e definir estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de atendimento. Tem por finalidade obter dados, subsídios, informações, sugestões, críticas ou propostas concernentes à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Para a finalidade desta audiência pública, considera-se a definição contemporânea de agressão doméstica como todo e qualquer ato de abuso, seja físico, psicológico, sexual, patrimonial, moral ou econômico, praticado contra a mulher.

Neste momento, passaremos aos trabalhos do evento.

Para presidir esta audiência pública, com a palavra A Dra. Christiane da Costa Marques Neves, Juíza-auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Boa tarde a todos.

Um prazer, uma honra participar desse momento tão importante para o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Quero agradecer a Desembargadora Presidente, Maria Helena Gargaglione Póvoas, por participar, e nos incentivar a fazer essa audiência, esperamos um excelente trabalho que tentaremos desenvolver nessa tarde.

Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro da CEMULHER, Desembargador José Zuquim Nogueira, que também nos incentiva muito nesse tema tão sensível.

O Johnny Marcus já falou o nome das autoridades presentes, não vou repetir, mas quero agradecer a presença dos colegas, dos promotores de justiça, dos oficiais de Justiça, dos Policiais Militares, da Polícia Judiciária Civil, Polícia Rodoviária Federal, da Procuradoria do Estado, enfim, de todos os que estão aqui para que esse tema seja debatido para que tenhamos soluções para uma situação tão delicada.

Agradeço as palestrantes, que de pronto aceitaram, entrei em contato com cada uma, foram todas atenciosas e são muito zelosas na atividade que desempenham.

Aos nossos colegas que estão presentes, agradeço muito, não só pela presença, mas pelo trabalho eficiente que desenvolvem a frente de situações tão delicadas que vivem diariamente.

Que tenhamos um bom trabalho, um trabalho profícuo, que levemos propostas para o CNJ para conseguir obter êxito no combate à violência doméstica.

O ideal seria que não tivéssemos que discutir esse tema, o ideal seria que isso não acontecesse, mas já que acontece, precisamos tratar dessa situação tão delicada.

Agradeço a presença de todos e desejo um bom evento.

VI. INFORMES - LEITURA DO REGRAMENTO

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Pedimos aos participantes, especial atenção à leitura do regramento desta audiência pública.

Senhoras e senhores, por favor, mantenham celulares no silencioso e/ou no modo vibracal durante a audiência pública;

Às participantes que estão on-line pela plataforma, pedimos que mantenham apenas os vídeos habilitados;

Lembramos que o áudio permanecerá bloqueado e será liberado somente durante o questionamento, cujo tempo será de até dois minutos, conforme cronômetro em tela;

Informamos que as inscrições para questionamento nos respectivos eixos temáticos foram esgotadas ainda na primeira semana de inscrição para participação no evento, pois atingimos o número máximo permitido na plataforma;

De todo modo, novos questionamentos poderão ser encaminhados pelo bate-papo ou pelo chat da transmissão no YouTube.

Pela atenção, agradecemos!

VII. PALESTRAS (DEBATES)

PRIMEIRA PALESTRA DO EIXO I: O AUMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA PANDEMIA

Convidamos a palestrante: Dra. MARIA MAZARELO FARIAS PINTO, Juíza da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, desde 19/12/2016 e, cumulativamente da Justiça Comunitária desde 16/12/2016, através da Portaria nº 002/2016-JC/PRES, tendo jurisdicionado anteriormente na Vara 4ª Especializada da Fazenda Pública de Rondonópolis por 12 (doze) anos e nas Comarcas de Dom Aquino, Jaciara, Campo Verde e Barra do Garças, onde foi Juíza Eleitoral em três oportunidade;

Ainda nestas Comarcas teve a oportunidade de desenvolver os seguintes Projetos: Projeto Cidadão (Comarca de Dom Aquino), Projeto Desabrochar e Projeto Portas Abertas (ambos na Comarca de Rondonópolis), e ainda o recente Projeto "Vencendo as Fronteiras", criado pela magistrada durante a Pandemia da Covid-19 no âmbito da Justiça Comunitária;

Formada em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso e Especialista com Título de MBA em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas e Escola Superior da Magistratura do Estado de Mato Grosso – ESMAGIS/MT.

EXMA. SRA. DRA. MARIA MAZARELO FARIAS PINTO (JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA VARA ESPECIALIZADA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS)

Boa tarde, muito obrigada, referindo-me ao dispositivo mencionado pelo mestre de cerimônias, eu não posso deixar de cumprimentar todas as autoridades mencionadas nas pessoas de sua excelência eminente presidente Desembargadora Maria Helena Póvoas, da ilustre vice-presidente Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro e do renomado Desembargador José Zuquim Nogueira, digníssimo corregedor-geral da justiça do estado.

Sintam-se todos cumprimentados, abraçados e já envolvidos pela chama do amor de Deus invocada pelo Desembargador Zuquim, vamos tratar sobre o aumento da violência sexual na pandemia, o eixo desta audiência pública na tarde de hoje.

Primeiramente, quero destacar que a eficiência da Alta Administração do E. Tribunal de Justiça do Estado na adoção de uma Política de Governança no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher tem demonstrado enorme alcance não só de natureza institucional como também social.

Como magistrada eu procuro exercer um trabalho que não se restringe ao âmbito da judicatura propriamente dita.

Reconheço e reafirmo a necessidade de combater as causas sociais de todos os tipos de violência, geradoras de crimes, atreladas às questões culturais da nossa sociedade, ainda tão patriarcal e repleta de expressões machistas acumuladas por séculos na sociedade.

Esse predomínio é injusto e cruel que o homem assumiu sobre a mulher, resultado das instituições sociais e do abuso da força sobre a fraqueza. Aprendemos que "entre homens moralmente pouco adiantados, a força faz o direito".

Em tempos de Covid-19, por certo, tem surgido outras demandas de maior atuação estatal, entretanto, é extremamente importante que operadores jurídicos e aqueles a quem compete à formulação de políticas públicas assegurar a garantia de padrões mínimos de vida para que a população esteja livre de qualquer tipo de violência doméstica.

Importa registrar que a violência doméstica, especificamente, a violência sexual é um tema relevante em tempos de pandemia, porque a conjuntura socioeconômica e cultural tende a aumentar se não houver esse freio estatal e o compromisso de todos neste mister.

E isto porque, especificamente no eixo ora sob enfoque, a violência sexual praticada contra mulheres adultas e também contra crianças e adolescentes por pais, padrastos, avôs e tios, evidentemente, exige um olhar, uma atenção e uma estratégia de enfrentamento bastante diversa.

Em ambas as situações tem-se, num primeiro momento, um quadro de dependência financeira e, claro, a saída da situação de violência torna-se ainda mais difícil não só por causa da restrição de serviços e a própria movimentação imposta pela quarentena, sem contar ainda, a diminuição da renda e a própria convivência diária e ininterrupta com o agressor.

Pode-se, afirmar que, sem qualquer sombra de dúvidas que a violência contra o sexo feminino não distingue classes e é também considerada uma pandemia, pois está presente no cotidiano de todas as mulheres.

A doutrina brasileira já consagrou a assertiva de que Estupro é o único crime em que a vítima é que sente culpa e vergonha.

Esse tipo de crime é algo tão comum e a sociedade também contribui para alimentar esta fala, na medida em que imensa parte da população ainda acha que é a mulher que não se dá ao respeito e por isso merecer ser estuprada.

São inúmeros os jargões proferidos por imensa parcela da sociedade e, pasmem, oriundos tanto de homens quanto de mulheres, o que leva muitas delas a não registrar queixa ou fazer a denúncia.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2018, a cada onze minutos ocorreu um estupro em nosso País.

https://forumseguranca.org.br/

É sabido que muitas mulheres adultas podem ter dificuldades para entender que foram estupradas, principalmente quando o agressor é o marido, o namorado ou algum ex-companheiro. E isto porque, segundo elas mesmo dizem "ele só forçou um pouco a barra, mas tudo bem".

Importa destacar também que, se a vítima tem essas e outras dificuldades para compreender o que lhe ocorreu, sem sombras de dúvidas essas adversidades serão potencializadas diante de familiares, amigos, autoridades policiais, promotores, juízes. E é no hospital ou posto de saúde, na delegacia, no fórum, que a vítima precisará repetir e reviver o crime quando decidir denunciar o autor.

Há que ter-se em conta que o denunciado também pode alegar que a relação sexual foi consensual e, se não houver prova do DNA do acusado a palavra da vítima fica contra a dele, o que, evidentemente remete ao Juiz a sensibilidade e o discernimento para analisar e julgar o processo, tendo em vista outros elementos de provas levadas a efeito nos autos.

Sabe-se também, que ainda não se tem uma cultura do atendimento médico, com direitos aos remédios contra infecções sexualmente transmissíveis, a pílula do dia seguinte e demais garantias legais, mesmo inexistindo queixa na polícia.

Diante de tantos embaraços, estima-se que no Brasil apenas 10% dos casos de estupro sejam denunciados. Isto significa que 90% das vítimas preferem o silêncio, seja por medo, ou porque não pretende ser revitimizada, pela própria dificuldade em compreender, aceitando a ocorrência do crime, ou até mesmo porque não acredita na eficiência da lei.

E, como já destacado, é remansoso o entendimento na doutrina que os principais fatores que são determinantes para o silêncio da mulher são a culpa e a vergonha.

O crime de estupro está previsto no Artigo 213 do Código Penal, com a redação dada pela Lei 12.015/2009, sendo considerado um dos crimes mais violentos, portanto hediondo, dispondo expressamente:

> *"Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:*
>
> *Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.*
>
> *§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:*
>
> *Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.*
>
> *§ 2º Se da conduta resulta morte:*
>
> *Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos."*

Essa nova redação contida no Título VI do Código Penal, como já dito, foi dada pela Lei 12.015/2009, de acordo com a evolução social e com o desdobramento dos trabalhos da CPI da Pedofilia, alterando a redação anterior que previa os Crimes contra os Costumes, pois tal expressão, segundo afirmado já não traduzia a realidade do bem juridicamente protegido.

Dessa forma, o Capítulo passou a prever Crimes contra a Dignidade Sexual.

Portanto, são quatro os elementos que integram o delito:

- constrangimento decorrente da violência física (vis corporalis) ou da grave ameaça (vis compulsiva);

- dirigida a qualquer pessoa, seja do sexo feminino ou masculino;

- para ter conjunção carnal;

- para fazer com que a vítima pratique ou permita que com ela se pratique qualquer ato libidinoso.

O estupro consumado ou tentado, em qualquer de suas figuras (simples ou qualificadas é crime hediondo, nos termos da Lei 8.072/90, Art. 1º, inc. V).

O Sujeito ativo também pode ser homem ou mulher.

As causas de Aumento de Pena estão previstas nos Artigos 226 e seguintes do Código Penal.

Os estudiosos sustentam que essa mudança na Lei aumentou os casos de estupros registrados, mas está muito aquém da realidade, ou seja, são subnotificados.

Segundo o relatório extraído da Superintendência do Observatório de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso foram registrados em 2019, 395 casos de Estupro em geral. E de janeiro a novembro de 2020 foram registrados 402 casos do mesmo crime, revelando um aumento de 2% no período da pandemia. *http://www.sesp.mt.gov.br/institucional*

Ainda pela mesmo relatório, no Estado de Mato Grosso foram registrados 212 casos de Assédio Sexual em 2019 e 165 entre janeiro a novembro de 2020, com déficit de 22%.

Entretanto, foram registrados 162 casos de Importunação Sexual, crime previsto no Artigo 215-A, em 2019 e 186 em 2020, com aumento de 15%.

Outro dado alarmante, em 2019 foram denunciados 05 casos do crime previsto no Artigo 216-B do Código Penal "produzir, fotografar, filmar ou registrar por qualquer meio conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes". E no mesmo período entre janeiro a novembro de 2020 foram denunciados 18 casos, com uma aumento de 260%.

Essas ocorrências relatadas pela Secretaria Adjunta de Inteligência, através da Superintendência do Observatório de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, envolveram vítimas com idades entre 18 e 59 anos.

Registro que foi lançada a 14ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, isto em 2020, sob o contexto da pandemia da COVID-19, onde podemos constatar a irrefutável ocorrência de violência de gênero. *https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/*

Faço destaque aqui que, como já afirmei, na edição de 2015 do referido Anuário, os pesquisadores mostraram que havia um estupro a cada 11 minutos no País. E a edição desse mesmo Anuário em 2020, mostra que um crime do tipo foi registrado a cada 8 minutos em 2019. Ou seja, foram 66.123 Boletins de Ocorrência de Estupro e de Estupro de Vulnerável registrados em Delegacias de Polícia apenas no ano passado, e a maior parte das vítimas é do sexo feminino – cerca de 85,7%.

Os pesquisadores ainda apontaram no referido Anuário que 57,9% das vítimas tinham no máximo 13 anos de idade, cujo padrão se repete em todo País e os agressores são, em geral, seus conhecidos e tem algum tipo de vínculo afetivo com o estuprador que podem ser pais, padrastos, tios, vizinhos, amigos, revelando que o perigo mora, quase sempre, dentro de casa.

O assunto ora sob enfoque tem múltiplas facetas de análise de perfil tanto do estuprador quanto das vítimas.

Mas é muito importante ressaltar que os números remetem à necessidade de caráter urgentíssimo de orientar e educar as crianças e jovens para que aprendam a proteger-se contra a violência sexual.

Sempre defendi a tese de que os professores devem ser treinados a terem um olhar clínico para a criança com deficit de aprendizado, aquela que demonstra comportamento diferente seja com nível de agressividade ou timidez exagerada, a que chora, ou outro qualquer indicativo que necessite de uma avaliação psicossocial.

Sou de parecer que o ideal seria que, em cada unidade escolar haja uma equipe multidicisplinar constituída por um profissional da psicologia e da assistência social que, junto com a Rede de proteção naquela cidade possa ser realizado todo o procedimento necessário.

É urgente que se adote políticas públicas neste sentido.

O crime de Estupro de Vulnerável está previsto no Artigo 217-A, do Código Penal com a seguinte redação:

"Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.

§ 4º Se da conduta resulta morte:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos."

Recentemente, foram introduzidas inovações legislativas aos crimes

sexuais no enfretamento da criminalidade com a edição da Lei 13.718, de 2018, estabelecendo no Artigo 234-A o seguinte:

"Art. 234-A. Nos crimes previstos neste Título a pena é aumentada:

III - de metade a 2/3 (dois terços), se do crime resulta gravidez;

IV - de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se o agente transmite à vítima doença sexualmente transmissível de que sabe ou deveria saber ser portador, ou se a vítima é idosa ou pessoa com deficiência."

Anoto que esta magistrada já presidiu a instrução e julgou um processo dessa natureza no ano de 2017.

A vítima, menor, com 15 anos de idade quando a ouvi, estava grávida do próprio pai que abusava dela desde os seus 8 anos de idade.

Naquela data memorável, sob todos os aspectos, ela estava no oitavo mês de gestação, tendo dito que a família, unida, iria criar o filho que ela esperava.

As pesquisas apontaram que, no primeiro ano de vigência da Lei em 2019, foram registados 8.068 casos de Importunação Sexual no Brasil, cujo crime está previsto no Artigo 215-A do Código Penal.

A seguir, com o objetivo de demonstrar a gravidade do assunto em seus diversos matizes e a necessidade do olhar e zelo de todos os gestores públicos e da sociedade civil organizada, noticio que perante a Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar de Rondonópolis, atualmente tramitam, dentre outras mais de mil Ações Penais, 26 Ações de Estupro de Vulnerável e 08 Ações de Estupro.

E no ano de 2019 foram distribuídas 54 Ações de Estupro de Vulnerável, 22 Ações de Estupro e 06 Ações de Atentado Violento ao Pudor.

Durante a Pandemia, em 2020, foram distribuídas 35 Ações de Estupro de Vulnerável e 08 Ações de Estupro.

Veja o número expressivo e inaceitável de crimes de Estupro de Vulnerável.

Desde a instalação da Vara Especializada de Violência Doméstica na Comarca de Rondonópolis no ano de 2007, especificamente sob o assunto ora em foco, foram distribuídas 352 Ações de Estupro de Vulnerável e 307 Ações de Estupros, segundo dados contidos no Apolo e no PJE.

Evidentemente que combater a pandemia sexual sem uma Rede de apoio, sem o compromisso e engajamento de todos os seguimentos da sociedade é

impossível educar as vítimas fortalecendo a crença de que a Lei será cumprida literalmente.

Convenço-me, após reiteradas experiências de natureza processual na judicatura de que o silêncio das vítimas fortalece o sentimento de impunidade e faz despertar o "apetite" do violentador de menores, porque, aquele, certamente, está muito aquém do status de moralidade que se espera de alguém que tem o dever de adotar conduta diversa.

Portanto, pode-se afirmar, sem medo de errar, que as engrenagens mentais humanas de quem pratica crimes dessa natureza são por demais complexas e as criações que reverberam em sua própria defesa revelam-se quase sempre incompreensíveis e improváveis e sempre no intuito de desmerecer a vítima, com palavras misóginas.

Em Rondonópolis como magistrada titular da Vara mantenho Projetos, realizo palestras, entrevistas, mutirões, mas, reproduzo aqui uma invocação de uma Amiga muito iluminada que disse:

> *"A sociedade deve responder pelos elementos que a constituem, pelos conflitos que produz, assim como assume as glórias e conquistas dos felizardos que a compõem."*

São essas as minhas colocações, e agradeço profundamente a audiência, muitíssimo obrigada.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Doutora Maria Mazarelo muito obrigada pelas suas palavras.

Infelizmente ainda temos realmente muita situação de pessoas que não tem coragem de denunciar, é isso que a presidente do Tribunal de Justiça tanto salienta, da necessidade da justiça com equidade, da necessidade da justiça inclusive com eficiência e com equidade e do trabalho dos nossos colegas magistrados em coibir essa prática tão terrível.

Concordo com a senhora, que a educação é o primeiro passo, ou seja, ensinar as crianças a se defenderem, a perceberem o toque diferenciado, o que não os agrada. Esses dias atrás e principalmente agora nós temos notícia na imprensa de violência contra criança, ainda que não seja de natureza sexual, mas que reforça a ideia de que precisamos estar atentos o tempo todo às nossas crianças.

Agradeço imensamente as palavras da senhora.

Convido para fazer uso da palavra a Secretária de Ação Social, Senhora Rosa Maria, que neste ato representa a 1ª Dama do estado de Mato Grosso, caso queira fazer algumas considerações a respeito da audiência.

SENHORA ROSMARIA CARVALHO (SECRETÁRIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – SETASC):

Boa tarde a todos e a todas.

É um prazer muito grande estar aqui hoje. Em meu nome, em nome da 1ª Dama do estado, parabenizo a todos por esse evento tão importante.

Sabemos que as estatísticas de Mato Grosso não são nada favoráveis, isso nos entristece muito. Então, hoje estou aqui para dizer que já temos ações efetivas nesta área, a nossa 1ª Dama, tão logo assumiu o cargo de 1ª Dama, fez uma reunião com algumas pessoas, que a procuraram, as quais já batalhavam contra a violência doméstica, e ela prometeu que faria de um tudo para que a Delegacia da Mulher 24 horas se tornasse realidade, e hoje, graças a Deus, nós já temos essa delegacia funcionando.

Então, coloco a Secretaria de Assistência Social do Estado e a nossa 1ª Dama a disposição para aquilo que for necessário, para que possamos fortalecer essa rede de proteção, porque eu acredito que a rede é muito importante.

Sabemos que nesse período de pandemia os casos se agravaram muito, mas deixo aqui um alerta, pois acho que precisamos trabalhar muito no sentido de levar para essas mulheres o conhecimento de que sofrer violência doméstica não significa apanhar e ficar com o rosto todo deformado, pois existem outros tipos de violência que a maioria das mulheres desconhece. Posso falar isso, porque sofri violência doméstica durante muito tempo sem saber que isso acontecia comigo.

Então, acredito que precisa ser melhor divulgado a todas as mulheres, todos os tipos de violência doméstica existentes, para que elas possam ficar alertas, e não venham a acontecer como aconteceu em Tangará da Serra, onde estive para inauguração de uma sala da patrulha Maria da Penha, e lá nós tomamos conhecimento que uma sargento, de vinte e poucos anos, suicidou-se porque sofria violência doméstica psicológica. Eu tenho certeza, que quando ela cometeu suicídio também não sabia que

sofria uma violência doméstica, ela apenas sabia que aquilo não fazia bem a tal ponto dela ter tirado a própria vida.

Então, precisamos divulgar mais os outros tipos de violência doméstica que não o espancamento, o qual é conhecimento de todos.

Coloco esta secretaria à disposição, a nossa 1ª Dama é uma pessoa que está sempre muito envolvida com este tema, está sempre disposta a ajudar. E no que o estado puder compor e no que esta secretaria puder auxiliar estamos à disposição.

Parabenizo a todos e me coloco mais uma vez a disposição, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui hoje.

EXMA. SRA. DRA. ADRIANA SANT´ANNA CONINGHAN (JUÍZA AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA)

Secretária, nós que a agradecemos pela oportunidade de a senhora estar aqui conosco representando a 1ª dama do estado.

Peço ao mestre de cerimônias que dê início aos questionamentos das pessoas inscritas, por favor.

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Registramos e agradecemos a presença virtual da Senhora Sônia Mazetto, presidente da BPW de Várzea Grande e da Senhora Katiuscia Mantele Andrade de Toledo, da Secretaria de Serviços Legislativos da Presidência da Assembleia Legislativa de Mato Grosso nesse ato representando o presidente deputado Max Joel Russi.

A partir de agora faremos o chamamento das pessoas que farão os questionamentos sobre a palestra, perguntas sobre a palestra da Doutora Maria Mazarelo. Convidamos a Doutora Adriana Sant´Anna Coninghan, Juíza Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

EXMA. SRA. DRA. ADRIANA SANT´ANNA CONINGHAN (JUÍZA AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA)

Boa tarde a todos.

Primeiro eu gostaria muito de parabenizar por essa audiência pública por um tema que é tão atual, apesar de tão antigo. Nunca cansamos de debater, porque é um tema que ainda vamos ter que avançar muito, nós estamos mudando uma cultura, e isso avança muito devagar conforme temos observado.

Em 2012 tivemos a oportunidade de falar sobre a Lei Maria da Penha, na época tínhamos uma esperança muito grande de que realmente mudaria toda essa realidade, que viesse mudando a cultura, achávamos que isso aconteceria mais rápido, mas estamos em 2021, e ainda falando sobre o aumento de crime de violência doméstica, quando achávamos que a lei inibiria, que teríamos uma redução. Assim, não sabemos se eram os números que ainda estavam maquiados ou se de fato a lei ainda não foi capaz de atingir todo o objetivo dela.

Então, parabenizo também a Christiane, minha colega, Mazarelo pela fala.

A minha colocação e minha preocupação, sempre como magistrada, é com os crimes de abuso sexual, de violência sexual contra a mulher é também olhar sempre os dois lados, porque, quando você fala também em violência sexual, nem sempre é um crime que deixa vestígios, ou seja, não é mais como antes, que havia um exame de corpo de delito em que se falava o que aconteceu ou não aconteceu, pois é um crime que também se consuma de outras formas, sem deixar vestígios, em que não há um exame de corpo de delito para dar essa certeza. É preciso acreditar na palavra da vítima que tem um valor muito importante.

A minha preocupação é justamente essa, porque na condução também de uma Vara de Violência Doméstica, em algumas situações, percebíamos a alienação parental, é claro que são exceções, mas como magistrado nós temos sempre preocupação de não mandar uma única pessoa inocente para uma cadeia, que nenhum inocente seja condenado.

Pergunto para a colega, como ele tem feito hoje, se conta com uma equipe multidisciplinar? Porque sabemos da importância que uma avaliação psicológica daquela criança, daquela vítima o quanto que isso auxilia.

Hoje na condução você tem uma equipe especializada com quem pode contar? Porque eu acredito que a alienação parental também, às vezes, é muito sutil e

nós como juízes temos que estar atentos, porque nós temos que ouvir os dois lados, ter ouvido para os dois lados.

Então é esse o meu questionamento.

EXMA. SRA. DRA. MARIA MAZARELO FARIAS PINTO (JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA VARA ESPECIALIZADA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS)

Doutora Adriana, que prazer vê-la, querida colega de concurso amiga, juntamente com a Doutora Christiane da Costa Marques.

Realmente, a jurisprudência já afirmou entendimento de que a palavra da vítima, aliada a todo um histórico, desde o início da denúncia, ela tem um peso, principalmente nos crimes que não deixam vestígios.

Nós temos uma equipe multidisciplinar, que faz avaliação, a vítima menor é acompanhada por uma psicóloga já na Delegacia de Polícia, que faz todo o suporte. E esse caminhar, desde a denúncia até o exame no IML, no momento que chega para o juiz decorre um prazo, e muitas vezes ela quer realmente alterar, mas toda essa sequência, essa serenidade da fala, o perfil do acusado muitas vezes, você tem que ter exatamente aquele olhar clínico de saber que por algum motivo ela está sendo manipulada.

Por várias vezes, percebemos que a vítima não queria falar na frente do advogado, isso antes da lei que garantia o depoimento sem dano, na frente do promotor. Como não tinha ainda o depoimento sem dano, assegurado pela lei, nós deixávamos que ele ouvisse da sala ao lado, e a vamos desconstruindo, em relação ao nosso corpo que é igual, que ela ficasse à vontade. Aí realmente a vítima diz tudo que tem para dizer.

Mas existe essa tentativa de imperar uma alienação parental, em que muitas mães se recusam em reconhecer que a filha está sendo abusada pelo padrasto, pelo avô, porque existe a dependência econômica, é uma questão muito forte em cima disso.

Entretanto, há várias outras situações em que houve manipulação realmente por algum motivo, por uma rebeldia, porque viu um vídeo, porque assistia filmes pornôs em casa, a jovem para não ser cerceada disso apontava. Mas, felizmente a equipe têm nos assegurado.

Doutora Adriana, precisamos intensificar essa tese de que a equipe multidisciplinar precisa ser exclusiva da Vara da Violência, ou seja, não pode ser uma

equipe que atende a vara criminal dos crimes comuns, da vara de família, porque da vara da violência tem aquele caráter especial, aquele caráter peculiar que a senhora, como nós, conhecemos e defendemos.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Obrigada, doutora.

Como a resposta, passaremos para a próxima pergunta, por favor.

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Convidamos a Senhora Alessandra Pereira Dias, psicóloga Judiciária da Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo.

(AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO)

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Johnny Marcus, por favor, chame novamente, talvez ela não tenha escutado.

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Convidamos a Senhora Alessandra Pereira Dias, psicóloga Judiciária da Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo.

(AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO)

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Como nosso tempo é curto, vamos prosseguir para aproveitarmos a presença da Doutora Maria Mazarelo. Por gentileza, chame o próximo inscrito.

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Lembrando que, como os microfones estavam desabilitados a pessoa quando é chamada tem que novamente habilitar o seu microfone.

Convidamos o Senhor Anderson Cristiano Neisse, que é assessor de estatística do Tribunal de Justiça do Mato Grosso.

(AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO)

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Podemos ir para o próximo, por favor, Johnny Marcus.

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Convidamos a Senhora Bárbara Rebecca dos Santos Fernandes, estudante de psicologia na Universidade de Cuiabá.

Reforçamos o aviso de que, assim que a pessoa tem o nome chamado ela deve novamente habilitar o seu microfone.

(AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO)

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Convidamos a Senhora Bárbara Rebeca dos Santos Fernandes, estudante de psicologia na Universidade de Cuiabá.

Reforçamos o aviso de que, assim que a pessoa tem o nome chamado ela deve novamente habilitar o seu microfone.

(AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO)

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Convidamos a Senhora Carla Braganholo Martins, estudante também da universidade de Cuiabá.

(AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO)

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Convidamos a Senhora Cátia Maria Neves Cândida Paixão Makus, advogada mediadora do Tribunal de Justiça do Mato Grosso..

(AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO)

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Doutora Maria Mazarelo, enquanto as pessoas não estão respondendo, eu recebi algumas perguntas pelo chat do canal do YouTube. Uma delas é: Qualquer pessoa pode denunciar a violência contra a mulher ou apenas a vítima?

EXMA. SRA. DRA. MARIA MAZARELO FARIAS PINTO (JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA VARA ESPECIALIZADA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS)

Já ultrapassamos essa fase de que "em briga de mulher não se mete a colher", já existem campanhas por entidades privadas por todo o país.

Uma determinada empresa lançou através de uma colher, que vendeu rapidinho nas milhares de lojas esparramadas pelo Brasil, exatamente com essa frase, não é só dever, mas também como um direito que tem no seguinte sentido; a dor do outro já nos incomoda, quanto sangue nós podemos estancar fazendo a denúncia, e quantas vidas nós podemos salvar não só da mulher agredida, mas também desse homem agressor.

Eu não disse aqui, mas também temos o projeto chamado "Desabrochar", onde visa tratar vítima e vitimadores no processo de educação familiar, para que ele volte para o seio da sua família, crie e eduque seus filhos e possa viver em paz.

Pode e deve denunciar.

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Convidamos a Senhora Luciana Zamproni Branco, Secretária Municipal da Mulher da Prefeitura Da Cuiabá.

SENHORA LUCIANA ZAMPRONI BRANCO (SECRETÁRIA MUNICIPAL DA MULHER DA PREFEITURA DE CUIABÁ)

Boa tarde a todos e a todas.

Agradeço a oportunidade em nome da presidente do Tribunal de Justiça, Desembargadora Maria Helena, parabenizo a todos os presentes, não só como Secretária Municipal da Mulher de Cuiabá, mas como advogada também, há 19 anos aqui, iniciei na minha cidade Rondonópolis, a qual mando um abraço a Doutora Mazarelo, a minha cidade natal, onde minha família mora, mas hoje estamos em Cuiabá fazendo um trabalho muito importante nas políticas públicas.

Ouvi duas falas, uma da Doutora Mazarelo, em relação às escolas, acredito que é de extremamente importância, tanto que já iniciamos com município de Cuiabá, com a secretaria um trabalho dentro das escolas, não está na grade curricular, mas já levamos um projeto dentro das escolas de Cuiabá para levar a Lei Maria da Penha, todos os tipos de violência e também o tratamento dessas crianças na parte sexual.

Temos levantado dentro do município ao longo dessa pandemia, e até com a instituição da secretaria o aumento desse abuso sexual.

Também tivemos a política pública que é o espaço de acolhimento às vítimas de violência dentro do Hospital Municipal de Cuiabá. O que mais identificamos junto com a patrulha, com a delegacia, essa rede de proteção, era que as mulheres não sabiam a rota, depois que denunciavam, surgia à indagação: "O que eu vou fazer?". Esse é o maior medo que identificamos, é a rota de como saber e aonde chegar. Muitas ainda não sabem aonde ir, aonde chegar e depois o que fazer.

Sabemos que tem a casa do amparo, mas muitas mulheres não sabem, também muitas não ficarão lá, como farão, precisam da Defensoria Pública, qual tratamento psicológico, qual emponderamento na qualificação profissional?

Nesse espaço de atendimento atendemos mais de 200 mulheres em 11 meses, que é multidisciplinar, 24 horas aberto, tratamento tanto psicológico quanto assistencial. É no sentido também de levantar as condições financeiras dessa mulher, 70% que atendemos lá não fizeram denúncia, 30% veem através do Judiciário para atendermos, através da patrulha, da defensoria, que sim essas fizeram a denúncia, 70% não.

Inclusive, atendemos uma mãe e uma filha na semana passada, ao qual a mãe conseguiu após dez sessões fazer a denúncia, a filha ainda não conseguiu quebrar esse ciclo. Então, sabemos a importância da saúde mental, do psicológico e desse acolhimento a essas mulheres.

Também identificamos a capacitação dos nossos profissionais da área de saúde, sabemos que muitos deles atendem nas unidades de saúde, os próprios dentistas e não se sensibilizam ao perceber que muitas mulheres chegam com o dente quebrado, vítima de violência, de ter essa sensibilização, de conhecer os tipos de violência e poder ajudá-las também.

Então, iniciamos a capacitação com 400 profissionais da área odontológica, que trabalham dentro das nossas unidades de saúde, com o Hospital HMC, e

começaríamos esse ano com os CRA's e todas as nossas policlínicas. Então, também temos essa capacitação da sensibilização dos profissionais.

Lançamos uma cartilha, acho que a Secretária Rosa Maria falou - aproveito e mando um abraço também de Rondonópolis, mãe da minha amiga Lílian, eu fico muito feliz com a sua presença - e temos também tem a cartilha que fala todos os tipos de violência, levando a todas essas nossas unidades de saúde e levaremos para as escolas.

Então, temos alçado nessas políticas, sabemos que tem muitas leis no nosso país, no nosso município e estado que dificultam as suas execuções muitas vezes.

É um trabalho de uma rede de proteção, temos se encontrado, tivemos uma audiência ao qual se viu a importância, a promotora também está presente aqui hoje, de todas essas entidades se juntarem em uma única só. Porque várias entidades fazem várias coisas de formas dispersas e, muitas vezes, nos vemos enxugando gelo, essa é a verdade. Então, temos trabalhado.

Agradeço a oportunidade, em nome da 1ª Dama, Márcia Pinheiro, que não pode estar presente.

Colocamo-nos a disposição, o Município de Cuiabá, já tivemos uma reunião com o Tribunal de Justiça há 15 dias, trouxemos alguns projetos que tem sido feitos e estamos à disposição.

Como secretária, como advogada, em nome do Prefeito Emanuel e da Márcia Pinheiro deixo aqui o meu abraço e parabenizo a todos pela oportunidade.

EXMA. SRA. DRA. MARIA MAZARELO FARIAS PINTO (JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA VARA ESPECIALIZADA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS)

Secretária Luciana Zamproni, conterrânea de Rondonópolis recebemos o seu abraço e ficamos muito felizes.

Aprendemos com a experiência de também dirigir aos cirurgiões dentistas esse olhar. Abriremos esse leque aqui para nós também.

Muito obrigada, Secretária Luciana, nos visite quando vier a sua casa, sua terra, a nossa casa também será sua.

Muitíssimo obrigada.

SENHORA LUCIANA ZAMPRONI BRANCO (SECRETÁRIA MUNICIPAL DA MULHER DA PREFEITURA DE CUIABÁ)

Agradeço, coloco a disposição o nosso presidente do CRO, também é um conterrâneo nosso, Sandro Estefanini, está com esse projeto de capacitação, com certeza poderá levar a Rondonópolis, e quando eu for visitar meus pais, faz um tempinho, visitarei vocês também.

Estamos à disposição. Obrigada.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Doutora Mazarelo, eu tenho algumas perguntas que foram encaminhadas pelo chat, não sei se a senhora terá essas informações em mãos. O Maurílio Mattos pergunta:

Dos 45 processos distribuídos durante a pandemia, quantos já foram terminados e julgados em primeiro grau?

EXMA. SRA. DRA. MARIA MAZARELO FARIAS PINTO (JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA VARA ESPECIALIZADA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS)

Eu posso me dirigir ao Senhor Maurílio?

Se o acusador está preso entre registro de ocorrência, denúncia, estamos julgando processo entre 30 e 40 dias. Então, nós temos produzido.

Existe uma preocupação com a pandemia, com os homens presos, com a quarentena, com a necessidade de também não exagerar, porque "*justiça tardia não é justiça, é injustiça*". E essa resposta também à vítima, no sentido de acolhimento, de equipe multidisciplinar, 30, 40 dias eu tenho julgado.

Recebi ontem e tenho aqui um relatório, está no meu e-mail, se me permitem posso abrir aqui, de quantos homens presos por esse crime. São oito homens presos, na próxima semana terei audiência todos os dias para instruir os processos de crime de violência sexual.

Então, não passa mais do que 30 ou 40 dias, ultrapassado esse prazo, Senhor Maurílio, evidentemente que uma das partes vai recorrer ao Tribunal de Justiça, que fica submetido ao 2º grau de jurisdição, e não tenho como mencionar o estado, porque saiu a sentença o controle é do Tribunal de Justiça. Perfeito? Eu agradeço.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Doutora, a Juliana Suzan Markal Rocha pergunta: A equipe multidisciplinar é fornecida pelo Tribunal de Justiça ou pelo estado?

EXMA. SRA. DRA. MARIA MAZARELO FARIAS PINTO (JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA VARA ESPECIALIZADA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS)

Juliana, a equipe multidisciplinar existe na modalidade de credenciamento, é o Tribunal de Justiça, que mantém esse sistema de credenciamento. Mas sou defensora de que tem que ter equipe multidisciplinar com estagiário, oportunizado não só para os acadêmicos, mas também para o jurisdicionado nas delegacias de polícia, nos fóruns, nos CRA's, porque também dentro da área de psicologia e assistência social também temos, é um dado assustador, que seria matéria para outra audiência pública, altíssimos índices de suicídio.

Então, Rondonópolis, por exemplo, tem a Universidade Federal de Rondonópolis onde existe a matéria, existe o departamento de psicologia. Defensores já mantiveram, antes da pandemia, estagiários coordenados por um professor dentro da Defensoria Pública, uma extensão do projeto "Desabrochar".

Eu gostaria que os entes públicos, privados, municipais e estaduais utilizassem essa mão de obra de acadêmicos da área da psicologia e da assistência social, não só para esse treino, esse descortinar, mas também para alimentar-se de forma de que você acadêmico, você estudante de direito você também tem suas necessidades e pode ser também auxiliado.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Obrigada, doutora.

Eu preciso informar que temos a nossa programação para seguir. Assim, as perguntas que foram recebidas, e que não tivemos oportunidade de responder nesta ocasião, serão respondidas por e-mail.

As perguntas serão encaminhadas para a Doutora Maria Mazarelo, e ao final a doutora também estará conosco, havendo tempo hábil, tenho certeza que estará disposta a nos auxiliar na continuidade dessas questões.

Agradeço muito, Doutora Maria Mazarelo, agradeço muito.

SEGUNDA PALESTRA

EIXO II: PATRULHA MARIA DA PENHA (A EXPERIÊNCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO)

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Passamos para a segunda palestra do Eixo 2: A Patrulha Maria da Penha, a experiência do estado de Mato Grosso.

Palestrante: Ten. Cel. PM - EMIRELA MARTINS - Coordenadora da Patrulha Maria da Penha.

A Tenente Coronel da PMMT é Cuiabana e é graduada em Segurança Pública Pós- graduada em Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos pela UFMT, Especialista em Gestão de Segurança Pública, Especialista *Lato Sensu* em Política Estratégica e Desenvolvimento Regional Aplicado a Segurança Pública pelo Curso Superior de Polícia com ênfase em Estudo de Comando e Estado Maior;

Atualmente, é pós-graduanda em Planejamento e Gestão de Projetos de Prevenção à Violência Contra a Mulher e mestranda em Violência Doméstica y de Género pelo Instituto Europeo Campus Stellae;

Ativista feminina e atual presidente BPW Várzea Grande, tem 22 anos de experiência pela Polícia Militar atuando na segurança pública no Estado de Mato Grosso, principalmente nas temáticas de violência doméstica e policiamento comunitário;

Desempenha o cargo de Coordenadora de Polícia Comunitária e Direitos Humanos e Coordenadora Estadual do Programa de Policiamento Patrulha Maria da Penha, ambos pela Polícia Militar.

Com a palavra a Tenente Coronel PM Emirela Martins.

SENHORA TENENTE CORONEL PM EMIRELA PERPÉTUA SOUZA MARTINS (COORDENADORA DA PATRULHA MARIA DA PENHA):

Boa tarde a todas e todos.

Minha respeitosa continência às autoridades presentes em nome da Excelentíssima Desembargadora Maria Helena Póvoas, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Quero cumprimentar também com especial carinho todos os que aceitaram o convite para assistir a presente audiência, às minhas parceiras da PBW - Várzea Grande, extensivo também aos que nos acompanham pelo YouTube e pela plataforma.

Em nome do Comandante Geral, Coronel Assis, também do Diretor Operacional da Polícia Militar, Coronel Pinheiro, agradeço a oportunidade da instituição em participar desta necessária audiência pública, apresentando campanha de patrulhamento Maria da Penha da Polícia Militar dedicado à proteção da mulher em situação de violência.

Na oportunidade, quero expressar também meu especial reconhecimento a cada mulher e homem Policial Militar distribuídos em nosso estado que fazem este serviço tornar-se realidade, transformando vidas violentas em recomeço.

Compartilharei com os senhores a apresentação com o propósito de apresentar nossa experiência, usando como referência os dados, os resultados obtidos pela Patrulha Maria da Penha no ano de 2020.

A Patrulha Maria da Penha é um serviço realizado pela Polícia Militar com caráter operacional e especializado. Destaco essas duas informações características para evidenciar que não se trata de um serviço administrativo nem tão pouco um serviço ordinário, pois é desenvolvido com saberes específicos, no caso sobre violência de gênero e afins é também uma atividade operacional, trabalho especializado assim como

temos exemplo que podemos citar, tais como: policiamento de trânsito, policiamento ambiental, a força tática, o BOP, entre outros policiamentos especializados existentes na Polícia Militar que também precisam de conhecimento específico para o seu desenvolvimento.

Guardadas as devidas proporções com relação à doutrina sobre modalidade de policiamento.

Tem o caráter operacional por estar na rua fazendo atendimento de ocorrência e especializado por possuir conhecimentos específicos para seu desenvolvimento.

Nosso objetivo é fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência contida na Lei 11.340 determinada pelo Poder Judiciário. Não são todos os processos que possuem medida protetiva de urgência que são encaminhados para a própria Maria da Penha.

Por norma recebemos aqueles que, além da medida protetiva também precisam do acompanhamento, de serem inseridas no programa de proteção para potencializar justamente a situação do risco, potencializar, na verdade, a situação de proteção da mulher e por consequência o cumprimento das medidas protetivas de urgência. Então são aqueles casos em que, de certa forma, existe necessidade de atenção ou por conta de um risco maior que existe para integridade física, para a vida dessa mulher que está sendo atendida.

Partindo desse ponto, os processos judiciais tornaram-se a principal pauta de acesso ao programa de proteção, pois através das varas que atendem esses casos é onde recebemos a maior demanda de atendimento, isso porque o pressuposto da atuação da patrulha Maria da Penha é justamente a existência da medida protetiva.

Isso não quer dizer que nossa atuação é limitada, também atendemos vítimas que não possuem medida protetiva de urgência ou até mesmo que não possuem um boletim e ocorrência registrado.

Até mesmo em atenção à situação da pandemia que é algo que vem sendo observado como diretrizes de atendimento às vítimas de violência doméstica produzido pela ONU nesse período de pandemia.

Nosso objetivo é justamente priorizar a proteção imediata da mulher, em especial na situação que estamos vivendo atualmente.

As formalizações necessárias para continuidade, ou seja, o boletim de ocorrência, que é necessário registrar e sua continuidade para o inquérito e na sequência do processo são providenciados após o ingresso dessa mulher no programa de policiamento.

A partir desse ponto, a patrulha Maria da Penha, recebe casos encaminhados pelas instituições que compõem a rede de atendimento. Recebemos demandas espontâneas, aquelas que partem da própria vítima ou de alguém próximo dela que tenha conhecimento da violência doméstica que ela está vivendo.

As redes sociais são uma das principais formas de alternativas dessa vítima até mesmo de parentes e amigos, pedirem ajuda por ela.

A partir da fiscalização dessas medidas protetivas de urgência oficializamos essa proteção à mulher e evitamos a reincidência da violência doméstica, em especial o crime de feminicídio.

O Programa de Policiamento da Patrulha Maria da Penha, como consta em nossa apresentação, foi institucionalizado pela Polícia Militar em julho de 2020, usamos como referência para criação do programa o trabalho que é a Patrulha Maria da Penha que foi desenvolvida pela Polícia Militar do Rio Grande do Sul, a Brigada Militar e outras iniciativas pertencentes a nossa instituição com outra roupagem, também foram úteis para produção, para construção do projeto.

O plano era ativar no mês de março de 2020, estava previsto para essa situação ocorrer justamente uma semana depois do início da pandemia. Foi necessário readequar todo o planejamento e implantar oficialmente o programa quatro meses depois.

O plano de expansão do serviço para atender os 141 municípios do nosso estado é ter uma patrulha Maria da Penha ativa no Primeiro Comando Regional, que está localizado em Cuiabá, atuando na sua respectiva circunscrição que engloba a cidade de Chapada dos Guimarães, a cidade do Santo Antônio do Leverger e alguns outros distritos, atuando em toda circunscrição. Também uma patrulha Maria da Penha ativa no Segundo Comando Regional, que fica em Várzea Grande, atuando em sua circunscrição e todas as unidades que a compõem. E uma patrulha Maria da Penha ativa em cada cidade que tiver um batalhão ou uma companhia independente atuando da mesma forma, na mesma área em que essas unidades atuam.

Desta forma, conseguiremos estar presente em todos os municípios, cientes das dificuldades de estrutura, mas todas serão pontuadas e com o tempo e investimento necessário iremos superá-las.

A coordenação estadual da Patrulha Maria da Penha, a qual estou à frente, agora, responsável por fazer o gerenciamento das políticas públicas para execução do programa.

Nossa a situação atual, as patrulhas que estão ativas, coordenação ativa das 14 (catorze) patrulhas, Maria da Penha atuantes no Estado de Mato Grosso atuando em 18 (dezoito) municípios, 8 (oito) em processo de ativação para este ano e 10 (dez) em processo de ativação para um segundo momento, uma segunda etapa.

É um trabalho, um serviço de caráter especializado, que precisa de conhecimentos específicos e capacitamos 101 (cento e um) policiais militares, na oportunidade em que fizemos quatro turmas para atender as regras de biossegurança.

Fizemos quatro turmas, uma em Cuiabá, Sinop, Barra do Garças e Juína, para que pudéssemos desenvolver as habilidades policiais necessárias para executarem esse serviço.

Além dos policiais militares estiveram presentes também na nossa capacitação 32 (trinta e dois) membros da rede de atendimento às vítimas de violência doméstica.

Trago informações mais detalhadas com relação à atuação da Patrulha Maria da Penha, como disse, presente em 18 cidades, todas elencadas no gráfico apresentado, é uma informação atual, fechada este mês.

É um serviço destinado às vítimas de violência doméstica e familiar.

Temos duas cidades que além das vítimas de violência doméstica atendem outros grupos vulneráveis, mas sem prejuízo ao Programa Patrulha Maria da Penha.

Nosso protocolo na primeira visita realizada à vítima de violência doméstica é explicado todo o procedimento, como que funciona o serviço e buscamos por parte dessa mulher o aceite, tudo ocorre conforme o aceite dessa mulher, nada é imposto, nada é determinado, ela participa da decisão. Inclusive, acreditamos que isso é uma forma de empoderar a vítima auxiliando no processo pelo qual está passando e que precisa para poder sair desse ciclo da violência.

A vítima tem autonomia para decidir em receber ou não o serviço.

A frequência é definida conforme o caso vivenciado por cada mulher e a partir daí entendemos ser um serviço humanizado, e individualizado, justamente porque atende às necessidades da mulher que está em atendimento.

Não há uma regra, um padrão, para determinar para todas as mulheres. A duração do atendimento segue conforme o prazo de validade da medida protetiva de urgência.

Inclusive, se ela for prorrogada, o atendimento ou acompanhamento da Patrulha Maria da Penha também é prorrogado.

Nas visitas fica tudo definido com a mulher, mas daremos prioridade para ser realizado na residência em que a mulher está vivendo no momento, porque é possível, temos esse preparo do policial também para esse olhar cuidadoso, em conseguir captar, colher outras informações além da fala da atendida.

Após, as demandas identificadas nessa visita, são encaminhadas para as instituições que compõem a rede.

Os casos que fogem da competência de atuação da Polícia Militar, como, por exemplo, uma situação de risco social alimentar ou até mesmo menores fora da escola, são encaminhados mediante formulários encaminhados para as instituições e depois recebemos o retorno, a devolutiva do atendimento.

Porque todas essas informações são uteis para que a Patrulha Maria da Penha continue no atendimento com caráter humanizado e individualizado, pois sabemos que a situação de violência interfere diretamente na permanência ou na ruptura do ciclo.

A Patrulha possui um telefone funcional, é fornecido esse número para a mulher atendida, o telefone é disponibilizado apenas e tão somente para as mulheres que estão em atendimento pela Patrulha Maria da Penha. Não realizamos uma divulgação aberta para evitar que a patrulha perca o foco do programa que definimos, que é exatamente atendimento dessas mulheres.

O atendimento das ocorrências, das emergências de violência doméstica que está ocorrendo no momento, continua sendo realizado pelas guarnições do serviço ordinário, solicitados via 190.

Todas as visitas que são realizadas para as mulheres são registradas devidamente em formulários com identificação da guarnição que fez a visita e da mulher atendida, todos digitalizados e encaminhados para a respectiva vara responsável pelo processo da atendida.

O foco sempre será da fiscalização voltada para a vítima, por meio dela que verificamos, fiscalizamos se as medidas estão sendo cumpridas.

O agressor recebe a visita da Patrulha Maria da Penha, que não tem o caráter ou um efeito de dissuasão, de uma possível conduta de descumprimento por parte dele. Observamos que a atuação da visita da Patrulha Maria da Penha ao agressor tem efeito pedagógico.

A visita ao agressor é a grande "sacada" para efetividade do serviço da Patrulha Maria da Penha, porque estudando e pesquisando sobre o assunto e atendendo ocorrências sobre a temática, observamos que existem "agressores e agressores", como diz o Doutor Vagner Dupim, Juiz da cidade de Juína.

Há o agressor que, o simples fato de ter um boletim de ocorrência registrado com seu nome, serve como um processo de reflexão da própria conduta e prefere manter o afastamento, rever o seu comportamento, mas tem agressores que infelizmente precisam do acompanhamento da Patrulha Maria da Penha, precisam receber a visita para entender que a mulher não está mais sozinha, e qualquer conduta dele, no sentido de descumprir uma ordem judicial, a Patrulha intervirá oficialmente na situação.

Desde a Patrulha se depara, em situação de flagrância com o agressor, descumprindo uma ordem judicial, é preso de imediato.

Caso não ocorra, tendo comunicado à Patrulha Maria da Penha sobre o descumprimento da medida protetiva, todo o processo necessário para que chegue ao conhecimento do Juiz responsável é realizado.

É formalizado um novo boletim de ocorrência, considerando tratar-se de um crime e a partir daí comunicado inclusive ao Ministério Público com o objetivo de chegar ao Juiz e se for o caso de expedir um mandado de prisão, a Patrulha pode executar ou então as nossas guarnições do serviço ordinário, o que acontecer primeiro.

A atuação da Patrulha Maria da Penha ocorre em rede com as instituições que realizam atendimento à mulher em situação de violência.

Na maioria das cidades a rede não está formalmente constituída, mas, na prática, tem ocorrido, as instituições têm se comunicado, tem se articulado para que o atendimento dessa mulher seja mais sério, menos burocrático e principalmente que não haja. *revitimização***.**

Por norma, o efetivo que compõe essas Patrulhas Maria da Penha é composto de duas a três policiais militares femininas, apenas uma cidade não tem policial feminina, ou seja, a maioria possui e faz parte desse programa, faz parte desse serviço.

Com exceção à cidade de Cuiabá, que temos oito policiais atualmente designados para Patrulha Maria da Penha.

Ressalto que iniciamos o serviço em Cuiabá com apenas uma guarnição e ao passo em que fomos evoluindo, mostrando que o serviço produz efeitos positivos, inclusive no atendimento de ocorrências no serviço ordinário, foi também destinado aos policiais, decorrente da maior demanda existente na capital.

Todo o serviço tem como base uma ferramenta de polícia comunitária que utilizamos, que é a visita solidária, que é destinada às pessoas quando passaram por uma situação de alguma categoria de crime e se tornaram vítimas.

É uma visita que ocorre pós-ocorrência, com objetivo de orientar, de buscar mais informações, de envolver em alguma atividade que possa proteger essa paciente.

É a ferramenta que utilizamos para desenvolver a Patrulha Maria da Penha.

Nos resultados relativos a 2020, recebemos mais de três mil medidas protetivas de urgência para fiscalização, somando todas as medidas protetivas das 18 (dezoito) cidades que existem esses serviços, em 2020, acompanhamos 1366 (mil trezentos e sessenta e seis) mulheres, realizamos 626 (seiscentos e vinte e seis) envios de demandas para outras instituições que compõem a rede, aquelas atuações que podem dar competência para atuar.

Dessas 3124 medidas protetivas recebidas para fiscalizar, ocorreram 65 descumprimentos.

Realizamos 1521 palestras, temos o número formado das palestras, atividades que foram feitas, realizadas antes da pandemia e também depois da pandemia, utilizando as redes sociais, a 'internet', reuniões virtuais para que continuássemos a divulgação da existência do serviço para podermos alcançar mais e mais mulheres.

Dessas violações de medida protetiva de urgência ocorreram 18 prisões e foram realizadas mais de 2 mil visitas solidárias às mulheres atendidas.

Somando a atuação da Polícia Militar alcançamos mais de 5 mil atendimentos em 2020.

Verificamos a possibilidade de analisarmos justamente a efetividade da Patrulha Maria da Penha.

Buscamos uma comparação entre a quantidade de medidas protetivas de urgências recebidas, um paralelo com a quantidade de violações, com os

descumprimentos e pudemos observar pelo gráfico em 2020, nas 18 cidades que possuem o serviço, tivemos apenas 2% de descumprimentos de medida protetiva de urgência no total recebidos para fiscalizar.

Coloquei os números relativos ao ano de 2019, e observem que a dinâmica foi a mesma, com uma crescente efetividade na atuação da Patrulha Maria da Penha.

Importante salientar, que nosso objetivo é sempre garantir a total proteção das mulheres atendidas, mas infelizmente apenas uma mulher sofreu um novo episódio de violência física, todos os outros casos, alcançamos essa porcentagem de 98% de efetividade e se somarmos as 18 prisões, intervenções exitosas da Polícia Militar, que são as 18 prisões dos casos que foram descumpridos nesses 65 casos, reduzimos esse número de 2% para 1,5%, tem mostrado ser bastante eficiente com relação à proteção dessas mulheres que estão em situação de violência.

Ressaltamos que o mais importante desses números, que buscam uma avaliação quantitativa, é formação que não ocorreu feminicídio entre as atendidas pela Patrulha Maria da Penha no ano de 2020.

Para nós, é a informação mais importante, justamente o objetivo de proteger essas mulheres. Temos muito para fazer.

Com relação ao público externo, pretendemos, naturalmente, expandir a patrulha Maria da Penha no estado, digitalizar o protocolo de atendimento realizado pelas guarnições, que atualmente ainda está no processo manuscrito.

O objetivo é digitalizar esse protocolo de atendimento de forma que possamos, ao finalizar, prestar o atendimento para a mulher, poder encaminhar todo o material para a vara competente e então juntar todo o processo que faz parte do protocolo, junto à vara de violência.

Proporcionar uma estruturação técnica e administrativa para as patrulhas, todas as patrulhas ativas e com capacitação continuada, extremamente importante, considerando que sempre temos, além das novidades que são inseridas na Lei 11.340, os novos casos, novas situações que precisamos manter os nossos policiais atualizados, aprimorando a sua atuação.

Manteremos uma capacitação continuada, concursos e participação em encontros de Patrulha Maria da Penha tanto promovendo em nosso estado quanto participando em outros estados.

Inclusive, temos essa proposta de realizar um encontro da Patrulha Maria da Penha em agosto, completaremos um ano de atuação judicial e a oportunidade em que teremos para refletir sobre os nossos procedimentos e a possibilidade inclusive de melhorar, de implantar outras ações, enfim o que for necessário.

À medida que o trabalho é divulgado, a demanda tem aumentado, os dados estão disponíveis por QR Code, ou pela página oficial da Polícia Militar, da Corregedoria de Polícia Comunitária e pode ser acessado todas as informações apresentadas.

Estamos cientes que muita coisa ainda precisa ser feita, a Patrulha Maria da Penha é um elo de uma corrente da rede de atendimento à vítima, fortaleceremos esse elo com a mulher em situação de violência, e a partir de aí fortalecer os demais elos da rede, os serviços de atendimento à mulher e, em especial, precisamos desenvolver ações políticas para que saíamos do foco do auxílio imediato, da situação que já ocorreu.

Que possamos começar a trabalhar na mudança de cultura envolvendo aquele pensamento de desconstrução da cultura patriarcal, da cultura machista nas crianças das idades iniciais porque começaremos a ter uma sociedade mais justa e igualitária e com equidade para todos.

São os dados da corregedoria de polícia comunitária para quem desejar mais alguma informação detalhada, estaremos à disposição.

Muito obrigada!

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Muito obrigada, Tenente Coronel Mirela, fico muito feliz de ouvir esses dados da senhora, principalmente a informação de que nenhuma vítima que foi acompanhada pela Patrulha Maria da Penha foi vítima de feminicídio, isso nos traz esperanças de dias melhores, tenho certeza de que o trabalho melhorará cada dia. Agradeço muito a oportunidade de ouvir os conhecimentos que a senhora transmitiu nessa reunião. Obrigada.

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Convidamos o coordenador militar da Polícia Militar de Mato Grosso do TJ, o Coronel Alexandre Correa Mendes.

SENHOR CORONEL ALEXANDRE CORREA MENDES (COORDENADOR MILITAR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO)

Boa tarde, Emirela. Quero parabenizá-la pela excelente explanação sobre a Patrulha Maria da Penha que é um dos produtos que a Polícia Militar entrega para a sociedade.

Estamos presentes em todos os municípios e a Patrulha Maria da Penha é um dos produtos que a Polícia Militar abraçou de uma maneira muito especial.

Quero fazer duas perguntas: A primeira, bem rápida, quais são as maiores dificuldades que a coordenação estadual ou os policiais que trabalham diretamente na Patrulha Maria da Penha tem a intenção de melhorar o atendimento, aumentar o atendimento para as vítimas de violências domésticas, quais são suas maiores dificuldades?

A segunda pergunta: Sabemos que a Patrulha Maria da Penha trabalha em rede, quais são as categorias de ajuda, apoio financeiro, seja o que for, que as instituições revertem para a Patrulha Maria da Penha, seja ela uma instituição municipal, uma instituição estadual, qual tipo de ajuda que vocês recebem?

SENHORA TENENTE CORONEL PM EMIRELA PERPÉTUA SOUZA MARTINS (COORDENADORA DA PATRULHA MARIA DA PENHA):

Atualmente, justamente por ser um serviço novo, temos o total apoio da instituição, do nosso Comandante Geral em especial, mas por ser, reforçando, um serviço novo, o que precisamos neste momento de primeira ordem seria justamente a estruturação, a questão de equipamento.

Por exemplo, essa parte de protocolo, de fazer manuscrito é algo que entendemos que toma muito tempo da guarnição, desde conseguirmos digitalizar todo esse serviço conseguiremos potencializar os atendimentos, conseguiremos atender mais mulheres e eficientemente. É nossa dificuldade de primeira ordem.

Com relação ao apoio, observamos que os municípios das cidades que já tem o serviço ativo, são parceiros em todas as situações, na medida do possível em

que eles podem contribuir a exemplo que temos em Barra do Garças, em que em parceria foi cedida uma viatura, uma caminhonete para Patrulha Maria da Penha.

Em outras cidades temos situações em que a prefeitura contribuiu com celular funcional para que essa guarnição pudesse se comunicar de forma ágil com as vítimas.

Varia muito de cidade para cidade e da demanda necessária no momento.

Acreditamos que em Cuiabá e Várzea Grande, que são cidades da região metropolitana, o apoio tem vindo nos serviços, nas demandas que precisamos, atuação rápida, essa comunicação célere entre as instituições, nas necessidades que a Polícia Militar depara, em especial com situações que fogem da nossa atuação.

Porque na hora que a guarnição está lá a vítima não quer saber qual instituição atenderá, ela quer ver seu problema resolvido. Por mais que façamos essa explicação, existe essa dificuldade.

Essa parceria, esse compromisso que as instituições têm umas com as outras é o ponto-chave para que nosso trabalho tenha sucesso.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA (CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TJMT):

Ouvi atentamente a exposição da Tenente Coronel Emirela, cheguei a conclusão que o novo instrumento criado, a organização Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar, vem ao encontro de nossos anseios.

Conforme disse anteriormente, foram concedidas 7.408 medidas protetivas no ano de 2019, no ano de 2020 foram 9.693 medidas protetivas, houve um aumento consubstancial nas concessões.

Já discuti com a Doutora Christiane, com a minha assessoria, os meus colegas de trabalho da corregedoria. A grande preocupação que tenho é com relação à efetividade dessas medidas protetivas, não adianta se conceder medida protetiva se não der efetividade a ela.

Esse instrumento colocado à disposição da sociedade tido e nominado Patrulha Maria da Penha vem confirmar que, está devidamente funcionando

estruturalmente, o resultado está no demonstrativo da própria coronel, onde recebeu 3.124 medidas protetivas das quais houve descumprimento de 65.

O que quero realmente repassar para você, Coronel Mirela, que a Corregedoria tem interesse sim, em ser um parceiro da Polícia Militar nesse projeto, seja na capacitação, seja nas reivindicações de uma estrutura melhor.

Está aqui presente a representante da secretária do estado, da 1.ª Dama que pode, inclusive, levar a necessidade para o Governador do Estado para estruturar realmente a Polícia Militar nessa área, não só a Polícia Militar como a Polícia Civil, porque vocês é que vão realmente contribuir com a efetividade dessas medidas.

Quero, na verdade, registrar ser oportuno, a corregedoria tem o maior interesse em ser parceira, seja na capacitação, seja nas reuniões com os juízes que atuam nessa área e quero crer também que do Ministério Público tem interesse em ser parceiro porque o resultado é um só, a Polícia Civil também tem impulso em ser parceiro, acredito que o nosso objetivo é um só.

Vi pelo demonstrativo dos resultados apresentados pela Tenente Coronel, que realmente estamos indo pelo caminho certo.

É um caminho árduo até chegar realmente a efetividade que realmente almejamos, mas somaremos esforços para ver até onde podemos conseguir.

Obrigado, Christiane.

SENHORA TENENTE CORONEL PM EMIRELA PERPÉTUA SOUZA MARTINS (COORDENADORA DA PATRULHA MARIA DA PENHA):

Exato, Desembargador José Zuquim Nogueira. Muito obrigado pelas palavras. Por ser um serviço recente, um serviço novo que completa um ano, precisamos ajustar alguns detalhes com relação ao fluxo, a comunicação entre as instituições que compõem a rede e o reflexo disso lá na ponta para essa mulher atendida.

Acredito que na primeira oportunidade que pudermos reunir, ou seja, realizar um encontro, algo que possamos avaliar esse produto, que está sendo entregue à vítima, como o Coronel Mendes citou, conseguiremos identificar o que precisa ser ajustado, ser alinhado.

Acredito que alcançaremos melhores números e resultados.

Confio no compromisso de todas as pessoas envolvidas nessa rede.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Estamos à disposição para trabalharmos juntos.

Na sequência teve uma pergunta, a Senhora Valdete Luiza Ascare para a Tenente Coronel Mirela, quais os critérios para implantação, ou seja, ter a Patrulha Maria da Penha no município. Se houver vários municípios de pequena distância entre si, pode-se implantar uma só patrulha para atender vários municípios?

SENHORA TENENTE CORONEL PM EMIRELA PERPÉTUA SOUZA MARTINS (COORDENADORA DA PATRULHA MARIA DA PENHA):

É exatamente assim que ocorre, onde existir um batalhão ou uma companhia independente, teremos uma Patrulha Maria da Penha ativa, esse batalhão é responsável pelo policiamento ostensivo em uma região menor, muitas vezes compreendido por várias cidades circunvizinhas.

Essas mesmas cidades que o batalhão atua, Patrulha Maria da Penha atuará.

Por exemplo, em Várzea Grande temos uma Patrulha Maria da Penha que por questões de estrutura atualmente está atendendo Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento, a patrulha de Cuiabá está sediada em Cuiabá, mas atende Cuiabá, Santo Antônio do Levejer e Chapada dos Guimarães, da mesma forma nos municípios do interior do estado, cidades de Tangará da Serra foi ativada recentemente e as cidades que compõem o batalhão que atende a cidade que está sediada em Tangará da Serra atenderá também as cidades mais próximas respeitando a capacidade de atendimento de cada patrulha.

Por isso que há necessidade de estarmos acompanhando constantemente e buscando investimento, buscando recursos para podermos potencializar o atendimento dessas patrulhas para que elas possam alcançar mais cidades, sair do polo onde elas estão sediadas.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Obrigada, Tenente Coronel. Temos outra pergunta, agora do YouTube, que estamos revezando as plataformas para poder oportunizar para todos. Acredito que a senhora até já respondeu em parte pelo menos.

SENHORA TENENTE CORONEL PM EMIRELA PERPÉTUA SOUZA MARTINS (COORDENADORA DA PATRULHA MARIA DA PENHA): Se a guarnição não pegou essa situação em flagrante e nós tivemos as informações e já orientamos inclusive a vítima a fazer as provas quanto a questão do descumprimento, isso tudo é apresentado para a patrulha, não só orientamos, mas também se for necessário, pegamos a mulher e levamos até a Delegacia de Polícia, no caso Cuiabá e Várzea Grande nas especializadas.

No interior levamos até a delegacia para fazer um novo boletim de ocorrência justamente por se configurar um crime e para essa informação chegar ao Juiz e decidir qual é a situação que compete ao caso de descumprimento.

É dessa forma que é atuado.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Obrigada.

Por favor, Johnny Marcus agora uma pessoa da lista, inscrita.

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Aline Borges Leal da Silva, 3º SGT PM - Coordenadoria Militar.

(AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO)

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Vamos chamar o próximo da lista, por favor.

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa Juíza de Direito, 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar da Capital de Cuiabá/MT.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Farei uma pergunta que recebemos pelo YouTube enquanto libera o áudio da Ana Graziela.

Luciano Almeida Silva, Boa tarde, enquanto as mulheres em situação de violência são protegidas pela Patrulha Maria da Penha, os homens são encaminhados para algum programa de psicoeducação?

SENHORA TENENTE CORONEL PM EMIRELA PERPÉTUA SOUZA MARTINS (COORDENADORA DA PATRULHA MARIA DA PENHA):

Excelente pergunta, Luciano.

Existem algumas iniciativas, tímidas ainda, no nosso estado.

São grupos de reflexão destinados a agressores, tenho conhecimento existir um sendo executado pela Vara de Violência Doméstica de Cuiabá, não me recordo se é a primeira ou a segunda, depois a Doutora Ana Graziela pode nos auxiliar, desenvolvido pelo Doutor Jamil.

Temos ainda uma excelente iniciativa que já tem, salvo engano, mais de um ano em execução em Várzea Grande, realizado pela Rede de atendimento formalmente estabelecida e esse grupo reflexivo é realizado pela assistência social do município, é uma referência inclusive para nós.

Temos a instituição com intenções de desenvolver ações para o nosso público interno e uma dessas ações é o grupo reflexivo.

Tomei conhecimento também que em Sinop existe um trabalho destinado aos agressores, não tenho detalhes, mas sei que existe.

No caso esses encaminhamentos de agressores para um grupo reflexivo, para alguma categoria de atendimento que faça refletir sobre seu comportamento, sua conduta, já parte da vara competente que está atuando no processo.

Como nosso trabalho ele tem o foco na vítima, nós visitamos apenas uma vez o agressor e essa demanda não é iniciada pela Polícia Militar, não é provocada pela Patrulha Maria da Penha, mas existe sim, trabalhos relativos a este movimento, com o objetivo de tratar também o agressor.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Obrigada, Tenente Coronel. Tem mais alguém da lista, por favor, Johnny Marcus.

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Convidamos a Senhora Ana Kelly Rodrigues de Oliveira da Secretaria de Saúde do Estado de Mato Grosso

(AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO)

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Convidamos Ângela Cristina Gaspar Nogueira, gestora administrativa do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

(AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO)

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Johnny, a Doutora Ana Graziela teve o áudio habilitado. Doutora, se a senhora quiser se pronunciar. A doutora não consegue mesmo habilitar o áudio.

Nós temos mais uma pergunta que veio pelo Tins. A senhora Patrícia Dantas pergunta se o atendimento prestado ao autor da violência, ocorre no mesmo lugar do atendimento oferecido para a vítima.

Se a senhora tem essa informação.

SENHORA TENENTE CORONEL PM EMIRELA PERPÉTUA SOUZA MARTINS (COORDENADORA DA PATRULHA MARIA DA PENHA):

No caso do grupo reflexivo? Se for do grupo reflexivo, não. São espaços distintos, em momentos distintos.

Todos os profissionais envolvidos no atendimento a vítima, eles têm esse cuidado em não permitir que as partes se encontrem. Digo porque, a assistência social normalmente atende tanto o agressor, como por exemplo, na cidade de Várzea Grande, atende tanto o agressor quanto a mulher, e tem esse cuidado em ter uma agenda para que não ocorra esse risco das partes se encontrem.

Na Patrulha Maria da Penha também a visita é em locais distintos. Como disse, buscamos, via de regra, atender na casa, mas se a vítima, por alguma razão, indicar outro local, a atendemos em outro local, e o agressor da mesma forma, ou na residência, ou em um ambiente que conseguirmos encontrá-lo.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Obrigada, Tenente Coronel.

A Maria das Graças Teixeira pergunta se existe algum critério para aderir a Patrulha Maria da Penha no município, ela é de Aripuanã.

SENHORA TENENTE CORONEL PM EMIRELA PERPÉTUA SOUZA MARTINS (COORDENADORA DA PATRULHA MARIA DA PENHA):

Com relação ao Município, não. O comando da cidade local precisa designar uma guarnição, policiais para desempenhar as atividades.

Esse policial precisa ser voluntário, nós avaliamos também o fato dele não poder ter respondido ou estar respondendo por situações de violência doméstica, se possível, ter também uma pré-disposição para esse tipo de trabalho, e obrigatoriamente passar pela capacitação, justamente por existir protocolos que devem ser cumpridos como conhecimentos e habilidades específicas, que devem ser aprendidos e só por meio dessa capacitação.

Mas a cidade em si não tem, não precisa de nenhum critério. O comandante da unidade irá preparar, designar esse efetivo para que preparemos ele e então iniciar as primeiras reuniões.

Primeiro inicia por reuniões com as instituições que fazem parte da rede para poder estabelecer esse funcionamento na cidade, e a partir de então iniciar o atendimento, iniciar o serviço.

EXMA. SRA, DR. ANA GRAZIELA VAZ DE CAMPOS ALVES CORRÊA (JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DA CAPITAL)

Boa tarde a todos.

Quero parabenizar a atual gestão do Tribunal de Justiça nas pessoas da Desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas e Maria Aparecida Ribeiro, e do Desembargador José Zuquim Nogueira pelo evento.

Não seria uma pergunta que eu teria para fazer para a Tenente Coronel Emirela, e sim meus sinceros reconhecimentos pelo nobre trabalho prestado pela Patrulha Maria da Penha.

Tenente Coronel, vocês têm policiais qualificados, sensíveis a causa, vocacionados. Meu agradecimento também a Tenente Denise, que coordena a equipe de Cuiabá.

Quero voltar um pouquinho só na questão histórica. Em Cuiabá a patrulha teve início em 2018, e quero agradecer também a Desembargadora Maria Erotides Kneip, que graças a ela, conseguimos fazer a qualificação no ano de 2018 para instalação da patrulha.

A Polícia Civil, a Polícia Militar, Juízes participaram do evento quando instauramos aqui em Cuiabá. Saímos do ano de 2018 com nove feminicídios para o ano de 2019 com zero feminicídio. Isso é muito importante, e nunca aconteceu desde o início da Lei Maria da Penha, Cuiabá não teve um ano sem feminicídio, e 2019 foi um ano que a patrulha estava ativa e não teve a infelicidade de ter um crime de feminicídio aqui na capital.

Como o Desembargador José Zuquim Nogueira falou, deferimos medida protetiva, só que o juiz não sabe se ela é efetiva ou não.

Como saberemos se o agressor está cumprindo a medida protetiva? Só sabemos do descumprimento, se ele está com tornozeleira eletrônica, ou se a vítima faz um BO de descumprimento, e nem sempre ela tem conhecimento que deve registrar um boletim de descumprimento ou procurar o Ministério Público, a Defensoria Pública da Mulher para denunciar que o agressor está descumprindo. E a Patrulha Maria da Penha vem para isso, para tornar cada vez mais efetiva.

É importante ressaltar que não só as vítimas assistidas pela Patrulha Maria da Penha que estão protegidas. Toda a vizinhança ora que vê aquela viatura passando na sua rua sabe que tem policiais militares olhando pelas mulheres, então elas se sentem emponderadas para denunciar a violência, para quebrar o ciclo da violência.

Então, meu reconhecimento ao trabalho de vocês, e o Judiciário está à disposição para capacitação.

Um grande abraço para todas e parabéns pela explanação, Tenente Coronel.

SENHORA TENENTE CORONEL PM EMIRELA PERPÉTUA SOUZA MARTINS (COORDENADORA DA PATRULHA MARIA DA PENHA):

Gratidão, doutora.

Quero registrar que a capacitação que continuamos a fazer e vamos continuar, será nessa mesma toada em parceria com todas as instituições. A que foi realizada

ano passado foi da mesma forma em que 2018, inclusive nós seguimos o mesmo plano que foi estabelecido em 2018.

Convidamos juízes, convidamos promotores, delegados, assistentes sociais para participar, e assim, continuar, justamente pela necessidade desses muitos saberes para que os nossos policiais estejam plenamente habilitados para desempenhar esse serviço.

E também, aproveitar na fala da senhora com relação a denúncia, sempre que temos a oportunidade de falar ao público, nós incentivamos a denúncia porque é a principal forma de ter acesso a esse serviço da Patrulha Maria da Penha.

Não só por parte da vítima, até dentro do que a campanha que o Tribunal de Justiça está desenvolvendo sobre a Quebra o Ciclo.

Toda e qualquer pessoa que tomar conhecimento de uma situação de violência, pode e deve denunciar a situação que está presenciando, e reforço, inclusive de forma anônima, porque, infelizmente é algo que percebemos presente em muitas situações, o fato da pessoa, da testemunha, não querer se envolver.

Então, pode-se fazer essa denúncia de forma anônima, para que essa mulher possa ser atendida e ter a vida salva.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

A Exma. Sra. Dra. Sabrina Andrade Galdino Rodrigues Juíza Da 3ª Vara da Comarca de Mirassol do Oeste, quer fazer uma pergunta.

Em seguida, passo a palavra para a Senhora Rosmaria, para a resposta do Tenente coronel, e então passamos para o 3º Eixo.

EXMA. SRA. DRA. SABRINA ANDRADE GALDINO RODRIGUES (JUÍZA DA 3ª VARA DE MIRASSOL DO OESTE)

Boa tarde, Tenente Coronel Emirela. É um prazer enorme estar aqui nessa tarde, boa tarde a todos.

Minha pergunta é em relação ao questionamento que foi feito e a explicação que a senhora deu na fala anterior da Ana Graziela, a respeito do trabalho voluntário dos policiais.

Quero entender melhor como que funciona esse trabalho voluntário, e até cito como exemplo a situação que ocorreu aqui na Comarca de Mirassol.

Nos reunimos para tentar implementar a Patrulha Maria da Penha na Comarca, e foi me passado pelo Chefe do Comando que não haveria disponibilidade de efetivo, mas que poderíamos trabalhar com os folguistas, desde que fossem pagas diárias.

Não temos de onde tirar diárias, e isso inviabilizou a implementação efetiva do projeto na Comarca, e agora que a senhora falou no ponto do voluntariado, quero entender melhor como que esse trabalho é feito.

SENHORA TENENTE CORONEL PM EMIRELA PERPÉTUA SOUZA MARTINS (COORDENADORA DA PATRULHA MARIA DA PENHA):

Peço desculpas porque não fui clara na minha resposta.

Voluntário é uma expressão que tem um significado um pouco diferente dentro da nossa instituição. Quando falamos voluntário, é que não é algo imposto, determinado.

O PM continua, vai receber, vai atuar como policial militar, vai ser escalado para o serviço dele, mas é algo, é um trabalho do seu interesse, é um trabalho que se identificou, é um trabalho que quer estar envolvido. É algo que transcende o profissionalismo, e ele vai estar como profissional, mas como pessoa que deseja atuar naquele trabalho.

Por exemplo, um policial do BOP. Para ele ser policial do BOP, precisa fazer inscrição do curso, precisa ter interesse em estar lá.

Da mesma forma, para trabalhar na Patrulha Maria da Penha precisa ter interesse, não pode ser simplesmente escalado pelo comandante. O comandante pode fazer isso, mas o nosso interesse é que venha o policial que tenha interesse no serviço, que acredite no serviço, porque é um dos ingredientes que acreditamos que faz com que o serviço dê certo.

Não posso impor, porque o policial fará por obrigação, por ser um policial, por estar inserido em uma instituição com base na hierarquia e disciplina, mas queremos, além disso.

Então, o voluntariado é nesse sentido. Não que o Policial Militar vá trabalhar no horário de folga, sem receber salário, de forma alguma. Vai estar lá como policial militar em escala de serviço, cumprindo sua carga horária e recebendo para isso.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Por favor, Senhora Rosmaria, para encerrarmos esse eixo.

Obrigada.

SENHORA ROSMARIA CARVALHO (SECRETÁRIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – SETASC):

Quero registrar aqui o meu orgulho da Emirela, que é uma pessoa que eu abraço um pouco como filha. Que orgulho ver você falar, Emirela, e que orgulho do seu trabalho. Quero fazer esse registro.

Muito obrigada pela pessoa que você se tornou, pelo teu grandioso trabalho, pelo empenho que você faz isso, pelo tanto que você estuda.

Parabéns, e muito obrigada!

SENHORA TENENTE CORONEL PM EMIRELA PERPÉTUA SOUZA MARTINS (COORDENADORA DA PATRULHA MARIA DA PENHA):

Eu que agradeço, e é inevitável não ficar emocionada porque é algo que realmente eu acredito.

Obrigada, minha segunda mãe!

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Vamos passar para o 3º eixo, e só vou fazer uma observação com relação ao critério de perguntas, porque tentamos seguir a lista, mas no 3º eixo são três subtemas.

Então, se formos seguir pela lista pode ser que tenhamos um pouco de dificuldade, e vamos priorizar o quanto possível as perguntas que vierem pelo chat do Teams, se alguém levantar a mão, e pelo Youtube. Deixaremos a lista por último.

TERCEIRA PALESTRA – EIXO 3- DESENVOLVIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Passamos para a 3ª Palestra - Eixo III: Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica

A Dra. LIZZIA KELLY FERRARO, é Delegada da Delegacia de Polícia, Plantão 24 horas para atendimento às vítimas de violência doméstica e sexual de Cuiabá/MT.

A Dra. LIZZIA KELLY FERRARO é Graduada em Direito pela Universidade de Cuiabá, possui pós-graduação em Direito Tributário, tomou posse no cargo de Delegada em agosto/2017, atuou como titular das Delegacias dos respectivos municípios: Alto Boa Vista, Luciara, Novo Santo Antônio, Pontes e Lacerda e São Felix do Araguaia.

Para tratar do sub-tema: **"Acolhimento e primeiro atendimento às vítimas de violência doméstica",** convidamos a Doutora Lizzia Kelly Ferraro.

SENHORA DRA. LIZZIA KELLY FERRARO (DELEGADA DA DELEGACIA DE POLÍCIA PLANTÃO 24 HORAS PARA ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL DE CUIABÁ/MT)

Boa tarde, boa tarde a todos.

É uma honra estar fazendo parte e ter sido convidada para este evento. Eu quero agradeço em nome da pessoa Doutora Christiane Costa Marques, juíza auxiliar da corregedoria e presidente desta audiência, cumprimento todas as autoridades presentes.

Em nome da Polícia Judiciária Civil quero agradecer essa participação, agradecer a todos os órgãos por poder estar todos unidos ao enfrentamento contra a violência doméstica.

Acredito que nem todos nós gostaríamos de estar aqui tratando sobre isso, sobre a evolução que esses casos andam tendo. Acredito que todos aqui gostariam de estar falando de coisas boas, coisas que alegram todos, mas infelizmente estamos lidando com casos que estão cada dia maiores e evoluindo mais.

E que em decorrência desses casos, da evolução que isso tomou, da proporção que isso tomou, foi-se criado, foi instituído, as delegacias especializadas de violência doméstica.

Abro nossa apresentação dizendo que esse plantão é o anseio de toda Polícia Civil. Há anos nós viemos pleiteando para que esse plantão fosse criado, e graças ao incentivo da nossa primeira dama Virgínia Mendes.

O plantão foi inaugurado em 8 de setembro e a delegacia funciona 24 horas com atendimento de ocorrência de violência doméstica em mulheres e familiar, conforme a Lei 11.340, além de vítimas contra dignidade sexual e as mudanças trazidas pela Lei 3.718 de 2018 e a Lei 3.772 de 2018, importunação sexual e violência da intimidade da mulher.

Também são realizados os procedimentos de prisão em flagrante, além dos requerimentos de medida protetiva, e outras providências de urgência necessárias, conforme cada caso.

Contamos atualmente nessa delegacia com cinco delegadas, é composta de dois escrivães, quatro investigadores de polícia e uma profissional da área de psicossocial, sendo essas, psicólogas ou assistentes sociais habilitadas para atendimento de emergência de violência doméstica da mulher e também atendemos crianças e idosos.

Cada policial que está atuando atualmente na delegacia, passou por capacitação prévia para envolver os temas específicos. Fazemos capacitações inclusive, e

agora no mês de fevereiro passamos por mais uma capacitação na CADEPOL pela Polícia Civil.

Esta é uma demonstração das fotos da inauguração da nossa delegacia do Plantão de Violência Doméstica e Sexual, na qual a 1ª Dama Virgínia Mendes, seu gabinete, e com apoio de demais pessoas, inauguramos a Delegacia no dia 8 de setembro.

Tivemos a presença de diversas autoridades, inclusive a Ministra, a 1ª Dama do Brasil e a desembargadora, e outras autoridades presentes. Inclusive, em videoconferência conversamos com a própria Maria da Penha e apresentamos a delegacia para ela.

Está aqui é a recepção do primeiro contato de atendimento com a vítima. A vítima muitas vezes vai pessoalmente à delegacia, comparece pessoalmente à delegacia ou conduzida pela PM.

Esse aqui é o atendimento, essa é a recepção onde faz acolhimento de imediato com a vítima, como eu havia falado, nem toda vítima chega até a delegacia pela própria mente, ela vem conduzida pela PM ou às vezes ela vai sozinha.

Neste caso aqui é onde nós registramos, tentamos saber dela qual é o intuito, e levamos ela a uma sala reservada para registro de ocorrência.

Nessa sala faremos o primeiro atendimento com ela, falaremos sobre o caso que ela especificamente quer tratar, e registraremos o boletim de ocorrência, podendo aqui ver com a vítima se ela manifesta o desejo de representar e encaminharemos para as demais dependências da delegacia.

Essa aqui é a sala de espera da vítima. A vítima, como a demanda é muito grande, muitas vezes são diversas vítimas e essas aqui ficarão aguardando o próximo atendimento, é uma sala reservada.

A sala de registro de ocorrência, onde a vítima individualmente vai registrar ocorrência, e para ela não se sentir constrangida com as demais pessoas que estiverem na recepção, registrará ocorrência e contará todos os fatos que ocorreram para assim fazer o registro.

Após o registro da ocorrência, a vítima é encaminhada para uma sala reservada de sala de espera da vítima. Aqui ficam todas as vítimas, muitas vezes como a demanda é muito grande em diversas ocorrências que ocorrem ao mesmo tempo, são

medidas protetivas, flagrantes, então as vítimas ficam esperando em uma sala reservada para seu atendimento.

Essa é uma sala de atendimento psicossocial. Aqui a vítima vai conversar com a psicóloga, com assistente social, será preenchido o formulário de atendimento, para que esse formulário de atendimento seja encaminhado imediatamente com a medida protetiva para o judiciário.

Isso aqui são as salas de atendimento que fazemos com a vítima, são as salas das delegadas, como eu falei são cinco delegadas, todas mulheres que fazem o atendimento específico das vítimas.

Também por contar com atendimento de violência doméstica e sexual, nós atendemos muitas crianças. Todas as vítimas crianças ou até mesmo que chegam com as mães, elas são encaminhadas para que fiquem em um espaço reservado para criança. Aqui tem uma brinquedoteca e um playground para que essas crianças aguardem as mães a serem atendidas, ou até mesmo quando as vítimas são essas crianças de violência sexual, a assistente social vai vir conversar com ela nestes espaços.

Como eu falei, a delegacia foi inaugurada dia 8 de setembro, dentre esse período da inauguração da delegacia já foram realizados 552 autos de prisão em flagrante, 12 autos infracionais, 54 TCOS e 1.491 medidas protetivas.

Já foram ouvidas nessa delegacia, nesse período de sete meses de inauguração 5.449 pessoas, para procedimentos.

As vítimas ao procurar a delegacia, nós vamos estudar o caso específico, e essas vítimas contarão para nós quais são os casos que elas desejam, se elas requerem medidas protetivas, ou se são casos de flagrante.

Muitas das vezes quando a vítima procura para registrar algum tipo de ocorrência em sendo caso de flagrante, na hora do registro da ocorrência desloca-se uma equipe da Polícia Civil até o local para concluir esse flagrante, mas na maioria das vezes as vítimas são conduzidas para a delegacia través da Polícia Militar.

Para a vítima que procura a delegacia será oferecido todo o apoio, apoio de assistente social, apoio se ela quer apoio para retirar pertences do domicílio, e até mesmo apoio para algum tipo de abrigo. Muitas das vítimas não querem voltar para o lar, não tem condições de voltar para sua casa, e é onde oferecemos e será encaminha para um abrigo específico, em sigilo, para que o próprio suspeito não a procure, e que não tenha acesso a ela.

As vítimas são ouvidas pela assistente social, essas vítimas serão encaminhadas, e iremos conversar. E todas as vezes que falo, muitas das vítimas que chegam, elas chegam com apoio de familiares.

Essas vítimas muitas das vezes não querem registrar ocorrência, e muitas das vezes elas pedem apenas para que seja registrado o boletim de ocorrência e fazem a renúncia.

Então, venho apresentar para vocês hoje o nosso atendimento, o atendimento que a Polícia Civil hoje tem.

É a única cidade do Estado que possui um plantão de violência doméstica específico, que tem todo o cuidado de atendimento com essas vítimas.

Doutora Christiane, concluo a minha apresentação, a apresentação da nossa delegacia. Colocamo-nos sempre à disposição, para que todos vão até lá e conheçam nosso espaço, é um espaço diferenciado para que essas vítimas se sintam acolhidas. É um espaço realmente que não tem em lugar nenhum do Estado, é um espaço aonde as vítimas não se sintam no ambiente tão pesado como as demais delegacias.

Essa delegacia é uma delegacia realmente que tem um acolhimento a mulher, e chegando no ambiente, qualquer uma de vocês, inclusive a Doutora Christiane foi até o espaço conhecer, a pessoa não sente que está em um ambiente como as demais delegacias do nosso Estado...É um espaço realmente diferenciado.

Encerro aqui nossa apresentação, e estou aberta às perguntas.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Obrigada, Doutora, muita obrigada.

Realmente estive com a senhora e foi uma oportunidade ímpar. O lugar é realmente diferenciado, o atendimento é diferenciado.

É como sempre dizemos, o ideal é que não precisássemos disso, mas já que é necessário, é bom que as vítimas estejam sendo recebidas em um local mais humanizado.

Doutora, eu tenho uma pergunta do Doutor José de Almeida Costa Filho, colega nosso.

EXMO. SR. DR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA COSTA FILHO - MAGISTRADO

Boa tarde doutora.

Meu nome é Renato Filho, sou magistrado, há alguma orientação das polícias para ofendida vítima sobre o que seria cada medida protetiva pedida?

Pergunto, porque não é raro a vítima pedir quase tudo do formulário, muitos sem relação alguma com o caso ou os fatos ou são contraditórias, seria como um preenchimento pedindo tudo.

A pergunta é se existe alguma orientação da polícia a respeito das medidas que podem ser pedidas.

SENHORA DRA. LIZZIA KELLY FERRARO (DELEGADA DA DELEGACIA DE POLÍCIA PLANTÃO 24 HORAS PARA ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL DE CUIABÁ/MT)

O formulário vai ser preenchido e oferecido para essa vítima, tudo que está ali e ela precisa. A Patrulha Maria da Penha, o abrigo, se ela quer retirada de pertences.

Deixo essa pergunta específica para nossa psicóloga da Polícia Civil, que responderá criteriosamente como é feito esses formulários e esses preenchimentos.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

A última pergunta do YouTube, Eliene Coelho Silva.

Qual a possibilidade de extensão da garantia desses serviços em todos os municípios. Eu não sei se a senhora tem essa informação.

SENHORA DRA. LIZZIA KELLY FERRARO (DELEGADA DA DELEGACIA DE POLÍCIA PLANTÃO 24 HORAS PARA ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL DE CUIABÁ/MT)

Infelizmente, isso não é uma garantia que nós da polícia podemos conceder. Todos sabem a nossa realidade, acredito que é uma realidade enfrentada por todas as instituições, na qual é efetivo, é financeiro, não temos como falar que uma delegacia especializada como a nossa possa ter em todas as cidades.

É claro que pelas cidades que passei seria muito bom e muito importante que toda delegacia tivesse um espaço reservado para atendimento da mulher, que todos aqui, eu não sei se infelizmente, já compareceram a uma delegacia comum, não é fácil uma mulher, que já é vítima de violência doméstica, chegar a um ambiente tão pesado, uma delegacia.

Então, se houvesse, tivesse condições que toda delegacia tivesse um espaço especializado para vítima de violência doméstica, com certeza, isso não seria empecilho para todas as instituições, nossa no caso de delegacia, seria muito importante que tivesse o atendimento específico.

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Convidamos a Doutora Amini Haddad Campos, Juíza de Direito do Juizado Especial Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande.

(AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO)

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Podemos passar para a próxima inscrita, por favor.

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Convidamos a Senhora Adriana Bonicontro do Nascimento, assistente Social de Lucas do Rio Verde/MT.

(AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO)

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Vamos passar para a próxima palestrante, porque as pessoas não estão respondendo e nós não atrasarmos nosso cronograma.

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Passamos para a palestra 2, do 3º Eixo com a Doutora JAQUELINE VILALBA FERNANDES, Psicóloga da Rede de Proteção à Mulher DEDM/PJC/MT; Graduada pela UNIC-Cuiabá, pós-graduada em Gestão e Desenvolvimento de Pessoas pela Fundação Getúlio Vargas. Já atuou como Gerente de Recursos Humanos no SENAC/MT; Atuou como psicóloga no CAPS AD, no CREAS e como psicóloga credenciada na Vara da Infância e Juventude da Comarca de Várzea Grande-MT. Psicóloga efetiva da Polícia Judiciária Civil desde 2014, onde já atuou na DEDDICA, DEA, Delegacia da Mulher, Criança e Idoso de Várzea Grande-MT.

Atualmente é psicóloga da ACADEPOL (Academia de Polícia Civil de MT), é conselheira presidente da comissão de orientação e fiscalização do CRP18 /MT (atual plenário gestão 2020 a 2022), membro da Rede Protege de Várzea Grande e da Rede de Enfrentamento a violência contra mulher de Várzea Grande desde 2018.

Para tratar do sub-tema: **"A Importância da rede de proteção no atendimento à mulher vítima de violência doméstica".** Convidamos a Doutora Jaqueline Fernandes.

SENHORA DRA. JAQUELINE VILALBA FERNANDES (PSICÓLOGA DA REDE DE PROTEÇÃO À MULHER DEDM/PJC/MT):

Cumprimento a todos os presentes nesta reunião, nessa audiência, na presença da Doutora Christiane Costa Marques, Juíza Auxiliar da Corregedoria e presidente desta audiência.

Pessoal, a minha fala hoje, já deu uma prévia, vou falar um pouco sobre o atendimento que é feito às vítimas na sede do plantão 24 horas, e também do funcionamento da rede, principalmente na delegacia 24 horas. E sobre o trabalho do psicossocial nas delegacias especializadas, onde estamos presentes.

Inicialmente apresento a sala, a Lízzia já passou para vocês. Todos estão visualizando? A Lízzia já falou, eu vou só complementar e entrar em detalhes mais específicos da nossa atuação.

Então, nós temos essa sala, que foi projetada para esse atendimento das mulheres e crianças também, alguns adolescentes que atendemos também, são as vítimas de violência que chegam até o local. Ela é uma sala reservada, tem o mobiliário adequado, garante o sigilo, que são essenciais para o atendimento do psicólogo e da assistente social no momento de acolhimento dessa mulher, criança ou adolescente.

Esse ambiente também foi pensado, como a doutora já falou, porque as mulheres muitas vezes chegam acompanhadas dos seus filhos, para que ela tenha esse momento de falar tranquilamente, sabendo que seu filho está ali do lado, não está escutando, não está vivendo novamente essa violência.

Tem essa brinquedoteca e o playground, que vocês estão vendo, ali que a criança fica de uma maneira mais tranquila, falando e brincando, enquanto a mãe está conversando.

E também quando atendemos crianças muito pequenas esse espaço é muito bom, porque levamos a criança até lá, conversamos, conseguimos fazer um atendimento com essa criança sem ela se sentir em uma delegacia.

As outras delegacias especializadas que temos aqui, por exemplo, Várzea Grande tem um espaço também adequado, em outras unidades do interior estamos pensando na criação dessas salas, que são as salas de acolhimento, para que as vítimas sintam-se um pouco mais acolhida.

Sobre o nosso trabalho, vou falar um pouquinho sobre como é feito esse acolhimento pelo setor psicossocial.

Os setores têm vários psicólogos trabalhando nas delegacias e assistentes sociais, e nos reunimos, conversamos, trabalhamos em rede. Então, nós fizemos

um roteiro para atendimento psicossocial dessas mulheres vítimas de violência. E toda a construção desse roteiro, pensamos o que é um bom acolhimento, tentamos passar esse bom acolhimento para todas as vítimas.

O que pressupõe um bom atendimento?

Primeiramente, pouco tempo de espera, uma descrição, porque muitas vezes a mulher já chega ali com as marcas da agressão, é muito sofrido ela chegar ali no meio de tantas pessoas, visualizando aquele sofrimento dela, ainda ter que justificar como foi essa violência, porque muitas vezes algumas pessoas querem saber o que foi que aconteceu.

Então, temos que pensar sobre isso e o espaço tem que estar adequado para essas situações, porque é essencial nesse momento, porque a mulher precisa conseguir falar sobre o seu momento de uma maneira mais tranquila.

Outra situação, que se colocamos nos treinamentos para todos, não apenas no psicossocial, mas até mesmo para os policiais, porque fizemos a capacitação recentemente do atendimento humanizado, é que essa vítima precisa perceber nesse atendimento que não existe uma pressão para expor seu problema, mas existe um ambiente que vai acolhê-la, que vai ofertar essa possibilidade, e que existe uma rede a disposição dela, para ampará-la, quando ela quiser fazer.

Então, fazemos uma orientação, quais são os serviços disponíveis, no preenchimento das medidas falamos para as vítimas que temos a casa de amparo, a Patrulha Maria da Penha, mas isso é muito específico, é de acordo com cada caso.

Eu vou falar um pouquinho para vocês de uma ficha de avaliação que fazemos dessa violência que essa mulher está sofrendo, e vamos trazendo com essa mulher a possibilidade de falar sobre isso sem ser julgada, a diferença desse acolhimento nas delegacias especializadas para as outras delegacias, outros serviços, é que ali estamos para ouvi-las, sem fazer julgamentos de valor, julgamentos morais, porque ela já está passando por uma situação muito difícil.

Outra situação que procuramos nesse atendimento trazer para a vítima, é que ela se perceba como vítima, porém isso não reforce seu papel de passividade e que isso imobilize, ou seja, estaremos sempre trazendo para que ela tenha ciência que está passando pela questão da violência, mas também, que pode se colocar como sujeito de sua vida, como protagonista da sua história e pode romper esse ciclo de violência, que existe essa possibilidade. Então, é isso que fazemos no atendimento psicossocial.

Divido em três momentos como é feito esse atendimento, inicialmente fazemos esse acolhimento, trabalha essas questões gerais. Depois no segundo momento falamos sobre a vida dessa mulher, a violência que ela sofreu, e isso nos ajuda muito, porque temos o preenchimento do Formulário Nacional de Avaliação de Risco.

Todas as vezes que essa mulher chega, é solicitada essa medida protetiva, preencheremos junto com ela esse formulário, e esse formulário é muito rico porque vai trazer para o histórico dessa violência, como que essa mulher está, o que possibilita através dessa conversa um tipo de encaminhamento para a rede de proteção, que a gente vai fazer, onde ela vai ser acolhida, para que lugar nós vamos leva essa mulher para fazer esse acompanhamento.

E ao final, encerramos esse atendimento com o acompanhamento, ele é fundamental para sabermos se aquele serviço que encaminhou àquela vítima, àquela mulher, o que aconteceu, é interessante termos o retorno da rede.

Então, eu vou trazer agora para vocês, para quem ainda não conhece eu tentei fazer um *print* aqui com minhas habilidades de internet.

Não sei se dá para visualizar, mas esse é o Formulário Nacional de Avaliação de Risco. Na primeira parte ele vai trazer os dados sobre a vítima, sobre o histórico da violência, a situação do relacionamento que ela tem. É importante dizermos o seguinte, que esse formulário a vítima também pode preencher, não necessita especificamente que seja preenchido por outra pessoa, pela equipe psicossocial. Se a vítima encontra-se em condições, algumas até preferem, deixamos que elas preencham nesse primeiro momento, ele tem outro momento também que é sobre o agressor, fazemos perguntas sobre o agressor, sobre os filhos. E no terceiro momento, seria o preenchimento pelos profissionais já capacitados.

Então, tivemos essa capacitação recentemente, em fevereiro com uns policiais, todos eles participaram, equipe psicossocial do plantão de 24 horas da violência de Cuiabá e também de Várzea Grande e a Delegacia 24 horas daqui de Cuiabá.

Então, todos os policiais têm ciência que esse formulário existe, sabe como preencher as perguntas e o final dele. Também trabalhamos muito sobre essa avaliação de risco no final, para que toda a polícia tenha ciência, porque é um formulário instituído pelo Conselho Nacional de Justiça mais o Conselho Nacional do Ministério Público, que tem essa finalidade, identificarmos junto com essa mulher a violência que ela está sofrendo, o risco que ela corre de feminicídio e de novas situações de violência. E tentar planejar com

essa mulher uma maneira dela se desvincular desse agressor, dessa violência sofrida e o plano de proteção também dessa vítima.

Então, esse formulário nos auxilia bastante, até mesmo nos encaminhamentos que fazemos, porque no final ele pergunta quais são os encaminhamentos feitos.

E começo a falar sobre a importância da Rede, que é a minha fala, eu trago para vocês um pouco mais dessa minha experiência do trabalho em Rede.

Temos equipamentos que falamos que pertencem à Rede, vou trazer aqui apenas alguns exemplos. Temos a Casa de Amparo, Defensoria Pública, as Unidades de Saúde, Conciliação no Fórum, CREAS, serviço de psicologia, Secretaria Municipal de Saúde, então cada cidade vai ter essa Rede de uma maneira, pode ser todos os serviços, como pode não ter no CREAS, por exemplo, mas sempre vai existir um CRAS, que vai fazer esse trabalho com a mulher também.

Então, precisamos conhecer dentro do município quais são os serviços que esse município oferece, para que possamos fazer o encaminhamento adequado para essa mulher continuar esse acompanhamento, porque a porta de entrada é a delegacia, mas os serviços vão fazer todo o restante, vão fazer esse acompanhamento para que a vítima se perceba como protagonista e consiga sair desse ciclo de violência, ela não consegue sair sozinha, ela precisa desse apoio e é a Rede que vai dar esse apoio.

Quando falamos em Rede, tem que pensar também nessa articulação, o que essa Rede Proteção?

> *"É uma estratégia organizativa que ajuda os atores e os agentes sociais a potencializarem suas iniciativas para promover o desenvolvimento pessoal e social" (GONÇALVES E GUARÁ, 2010, p.14),*

Essa definição sobre rede é muito interessante.

A Rede Enfrentamento a violência doméstica familiar contra a mulher de Várzea Grande foi criada em 2018, através de um Termo de Cooperação Técnica por iniciativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em conjunto com os municípios de Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento. As instituições integrantes da Rede Enfrentamento desse município Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento são:

- ✓ Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

- ✓ Município de Várzea Grande;
- ✓ Município de Nossa Senhora do Livramento;
- ✓ Secretaria do Estado da Segurança Pública;
- ✓ Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso;
- ✓ Polícia Militar do Estado de Mato Grosso;
- ✓ Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Várzea Grande-MT;
- ✓ Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG-MT;
- ✓ Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica – ABMCJ;
- ✓ Liga de Reestruturação das Irmãs Ofendidas no Seu Sentimento – LIRIOS;
- ✓ Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Várzea Grande – BPW;

Essas instituições se juntaram através desse Termo de Cooperação para realmente existir uma articulação. Não adiantava ter o serviço um em cada lugar, precisamos estar conversando.

Fomos percebendo que dentro dessa rede havia um total desconhecimento do que cada serviço fazia, e o primeiro trabalho que fizemos foi identificar esses serviços, o que cada um faz, quais são as leis que orientam seu trabalho, qual o fluxo do seu atendimento, porque eu, enquanto psicóloga dentro de uma delegacia tinha uma visão do serviço, aquele profissional que está lá no CREAS tem uma visão totalmente diferente do serviço dele e do nosso.

Então, começamos a conversar para que as pessoas entendessem o que cada um faz, essa fase foi em 2018, quando nos reunimos, fizemos capacitações, conversamos sobre a violência, para ver se todo mundo tinha o mesmo alinhamento, para que existisse uma fala unificada quando falamos essa mulher está sendo vítima de violência doméstica, o que isso significa? então nós trabalhamos com capacitação.

E hoje, nós já temos isso muito bem definido, estamos trabalhando em três eixos. A rede de atenção e proteção social de violência doméstica, capacitação dos agentes sociais e parceria com instituição acadêmica e acompanhamento dos índices de violência doméstica.

Eu estou atuando atualmente, porque não estou mais na Delegacia da Mulher de Várzea Grande, no Eixo de capacitação dos agentes, porque percebemos que existe uma grande rotatividade nesses serviços. O CREAS, o Conselho Tutelar, o CAPS, todos aqueles equipamentos para atender a rede as pessoas mudam, dentro da polícia também as pessoas mudam.

Estamos percebendo que a capacitação tem que ser constante, todos os anos temos que fazer uma capacitação e esses temas tem que ser trazidos à tona, por mais que a pessoa diga eu já sei tudo, sempre tem alguma coisa que você não sabe, que precisa acompanhar.

Então por exemplo, agora no final do mês de abril teremos uma capacitação para a rede toda e olha os temas que trabalharemos, relação de poder, interpretação da violência contra mulheres, consequência da violência doméstica para saúde física e mental das mulheres, comunicação não violenta, aspectos da lei Maria da Penha, investigação com perspectiva de gênero e medidas protetivas de urgência. Naturalização da violência de gênero ou feminicídio. O feminicídio na realidade mato-grossense, escuta ativa, violência doméstica, habilidades e competências para uma abordagem policial eficaz. A rede de saúde mental no município de Várzea Grande.

Esses temas que estamos trazendo, são temas de fundamental importância para quem vai trabalhar em rede, porque eles precisam saber o que cada um faz, como faz e ter o conhecimento teórico sobre isso.

As primeiras capacitações que tivemos, me recordo que existia muita dificuldade, muito preconceito dos próprios policiais e hoje vemos que eles estão mais acessíveis, dispostos, interessados nesses temas, que vemos que isso é uma mudança de cultura, é cultural, é com o tempo que nós vamos conseguindo mudar.

Outro parceiro que a gente tem é a universidade UNIVAG, ela atua muito em rede, supre muito os serviços do município, eles têm uma clínica integrada, pesquisas, então esse trabalho que estou apresentando a UNIVAG finalizou, e entregou para a gente agora, eles entregaram finalizou agora em julho de 2020 eles fizeram um levantamento na rede de todos esses atendimentos que foram feitos, quantitativamente, qualitativamente e trouxeram nesse relatório para a gente.

Então, hoje temos uma dimensão do município de Várzea Grande nos anos de 2017 e 2018 e 2019.

Agora, como ações que estamos tendo programadas para 2021, a pandemia dificulta bastante, mas temos ações programadas, capacitação agora que começa no dia 30, e estimamos um período para finalizar em outubro, vai ser online, vai ser infelizmente, não tem como estar aglomerando muitas pessoas por conta da pandemia.

Mas no futuro muito próximo pretendemos fazer as capacitações presenciais até por conta do envolvimento, percebemos que quando é presencial é diferente.

E estamos fazendo também um monitoramento da rede, levantando os dados semestrais, com quantitativo de atendimentos realizados pelos integrantes da rede.

Queremos saber se aquelas mulheres que foram encaminhadas para o serviço, se foram atendidas, como foram atendidas, se receberam atendimento adequado, se têm recebido ali um acolhimento conforme temos padronizado nessas nossas capacitações.

Uma situação importante que quero colocar, aproveitar que estarmos em uma audiência pública, até mesmo por ser conselheira do Conselho Regional de Psicologia, é a importância de fazer concurso público, porque um profissional, por mais que ele seja um profissional, ele quer ser voluntário, é maravilhoso, o estágio ajuda muito, mas percebemos que principalmente no TJ, se tivéssemos profissionais concursados, o serviço seria muito melhor para a população, porque o regime de credenciamento acaba precarizando esse tipo de serviço oferecido à população.

Essas pessoas ficam no máximo dois anos, têm que ser treinadas todas às vezes, não existe uma continuidade desse serviço, e existe também muitas críticas sobre o tipo de provimento, o tipo de relação que essas profissionais tem com o TJ, que não é uma relação que podemos dizer que seria igual se fosse concursada.

O credenciamento precariza, e estaremos sempre batalhando para que essas pessoas sejam concursadas, assim como somos concursados do Estado, assim como no CREAS, conseguimos através dessa articulação com a rede que Várzea Grande, fizesse concurso público para contratar psicólogas e assistentes sociais para assistência social.

Isso tudo é uma ação em rede, eu gostaria muito de saber quando for acontecer em Cuiabá essa articulação, ela é muito necessária, e temos esse histórico até mesmo para Cuiabá se inspirar, de como foi esse caminho que Várzea Grande tomou um município menor, diferente a rede de Cuiabá é muito maior, mas é uma experiência muito válida que tenho para trazer e Cuiabá implementar.

Encerro a minha fala, não sei se tenho muito tempo, e coloco-me a disposição para responder algumas perguntas, Doutora Christiane.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Muito obrigada! Como é bom esse tratamento entre as várias instituições, como isso vem a melhorar para todos nós, principalmente para as vítimas de violência, o trabalho que estão fazendo pelas assistentes sociais e pelas psicólogas é de fundamental importância.

Registro que a Doutora Amini Haddad tentou, mas o áudio dela realmente não funcionou e ela nos mandou por escrito que gostaria apenas de consignar a importância das atuações entre a esfera pública e privada, organizações não governamentais e educacionais para majoração dos âmbitos de atendimento e assistência às vítimas de violência, que as partes seriam fundamentais.

É isso que estávamos dizendo, esse acompanhamento pela rede é muito importante, conversamos quando estivemos na delegacia, conversamos com a senhora, com a Doutora Lízia, tivemos oportunidade de ver o espaço e o trabalho que é feito e sabemos a importância do trabalho de vocês.

Agradeço muito por sua atenção de estar conosco.

Temos a pergunta do Doutor Renato, que faço para a senhora:

"Doutora, boa tarde, Renato Filho, magistrado no Estado. Sobre o formulário há um item 14 que pergunta sobre a prática de ameaças ou agressões aos animais. Há estudos no sentido de que a violência contra animais acende um alerta em relação ao agressor e pessoas, há alguma orientação para as polícias sobre a proteção desses animais não humanos?"

SENHORA DRA. JAQUELINE VILALBA FERNANDES (PSICÓLOGA DA REDE DE PROTEÇÃO À MULHER DEDM/PJC/MT):

Desculpe, o áudio estava desligado, pensei que vocês desligavam.

Então, começamos a capacitação agora em fevereiro de 2021, trabalhamos item por item e explicamos para eles qual é a necessidade e porque aquela pergunta estava sendo feita.

É possível que a partir de agora com esse entendimento eles passem a observar esses aspectos.

Quando atendemos as vítimas, nós psicólogas, assistentes sociais prestamos atenção nessas questões, tanto com relação a animais, a filhos, às crianças envolvidas, a gente já tem esse olhar de como o suposto agressor trata esses animais, isso é um indício de que a pessoa é violenta, se ele ataca o animal para ofendê-lo, pode atacar uma criança.

Então, nós temos esse olhar treinado para esse tipo de situação e esperamos que com as capacitações frequentes, os policiais que vão aplicar o questionário nas outras Comarcas eles também tenham.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Tem pergunta da senhora Patrícia da Silva: *"A questão do atendimento adequado é muito importante, não basta ter apenas estrutura. Aqui em Cáceres temos a Delegacia da Mulher, mas em 2019 tentei fazer uma denúncia de violência doméstica que envolve um familiar próximo e enfrentei uma burocracia muito grande, passei por vários atendentes só para avaliarem se eu poderia fazer a denúncia, depois tive que contar novamente a história numa sala cheio de estagiários, fiquei super constrangida, apesar de não ser comigo. Depois de uma maratona consegui fazer o boletim, a estrutura do lugar é ótima, mas o despreparo dos atendentes é muito grande ou pelo menos era quando fui atendida."*

Muito grande ou pelo menos era quando fui atendida. Na verdade ela não formulou uma pergunta, fez um comentário, mas salientando para questão do atendimento.

Se a senhora quiser fazer algum comentário a respeito.

SENHORA DRA. JAQUELINE VILALBA FERNANDES (PSICÓLOGA DA REDE DE PROTEÇÃO À MULHER DEDM/PJC/MT):

Sim, temos ciência que existem essas dificuldades para transpormos. Nós começamos esse treinamento a partir dessas cidades, Cuiabá, Várzea Grande que são cidades maiores onde fazemos esse treinamento, temos a perspectiva de estar fazendo esse treinamento nas cidades polo.

O problema é que a pandemia acaba dificultando um pouco a capacitação porque no nosso entendimento pelo menos ali na ACADEPOL em contato com as outras pessoas que participam da rede conosco, vemos que o aproveitamento do policial é melhor quando é presencial.

Tivemos a experiência do ano passado de fazer ela EAD e esse ano fizemos presencial, então percebemos que infelizmente nesse momento não conseguimos trazer o mesmo resultado do presencial. O online foi muito ruim para nós, tem que conversar, olhar no olho, fazer um ambiente acolhedor, porque são temas como o machismo, por exemplo, que quando falamos sobre esse assunto não é todo policial que fica tranquilo para ouvir sobre isso, então, temos que acolher, saber ouvir o que ele pensa sobre isso, ele não pode ficar desconfortável.

Em um ambiente online é muito difícil um policial levantar a mãozinha e falar o que ele pensa, em uma sala com poucas pessoas ele vai poder falar sobre isso e vamos trabalhar o que ele pensa, trazer para ele novas perspectivas, outros olhares sobre o machismo que é causador da violência doméstica e sexual de crianças e mulheres.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Obrigada, doutora. A Senhora Leila Xavan diz: *"Excelente, Jaqueline, a articulação intersetorial é fundamental na proteção e efetivação das políticas públicas".* Ela realiza uma pesquisa no curso de serviço social da UNIVAG.

Tem um comentário da Edna Oliveira: *"me senti contemplada na fala da Jaqueline e quero participar da capacitação que iniciará esse mês, será aberta ao público?"*

Ela quer saber dessa capacitação.

SENHORA DRA. JAQUELINE VILALBA FERNANDES (PSICÓLOGA DA REDE DE PROTEÇÃO À MULHER DEDM/PJC/MT):

Agradeço a presença da Leila, que é a coordenadora da clínica da UNIVAG, nossa parceira de rede. Tudo que propomos a fazer a UNIVAG abre as portas, é uma universidade que vem nos ajudando muito em Várzea Grande.

O serviço social e a psicologia têm feito as pesquisas, são todos parceiros nesse projeto de rede que estamos trabalhando e a capacitação que estamos abrindo agora para o final do mês será para a rede, se essa pessoa estiver em um desses equipamentos da rede, se participa da saúde, da educação, enfim, se é um funcionário que está atuando na rede poderá participar dessa capacitação, que também será gravada e poderá ser acessada depois porque a disponibilizaremos gravada no Youtube.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Que ótimo, obrigada.

Pergunta da Andy Pinheiro Amaral: "Sou acadêmica de medicina da UNEMAT e faço parte de um projeto de extensão que visa a prevenção e combate a violência contra a mulher, bem como capacitação para agentes comunitários de saúde que tenham contato bem próximo à mulheres da comunidade. Como fazemos para conseguir essa parceria para adquirir capacitação para atuar na assistência, acolhimento e empoderamento de mulheres vítimas de violência. Acredito que os acadêmicos poderiam contribuir muito junto atenção primária".

SENHORA DRA. JAQUELINE VILALBA FERNANDES (PSICÓLOGA DA REDE DE PROTEÇÃO À MULHER DEDM/PJC/MT):

Com certeza. Temos que ver em qual unidade da UNEMAT que ela está, qual o município que está trabalhando, porque a rede funciona no município.

Ela pode integrar o Ministério Público, procurar a secretaria da assistência de saúde, terá que combinar com os representantes dessas instituições porque

percebemos que somente o trabalho voluntariado não garante a efetivação das políticas públicas porque as ações ficam isoladas.

Fazemos como Várzea Grande fez, termo de compromisso onde todas as instituições firmaram, assinaram e se comprometeram a integrar a rede e trazer resultado, a conversa fica diferente.

Hoje tudo que temos feito em Várzea Grande em relação à política pública tem continuidade, sabemos que começa uma ação que terá continuidade independente dos gestores que estão ali.

Vai mudar prefeito, presidente, representante da universidade ou então do Ministério Público ou então o juiz, mas aquela política está implantada, então irá continuar, até as questões do atendimento no CREAS, do atendimento à saúde vão continuar.

Em Várzea Grande conseguimos através das duas redes que estão funcionando, tanto a PROTEGE quanto a da Violência Contra a Mulher, que instituiu um serviço novo em Várzea Grande que é o NAV - Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual. Eles atendem as vítimas em Várzea Grande, elas não precisam se deslocar para Cuiabá para receber atendimento psicológico, receber medicação, fazer o acompanhamento que é medicamentoso, mas também exige um acompanhamento no período de seis meses, que hoje quem faz no Estado é o hospital Júlio Miller, mas Várzea Grande tem esse núcleo.

As vítimas podem ser acompanhadas em Várzea Grande e tudo isso é uma conquista da rede.

Então a sugestão que dou é procurar articular essa rede no município onde você está, procurar esses atores.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

É o que estamos falando, é importante esse contato porque juntos nós conseguimos muito mais, somos muito mais fortes.

A nossa querida Desembargadora Maria Erotides está com a mão levantada, por gentileza.

EXMA. SRA. DESA. MARIA EROTIDES KNEIP (VICE-PRESIDENTE DO COMITÊ SOBRE A EQUIDADE DE GÊNERO ENTRE HOMENS E MULHERES DO PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO):

Obrigada por permitir que eu fale na audiência. Estou encantada com a condução que Vossa Excelência está fazendo dos trabalhos, quero parabenizar o Desembargador José Zuquim Nogueira, Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, Desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas por esse trabalho maravilhoso.

Estou encantada de ver como conseguiram em um tempo tão difícil fazer uma audiência com uma participação tão efetiva e com debates tão produtivos.

Trago duas contribuições com referência a fala da nossa psicóloga. Primeiro temos, está no Tribunal um protocolo que foi firmado pelos três poderes, o governador Mauro Mendes, na época o presidente desembargador Carlos Alberto, o Deputado Botelho, pelo procurador geral da justiça na época, pelo presidente da OAB, pelo defensor público geral, pelo presidente da união de vereadores, pela associação de municípios e pelas associações de primeiras damas.

Todas essas pessoas firmaram protocolo dizendo: "nós permitimos que os nossos seguidores em cada um dos municípios criem as redes de proteção".

Então, temos um termo de cooperação que é um guarda-chuva, um protocolo de intenções firmado por todos os chefes de poderes que dão autoridade, autorizam os seus trabalhadores a fazerem as redes dos municípios.

Com esse protocolo levamos a várias comarcas e vários municípios já criaram a rede de proteção, a exemplo de Várzea Grande que é uma rede muito bem feita, muito bem criada, mas temos também a rede de Barra do Garças, que é um exemplo, foi a primeira rede do Estado de Mato Grosso, que é uma rede exemplar.

Temos a rede de Lucas do Rio Verde, de Sinop, de Sorriso, de Tangará, redes que estão funcionando muito bem e cada vez melhor.

A minha sugestão é peguem esse termo, esse protocolo de intenções porque ele já autoriza a criação das redes em cada um dos seus municípios.

O dia que Mato Grosso tiver a rede instalada em todos os seus municípios, todo trabalho será muito mais fácil para a proteção dos direitos humanos, das mulheres vítimas de violência doméstica.

Segunda contribuição que trago, a direção do tribunal atual, moderna, inteligente, focada nos direitos humanos deve pensar seriamente em fazer concurso público para efetivar psicólogos e assistentes sociais.

E mais, dotar as varas especializadas de estrutura própria, infelizmente tenho requerimentos feitos às gestões anteriores que indeferiram meu pedido de lotação de uma unidade específica em cada vara especializada, mas a Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro e eu temos lutado há anos para que cada vara especializada tenha a sua equipe própria, que o trabalho não seja pulverizado, não seja diluído e que haja realmente profissionais que sejam efetivados.

Fica a minha sugestão, minha contribuição e eu parabenizo mais uma vez, a audiência está maravilhosa. Que bom, vamos fazer sempre.

Uma audiência dessa precisa ser feita pelo menos uma vez por ano.

Estou felicíssima de poder participar, estou desde a hora da abertura e só sairei quando terminar.

Parabéns, muito obrigada!

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Desembargadora Maria Erotides Kneip:

A senhora sempre nos alegra muito, não só com sua presença, mas com seu entusiasmo, com seu jeito e dinamismo, a senhora é fantástica.

E ainda a Doutora Jorzilette falou que a hora que fosse falar da rede quem tinha que falar é a Desembargadora Maria Erotides, ela que sabe tudo, ela que encampa tudo, ela que resolve tudo e é verdade, a senhora é fantástica. Não que ela não esteja autorizada, claro que está, mas a senhora sempre está nos apoiando em tudo.

A presença da senhora engrandece muito esse evento, agradeço muito de coração que a senhora esteja aqui conosco, fico muito feliz por isso.

Tem uma senhora que está com a mão levantada faz tempo, Eliane Santos, por favor.

SENHORA ELIANE SANTOS (REDE DE PROTEÇÃO A MULHER EM SINOP/MT):

Boa tarde a todos!

Em nome da Desembargadora Maria Helena Gargaglione e Maria Aparecida Ribeiro, cumprimento a todos.

Peço desculpa por qualquer ruído, estou no aeroporto de Campinas, mas não poderia deixar de participar.

Estou presidente da Rede de Proteção a Mulher de Sinop e desde o início da Rede em abril de 2019, a Doutora Desembargadora Maria Erotides sempre nos encantou e trouxe em mim esse entusiasmo de Rede.

Eu fiquei com a fala de que saíamos fortalecidos da audiência pública de 2019 e dali em diante colocamos em prática justamente tudo aquilo que ouvimos na audiência, ouvimos todas as sugestões e algo que gostaria de contribuir que a Rede Sinop tem feito e tem dado certo é, além das parcerias dos entes públicos e privados, tem o terceiro setor. A sociedade civil organizada é muito importante nesse trabalho da articulação de Rede porque são nossos olhos na comunidade, sempre digo isso.

Essa demanda eles trazem para nós, digo também que a delegacia é a principal porta de entrada, porém todos que são linha de frente nesse trabalho em Rede são portas de entrada também.

Então, o que nós pensamos em Sinop? O fluxograma de atendimento às mulheres em situação de violência é para que seja criada uma lei municipal justamente porque tem rotatividade de servidores lotados nas delegacias, no CREAS, nas secretarias, então acredito que criando um protocolo e de repente se tornando uma lei municipal, não importa quem seja esse ator, todos que chegarem vão ter que cumprir justamente o procedimento no fluxograma de atendimento.

Quanto à questão da cartilha, é muito importante, porém com todo esse período que tenho de prática no dia a dia atendendo e acolhendo essas mulheres, acompanhando nas delegacias, verifico que a cartilha apenas com a lei Maria da Penha não é eficaz, tem que ser de uma forma totalmente diferenciada.

Como seria isso?

De repente trazendo os tipos de violência, o fluxograma, se esse local tem a rede, informações que essas mulheres poderiam procurar, os tipos de medidas

protetivas existentes porque justamente muitas mulheres não têm conhecimento, chega lá e fala: “Quero requerer medida protetiva.”, mas são várias modalidades de medidas.

Elas precisam ter conhecimento de forma mais prática porque várias cartilhas que nós mesmos distribuímos, vemos que a mulher que realmente precisa não lê a lei Maria da Penha toda.

Então, precisamos prestar essas capacitações contínuas para todos os atores que fazem parte da rede, todos precisam realmente passar por esse crivo de capacitação, porém tem que se chegar de forma diferenciada talvez nessas mulheres porque o conhecimento que vai mudar essa realidade que estamos vivendo.

Estamos tentando criar uma cartilha nesse formato, de forma bem mais prática.

Outra questão que foi muito importante para nós foi a capacitação prestada pela Patrulha Maria da Penha, com a Tenente Coronel Emirela, coordenadora da Patrulha.

Nós tivemos a possibilidade de participar e os atores que fazem parte verificaram que isso realmente é importante, quando começamos a capacitação em 2019 conseguimos prestar essa capacitação para os profissionais da saúde, médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde e começamos a ter um feedback positivo e veio a pandemia.

Quanto ao que a psicóloga Jaqueline falou, realmente tem sido difícil levar essas capacitações, para nós que estamos à frente da Rede não tem sido fácil tentar formatar algo que você leve, envolva esses agentes realmente e levar essa capacitação.

E temos mais eficácia quando essa capacitação é presencial, isso percebi no município de Sinop.

Essa seria minha contribuição, De repente algumas questões poderíamos trazer de uma forma diferenciada. Lá em Sinop estamos com um projeto que é “Empresa amiga da Mulher”.

A rede criou um formato de capacitação que leva essa empresa até à capacitação e essa empresa recebe um selo de “Empresa amiga da Mulher”, então qualquer empresa pode solicitar essa capacitação, nós vamos buscar quem são os profissionais, as autoridades disponíveis para prestar essa capacitação, sempre buscando o formato de levar os tipos de violência, os tipos de medidas protetivas, levar que existe a rede, os atendimentos prestados e quanto a nossa rede ela é um pouquinho diferente da rede de Cuiabá e Várzea Grande porque a rede de Sinop a mulher ao chegar na delegacia faz o requerimento da

medida e nós recebemos uma cópia dessa medida protetiva juntamente com a patrulha e nós encaminhamos essa mulher para o local seguro, se necessário, encaminhamento para resolver as questões cíveis, através do CEJUSC.

A rede também encaminha para o instituto concilio que tem contribuído conosco também, para a defensoria, para o atendimento psicológico, temos até mesmo psicólogos voluntários que contribuem com a nossa rede. Esses psicólogos voluntários são um braço juntamente com as clínicas das universidades para prestar atendimento.

Além de inserir a mulher no mercado de trabalho, a rede faz encaminhamento para o SINE e para o CREAS, faz todo o encaminhamento dessa mulher e justamente acompanhando para ter o feedback, para saber se realmente estamos tendo efetividade, sempre trabalhando nossas estatísticas.

Sempre trago em números para vocês que em 2019, a criação da rede foi em abril, no ano de 2019 nós tivemos 733 medidas protetivas distribuídas, então como não fazíamos ainda esse levantamento de dados para saber quantas foram deferidas, nós não temos esses quantitativos, mas em 2020, mesmo em ano pandêmico, tivemos 548 medidas protetivas deferidas.

Mesmo num ano pandêmico vimos que teve uma redução, mas tivemos muitas campanhas, muitos trabalhos de conscientização e acompanhamento a essas mulheres, a essas famílias.

Essa é nossa contribuição, a Doutora Débora, que é nossa juíza da vara da violência doméstica, muito ativa e participativa dentro da nossa rede, ela que deu iniciativa nesse trabalho em Sinop.

Então gostaria de, em nome dela, parabenizar todos vocês pela brilhante audiência e realmente somente juntos podermos alcançar o que nós nos propomos que é reduzir os números de violência em nosso município, nosso estado, em nosso país.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Não sei se a Doutora Jaqueline quer fazer algum comentário.

Agradeço muito a intervenção.

SENHORA DRA. JAQUELINE VILALBA FERNANDES (PSICÓLOGA DA REDE DE PROTEÇÃO À MULHER DEDM/PJC/MT):

Só para finalizar, mós também temos a Lírios que também trabalha com voluntários, também é integrante dessa rede, também faz esse trabalho de acolhimento psicológico, encaminhamento ao mercado de trabalho, busca capacitações para essas mulheres, temos a Lírios em Várzea Grande. Acho que não citei o trabalho da Lírios.

E também agradecer a Desembargadora Maria Erotides Kneip por essa fala, eu enquanto psicóloga e também falo pelas colegas também assistentes sociais que acompanham a nossa luta, que precisamos sim, desembargadora, de pessoas como a senhora que tenham essa visão, que entendam que esse serviço precisa de continuidade e o modelo de credenciamento não vai trazer isso e isso afeta o serviço que é diferentemente oferecido à população.

Fico muito grata da senhora ter essa visão e estar lutando para que isso aconteça no TJ.

Encerro por aqui, se tiver mais alguma pergunta, estou à disposição.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Na verdade ainda tem sim, Jaqueline.

A Vanessa Rosa no YouTube pergunta:

"Como é feito o trabalho de acolhimento e articulação da rede quando a violência doméstica acontece com mulheres trans?"

SENHORA DRA. JAQUELINE VILALBA FERNANDES (PSICÓLOGA DA REDE DE PROTEÇÃO À MULHER DEDM/PJC/MT):

Então, tanto em Várzea Grande, vou falar da experiência de Várzea Grande que é onde atuei mais, mas aqui também ela é acolhida, atendida, respeitada na sua condição trans, é atendida como uma mulher trans, tem direito às medidas protetivas, tem todos os direitos garantidos pela lei, a gente faz o acolhimento e temos esse olhar comprometido com a questão da mulher trans.

Trabalhamos também com os policiais a questão do preconceito que a gente sabe que existe e é um caminho, Vanessa, a gente sabe ainda que tem muito a trabalhar sobre essa questão, que precisamos ter esse olhar um pouco mais apurado, mas o preconceito não é desconstruído de uma hora para outra.

Temos ciência de que alguns policiais tem esse preconceito, mas a gente está trabalhando para que pelo menos minimize dentro da nossa instituição.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Obrigada.

Nós temos uma pergunta do Doutor Cássio Leite, colega juiz. "Sou juiz da primeira vara de Nova Mutum e SEJUSC, faço audiência e algumas medidas protetivas para as partes resolverem questões cíveis, somente em crimes menores. Poderia a Polícia Civil constar no formulário a opção para a vítima participar de uma audiência, colocar no formulário padrão? Ou seria melhor deixar para a Rede tal função".

SENHORA DRA. JAQUELINE VILALBA FERNANDES (PSICÓLOGA DA REDE DE PROTEÇÃO À MULHER DEDM/PJC/MT):

Deixo essa pergunta para a Doutora Jozirlethe responder porque será bem a fala dela depois de mim e ela tem mais propriedade para estar falando sobre isso.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Obrigada. Salvo engano não tem mais pergunta.

Sim, tem uma da Eliene Coelho da Silva sobre a fala da Desembargadora Maria Erotides, a respeito do protocolo que foi feito, ela tem interesse em saber onde acessa esse protocolo de intenções para que possa ser levado ao município. Não sei se é a desembargadora Maria Erotides Kneip que tem essa informação, o nome da pessoa interessada é Eliene Coelho Silva.

EXMA. SRA. DESA. MARIA EROTIDES KNEIP (VICE-PRESIDENTE DO COMITÊ SOBRE A EQUIDADE DE GÊNERO ENTRE HOMENS E MULHERES DO PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO):

Esse protocolo tem na CEMULHER, tenho certeza que a Desembargadora Maria Aparecida que pode lhe passar. A Doutora Elizabete, que é a psicóloga do CEMULHER pode inclusive passar uma cópia. Ele é público.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Vamos passar para a próxima palestra.

Quero reforçar as palavras da Eliane a respeito da Doutora Débora Paim, que ela é realmente fantástica, nós temos todos os desembargadores e as pessoas que estão presentes nessa reunião que tem contato com os juízes que ela atua em causa própria, não sou juíza da vara da violência, mas é que nós temos colegas muito inteirados, temos colegas realmente muito esforçados para fazer um bom trabalho, então é motivo de muito orgulho para todos nós, que integramos a magistratura do Mato Grosso.

E a respeito do credenciamento e a respeito do concurso, eu tenho exemplo, Desembargadora Maria Erotides Kneip, a senhora deve recordar, a desembargadora Maria Aparecida Ribeiro também a Renata Carrelo faz doutorado na área justamente da violência doméstica e é um sonho de muitos profissionais esse concurso, para que essas pessoas que se especializam tanto ter condições de desenvolver um bom trabalho já que elas estudam com essa finalidade.

Eu acho que, como a senhora disse, nós só temos a ganhar se isso acontecer, com a Doutora Maria Mazarelo também falou da necessidade de ter equipes específicas nas varas, eu concordo, compartilho desse mesmo pensamento, acho que o resultado para a comunidade é fantástico.

Mas não tenho que ficar dando opinião é só porque não resisto mesmo.

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

Passamos para a palestrante três, que tem como sub-tema: **"O Funcionamento da Rede de Proteção de Cuiabá"**

A Dra. JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO, Delegada Titular da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá/MT; DEDM/PJC/MT; Cuiabana, graduada pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), atuou na Advocacia durante 5 (cinco) anos; É Especialista em Gestão de Segurança Pública, pela UFMT, possui MBA em Planejamento Tributário e pós-graduada em Direito Penal e Processo Penal, Processo Civil e Processo do Trabalho;

Possui aperfeiçoamentos nas áreas de Medidas Cautelares, Inteligência de Segurança Pública, Liderança e Gerenciamento, Psicologia da Violência, Violência contra à mulher e Grupos Vulneráveis;

Há 19 (dezenove) anos é Delegada de Polícia atuante na área da violência doméstica quando implantou o Núcleo de Atendimento à Mulher no CISC-Coxipó permanecendo até 2009 e passou a integrar a equipe da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá. Desde 2014 ocupa a função de Titular da unidade;

É membro titular de Conselho, Câmaras e Comitê: do Conselho Estadual e Municipal dos Direitos da Mulher, da Câmara Temática de Violência contra à Mulher da ALMT de MT, Presidente da Câmara Temática de Defesa da Mulher da Secretaria de Segurança Pública do Estado e é líder do Comitê de Combate a Violência do Grupo Mulheres do Brasil, Núcleo Cuiabá;

Atua ainda, como expositora e multiplicadora de conhecimentos sobre violência contra a mulher.

Para tratar do sub-tema: "O Funcionamento da Rede de Proteção de Cuiabá",

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

A Dra. Jozirlethe teve um problema técnico.

Enquanto isso, vou ler algumas perguntas, não são específicas, que vieram no chat do teams. O Doutor Renato José de Almeida comentou sobre as cartilhas:

"*Talvez, pensar em cartilhas e material com Design Thinking.* ***Design Thinking*** *é uma metodologia de desenvolvimento de produtos e serviços focados nas necessidades, desejos e limitações dos usuários. O grande objetivo do* ***Design Thinking*** *é converter dificuldades e limitações em benefícios para o cliente".*

Na reunião da CEMULHER conversamos um pouco a respeito das cartilhas que envolvem essa questão da violência doméstica inclusive para mandar para as escolas e como esse período de pandemia não contribui, pensamos em fazer as cartilhas digitais, porque até pensamos posteriormente, imagina uma criança chegar em casa com uma cartilha dessa e o agressor vir. A situação realmente é muito delicada.

A colocação do Doutor Renato, penso que é muito profícua e é uma ideia a ser desenvolvida e de repente o que se pode fazer, tentar desenvolver isso na CEMULHER, Desembargadora Maria Aparecida, acho que a gente consegue fazer um bom trabalho, eu imagino, podemos tentar.

Tem mais um comentário de Valdete Luiza Ascare Salvalagem Martins, é um comentário não é uma pergunta: *"Com certeza acontece isso mesmo há dificuldade no trabalho..."* Ela está dizendo do profissional credenciado. "*Há dificuldade no trabalho quando o profissional é credenciado, na comarca onde ela trabalha, ela não menciona qual é, ela é efetiva e a psicóloga é credenciada, temos um projeto de trabalhar com os agressores de violência doméstica e devido a rotatividade do profissional não conseguimos efetivá-la ainda".*

É o que estávamos dizendo, terá que ser um trabalho em desenvolvimento. Desenvolver a ideia de conseguir essa equipe para as varas.

SENHORA DOUTORA JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO (DELEGADA TITULAR DA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE DEFESA DA MULHER DE CUIABÁ/MT)

Boa tarde a todos e a todas!

É uma alegria estar com vocês nesta audiência pública, quero inicialmente parabenizar ao Tribunal de Justiça na pessoa da nossa presidente, temos muito orgulho de tê-la como presidente do Tribunal de Justiça, Desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas.

Aproveito também para agradecer o convite da Doutora Christiane Costa Marques, que preside essa audiência pública, nos convidou para estar com vocês.

Eu não posso deixar de cumprimentar e homenagear a Doutora Maria Erotides, essa desembargadora que realmente é uma mãe para todas nós que trabalhamos aqui em Cuiabá, Mato Grosso, e enfrentamos a violência doméstica aqui há alguns anos, a Doutora Maria Erotides acho que era a pessoa indicada para estar aqui agora falando sobre o funcionamento da rede, ela está fazendo sinalzinho ali com a mão, mas era sim.

E eu disse isso para a Doutora Christiane no início, falei quem sabe tudo sobre a Rede Mato Grosso é a Desembargadora Maria Erotides, mas irei me atrever a fazer algumas considerações sobre esse trabalho, pela experiência que nós temos adquirido junto à Desembargadora, junto à Câmara Temática da Assembleia Legislativa, a Câmara Técnica de Segurança Pública e também como o nosso trabalho da Delegacia da Mulher.

Compartilho com vocês e espero que dê certo a minha apresentação. É um resumo para que possamos iniciar nossos debates.

Vamos falar um pouquinho sobre essa rede de enfrentamento à violência contra a mulher em Cuiabá e como a nossa colega Jaqueline já explicou, ela deu aqui um conceito de Rede, então eu não vou me prolongar muito nessa questão do conceito, só gostaria de acrescentar mais um conceito que é esse de Francisco Whitacker, que diz que: *"a rede é uma malha de múltiplos fios que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais, não há um chefe, o que há é uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo."*

Com essas considerações, sobre o conceito do que vem ser a rede, nós precisamos caminhar, precisarmos atuar e agora falando de uma forma geral, atuar de uma forma articulada, tanto os serviços de governo quanto das organizações e grupos de sociedade civil para que possamos nesse engajamento trabalhar uma melhoria na qualidade dos atendimentos em relação à violência contra a mulher.

Temos em seguida outro slide onde detectamos quais seriam essas instituições imprescindíveis, quando falamos de Rede, então quando falamos em Rede de enfrentamento a violência precisamos destacar que é necessário, no mínimo, a presença da Polícia Militar, da Delegacia de Polícia, seja ela a delegacia especializada da mulher ou a própria delegacia daquele município ou daquela região.

O IML, o Ministério Público, defensoria, poder judiciário, casas abrigos, centro de referencia, serviço de saúde e conselhos tutelares, aqui ao lado vocês percebam ali no *slide* que nós temos um fluxo onde vocês percebem que a Rede é composta então pela assistência social do município, que vem como centros de referência, casas abrigos, segurança pública nesse conceito ou de outras delegacias não especializadas.

Temos também a saúde e mais abaixo o sistema, a justiça.

Aqui ao meio temos aqueles organismos de políticas que auxiliam a mulher nesse primeiro atendimento também como porta de entrada, que seria o que o disk 180, os centros de referência que a mulher também pode buscar.

Trouxe para vocês o nosso modelo de fluxo de rede a partir da Delegacia da Mulher, então como vocês percebem aqui a delegacia da mulher, dentro desse fluxo de rede, ela é responsável por fazer os encaminhamentos a esses serviços de atendimento.

Então hoje, por exemplo, se tivermos um estupro, uma violência sexual, nós vamos encaminhar essa vítima para um serviço de saúde, para o hospital Júlio Miller, para o IML, nós encaminhamos essa vítima assim que ela faz o atendimento na delegacia, a um CREAS, se ela necessitar da casa de amparo, fazemos esse encaminhamento às casas abrigos.

Hoje nós não temos um centro de referência específico em Cuiabá, o que nós temos é o espaço da mulher que é hoje organizado, coordenado pela Secretaria da Mulher, então nós estamos fazendo o encaminhamento também para o espaço da mulher, principalmente aquelas que necessitam de atendimento pós-denúncia, em relação a sua saúde mental, inclusive, uma psicóloga para fazer esse acompanhamento e os demais serviços, hospitais e tal.

A partir desse fluxo da Delegacia da Mulher vocês percebem todo esse serviço funcionando da rede, então vocês veem que temos o Ministério Público, temos as varas com o poder judiciário onde as medidas protetivas são encaminhadas, temos inclusive até um monitoramento dessa ocorrência na nossa base de dados para que possamos ao final de tudo trabalhar políticas de prevenção e enfrentamento à violência.

Isso é só um exemplo do fluxo de rede.

Vamos falar conforme a Desembargadora Maria Erotides explicou para nós, em 21 de agosto de 2019, o CEMULHER, na época a desembargadora estava à frente do CEMULHER e ela, se vocês não sabem a desembargadora pessoalmente andou

nesse estado trabalhando, articulando essa questão de rede de implementação e no dia 21 de agosto deu-se essa assinatura do protocolo de intenções da Rede aqui em Mato Grosso.

Foram colhidas as assinaturas de todos os representantes ligados aos órgãos e entidades que poderiam se constituírem como representantes em cada município.

Ou seja, tivemos a participação do governador, do secretário de segurança, de todos os outros secretários e o Tribunal de Justiça então sediou essa questão da assinatura do protocolo de intenções para que cada um dos municípios em Mato Grosso pudesse então instalar ou trabalhar na implementação dessas redes em torno dos municípios de Mato Grosso.

A partir de então tivemos, logo no mês seguinte, em 6 de setembro de 2019, a assinatura do termo de cooperação para implementação de Rede de Enfrentamento a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em Cuiabá.

Esse termo de cooperação foi assinado com todos os órgãos componentes de Cuiabá para uma validade de 24 (vinte e quatro) meses, então eu chamo atenção que agora em 2021, estaremos entrando no prazo já de validade.

Qual o objeto então desse termo assinado? O primeiro inseria o de implementar o protocolo de intenções, que foi exatamente firmado ali em agosto. Também o de fortalecimento em relação à implantação da Lei 11.340/06. Outro objeto era o da prevenção, de combate, enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, principalmente no nosso município, a redução dos índices de violência contra as mulheres também, a garantia, proteção, os direitos das mulheres e a promoção de uma mudança cultural, a partir da disseminação de atitudes igualitárias, da prática de valores éticos e de respeito às diversidades de gênero.

Esses são os objetivos que foram delineados à época da assinatura do nosso protocolo de Rede em Cuiabá.

Aqui temos as instituições participantes, o CEMULHER, representando o próprio TJ, no município de Cuiabá tivemos a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, a Secretaria Municipal de Saúde, de Educação, a Casa de Amparo, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e a Câmara Municipal de Cuiabá.

A nível de estado tivemos a Delegacia da Mulher pela Polícia Judiciária Civil, o Ministério Público, a Defensoria Pública também, Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar, a Comissão dos Direitos da Mulher da OAB-MT, também tivemos

de Cuiabá a União Cuiabana, da associação de moradores federação e a união de clube de mães. Também temos a participação da ABNCJ de Mato Grosso e da BPW de Cuiabá.

Nessa ocasião foram essas organizações que assinaram o protocolo que temos da Rede em Cuiabá.

Quero falar um pouquinho agora para vocês a respeito do que aconteceu em 2020. Vejam bem, assinamos esse protocolo em 2019, só voltando para vocês olharem, verificarem aqui. E quando nós começamos em 2020, já com aquela ideia de reunião, de implementar alguns serviços nesse novo formato de Rede, nós infelizmente nos deparamos com a questão da pandemia do Covid-19.

A pandemia trouxe uma diminuição nos registros de ocorrência em relação à violência doméstica enquanto que nós sabíamos e estávamos entendendo já dessa forma, que a violência dentro dos lares estava aumentando.

Então gradativamente, no decorrer dessa pandemia, tivemos o aumento dentro dos lares da violência doméstica. E isso nós pudemos verificar por meio dos dados de feminicídios no estado de Mato Grosso, que apontaram essa dificuldade da vítima a esse acesso às políticas públicas, principalmente o acesso a uma Delegacia de Polícia para que ela então pudesse estar denunciando.

Em Cuiabá temos os dados que mostram que o feminicídio aumentou justamente nesse ano de 2020. Para vocês terem uma ideia, trago esse gráfico, de janeiro a Outubro de 2018, 2019 e 2020 o comparativo. Temos ali os feminicídios, os homicídios e vocês percebam que em relação aos feminicídios, o ano de 2018 teve mais do que o ano de 2019 e o ano de 2020 o feminicídio quase que dobrou.

Então em relação aos homicídios, que são aqueles casos de morte de mulheres, mas que não se tratam de violência de gênero, os homicídios quase que permaneceram estáveis em relação aos demais anos.

Aqui nessa tabela dá para verificarem melhor aquilo que tenho dito, ou seja, percebemos que todos os outros crimes que são comuns na violência doméstica, como ameaça, lesão, injúria tiveram uma queda em relação aos anos anteriores e o feminicídio quase que dobra, vocês percebem que 35, 34, foi para 54.

Em uma outra perspectiva que nós colocamos de janeiro a dezembro, o ano todo de 2020 tivemos um acréscimo de 6% nos crimes de estupro, isso a nível de Mato Grosso e um acréscimo de 25% na importunação sexual, ou seja, um outro crime de violência sexual, enquanto que a lesão, ameaça e injúria praticado em sede de violência

doméstica vocês percebem que houve uma diminuição no número de registros em todos os casos.

Aqui nós temos um outro comparativo para vocês então terem uma ideia: estupro, 76 casos em 2019, 84 em 2020. Tratando-se dos feminicídios, nós tivemos 5 feminicídios aqui em Cuiabá, de janeiro a dezembro de 2020 e 57 no interior do estado, para vocês terem uma ideia, acredito que foi a Doutora Ana Graziela que pontou em um dos comentários acerca dessa questão do feminicídio, que nós não tínhamos feminicídios em Cuiabá, no decorrer de quase dois anos nós ficamos assim e com a pandemia nós tivemos esse número de cinco, o que para nós realmente foi considerado um número muito grande.

Tratando-se desses aspectos aqui considerados, o que nós como rede acabamos tratando? Tratamos de enfrentar essa questão da diminuição do número de feminicídios, então os órgãos continuaram trabalhando arduamente nessa questão a nível de porta de entrada de Delegacia da Mulher que podemos considerar que nós articulamos e procuramos articular com a Secretaria da Mulher do próprio município de Cuiabá para que pudéssemos fazer inclusive um monitoramento dessas mulheres que são vítimas e que procuram a delegacia para fazer o descumprimento da medida protetiva.

Nós estamos hoje, inclusive, com uma operação para que possamos estar monitorando esses atendimentos em relação às mulheres que possuem a medida protetiva e que procuram a delegacia pela segunda vez.

Nós temos hoje também funcionando em Cuiabá, a câmara temática da secretaria de segurança pública. Essa câmara temática compreende praticamente todos os órgãos da rede, então reúne ali conosco na secretaria de segurança todos os representantes da rede, o CEMULHER, as varas de violência doméstica, o Ministério Público com a coordenação da Doutora Elizamara, temos também a presença da Defensoria Pública, a presença do conselho estadual, do próprio conselho municipal, da casa de amparo, também participa conosco os entes do município.

Hoje a secretaria procura congregar todos esses entes da rede para justamente buscar articular as ações visando essa diminuição principalmente do índice de feminicídio aqui em Cuiabá.

A Câmara temática também é um outro organismo de articulação também que compreende o papel de estar trabalhando a questão de projetos de lei estudos de gênero nessa temática para que possamos subsidiar os nossos representantes na assembleia legislativa, municiar os nossos representantes para que eles possam estar apresentando

projetos de lei que sejam favoráveis a uma construção de uma política pública para a mulher não só dentro da nossa capital, mas dentro do nosso estado.

Temos as articulações com o conselho estadual dos direitos da mulher que também tem feito todo esse papel de levar aos municípios, aos demais conselhos municipais dentro do estado essa ideia da implementação, da constituição da Rede em cada município que tem oferecido esse suporte via conselho municipal para aqueles municípios que ainda não existe a rede implementada para que possa ser implementada a Rede.

Inclusive a própria câmara temática nós conseguimos fazer, a Desembargadora Maria Erotides com os membros da câmara temática da assembleia legislativa, fizemos algumas visitas para alguns municípios do estado justamente trazendo essa ideia da necessidade da implantação da rede em cada município.

Por fim, temos também a Secretaria da Mulher, que é um órgão agora novo dentro do nosso município, foi implementado após a criação da Rede e traz como um dos seus principais serviços o próprio espaço da mulher dentro de um hospital e esse espaço tem ajudado muito aqui em Cuiabá, no nosso trabalho de Rede porque hoje nós não temos, infelizmente, um trabalho em termos de saúde mental da mulher e o espaço da mulher criado dentro desse hospital nos facilitou o encaminhamento para que essa mulher pudesse ter oportunidade de ser acolhida por uma psicóloga na continuidade do seu atendimento, na continuidade principalmente desse apoio que ela precisa após a denúncia.

Coloco para ajudar no debate a minha tela, nós estamos com um problema aqui na sede da Polícia Civil e eu não estou conseguindo ver a minha tela, só consigo ver a minha apresentação.

Então não sei se já passei do meu tempo de apresentação, mas visando colaborar com os debates, temos alguns desafios em relação à implantação, em relação aos trabalhos da Rede em Cuiabá.

Coloquei alguns pontos como estabelecimento de um fluxo de rede e sua dinâmica, a Rede em Cuiabá ainda não estabeleceu esse fluxo, que seria necessário.

Precisamos também de um planejamento estratégico e até para que possamos então trabalhar esse monitoramento das articulações dentro da rede, então é um outro desafio.

A existência também de um banco de dados comum aos integrantes da Rede, que trabalham no combate à violência doméstica e quando falamos de banco de dados é lógico que temos que ter o cuidado em relação ao compartilhamento das

informações, observando o sigilo, mas é um desafio que criemos um banco de dados para que todos os integrantes, todos os organismos possam falar a mesma língua e saber exatamente se aquela vítima possui medida, aquela vítima já foi notificada, aquele agressor já foi notificado da medida, aquela vítima ela está com descumprimento, ela está sendo monitorada pela patrulha? Precisamos desse banco de dados para que tenhamos um melhor acompanhamento.

Outro desafio seria uma maior integração entre alguns dos seguimentos que já trabalham com o tema, no desenvolvimento de parcerias e pactos, mas que ainda não estão plenamente envolvidos nessa rede, a exemplo, hoje temos algumas secretarias que, inclusive assinaram o termo, mas que ainda estão de forma tímida dentro do seguimento de rede e, por exemplo, posso citar aqui o caso da própria saúde, que temos muita dificuldade com as mulheres vítimas de violência, onde encaminhar essas mulheres, nós atendemos, fazemos aquele primeiro atendimento, fornecemos esse suporte que seria mais técnico a nível de Polícia Civil, que seria o que, oferecer para ela medidas protetivas, oferecer para ela essa necessidade que ela tem, por exemplo, de ir para uma casa de amparo, para um hospital, ou seja, aqueles primeiros atendimentos, primeiros encaminhamentos.

Mas e o pós-denúncia, como que nós ficamos a partir do momento em que essa vítima buscou a delegacia no intuito de mudar a vida dela.

Quando fazemos maciçamente a campanha chamando atenção das mulheres para que elas quebrem o ciclo de violência, sugere-se que assim que ela entre por uma delegacia a vida dela muda. Ela quebra o ciclo de violência na esperança de que assim que ela chega em uma Delegacia de Polícia daí em diante ela terá uma nova vida.

Nós operadores do direito sabemos que a situação não é bem assim, hoje precisamos cuidar da saúde mental das nossas vítimas de violência, precisamos oferecer mecanismos, oferecer políticas públicas para que tenhamos melhor condição de atendimento às nossas vítimas, não só aos nossos agressores, mas com a questão dos grupos reflexivos, mas as nossas mulheres, as nossas vítimas que precisam retomar as suas vidas, precisam muitas vezes serem inseridas no mercado de trabalho, mas que não tem condições emocionais e mentais de sequer ter ânimo para denunciar, muito menos de procurar um curso, de procurar um trabalho.

Hoje quem tem nos ajudado muito é o espaço da mulher, mas chamamos atenção para a questão mesmo da saúde.

Por último coloquei insuficiência de investimentos governamentais e a falta de dotação orçamentária para implantação de projetos e serviços na área.

Por que se torna um desafio? Porque temos dentro da Rede vários órgãos governamentais, como o caso, por exemplo, da própria Patrulha Maria da Penha e da Delegacia da Mulher, que somos do poder executivo, precisamos de orçamento para fazermos as nossas ações.

Para a delegacia da mulher atender hoje um caso de estupro, por exemplo, para que vocês tenham ideia essa noite estávamos atendendo uma vítima de estupro, a policial que foi acompanhar essa vítima até o IML no Júlio Miller, começaram a atender a vítima no período noturno e até agora por volta de meio-dia de hoje eles estavam em função desse atendimento devido a demora nos outros órgãos para que seja feito toda a profilaxia da vítima, que ela tome as medicações necessárias, feito então todo aquele atendimento das DST's dentro do hospital, para que tudo isso seja feito a contento conforme a lei preconiza.

Existe todo um atendimento que demora, muitas vítimas até desistem de serem atendidas por conta da demora, para isso a delegacia precisa ter viatura, precisa ter efetivo, imagina, por exemplo, se tivéssemos dois estupros nessa noite, como que a delegacia iria fazer esse atendimento? Nós precisamos sempre contar com efetivo, com estrutura, com toda essa logística para que tenhamos um bom funcionamento dos nossos serviços.

Mas infelizmente não temos os investimentos, hoje temos dentro da secretaria de segurança, conseguimos colocar dentro do nosso TPA a ação, o orçamento apenas abrimos uma ação, violência contra a mulher, mas com orçamento zero, não temos!

Temos que buscar através de emendas parlamentares, apresentamos os projetos, procuramos, buscamos o nosso diretor-geral, delegado Doutor Mário, que vai até Brasília para estar buscando esses mecanismos que possam trazer essa verba, esse investimento.

Esse é um grande desafio para nós, na questão de rede que é trabalhar com a insuficiência de dotação orçamentária.

Coloquei aqui para poder também estimular um pouquinho o debate de todos, para nossa reflexão e termino a minha apresentação com essa frase, que gosto muito de Gandhi que diz: *"A não violência absoluta é a ausência absoluta de danos*

provocados a todo o ser vivo. A não violência na sua forma ativa é uma boa disposição para tudo o que vive, é o amor na sua perfeição."

Quero deixar para reflexão essa frase de Gandhi enquanto aguardo se houver alguma pergunta, algo que possa esclarecer a vocês e tentarei voltar para nossa tela principal para poder contribuir com vocês.

Muito obrigada.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Obrigada. Quero agradecer à senhora, essa troca de ideias, esse debate, essas sugestões que precisamos e para trabalharmos todos juntos para alcançarmos um melhor atendimento dessas vítimas.

SENHORA DOUTORA JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO (DELEGADA TITULAR DA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE DEFESA DA MULHER DE CUIABÁ/MT)

Estamos com esses probleminhas na transmissão, não sei se vocês estão me vendo na tela, estamos aqui, mas se porventura alguém não conseguir ver ou se, de repente, perdermos o vídeo, o nosso áudio está funcionando perfeitamente e posso estar contribuindo.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Já temos a pergunta do Doutor Cássio que ele já tinha feito e a Doutora Jaqueline achou melhor passar para a senhora, se for possível.

Irei reler a pergunta: "*Cássio Leite: Sou juiz da 1ª Vara de Nova Mutum e SEJUSC, faço audiência de algumas medidas protetivas para as partes resolverem questões cíveis, somente em crimes menores, poderia a Polícia Civil constar no formulário a opção para a vítima participar de uma audiência, colocar no formulário padrão?".*

EXMO. SR. DR. CASSIO LEITE DE BARROS NETTO (JUIZ DA 1ª VARA DE NOVA MUTUM):

Seria para a vítima optar por poder fazer uma audiência no SEJUSC, principalmente por xingamentos ou situações menos tensas, porque muitas vezes é só um esgotamento do relacionamento, a medida protetiva e sabemos que muitas das vezes é uma coisa séria e outras vezes é uma questão até financeira, uma casa, um carro ou alguma coisa assim que pode encerrar o conflito.

Se a Polícia Civil poderia colocar no formulário padrão essa opção, acho que ajudaria bastante, pois estamos tendo bastante êxito em Nova Mutum com essas audiências.

SENHORA DOUTORA JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO (DELEGADA TITULAR DA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE DEFESA DA MULHER DE CUIABÁ/MT)

Posso responder?

Boa tarde, doutor, agradecemos pela sugestão.

Acredito que não teremos nenhum problema. Só gostaria de já poder solicitar se o senhor pudesse encaminhar formalmente para a diretoria da Polícia Civil para que isso se tornasse uma padronização no Estado, porque no nosso atendimento hoje temos uma normativa de padronização do atendimento à mulher e essa medida protetiva que o senhor recebe no Município, é a mesma, é o mesmo formulário que aplicamos em qualquer delegacia e para que conste nesse formulário de todas as delegacias no Estado de Mato Grosso, nas quais onde essa vítima entrar para pedir uma medida protetiva conste o mesmo formulário.

Se o senhor puder fazer essa provocação, encaminhando-nos esse pedido para que a nossa diretoria adjunta faça constar em todos os formulários, porque mudaria a nossa normatização interna para fazer constar esse detalhe dentro da medida protetiva.

Aqui em Cuiabá temos um modelo de termo de declaração no qual já adicionamos algumas dessas questões como, por exemplo, quando a vítima precisa de uma

ajuda da patrulha e fazemos constar no termo de declaração dela a pergunta: "Você deseja o atendimento da Patrulha Maria da Penha?".

Já fazemos constar, por exemplo, a questão também da própria vítima quando ela deseja uma indenização pelos danos decorrentes da violência doméstica e também já temos essa pergunta no próprio termo de declaração, para que quando o juiz receba o pedido da medida protetiva, já esteja ali a resposta dessa vítima para essas questões.

Acho que seria de bom alvitre ou colocarmos dentro do próprio termo de declaração da vítima, fazendo constar essa pergunta ou na própria medida protetiva abriremos um campo específico para poder então fazer esse adendo, mas não temos problema nenhum em acrescentar.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Doutora, temos mais algumas perguntas: "*As redes de proteção atendem apenas às vítimas ou também os filhos menores de idade ou ainda o agressor"?*

SENHORA DOUTORA JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO (DELEGADA TITULAR DA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE DEFESA DA MULHER DE CUIABÁ/MT)

Como a Jaqueline já pontuou, a rede é feita, inicialmente é o atendimento à vítima, temos a rede de enfrentamento e a rede de atendimento, nós não pontuamos aqui essa questão da diferenciação entre o que é uma rede de atendimento e o que é uma rede de enfrentamento, mas estamos falando aqui da rede de enfrentamento, que são aqueles órgãos que primeiro fazem esse enfrentamento à violência, ou seja, esse atendimento à mulher.

Mas, dentro da rede de atendimento, que é aquele ciclo maior, essa rede é composta sim de outros organismos que fazem esse atendimento, esse acolhimento tanto à mulher quanto à criança, ou seja, à família e esse agressor.

O exemplo citado aqui pela Jaqueline, inclusive, foi o grupo reflexivo de homens dentro da rede de Várzea Grande.

Hoje temos aqui um trabalho com o Doutor Jamil na Vara de Violência Doméstica de Cuiabá que é realizado com os homens agressores e essa rede pode e deve trabalhar dentro de todo enfrentamento das questões da mulher, dessa criança, desse agressor e da família.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Obrigada, doutora.

A Tenente Coronel Emirela tem uma pergunta, por favor, fique à vontade.

EXMA. SRA. CEL. EMIRELA PERPÉTUA SOUZA MARTINS (COORDENADORA DA PATRULHA MARIA DA PENHA):

Primeiro quero dar parabéns à doutora pela exclamação, como sempre muito salutar tudo que ela falou, bem esclarecedor, mas tem algo que ainda para mim é uma dúvida.

Com relação à atuação da rede de atendimento e a rede de proteção, se existe um padrão, uma forma de atuação.

Passarei uma situação de exemplo próprio do que a patrulha Maria da Penha passou.

Em um determinado Município tinha a intenção dessa rede receber primeiro os casos em que seriam necessários os atendimentos pela patrulha Maria da Penha para que então essa rede encaminhasse para a patrulha, ou seja, criar mais um caminho, em vez de passar direto do Poder Judiciário para a patrulha, que é um dos objetivos da rede, dar celeridade ao atendimento.

Existe alguma coisa previamente definida, como que essa rede deve funcionar na prática? Até mesmo para, de repente, termos uma base para que seja realizado em todos os Municípios, alguma coisa nesse sentido.

SENHORA DOUTORA JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO (DELEGADA TITULAR DA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE DEFESA DA MULHER DE CUIABÁ/MT)

Oi Emirela, obrigada pela contribuição e por colocar essa questão.

Antes de responder gostaria de enfatizar, a Desembargadora Maria Erotides Kneip já disse aqui, que temos uma rede que funciona muito bem, inclusive, é referência não só aqui em Mato Grosso, mas no Brasil que é a rede de Barra do Garças.

Se nós, por exemplo, pegarmos a rede de Barra do Garças e a rede de Várzea Grande perceberemos que elas atuam de maneira diferente.

O fluxo da rede de Barra do Garças não é o mesmo fluxo da rede de Várzea Grande. O que determina esse fluxo são os órgãos que você tem dentro de determinada área. Por exemplo, o Município de Cuiabá tem diversas organizações civis que podem estar participando conosco, temos todos os segmentos que atendem a violência contra a mulher, por exemplo, hoje a Defensoria Pública tem um núcleo de atendimento à mulher que não existe nos outros Municípios do Estado.

O fluxo é particular dentro da sua realidade e de cada Município, por isso disse no desafio que precisamos construir o nosso fluxo de rede aqui em Cuiabá, dentro das nossas particularidades e dentro daquilo que temos de serviço aqui.

Quanto ao âmbito geral o que quero dizer para vocês é que quando estudamos sobre rede de enfrentamento precisamos entender que a rede é algo, como coloquei o conceito no início, que é essa construção que todos podem ser porta de entrada, não podemos pensar em rede apenas como algo hierarquizado. Não entra apenas pela delegacia ou pela Polícia Militar na rede, coloquei no nosso exemplo de fluxo da delegacia dentro da rede, mas na rede em si, todos os organismos são porta de entrada e devemos construir um fluxo de forma tal que em qualquer porta de entrada seja essa vítima procurando o hospital, seja essa vítima entrando pelo CREAS ou buscando no Ministério Público, ela possa caminhar na rede e conseguir todos os atendimentos dela.

Não sei se consegui explicar, mas não existe resumidamente uma organização ou não existe apenas um tipo de fluxo para que seja colocado em todos os Municípios, pois cada Município vai construir o seu fluxo de rede.

EXMA. SRA. DESA. MARIA EROTIDES KNEIP (VICE-PRESIDENTE DO COMITÊ SOBRE A EQUIDADE DE GÊNERO ENTRE HOMENS E MULHERES DO PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO):

Tudo que sonhamos é ver exatamente essas pessoas que conduzem as sentadas discutindo.

E a minha proposição é justamente essa: o Desembargador José Zuquim Nogueira e a Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro poderiam fazer um encontro de redes em Cuiabá?

Quem sabe começamos a alinhar os protocolos e o desenvolvimento e assim uma instituição em vez de ajudar não atrapalha a outra, quem sabe a partir desse encontro de rede consigamos criar mesmo um protocolo de atuação que não atrapalhe uma instituição.

Vamos pensar nisso? Ajudo em tudo que puder.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA (CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TJMT):

Desembargadora Maria Erotides Kneip, estou maravilhado com tudo.

Confesso que não podia imaginar a dimensão do trabalho de todos vocês, principalmente de Vossa Excelência.

Tenho muito orgulho de tê-la como colega nesse Tribunal de Justiça e hoje estou tendo a oportunidade de conhecer pessoas maravilhosas que estão atuando nessa área de forma incontestável.

Vossa Excelência conte com a Corregedoria, conte com o meu apoio e o apoio também da Presidente Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, estou até adiantando falando em nome dela, mas vamos sim rapidamente fazer esse encontro para que eu possa, inclusive, demonstrar meu interesse em participar de mais atividades.

EXCELENTÍSSIMA SENHOR DESEMBARGADORA MARIA APARECIDA RIBEIRO (PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO):

Já vamos providenciar esse encontro semana que vem. Vamos já marcar a data para que a gente possa, inclusive, estabelecer a diferença que há entre Barra do Garças e precisamos estabelecer pelo menos alguma coisa que seja comum dentro da rede, protocolos que sejam comuns.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA (CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TJMT):

Vamos sim Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, estou pronto.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Eu da mesma forma, à disposição.

Quero registrar que ainda estão presentes na sala e gostaria se elas, porventura tiverem desejo de fazer uso da palavra, me parece, salve engano, não vejo ninguém com a mão levantada.

A Doutora Elizamara e a Doutora Laís são promotoras de justiça e a Doutora Rosana Leite, que é defensora pública, se porventura alguém tiver desejo de fazer uso da palavra, por favor, fiquem à vontade.

SENHORA ANA EMÍLIA IPONEMA BRASIL SOTERO (ADVOGADA MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DA CARREIRA JURÍDICA):

Coisa boa ver Christiane, Doutora Mazarelo que saudade, meu compadre José Zuquim Nogueira parabéns pela iniciativa, também à desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, Desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas e a Desembargadora Maria Erotides Kneip, que maravilha de audiência pública.

Gostaria de contribuir um pouco com a Tenente Coronel Emirela, que tem um excelente trabalho com a equipe da Maria da Penha, com a Tenente Denise e os demais militares, com a minha amiga Doutora Jozirlethe que é fantástica e arrasou.

Gostaria de contribuir na questão da rede, porque tive a honra e a felicidade de estar junto com a Desembargadora Maria Erotides Kneip na execução, na formulação dos termos, tanto o protocolo de intenção como o termo de cooperação técnica, nos quais pude auxiliá-la e é um orgulho enorme, é uma referência para mim e queria contribuir um pouco na questão da patrulha Maria da Penha, que também tive a honra de participar quando a Coronel Nádia, gaúcha, minha conterrânea, que a patrulha Maria da Penha iniciou no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, pela Brigada Militar e tive a honra também de ter tido um tio que é uma referência na brigada militar do Rio Grande do Sul, já falecido, mas que é uma pessoa muito reverenciada na brigada militar.

É de fundamental importância a Patrulha Maria da Penha, mas é de também extrema importância que ela esteja integrada na rede, aonde ela for e já tenho falado isso, porque a patrulha Maria da Penha não é só importante na questão da prevenção, quando vai até a casa de uma mulher que tem a medida protetiva, em que é feito todo aquele acompanhamento, mas também é muito importante quando ela se depara com aquela família, com aquela mulher em vulnerabilidade, quando aquela mulher precisa de serviços como da assistência social e da saúde e isso só quem pode executar e oferecer para essa mulher é o executivo municipal.

É fundamental que aonde estivermos, na patrulha Maria da Penha também haja a criação da rede de enfrentamento à Violência Doméstica Familiar naquele Município ou como surgiu durante uma das falas de hoje, sobre a questão de Municípios próximos fazerem um "consórcio" para ter a patrulha Maria da Penha e de repente, quem sabe, ter uma rede em conjunto.

Poderíamos pensar nisso, uma vez que a coordenação da rede está sob o CEMULHER, onde a nossa vice-presidente, Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro é a coordenadora.

Só queria enfatizar a importância da criação da rede aonde tiver a patrulha Maria da Penha. Era essa contribuição que queria deixar e dizer que estou maravilhada com tudo que aprendi hoje à tarde, tudo que ouvi e muito feliz de ver as pessoas que me são caras, mesmo de longe, mas de ver mais uma vez.

Muito obrigada, mais uma vez parabéns à nova direção do Tribunal de Justiça do Mato Grosso pela iniciativa e pela sensibilidade da questão da violência contra à mulher.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Obrigada, Ana querida.

SENHORA DOUTORA JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO (DELEGADA TITULAR DA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE DEFESA DA MULHER DE CUIABÁ/MT)

Acerca do comentário da minha amiga Ana Emília, primeiro tenho que dizer que fico morrendo de saudade, quero que ela tome a vacina logo para poder vê-la presencialmente, mas acredito que ela fez essa pontuação e talvez a Coronel Emirela possa até explicar melhor, porque realmente o que temos é que na rede quando você faz o atendimento à mulher na delegacia e ela aguarda o deferimento daquela medida protetiva, naquele espaço de tempo, a patrulha ainda aguarda a notificação do agressor para poder fazer esse acompanhamento e monitoramento para essa vítima.

A partir do momento em que se busca fazer a primeira visita para aquela vítima, pode encontrar diversas situações, pode encontrar uma vítima fragilizada emocionalmente como eu disse, querendo já desistir da medida, querendo voltar com esse agressor, porque de repente percebe que a situação financeira está pior.

Você pode encontrar uma vítima que já tem resquícios de problemas mentais decorrentes dessa violência, que está com problema, inclusive, de ordem mental mesmo, que precisa de um encaminhamento.

Esses dias fomos com a patrulha fazer uma visita e uma dessas vítimas nos disse: "Não tenho mais como me alimentar", isso é normal. Aliás, normal não é, mas digo que é comum a patrulha encontrar, infelizmente.

E o que a patrulha faz em um momento desse, que ela está ali diante de uma necessidade que ultrapassa as funções e atribuições da Polícia Militar?

Acredito que essa seria a pontuação que foi colocada aqui pela Emirela e pela Ana Emília.

E por que fala-se sobre a questão de ter a rede? Porque quando há uma rede articulada, que trabalha, que está ali junto é muito fácil que a patrulha chegue e saiba para onde direcionar.

Se o caso é de atendimento na saúde, se é de atendimento pela assistência, se a pessoa está precisando de um curso, de um encaminhamento para a área profissional ou está ocorrendo o descumprimento da medida.

A patrulha precisa muito desse fluxo, porque é a que fica na ponta monitorando o cumprimento dessas medidas e muitas vezes se depara com situações que não tem aonde encaminhar.

E mais uma vez eu digo: precisamos proteger essa vítima nessa roda crítica, precisamos protegê-la enquanto dura esse processo penal, que precisa chegar ao final desse processo com a certeza de que o sistema de justiça funciona do início ao fim.

É esse que seria talvez o ponto crucial, onde exista patrulha tenha a rede funcionando para que possam direcionar o serviço.

EXMA. SRA. CEL. EMIRELA PERPÉTUA SOUZA MARTINS (COORDENADORA DA PATRULHA MARIA DA PENHA):

Como fiz a apresentação na minha fala, reforçando, inclusive, o que a doutora acabou de falar, é exatamente dessa forma que acontece.

Sempre ressalto que a efetividade do serviço que alcançamos não é atribuição só da polícia, não é resultado só da atuação da Polícia Militar, é um resultado de toda a rede, por mais que em Cuiabá não tenha algo assim estabelecido, mas na prática essa rede funciona, até mesmo porque temos a câmara temática que atua tentando, inclusive, dar soluções a situações que deveriam estar sendo desenvolvidas pela rede.

E nos Municípios quando é ativada uma nova patrulha Maria da Penha, antes dessa ativação é feita toda uma conversa com todas as instituições que devem compor essa rede, instituições que devem compor essa rede, as instituições municipais e estaduais que existem na cidade justamente para já começar a fazer essa construção e, na verdade, na prática, esse bom relacionamento e essa articulação entre as instituições nos Municípios, na verdade, já existem, muitas vezes é até provocada pela própria Polícia Militar, por conta dessa necessidade, justamente porque a Polícia Militar e a Patrulha Maria da Penha realmente se deparam com diversas situações que fogem da nossa competência e não assumimos isso, encaminhamos para as instituições que são competentes para atuar.

Algo comum, a questão realmente de aumentar algo comum que a patrulha se depara na situação de apoio psicológico.

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Nós sabemos da necessidade realmente, inclusive, conversamos com a Doutora Maria Mazarelo no começo do ano, que tentou manter contato com a câmara de dirigentes lojistas, salvo engano, com o SINE para ver se conseguia trabalho, inclusive, para as vítimas de violência, porque sabemos que não está fácil para ninguém, mas para a vítima de violência que, às vezes tem que sair de casa ou que o homem sai de casa e ela fica sem condição, é muito complicado, pois não tem recurso para nada, às vezes nem para se alimentar.

E realmente precisamos pensar em desenvolver algum modo de fazer as coisas funcionarem de melhor forma.

Não sei se é uma pergunta ou se é um comentário, da senhora Edna Oliveira, que enviou pelo Tins: *"Sou assistente social, trabalho na Secretaria Municipal de Saúde em Rondonópolis, com o programa de violência. Aqui nós ofertamos o serviço de saúde com uma assistente social e duas psicólogas. Infelizmente, há fila de espera, pois não temos equipe suficiente, nós ofertamos atendimento e em caso de violência sexual temos uma médica ginecologista que acompanha a vítima. Esse atendimento ambulatorial psicossocial pode durar até seis meses. Também temos uma parceria com a Polícia Militar que, quando a mulher registrar um boletim de ocorrência, a equipe da DEM - Delegacia Especializada da Mulher pergunta se ela quer receber a visita da equipe da patrulha Maria da Penha e nessa visita a assistente social e psicóloga da saúde acompanham e também uma policial civil".*

SENHORA DOUTORA JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO (DELEGADA TITULAR DA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE DEFESA DA MULHER DE CUIABÁ/MT)

Realmente, ela não me fez uma pergunta, ela contou.

Na realidade, já tinha conhecimento desse trabalho em Rondonópolis e até parece que comentei com algumas amigas da rede, em que eles fazem uma visita domiciliar, que na realidade congrega tanto pessoas da patrulha quanto da delegacia e do próprio Município.

É o conjunto de pessoas que é o que fazemos aqui quando realizamos as operações. Nesse mês de março, a Delegacia da Mulher fez esse tipo de trabalho, são operações que fazemos dentro de uma particularidade. Não é assim que funciona o trabalho de patrulha Maria da Penha, é bom se frisar isso. Lá em Rondonópolis isso já vem acontecendo há muito tempo, porque temos que considerar quantas mulheres são atendidas, qual é a demanda e talvez para a realidade daquele Município a situação de elas fazerem em conjunto coopere e se transforme em algo mais adequado.

Dentro da nossa realidade, por exemplo, na capital, temos números excessivos, para vocês terem uma ideia, só agora entre janeiro e março já instauramos na Delegacia da Mulher quase mil e cem inquéritos, passamos agora de mil e já estamos na casa dos mil e cem, são todas mulheres, estamos falando de mulheres.

Temos mil mulheres que já estão com procedimentos, desses mil casos que instauramos, cerca de 900 já encaminhamos concluídos para o Judiciário.

Quando ouvi aqui alguma coisa sobre o atraso da Delegacia da Mulher de Cuiabá, acho que é o contrário, temos trabalhado muito para que não haja atraso, para que consigamos realmente dar essa efetividade.

Estamos falando de 900 mulheres para a patrulha, por exemplo, tomar conta. Imagina termos esse perfil de atendimento em que vai todo mundo, é uma situação muito difícil, mas se dentro de Rondonópolis essa situação, de repente, de ter uma demanda menor, resulta com que consigam atender, acho que deveria, logicamente, continuar fazendo o trabalho, porém, o serviço de patrulha realmente é feito pela patrulha e a função de monitoramento das medidas protetivas e do cumprimento é função da patrulha Maria da Penha.

EXMA. SRA. DESA. MARIA EROTIDES KNEIP (VICE-PRESIDENTE DO COMITÊ SOBRE A EQUIDADE DE GÊNERO ENTRE HOMENS E MULHERES DO PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO):

Esse número que a doutora nos passou agora de mil e cem inquéritos instaurados, veja que ainda não fechamos o primeiro quadrimestre do ano e queria passar para mostrar a importância dessa audiência pública.

A Ministra Damares Alves participou de uma palestra na Fatec, no Senai, no dia 8, não sei se tiveram oportunidade de assistir e ela me passou um dado que vi como estarrecedor.

O ramal 180 que recebe as denúncias de violência contra a mulher recebeu em 2020, 3 milhões e 500 mil chamadas. Isso foi um dado passado pela Ministra, que ainda não divulgou, mas ainda vai divulgar oficialmente esses dados e agora ficamos sabendo que já foram instaurados em Cuiabá mil e cem inquéritos pela Delegacia Especializada de Violência Contra a Mulher.

Vejam a importância de uma audiência pública desse jaez.

Mais uma vez, parabéns ao Tribunal de Justiça, parabéns à diretoria deste Tribunal.

EXMA. SRA. DRA. MARIA MAZARELO FARIAS PINTO (JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA VARA ESPECIALIZADA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS)

Por gentileza, gostaria de registrar e elogiar a atuação do Tenente Coronel Cândido, Comandante do 5º Batalhão de Polícia Militar de Rondonópolis, que é muito atuante na patrulha Maria da Penha.

Atuamos, inclusive, conjuntamente quando têm ações, entregando a ele medidas protetivas que ainda não foram cumpridas, mandados de prisão que ainda estão abertos e existe em Rondonópolis sim a atuação do Município na rede que independe da atuação da Polícia Militar através do Tenente Coronel Cândido.

Temos patrulha da mulher em Rondonópolis há muito tempo, era esse o registro, Excelência, Desembargador José Zuquim Nogueira, Doutora Christiane e a nossa querida Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, não só quase que nascida de novo das terras de Rondon e Desembargadora Maria Erotides Kneip, que é, como já disse aqui, a mãe de todas nós.

Muito obrigada.

VIII. ENCERRAMENTO

EXMA. SRA. DRA. CHRISTIANE DA COSTA MARQUES NEVES (JUÍZA-AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DO TJMT):

Penso que poderíamos partir para o encerramento, se as palestrantes porventura tiverem alguma consideração ainda para fazer, algum ponto que considere importante destacar esse é o momento. Fiquem à vontade, por favor.

Agradeço muito mais uma vez a presença de todos, agradeço muito a equipe da Corregedoria do Tribunal de Justiça, da Presidência, da Vice-Presidência, da CEMULHER, todos que se envolveram nesse trabalho, a coordenadoria militar, as palestrantes, a Diretora Geral e não devemos mesmo começar a nominar senão falhamos com as pessoas e não é o meu desejo.

Todos foram muito atenciosos, penso que todos fizeram esforços para um trabalho a contento. Desejo que tenha sido uma tarde profícua, acredito que saímos com muitas ideias boas, com iniciativas, com bastante trabalho pela frente.

Agradeço a oportunidade e dou a palavra para a Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro se ela quiser fazer as considerações para depois o Desembargador José Zuquim Nogueira fazer o encerramento, se assim o desejar.

Muito obrigada a todos.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA MARIA APARECIDA RIBEIRO (VICE-PRESIDENTE DO TJMT E COORDENADORA DA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR – CEMULHER):

Cumprimento o Desembargador José Zuquim Nogueira e a Doutora Christiane da Costa Marques Neves pela condução dos trabalhos, sei que não é muito fácil.

Eu e a Desembargadora Maria Erotides Kneip já realizamos audiência pública e sabemos o quanto é difícil organizá-la, porque tem que estar dentro de um cronograma e das normas, para que o CNJ considere como ponto positivo.

Sabemos muito bem que não é uma simples audiência pública, requer alguns pressupostos para que seja considerada pelo CNJ como realização de audiência pública dentro daquilo que foi proposto pelo CNJ.

Prestei bastante atenção em alguns pontos de indagação que o CEMULHER pode colaborar para que essas ações sejam realizadas efetivamente.

Nós verificamos a questão do trabalho que é realizado pela "Rede".

Tive um prazer muito grande em estar na Comarca de Barra do Garça e ver o trabalho que foi feito. Participei várias vezes do trabalho que realizam. Fiquei apaixonada, encantada, tanto que os levei em uma reunião do FONAVID - Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, para mostrar o que era o trabalho de "Rede".

Depois que eu fui para a corregedoria, a Desembargadora Maria Erotides Kneip, não me substituiu, porque aqui é uma fazendo o trabalho junto com a outra, mas a desembargadora conseguiu estender esse trabalho para alguns municípios.

Verifiquei que a forma de trabalhar de uma rede é um pouco diferente da outra. Precisamos nos reunirmos para estabelecer um procedimento padrão, alguma coisa que faça com que o nosso trabalho seja conhecido e reconhecido, para que as pessoas que trabalharem junto conosco nessa rede possam ter conhecimento de qual é a sua função e o que realmente ela pode fazer.

Assim, providenciarei reuniões com alguns dos membros da Rede, em Cuiabá, desde já convoca a doutora Ana Emília Sotero, a Doutora Jozirlethe Criveletto, a Cel. Emirela Martins, enfim, todo esse pessoal que está à frente da Rede, para discutirmos e analisarmos o que faremos para estender para todos os municípios essa Rede.

Se será pelo município, pelo Estado, mas nós precisamos estabelecer um a diretriz através desse termo, desse convenio que foi celebrado, para todos os Estados.

Parabenizo mais uma vez o Desembargador José Zuquim Nogueira. Conte conosco sempre, não só na Vice-Presidência, mas no CEMULHER.

Temos um grupo de magistrados que compõem esse CEMULHER que são colegas engajados com essa luta, com esse "tema" da Violência Doméstica.

Coloco-nos à disposição para trabalharmos juntos.

Sei que Vossa Excelência até se assustou com o tamanho dos problemas que tem a questão da Violência Doméstica e como as pessoas se preocupam, o carinho que se tem com a questão.

Quando ouço essas pessoas que trabalham conosco, fico apaixonada pela causa, e estou à disposição.

Mais uma vez, parabéns! Parabéns às Maria Mazarelo Farias Pinto, as delegadas de polícia, desculpe-me por não nominá-las, porque eu tenho hora ruim de memória. Mas recordo-me da Doutora Jozirlethe Magalhães Criveletto, que além do cabelinho bem bonito, que eu sou apaixonada pelo cabelo dela, não esqueço do trabalho que faz na Delegacia de Polícia e o trabalho que ela já fez com essa quantidade de inquéritos policiais.

Portanto, quero parabenizá-las, e dizer que estamos ao inteiro dispor. Nos cobrem, porque essa pandemia, às vezes, não nos permite aproximar e conversar frente a frente, mas nos liguem. Nós estamos aqui para ajudar.

A todos uma boa noite e um bom final de semana.

Obrigada.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA (CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TJMT):

Inicialmente, agradeço de coração a contribuição da Doutora Maria Mazarelo Farias Pinto, da Tenete-Coronel Emirela Martins, da Doutora Lizzia Kelly Ferraro, da Jaqueline Vilalba Fernandes, da Rede de Proteção a Mulher e a Delegada de Polícia Jozirlethe Magalhães Criveletto. Vocês foram maravilhosas nos apontamentos e manifestações.

Agradeço a presença e o apoio da desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, Presidente deste Tribunal, da desembargadora Maria Aparecida Ribeiro vice-presidente deste Tribunal, da Desembargadora Maria Erotides Kneip, dos colegas magistrados que participaram desse evento e se dispuseram ficar até esse momento.

Agradeço a Coordenadoria Militar pelo apoio.

Meu agradecimento especial à doutora Christiane da Costa Marques Neves e a sua equipe, ao Ranieri e equipe, ao Coordenador da Corregedoria-Geral e equipe, bem como aos servidores da comunicação e do cerimonial deste Tribunal, que tornaram possível esse evento.

Encerro essa audiência e reafirmo que hoje foi um grande aprendizado. Um aprendizado onde ratifico o meu compromisso de uma reunião em breve,

em que consultarei e convidarei todos os magistrados que atuam nessa área e, também, o meu apoio incondicional para implantação da Patrulha Maria da Penha e da Rede.

Embora, como dito anteriormente, são atividades distintas, mas o objetivo é um só.

É o amparo àquela que necessita, é a manutenção da "célula mater" de uma sociedade, que é a família. Reafirmo esse compromisso e busco, enquanto estiver frente à corregedoria, os meios para dar efetividade a todas as medidas cautelares concedidas.

Meu muito obrigado de coração, fiquem com Deus e que Deus conceda muita saúde a todos vocês.

É o que mais precisamos nesse momento.

Declaro encerrada a audiência com muito pesar.

SENHOR JOHNNY MARCUS RIBEIRO (MESTRE DE CERIMONIA):

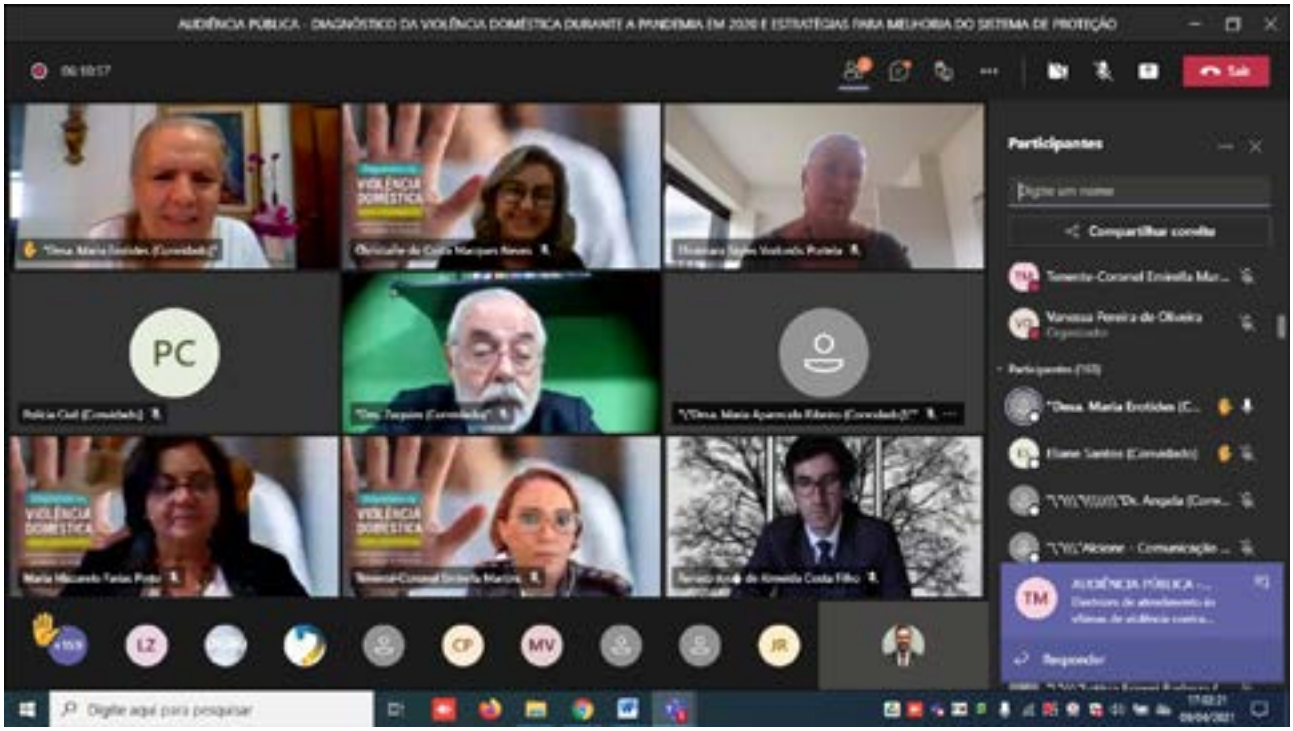
Agradecemos e desejamos a todas as pessoas que nos acompanharam até o presente momento um excelente e feliz fim de semana. Fiquem agora com um vídeo em homenagem do TJMT pelos 302 anos de Cuiabá.

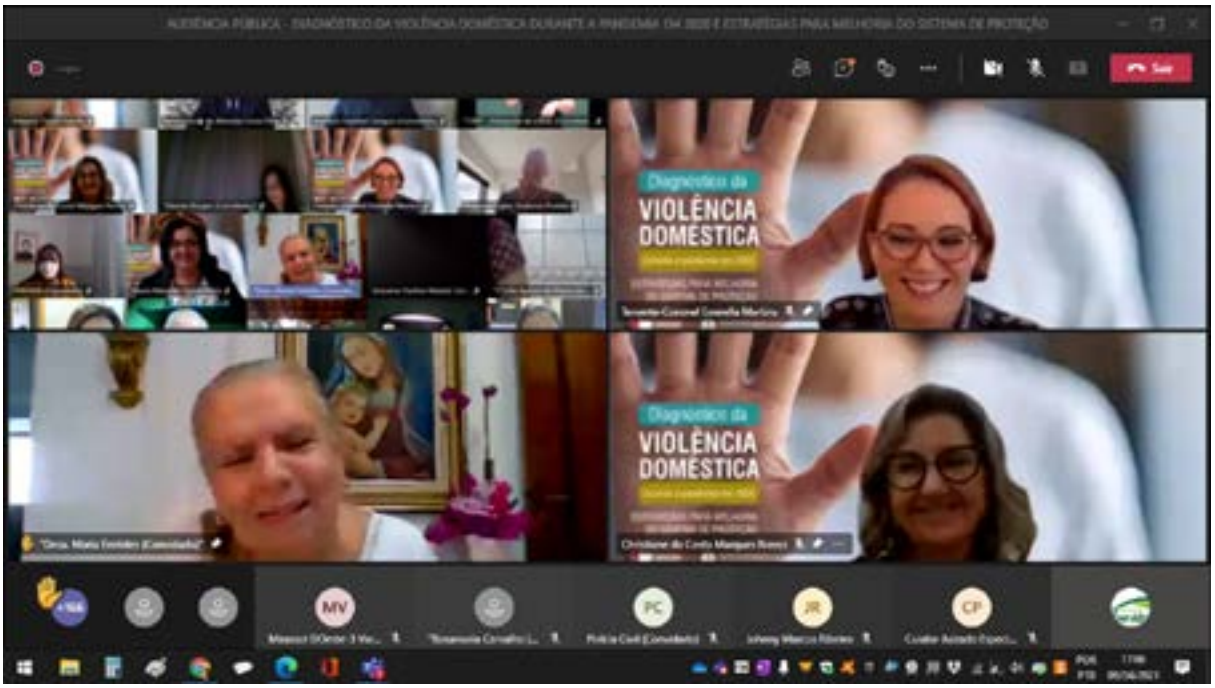
Boa noite.

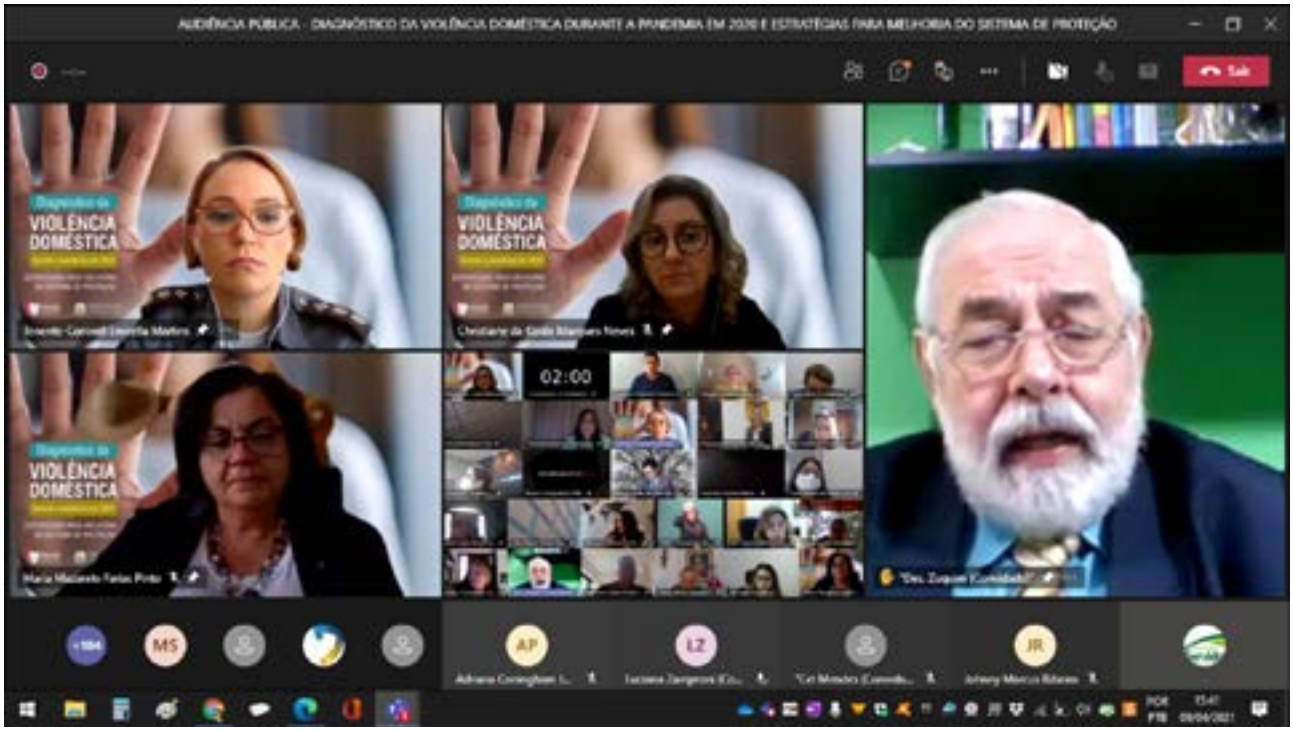
-/-/-/ fim -/-/-

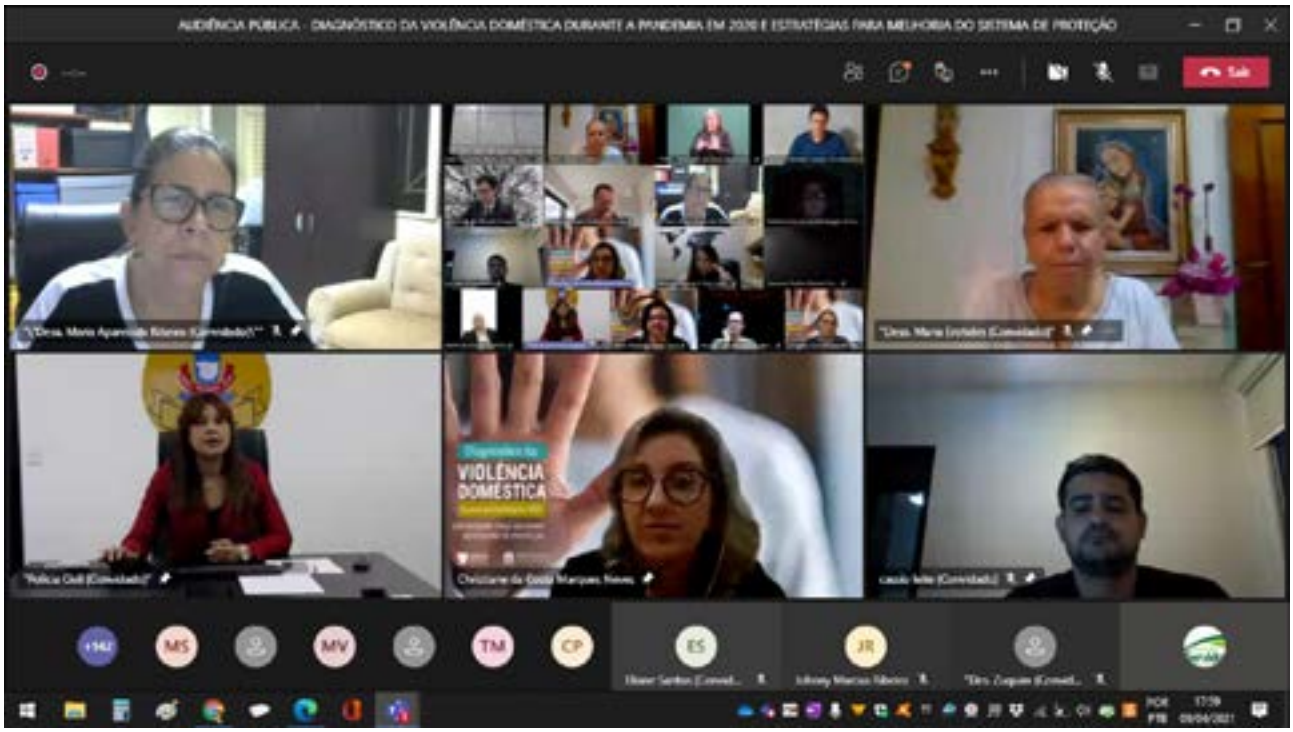
Diagnóstico da
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
no ano de 2020

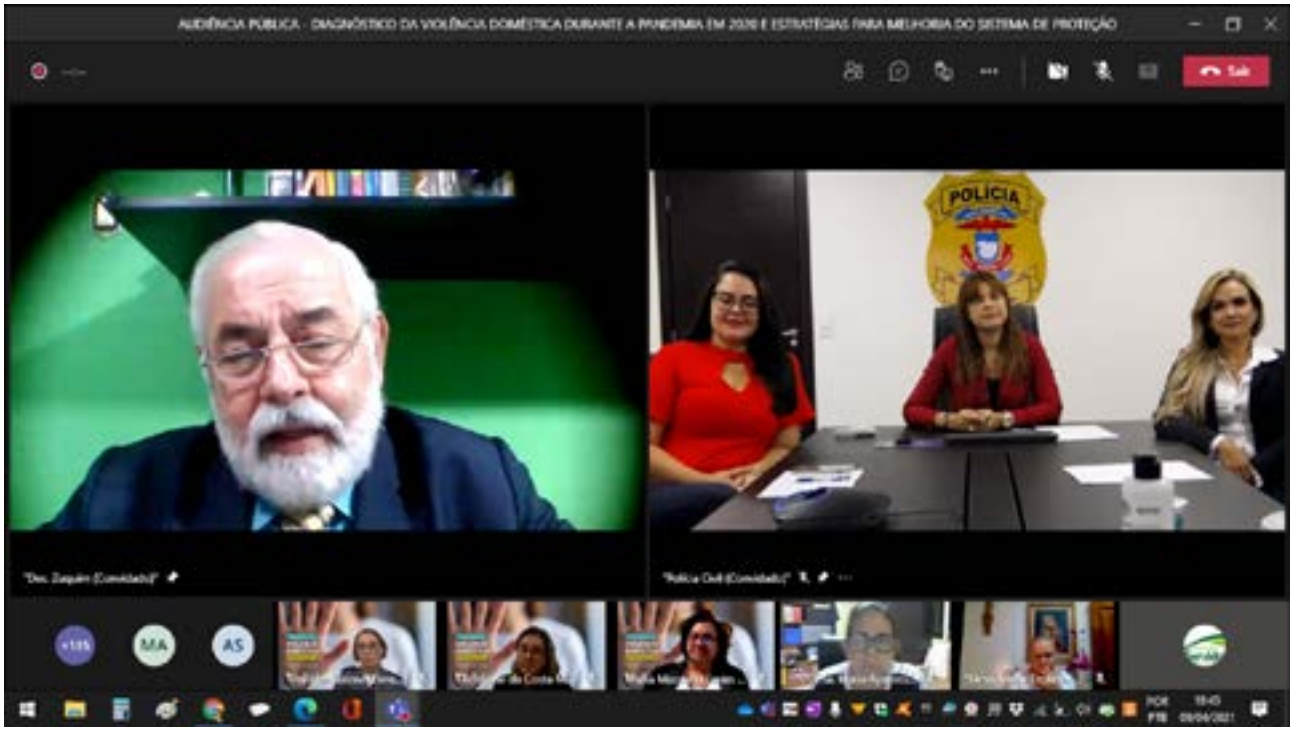
10. FOTOS


AUDIÊNCIA PÚBLICA - DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA EM 2020 E ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO
Participantes
PC
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

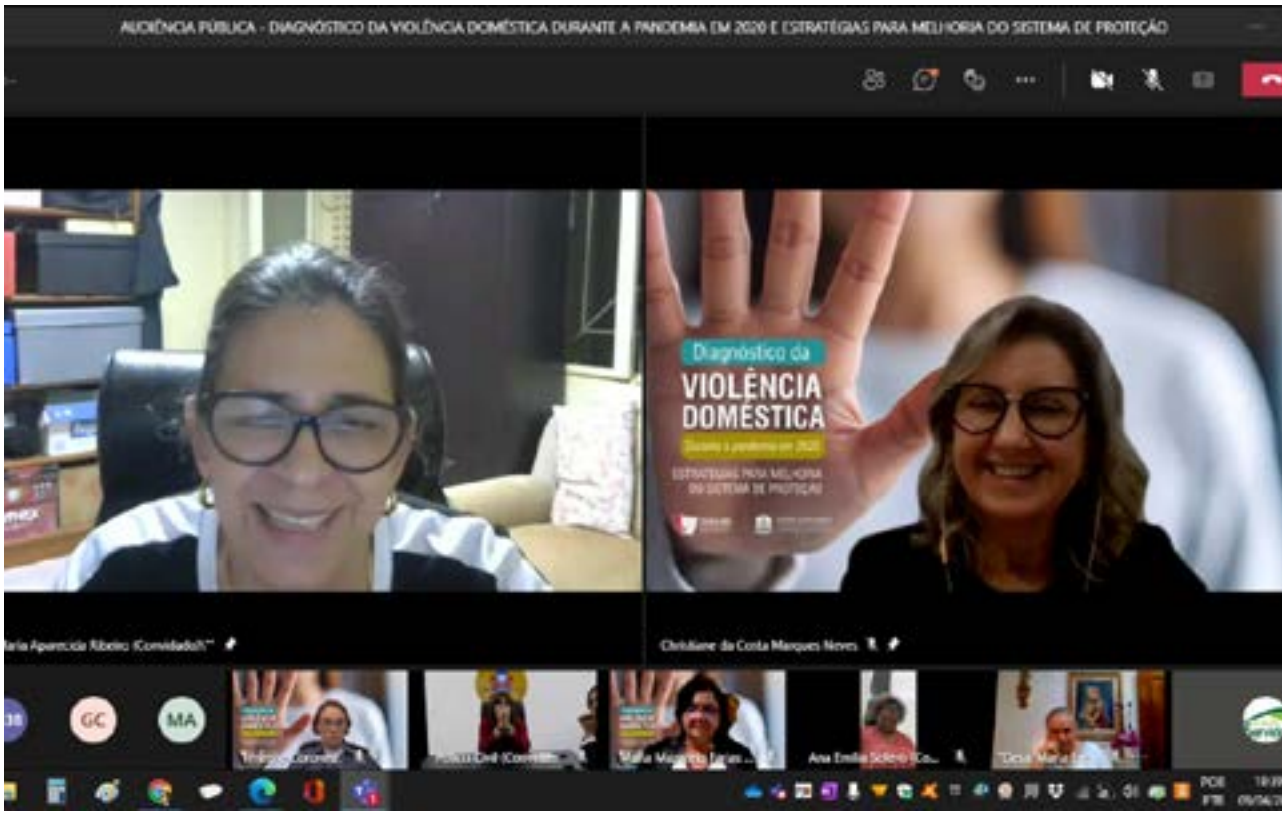

Diagnóstico da
VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA

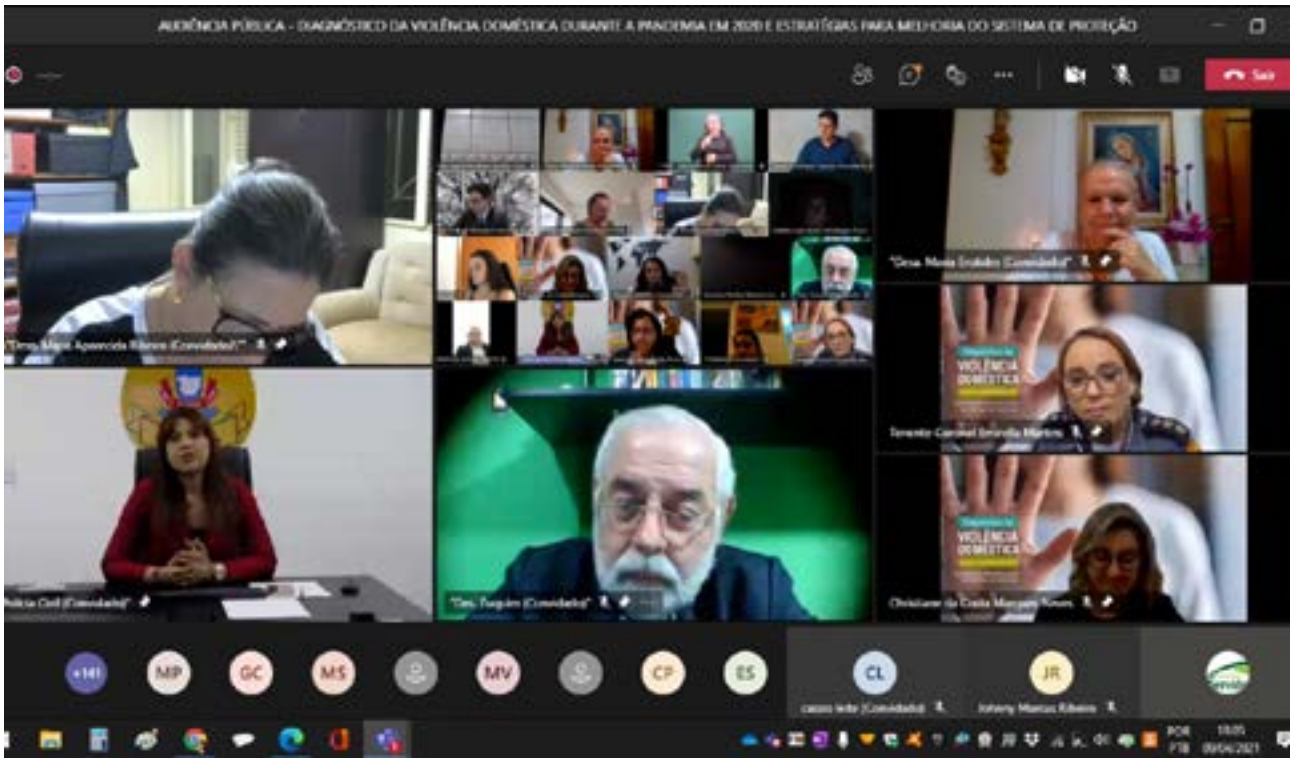

AUDIÊNCIA PÚBLICA - DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA EM 2020 E ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO
Sair
Diagnóstico da VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
02:00

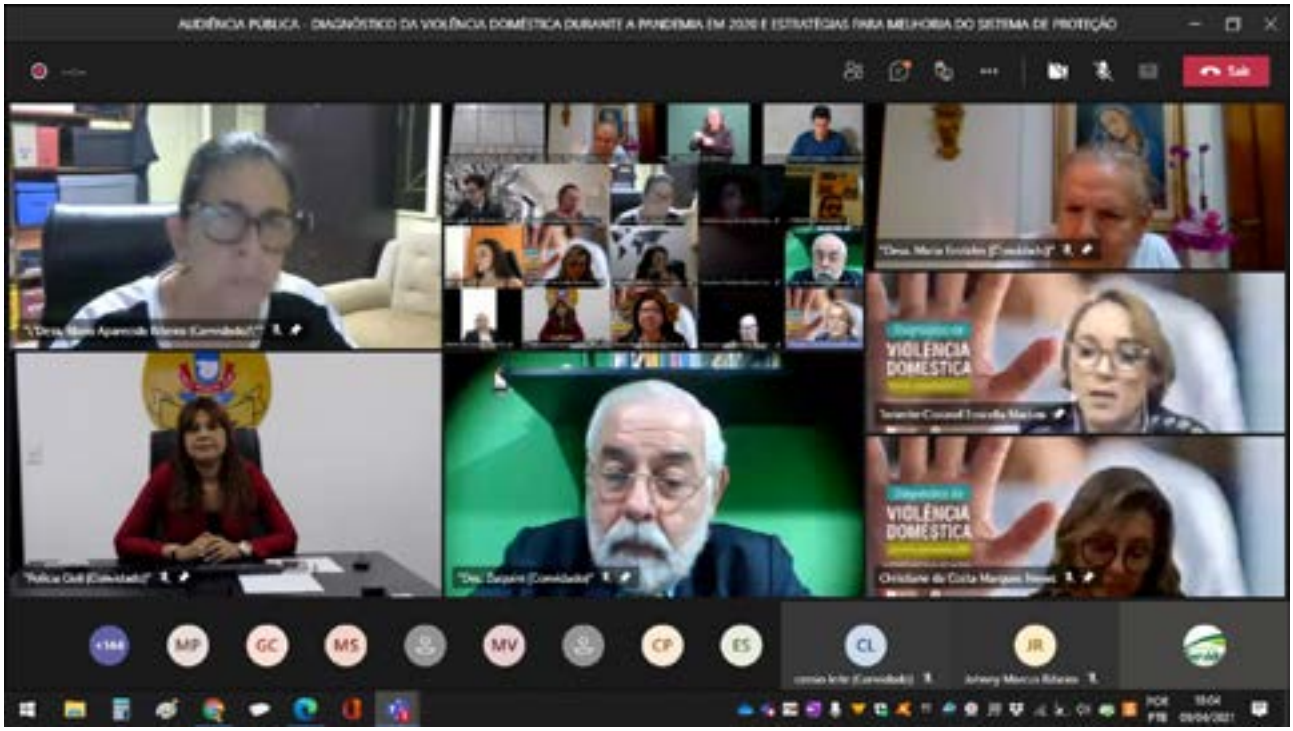

AUDIÊNCIA PÚBLICA - DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA EM 2020 E ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO
Sair
Diagnóstico da VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

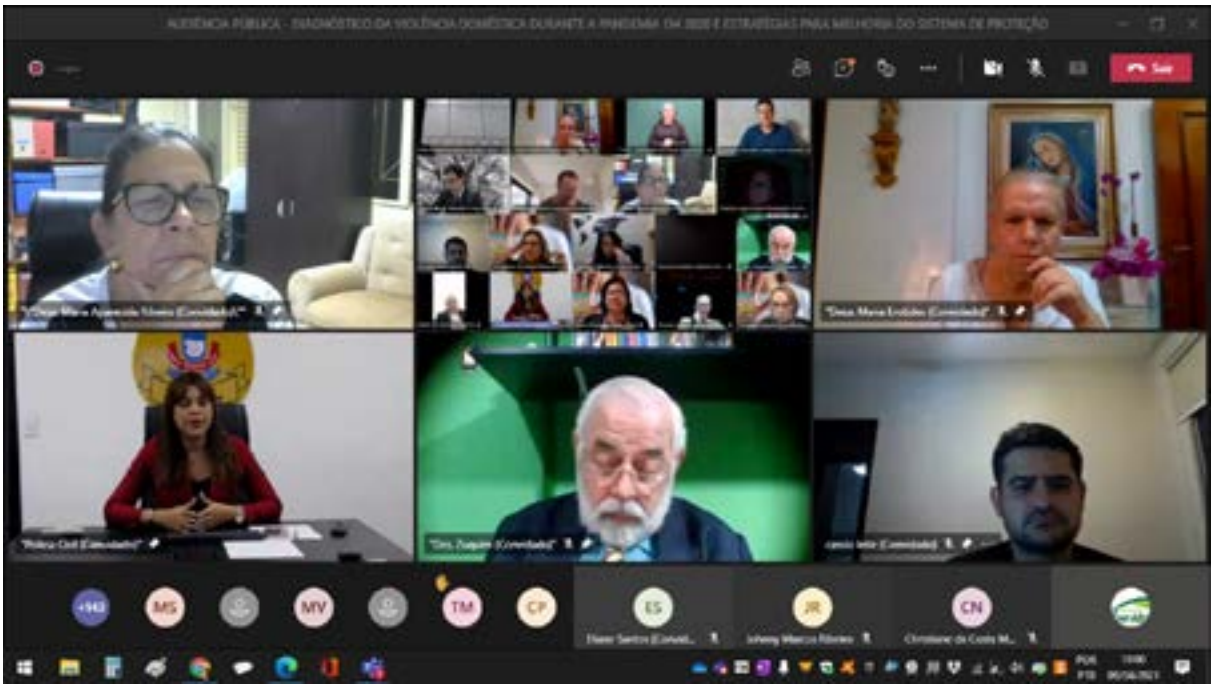

AUDIÊNCIA PÚBLICA - DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA EM 2020 E ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO
POLÍCIA

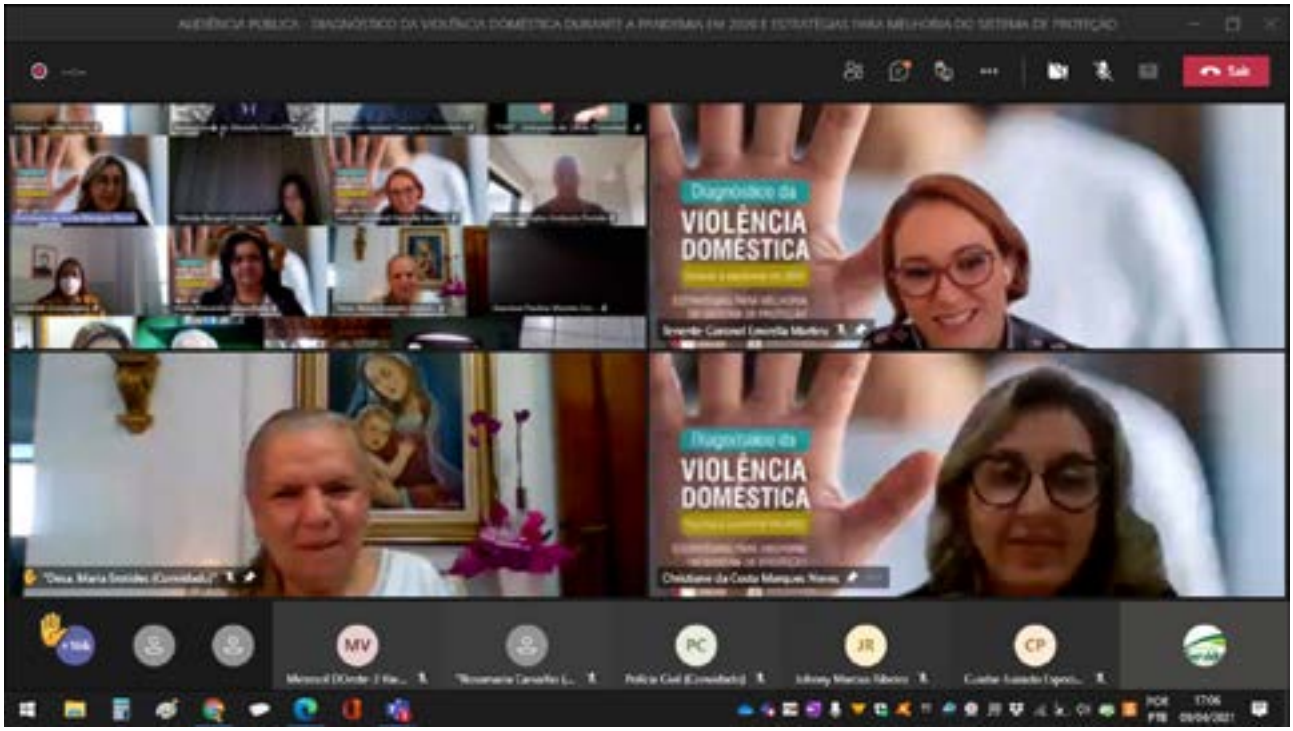
AUDIÊNCIA PÚBLICA - DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA EM 2020 E ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO
Solicitar controle


AUDIÊNCIA PÚBLICA - DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA EM 2020 E ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO
Diagnóstico da
VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA
Christiane da Costa Marques Neves


AUDIÊNCIA PÚBLICA - DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA EM 2020 E ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO


AUDIÊNCIA PÚBLICA - DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA EM 2020 E ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO
Sair
VIOLÊNCIA DOMESTICA
VIOLÊNCIA DOMESTICA


Sair


Diagnóstico da
VIOLÊNCIA
DOMESTICA
Diagnóstico da
VIOLÊNCIA
DOMESTICA

Pesquisar
Principais mensagens
AUDIÊNCIA PÚBLICA - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 09/04/2021

Diagnóstico da
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
no ano de 2020

11. EVIDÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE ELABORAÇÃO E ENVIO DO MATERIAL GESTÃO PARTICIPATIVA E PROPOSTAS DE METAS AO TJDFT

11. EVIDÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE ELABORAÇÃO E ENVIO DO MATERIAL GESTÃO PARTICIPATIVA E PROPOSTAS DE METAS AO TJDFT

Encaminhado por e-mail no dia 23/07/2021 ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Coordenador do Subcomitê Regional Centro Oeste de Governança, o material da Gestão Participativa do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

11.1 E-mail de Confirmação do envio dos dados ao TJDFT

Zimbra anderson.neisse@tjmt.jus.br

TJMT - Material da Gestão Participativa

De : estatistica@tjmt.jus.br — sex, 23 de jul de 2021 18:06
Assunto : TJMT - Material da Gestão Participativa — 5 anexos
Para : SEPG <sepg@tjdft.jus.br>
Cc : adriane coningham <adriana.coningham@tjmt.jus.br>, JAIBES ALBERTO DIAS <jabes.dias@tjmt.jus.br>, Joao Thiago de Franca Guerra <joaothiago.guerra@tjmt.jus.br>, Emerson Luis Pereira Cajango <emerson.cajango@tjmt.jus.br>, Flavio <flavio.pinto@tjmt.jus.br>, Afonso Vitorino Maciel <afonso.maciel@tjmt.jus.br>, Gustavo <gustavo.moreis@tjmt.jus.br>, Anderson Cristiano Neisse <anderson.neisse@tjmt.jus.br>, Veruska Norie Takada <veruska.takada@tjmt.jus.br>

Boa noite!

Nós, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, viemos por meio deste enviar o relatório resultante dos processos de gestão participativa para contribuição com a elaboração das Metas Nacionais de 2021.

Os materiais enviados dizem respeito às seguintes atividades:

- **Consulta Pública**: Realizada em conjunto com outros 24 tribunais, formulário hospedado pelo TJBA e divulgado por todos os 25, com participação de 4.866 indivíduos;
- **Audiências Públicas**: Três audiências realizadas pelo TJMT nos últimos meses, nos temas: Impactos da Pandemia no Sistema Prisional, Inserção Familiar de Crianças e Adolescentes Acolhidos (Busca Ativa) e Diagnóstico da Violência Doméstica;

Ressaltamos que cada um dos relatórios produzidos das ações acima possuem propostas de temas e novas metas a serem discutidos(as).

Por fim, ressaltamos que os materiais das Audiências Públicas foram enviados pela Presidência do TJMT para a presidência do TJDFT, na data de hoje.

Nos colocamos a disposição.

Atenciosamente,

- **Audiência Pública TJMT - Diagnóstico da Violência Doméstica.pdf** 1 MB
- **Audiência Pública TJMT - Impactos da Pandemia no Sistema Prisional.pdf** 3 MB
- **Audiência Pública TJMT - Busca Ativa.pdf** 1 MB
- **Relatório da Consulta Pública 2021 - TJMT.pdf** 639 KB
- **Relatório da Consulta Pública 2021 - TJBA.pdf** 2 MB

11.2 E-mail de Confirmação do TJDFT de recebimento dos dados enviados pelo TJMT.

PJe JUSTIÇA

E-mail | Contatos | Agenda | Tarefas | Porta-arquivos | Preferências | Buscar | Fwd: TJMT - Mat | Alinhamento fun

Fechar | Responder | Responder a todos | Encaminhar | Apagar | Spam | Ações

De: "SEPG" <sepg@tjdft.jus.br>
Para: "Nucleo de Estatistica e Gestão Estratégica" <estatistica@tjmt.jus.br>
Cc: "adriana coningham" <adriana.coningham@tjmt.jus.br>, "jabes dias" <jabes.dias@tjmt.jus.br>, "Joao Thiago de Franca Guerra" <joaothiago.guerra@tjmt.jus.br>, "Emerson Luis Pereira Cajango" <emerson.cajango@tjmt.jus.br>, "Flavio de Paiva Pinto" <flavio.pinto@tjmt.jus.br>, "Afonso Vitorino Maciel" <afonso.maciel@tjmt.jus.br>, "Gustavo" <gustavo.morais@tjmt.jus.br>, "Anderson Cristiano Neisse" <anderson.neisse@tjmt.jus.br>, "Veruska Norie Takada" <veruska.takada@tjmt.jus.br>
Enviadas: Segunda-feira, 26 de julho de 2021 18:04:03
Assunto: RE: TJMT - Material da Gestão Participativa

Prezados, boa tarde!

Agradecemos o envio das informações!

Estamos à disposição!

Cordialmente,

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios — TJDFT
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão Estratégica — SEPG
(61) 3103-7026 (WhatsApp Business)

Diagnóstico da
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
no ano de 2020

12. CLIPPING

"Diagnóstico da Violência Doméstica durante a Pandemia em 2020 e Estratégias para melhoria dos Sistemas de proteção"

Tribunal de Justiça de Mato Grosso

Sumário

Número de notícias: 48 | Número de veículos: 45

PÁGINA ÚNICA - MT - POLÍTICA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
DESTAQUE NACIONAL: Justiça de MT é vanguarda no país na luta contra a violência doméstica 7

SÍNTESE - DF - PENAL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TJMT - Crescimento reforça necessidade de fortalecer rede de proteção às mulheres 9

PRIMEIRA HORA - RONDONÓPOLIS - MT - NOTÍCIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça 11

MATO GROSSO MAIS - MT - JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Projeto é destaque durante audiência pública realizada pelo TJ 12

ANOREGRS - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
CNJ - Tribunal de Mato Grosso reforça apoio no combate à violência doméstica 13

O MATO GROSSO - ÚLTIMAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça 15

FOLHA DE LUCAS - LUCAS DO RIO VERDE - MT - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Projeto é destaque durante audiência pública realizada pelo TJ 16

FOLHA DE LUCAS - LUCAS DO RIO VERDE - MT - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça 17

CENÁRIO MT - LUCAS DO RIO VERDE - MT - NOTICIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça 18

CNJ - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Tribunal de Mato Grosso reforça apoio social no combate à violência doméstica 19

DIGORESTE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça 20

CONEXÃO MT - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça
. 21

ADT NOTÍCIAS - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça
. 22

PÁGINA DO ESTADO - CUIABÁ - MT - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça
. 23

JORNAL O DIÁRIO - MT - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça
. 24

SEMANA 7 - MT - JUSTIÇA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Violência Doméstica na pandemia é tema de audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça
. 25

NOTÍCIA MAX - CUIABÁ - MT - CIDADES
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça
. 27

VEJA BEM MT - CUIABÁ - MT - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça
. 28

BASTIDORES DO PODER - CUIABÁ - MT - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça
. 29

TANGARA EM FOCO - MT - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça
. 30

PREFEITURA DE CUIABÁ - MT - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça

. 31

PÁGINA DO ESTADO - CUIABÁ - MT - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Cuiabá registra cinco feminicídios na pandemia 32

O IMPRESSO MATO GROSSO - MT - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
MT registra aumento de estupros durante pandemia 34

O DOCUMENTO - CUIABÁ - MT - NOTICIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça
. 36

O BOM DA NOTÍCIA - CUIABÁ - MT - CIDADES
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
MT registra aumento de estupros durante pandemia 37

ESTADÃO MATO GROSSO - POLÍCIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
MT registra aumento de estupros durante pandemia 39

FOLHA DE MATO GROSSO - MT - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
MT registra aumento de estupros durante pandemia 41

FOLHAMAX - CUIABÁ - MT - CIDADES
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Cuiabá registra cinco feminicídios na pandemia 43

LAPADA LAPADA - CUIABÁ - MT - CUIABÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça
. 45

MOMENTO MT - CUIABÁ - MT - MOMENTO CIDADES
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça
. 46

NOTÍCIA QUENTE MT - MT - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Cuiabá registra cinco feminicídios na pandemia 47

PORTAL MATO GROSSO - MT - ÚTIMAS NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Feminicídio: crescimento reforça necessidade de fortalecer rede de proteção às mulheres
. 49

PLANTÃO NEWS - MT - GERAL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Feminicídio: crescimento reforça necessidade de fortalecer rede de proteção às mulheres
. 51

O DOCUMENTO - CUIABÁ - MT - NOTICIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Feminicídio: crescimento reforça necessidade de fortalecer rede de proteção às mulheres
. 53

PÁGINA DO ESTADO - CUIABÁ - MT - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Feminicídio: crescimento reforça necessidade de fortalecer rede de proteção às mulheres 55

O DOCUMENTO - CUIABÁ - MT - NOTICIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Audiência Pública: Diretoria do TJMT reforça apoio social no combate à violência doméstica 57

FOLHAMAX - CUIABÁ - MT - CIDADES
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Diretoria do TJMT reforça apoio social no combate à violência doméstica 59

DIA A DIA DO VALE - MT - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
O aumento da violência sexual na pandemia e a Patrulha Maria da Penha como efetiva de prevenção 61

O DOCUMENTO - CUIABÁ - MT - NOTICIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
O aumento da violência sexual na pandemia e a Patrulha Maria da Penha como efetiva de prevenção 62

O DOCUMENTO - CUIABÁ - MT - NOTICIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Audiência da Mulher será hoje 64

JORNAL O DIÁRIO - MT - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Audiência da Mulher será hoje 65

PLANTÃO NEWS - MT - GERAL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Diagnóstico da Violência Doméstica: audiência pública será nesta sexta-feira 66

JORNAL O DIÁRIO - MT - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Poder Judiciário de Mato Grosso 67

JORNAL O DIÁRIO - MT - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Articulação do Judiciário garante Rede de Proteção para acolhimento às mulheres vítimas de violência 68

FOLHAMAX - CUIABÁ - MT - CIDADES
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Prazo para inscrições na Audiência Pública da Mulher termina hoje 70

NOTÍCIA QUENTE MT - MT - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Inscrições para audiência pública sobre proteção à mulher vítima de violência começam hoje 71

FOLHAMAX - CUIABÁ - MT - CIDADES
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Inscrições para audiência pública sobre proteção à mulher vítima de violência começam hoje 72

FAX AJU - SE - NOTÍCIAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Audiência Pública debate "Sororidade; mulheres que apoiam outras mulheres" 73

DESTAQUE NACIONAL: Justiça de MT é vanguarda no país na luta contra a violência doméstica

REDAÇÃO

O **TJ** de **Mato Grosso** é reconhecido nacionalmente, nos meios forenses, como uma das vanguardas do **Poder Judiciário** no País na luta contra a violência doméstica - um significado que ganha importância maior em tempos de pandemia, como agora, e quando as mulheres passaram a ser vítimas em potencial de vir a sofrer mais agressões.

Nesse sentido, o **TJ** vem buscando e definir estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de atendimento, e formata eventos para debater a questão.

Um desses exemplos e a audiência pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a Pandemia em 2020 e Estratégias para melhoria dos Sistemas de proteção", realizada na semana passada.

Quase 300 pessoas se inscreveram para participar ativamente dos debates, além de 180 pessoas que se inscreveram para manifestações e sugestões que, em suma, apontam uma mudança cultural na abordagem do tema no Estado.

O evento buscou definir estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de atendimento, explica a **presidente do TJMT**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**.

"Um dos grandes desafios é conquistar o comprometimento da sociedade neste combate à violência contra a mulher e somos todos responsáveis por isto. O silêncio da vítima, a omissão da família e o machismo, tão calcado na cultura brasileira ainda sobressaem. Viver em uma sociedade machista provoca a sensação de que você vale menos que o agressor," aponta a **desembargadora** .

Segundo Maria Helena, "a solução do problema passa pela ressignificação do papel da mulher em nossa sociedade, por isso a luta não é apenas das mulheres. Ficava desanimada quando me deparava em eventos como este e o público quase em sua totalidade era feminino. Hoje é nosso corregedor, **José Zuquim Nogueira**, quem coordena este evento. Estamos no caminho certo. Saúdo a todos na pessoa de nosso corregedor **Zuquim** e da vice-presidente, Maria Aparecida". A presidente é a segunda mulher a liderar o **TJMT** em sua história de quase um século e meio e foi a primeira presidente da OAB-MT.

"O tema escolhido foi muito bem pensado e não poderia ser melhor, uma vez que o novo coronavírus continua atingindo milhões de pessoas em todo o mundo. A pandemia provocou enormes cuidados e nos mostrou a violência que as mulheres sofrem em seus lares, já que é impossível separar os agressores das agredidas, tendo como base que a maior parte deles convivem no mesmo ambiente", conta a vice-**presidente do TJMT** e presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher), **desembargadora Maria Aparecida Ribeiro**.

Maria Aparecida reforça a importância da participação de todos para a construção de soluções. "A comunidade jurídica é chamada mais uma vez a discutir este tema, a fim de se extinguir ou minorar este problema, e necessitamos de ações para compreender o complexo dinâmico deste tipo de violência. Temos que analisar todos as questões e combater a violência. A Cemulher têm discutido junto aos magistrados. E os eixos foram muito bem escolhidos pelo corregedor e sua equipe. Agradecemos principalmente a todas as pessoas que estão nesta luta que é de todos nós."

O corregedor-geral do **TJMT**, **desembargador José Zuquim Nogueira**, ressalta a dificuldade de se alterar uma cultura milenar. "Alguns juízes mantêm programas de esclarecimentos e mudanças comportamentais dos agressores que carregam esses traços. Traços que muitas vezes, tornam-se golpes, e marcam a vida de suas companheiras, e em muitos casos, tiram o direito fundamental à vida. A violência contra a mulher é uma pandemia que vivenciamos desde os primórdios de nossa sociedade."

Zuquim explica que, durante a 17ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, no começo de março, 1.638 audiências relacionadas ao tema foram realizadas. "A Justiça protege as mulheres, aumentando a

concessão de medidas protetivas de 7.408 em 2019, para 9.693 em 2020. Queremos cumprir com a Resolução 221/2016 do **CNJ**, que institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do **Poder Judiciário**, a exemplo da audiência pública."

"O **Poder Judiciário** de MT manteve a estrutura das duas Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, em Cuiabá, uma em Várzea Grande e uma em Rondonópolis, além das outras varas que atendem a todos os municípios nessa necessidade, ao final dos debates sei que teremos novas deliberações sobre o assunto. Encaminharemos tudo ao **CNJ**, visando a elaboração de metas nacionais para o ano de 2022. Ou seja, todos, poderes, segmentos e sociedade, serão donos de nosso futuro. Faremos um futuro melhor, nesta oportunidade", conclui o **desembargador**.

Site: https://www.paginaunica.com.br/politica/destaque-nacional-justica-de-mt-e-vanguarda-no-pais-na-luta-contra-a-violencia-domestica/37804

TJMT - Crescimento reforça necessidade de fortalecer rede de proteção às mulheres

Depois de dois anos sem registrar feminicídio, Cuiabá teve cinco ocorrências deste tipo de crime durante a pandemia. Em **Mato Grosso**, o crescimento de casos registrados foi de 64,8%. Em 2018 foram 35 feminicídios e em 2020, 54 casos. O dado foi apresentado pela delegada Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá, Jozirlethe Magalhães Criveletto, durante participação na Audiência Pública **Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção** .

O evento é uma realização do **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** (Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça e Cemulher) e foi realizado em ambiente virtual na tarde desta sexta-feira (09/04), por meio da plataforma Teams. Houve transmissão pelo canal do Youtube do Judiciário.

Jozirlethe Criveletto, que atua há 19 anos na área da violência doméstica, integra a equipe da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá e tratou do sub-tema: O Funcionamento da Rede de Proteção de Cuiabá ao apresentar os dados que são da Secretaria de Estado de Segurança Pública de **Mato Grosso** (Sesp-MT). Segundo ela, além de feminicídio, outros casos de violência contra mulher cresceram no Estado se comparado os anos de 2019 e 2020, como estupro (crescimento de 6%) e importunação sexual (aumento de 25%).

A delegada lembrou que o Protocolo de Intenções da criação da Rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher em Cuiabá, foi assinado em 21 de agosto de 2019, citou que um dos objetivos é o de reduzir os índices deste tipo de violência na Capital, além de promover mudança cultural, a partir da disseminação de atitudes igualitárias, da prática de valores éticos e de respeito às diversidades de gênero e finalizou a apresentação falando dos desafios para o fortalecimento desta rede de proteção.

Precisamos estabelecer um fluxo de Rede, fazer o planejamento estratégico e seu monitoramento e criar um Banco de Dados comum aos integrantes da rede e maior integração entre os segmentos que trabalham com o tema no desenvolvimento de parceria e pactos , citou. As vítimas de violência precisam retomar suas vidas e muitas vezes não tem animo para sequer fazer a denúncia. Precisamos pensar em como trabalhar a saúde mental dessas mulheres , completou.

Antes da delegada, o eixo III teve a participação da delegada do Plantão 24hs de violência doméstica e sexual de Cuiabá, Lizzia Kelly Ferraro, que abordou o sub-tema Acolhimento e primeiro atendimento às vítimas de violência doméstica , sobre a realidade de Cuiabá, único município mato-grossense que conta com esse tipo de serviço. A delegada explicou que o atendimento 24 horas começou a funcionar em setembro do ano passado e já ouviu 5449 pessoas. Falou sobre a estrutura que proporciona acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, bem como crianças e idosos. Estamos em um ambiente diferenciado para receber essas vítimas, onde ela pode ser ouvida em sigilo, em sala reservada e com atendimento psicossocial , descreveu.

A delegacia conta com cinco delegadas mulheres, dois escrivãs, quatro investigadores e um profissional psicossocial. A tendimento humanizado requer espaço adequado , completa Lizzia Ferraro.

A psicóloga da Rede de Proteção à Mulher da Delegacia da Mulher, Jaqueline Vilalba Fernandes, discutiu o sub-tema A Importância da rede de proteção no atendimento a mulher vítima de violência doméstica , e explicou como é feito o atendimento psicossocial das vítimas. Temos o momento inicial de acolhimento e questões gerais, no momento meio falamos sobre questões da vida da mulher, a violência e reflexões, há preenchimento do Formulário Nacional de Avaliação de risco, quando é solicitada a medida protetiva. Segue com o encaminhamento para a Rede de Proteção e o encerramento do atendimento e acompanhamento do caso , descreve.

A realização de audiências públicas está prevista no Plano de Gestão. Ouvir a comunidade é considerado essencial para a melhoria dos serviços públicos. O evento é dividido em três eixos: O Aumento da Violência Sexual na Pandemia (relatório de dados); Patrulha Maria da Penha (a experiência do Estado de **Mato Grosso**) e Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica.

Também colaboram com a discussão da tarde desta sexta: a **juíza** de Rondonópolis, **Maria Mazarelo Farias Pinto**, titular da Vara Especializada de

Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Eixo I), e a tenente coronel da PMMT, ativista feminina, Emirella Perpétua Souza Martins (Eixo II).

Você também pode ajudar no combate à Violência contra a Mulher, compartilhe o material no Instagram com as hashtags: #audienciapublicatjmt #audienciamulher #quebreociclo #tjmtmulher #violenciadomestica #diganao e marquem o @tjmtoficial.

Fonte: **Tribunal de Justiça** do Estado de **Mato Grosso**

Site:
http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=473758

Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça

A **Juíza** da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, Maria Mazarello Farias Pinto, parabenizou a Secretaria Municipal da Mulher, pelo projeto de capacitação com profissionais da saúde. A fala aconteceu durante a Audiência Pública realizada na última semana, por meio digital, que contou com a presença de diversas autoridades.

A audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", debateu estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de enfretamento, dando efetividade às políticas de violência praticada contra a mulher.

Durante o pronunciamento, a magistrada parabenizou o projeto Sorriso Protetor, desenvolvido em parceria Secretaria da Mulher e Conselho Regional de Odontologia, que capacitou profissionais da saúde bucal para identificarem pacientes vítimas de violência dentro das unidades de saúde.

"Essa iniciativa de sensibilização e identificação de pacientes é uma atitude muito relevante, que podemos pensar e trazer para o interior do Estado. Meus parabéns a Luciana Zamproni e a primeira-dama Márcia Pinheiro, por este trabalho tão eficaz para a sociedade", destacou a magistrada.

Para a secretária municipal da Mulher, Luciana Zamproni, o trabalho desenvolvido pela pasta conseguiu identificar que a maioria das vítimsd que chegam até o Espaço de Acolhimento, instslafo no Hospital Municipal de Cuiabá, não sabe a rota que devem fazer para não voltar ao ciclo de violência. Ela também destacou que a parceria juntamente com a rede de enfrentamento (Patrulha Maria da Penha, Judiciário), 70% das mulheres não fazem denuncia contra seu companheiro, por isso importância de união com todos que possam ajudar essas mulheres.

Outro ponto destacado por Luciana, foi um trabalho já iniciado dentro das escolas do município que apresentem para as crianças a lei Maria da Penha. Finalizando a secretária pontuou a qualificação de quase 400 cirurgiões dentistas que trabalham na rede do município de Cuiabá.

"Esses profissionais conseguem identificar mais facilmente um dente quebrado que seria de uma mulher que fora agredida. Por isso a nossa preocupação em capacitar e sensibilizar esses profissionais", explica. Segundo a primeira-dama, Márcia Pinheiro, o município se coloca à disposição para ajudar e integrar as pautas que desenvolvem politicas públicas voltadas ao combate a violência contra a mulher. "Mesmo não podendo participar da audiência pública eu pedi para a Zamproni me representar e no final de semana, consegui assistir por meio de uma plataforma digital que deixou a audiência gravada. Agradeço mais uma vez em especial a Presidente do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**, pelo convite e reforço nossa parceria com toda a rede de enfrentamento", concluiu.

A pauta da Audiência Pública abordou três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (apresentado pela magistrada **Maria Mazarelo Farias Pinto**);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins)

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica.

Site: https://primeirahora.com.br/projeto-sorriso-protetor-e-destaque-durante-audiencia-publica-realizada-pelo-tribunal-de-justica/

Projeto é destaque durante audiência pública realizada pelo TJ

A **Juíza** da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, Maria Mazarello Farias Pinto, parabenizou a Secretaria Municipal da Mulher, pelo projeto de capacitação com profissionais da saúde. A fala aconteceu durante a Audiência Pública realizada na última semana, por meio digital, que contou com a presença de diversas autoridades.

A audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", debateu estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de enfretamento, dando efetividade às políticas de violência praticada contra a mulher.

Durante o pronunciamento, a magistrada parabenizou o projeto Sorriso Protetor, desenvolvido em parceria Secretaria da Mulher e Conselho Regional de Odontologia, que capacitou profissionais da saúde bucal para identificarem pacientes vítimas de violência dentro das unidades de saúde.

"Essa iniciativa de sensibilização e identificação de pacientes é uma atitude muito relevante, que podemos pensar e trazer para o interior do Estado. Meus parabéns a Luciana Zamproni e a primeira-dama Márcia Pinheiro, por este trabalho tão eficaz para a sociedade", destacou a magistrada.

Para a secretária municipal da Mulher, Luciana Zamproni, o trabalho desenvolvido pela pasta conseguiu identificar que a maioria das vítimsd que chegam até o Espaço de Acolhimento, instslafo no Hospital Municipal de Cuiabá, não sabe a rota que devem fazer para não voltar ao ciclo de violência. Ela também destacou que a parceria juntamente com a rede de enfrentamento (Patrulha Maria da Penha, Judiciário), 70% das mulheres não fazem denuncia contra seu companheiro, por isso importância de união com todos que possam ajudar essas mulheres.

Outro ponto destacado por Luciana, foi um trabalho já iniciado dentro das escolas do município que apresentem para as crianças a lei Maria da Penha. Finalizando a secretária pontuou a qualificação de quase 400 cirurgiões dentistas que trabalham na rede do município de Cuiabá.

"Esses profissionais conseguem identificar mais facilmente um dente quebrado que seria de uma mulher que fora agredida. Por isso a nossa preocupação em capacitar e sensibilizar esses profissionais", explica. Segundo a primeira-dama, Márcia Pinheiro, o município se coloca à disposição para ajudar e integrar as pautas que desenvolvem politicas públicas voltadas ao combate a violência contra a mulher. "Mesmo não podendo participar da audiência pública eu pedi para a Zamproni me representar e no final de semana, consegui assistir por meio de uma plataforma digital que deixou a audiência gravada. Agradeço mais uma vez em especial a Presidente do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**, pelo convite e reforço nossa parceria com toda a rede de enfrentamento", concluiu.

A pauta da Audiência Pública abordou três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (apresentado pela magistrada **Maria Mazarelo Farias Pinto**);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins)

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica.

Site: https://matogrossomais.com.br/2021/04/12/projeto-e-destaque-durante-audiencia-publica-realizada-pelo-tj/

CNJ - Tribunal de Mato Grosso reforça apoio no combate à violência doméstica

A audiência pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a Pandemia em 2020 e Estratégias para melhoria dos Sistemas de proteção" teve um chamamento por parte do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso** (**TJMT**) para que a sociedade participe dessa luta. Quase 300 pessoas se inscreveram para participar ativamente desta mudança cultural, além de 180 pessoas que se inscreveram para manifestações e sugestões.

O evento buscou definir estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de atendimento, explica a **presidente do TJMT**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**. "Um dos grandes desafios é conquistar o comprometimento da sociedade neste combate à violência contra a mulher e somos todos responsáveis por isto. O silêncio da vítima, a omissão da família e o machismo, tão calcado na cultura brasileira ainda sobressaem. Viver em uma sociedade machista provoca a sensação de que você vale menos que o agressor."

Segundo Maria Helena, "a solução do problema passa pela ressignificação do papel da mulher em nossa sociedade, por isso a luta não é apenas das mulheres. Ficava desanimada quando me deparava em eventos como este e o público quase em sua totalidade era feminino. Hoje é nosso corregedor, **José Zuquim Nogueira**, quem coordena este evento. Estamos no caminho certo. Saúdo a todos na pessoa de nosso corregedor **Zuquim** e da vice-presidente, Maria Aparecida". A presidente é a segunda mulher a liderar o **TJMT** em sua história de quase um século e meio e foi a primeira presidente da OAB-MT.

"O tema escolhido foi muito bem pensado e não poderia ser melhor, uma vez que o novo coronavírus continua atingindo milhões de pessoas em todo o mundo. A pandemia provocou enormes cuidados e nos mostrou a violência que as mulheres sofrem em seus lares, já que é impossível separar os agressores das agredidas, tendo como base que a maior parte deles convivem no mesmo ambiente", conta a vice-**presidente do TJMT** e presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher), **desembargadora Maria Aparecida Ribeiro**.

Maria Aparecida reforça a importância da participação de todos para a construção de soluções. "A comunidade jurídica é chamada mais uma vez a discutir este tema, a fim de se extinguir ou minorar este problema, e necessitamos de ações para compreender o complexo dinâmico deste tipo de violência. Temos que analisar todos as questões e combater a violência.

A Cemulher têm discutido junto aos magistrados. E os eixos foram muito bem escolhidos pelo corregedor e sua equipe. Agradecemos principalmente a todas as pessoas que estão nesta luta que é de todos nós."

O corregedor-geral do **TJMT**, **desembargador José Zuquim Nogueira**, ressalta a dificuldade de se alterar uma cultura milenar. "Alguns juízes mantêm programas de esclarecimentos e mudanças comportamentais dos agressores que carregam esses traços. Traços que muitas vezes, tornam-se golpes, e marcam a vida de suas companheiras, e em muitos casos, tiram o direito fundamental à vida. A violência contra a mulher é uma pandemia que vivenciamos desde os primórdios de nossa sociedade."

Zuquim explica que, durante a 17ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, no começo de março, 1.638 audiências relacionadas ao tema foram realizadas. "A Justiça protege as mulheres, aumentando a concessão de medidas protetivas de 7.408 em 2019, para 9.693 em 2020. Queremos cumprir com a Resolução 221/2016 do **CNJ**, que institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do **Poder Judiciário**, a exemplo da audiência pública."

"O **Poder Judiciário** de MT manteve a estrutura das duas Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, em Cuiabá, uma em Várzea Grande e uma em Rondonópolis, além das outras varas que atendem a todos os municípios nessa necessidade, ao final dos debates sei que teremos novas deliberações sobre o assunto.

Encaminharemos tudo ao **CNJ**, visando a elaboração de metas nacionais para o ano de 2022. Ou seja, todos, poderes, segmentos e sociedade, serão donos de nosso futuro. Faremos um futuro melhor, nesta oportunidade", conclui o **desembargador**.

Fonte: **CNJ**

Site: https://www.anoreg.org.br/site/2021/04/12/cnj-tribunal-de-mato-grosso-reforca-apoio-no-combate-a-violencia-domestica/

Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça

A **Juíza** da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, Maria Mazarello Farias Pinto, parabenizou a Secretaria Municipal da Mulher, pelo projeto de capacitação com profissionais da saúde. A fala aconteceu durante a Audiência Pública realizada na última semana, por meio digital, que contou com a presença de diversas autoridades.

A audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", debateu estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de enfretamento, dando efetividade às políticas de violência praticada contra a mulher.

Durante o pronunciamento, a magistrada parabenizou o projeto Sorriso Protetor, desenvolvido em parceria Secretaria da Mulher e Conselho Regional de Odontologia, que capacitou profissionais da saúde bucal para identificarem pacientes vítimas de violência dentro das unidades de saúde.

"Essa iniciativa de sensibilização e identificação de pacientes é uma atitude muito relevante, que podemos pensar e trazer para o interior do Estado. Meus parabéns a Luciana Zamproni e a primeira-dama Márcia Pinheiro, por este trabalho tão eficaz para a sociedade", destacou a magistrada.

Para a secretária municipal da Mulher, Luciana Zamproni, o trabalho desenvolvido pela pasta conseguiu identificar que a maioria das vítimsd que chegam até o Espaço de Acolhimento, instslafo no Hospital Municipal de Cuiabá, não sabe a rota que devem fazer para não voltar ao ciclo de violência. Ela também destacou que a parceria juntamente com a rede de enfrentamento (Patrulha Maria da Penha, Judiciário), 70% das mulheres não fazem denuncia contra seu companheiro, por isso importância de união com todos que possam ajudar essas mulheres.

Outro ponto destacado por Luciana, foi um trabalho já iniciado dentro das escolas do município que apresentem para as crianças a lei Maria da Penha. Finalizando a secretária pontuou a qualificação de quase 400 cirurgiões dentistas que trabalham na rede do município de Cuiabá.

"Esses profissionais conseguem identificar mais facilmente um dente quebrado que seria de uma mulher que fora agredida. Por isso a nossa preocupação em capacitar e sensibilizar esses profissionais", explica. Segundo a primeira-dama, Márcia Pinheiro, o município se coloca à disposição para ajudar e integrar as pautas que desenvolvem politicas públicas voltadas ao combate a violência contra a mulher. "Mesmo não podendo participar da audiência pública eu pedi para a Zamproni me representar e no final de semana, consegui assistir por meio de uma plataforma digital que deixou a audiência gravada. Agradeço mais uma vez em especial a Presidente do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**, pelo convite e reforço nossa parceria com toda a rede de enfrentamento", concluiu.

A pauta da Audiência Pública abordou três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (apresentado pela magistrada **Maria Mazarelo Farias Pinto**);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins)

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica.

Site: https://www.omatogrosso.com/projeto-sorriso-protetor-e-destaque-durante-audiencia-publica-realizada-pelo-tribunal-de-justica/

Projeto é destaque durante audiência pública realizada pelo TJ

Folha De Lucas

A **Juíza** da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, Maria Mazarello Farias Pinto, parabenizou a Secretaria Municipal da Mulher, pelo projeto de capacitação com profissionais da saúde. A fala aconteceu durante a Audiência Pública realizada na última semana, por meio digital, que contou com a presença de diversas autoridades.

A audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", debateu estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de enfretamento, dando efetividade às políticas de violência praticada contra a mulher.

Durante o pronunciamento, a magistrada parabenizou o projeto Sorriso Protetor, desenvolvido em parceria Secretaria da Mulher e Conselho Regional de Odontologia, que capacitou profissionais da saúde bucal para identificarem pacientes vítimas de violência dentro das unidades de saúde.

"Essa iniciativa de sensibilização e identificação de pacientes é uma atitude muito relevante, que podemos pensar e trazer para o interior do Estado. Meus parabéns a Luciana Zamproni e a primeira-dama Márcia Pinheiro, por este trabalho tão eficaz para a sociedade", destacou a magistrada.

Para a secretária municipal da Mulher, Luciana Zamproni, o trabalho desenvolvido pela pasta conseguiu identificar que a maioria das vítimsd que chegam até o Espaço de Acolhimento, instslafo no Hospital Municipal de Cuiabá, não sabe a rota que devem fazer para não voltar ao ciclo de violência. Ela também destacou que a parceria juntamente com a rede de enfrentamento (Patrulha Maria da Penha, Judiciário), 70% das mulheres não fazem denuncia contra seu companheiro, por isso importância de união com todos que possam ajudar essas mulheres.

Outro ponto destacado por Luciana, foi um trabalho já iniciado dentro das escolas do município que apresentem para as crianças a lei Maria da Penha. Finalizando a secretária pontuou a qualificação de quase 400 cirurgiões dentistas que trabalham na rede do município de Cuiabá.

"Esses profissionais conseguem identificar mais facilmente um dente quebrado que seria de uma mulher que fora agredida. Por isso a nossa preocupação em capacitar e sensibilizar esses profissionais", explica. Segundo a primeira-dama, Márcia Pinheiro, o município se coloca à disposição para ajudar e integrar as pautas que desenvolvem politicas públicas voltadas ao combate a violência contra a mulher. "Mesmo não podendo participar da audiência pública eu pedi para a Zamproni me representar e no final de semana, consegui assistir por meio de uma plataforma digital que deixou a audiência gravada. Agradeço mais uma vez em especial a Presidente do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**, pelo convite e reforço nossa parceria com toda a rede de enfrentamento", concluiu.

A pauta da Audiência Pública abordou três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (apresentado pela magistrada **Maria Mazarelo Farias Pinto**);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins)

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica.

Site: https://folhadelucas.com.br/ultimas-noticias/projeto-e-destaque-durante-audiencia-publica-realizada-pelo-tj/27781/

Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça

Folha De Lucas

A **Juíza** da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, Maria Mazarello Farias Pinto, parabenizou a Secretaria Municipal da Mulher, pelo projeto de capacitação com profissionais da saúde. A fala aconteceu durante a Audiência Pública realizada na última semana, por meio digital, que contou com a presença de diversas autoridades.

A audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", debateu estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de enfretamento, dando efetividade às políticas de violência praticada contra a mulher.

Durante o pronunciamento, a magistrada parabenizou o projeto Sorriso Protetor, desenvolvido em parceria Secretaria da Mulher e Conselho Regional de Odontologia, que capacitou profissionais da saúde bucal para identificarem pacientes vítimas de violência dentro das unidades de saúde.

"Essa iniciativa de sensibilização e identificação de pacientes é uma atitude muito relevante, que podemos pensar e trazer para o interior do Estado. Meus parabéns a Luciana Zamproni e a primeira-dama Márcia Pinheiro, por este trabalho tão eficaz para a sociedade", destacou a magistrada.

Para a secretária municipal da Mulher, Luciana Zamproni, o trabalho desenvolvido pela pasta conseguiu identificar que a maioria das vítimsd que chegam até o Espaço de Acolhimento, instslafo no Hospital Municipal de Cuiabá, não sabe a rota que devem fazer para não voltar ao ciclo de violência. Ela também destacou que a parceria juntamente com a rede de enfrentamento (Patrulha Maria da Penha, Judiciário), 70% das mulheres não fazem denuncia contra seu companheiro, por isso importância de união com todos que possam ajudar essas mulheres.

Outro ponto destacado por Luciana, foi um trabalho já iniciado dentro das escolas do município que apresentem para as crianças a lei Maria da Penha.

Finalizando a secretária pontuou a qualificação de quase 400 cirurgiões dentistas que trabalham na rede do município de Cuiabá.

"Esses profissionais conseguem identificar mais facilmente um dente quebrado que seria de uma mulher que fora agredida. Por isso a nossa preocupação em capacitar e sensibilizar esses profissionais", explica. Segundo a primeira-dama, Márcia Pinheiro, o município se coloca à disposição para ajudar e integrar as pautas que desenvolvem politicas públicas voltadas ao combate a violência contra a mulher. "Mesmo não podendo participar da audiência pública eu pedi para a Zamproni me representar e no final de semana, consegui assistir por meio de uma plataforma digital que deixou a audiência gravada. Agradeço mais uma vez em especial a Presidente do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**, pelo convite e reforço nossa parceria com toda a rede de enfrentamento", concluiu.

A pauta da Audiência Pública abordou três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (apresentado pela magistrada **Maria Mazarelo Farias Pinto**);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins)

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica.

Fonte: Prefeitura de Cuiabá MT

Site: https://folhadelucas.com.br/ultimas-noticias/projeto-sorriso-protetor-e-destaque-durante-audiencia-publica-realizada-pelo-tribunal-de-justica/27772/

Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça

A **Juíza** da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, Maria Mazarello Farias Pinto, parabenizou a Secretaria Municipal da Mulher, pelo projeto de capacitação com profissionais da saúde. A fala aconteceu durante a Audiência Pública realizada na última semana, por meio digital, que contou com a presença de diversas autoridades.

A audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", debateu estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de enfretamento, dando efetividade às políticas de violência praticada contra a mulher.

Durante o pronunciamento, a magistrada parabenizou o projeto Sorriso Protetor, desenvolvido em parceria Secretaria da Mulher e Conselho Regional de Odontologia, que capacitou profissionais da saúde bucal para identificarem pacientes vítimas de violência dentro das unidades de saúde.

"Essa iniciativa de sensibilização e identificação de pacientes é uma atitude muito relevante, que podemos pensar e trazer para o interior do Estado. Meus parabéns a Luciana Zamproni e a primeira-dama Márcia Pinheiro, por este trabalho tão eficaz para a sociedade", destacou a magistrada.

Para a secretária municipal da Mulher, Luciana Zamproni, o trabalho desenvolvido pela pasta conseguiu identificar que a maioria das vítimsd que chegam até o Espaço de Acolhimento, instslafo no Hospital Municipal de Cuiabá, não sabe a rota que devem fazer para não voltar ao ciclo de violência. Ela também destacou que a parceria juntamente com a rede de enfrentamento (Patrulha Maria da Penha, Judiciário), 70% das mulheres não fazem denuncia contra seu companheiro, por isso importância de união com todos que possam ajudar essas mulheres.

Outro ponto destacado por Luciana, foi um trabalho já iniciado dentro das escolas do município que apresentem para as crianças a lei Maria da Penha. Finalizando a secretária pontuou a qualificação de quase 400 cirurgiões dentistas que trabalham na rede do município de Cuiabá.

"Esses profissionais conseguem identificar mais facilmente um dente quebrado que seria de uma mulher que fora agredida. Por isso a nossa preocupação em capacitar e sensibilizar esses profissionais", explica. Segundo a primeira-dama, Márcia Pinheiro, o município se coloca à disposição para ajudar e integrar as pautas que desenvolvem politicas públicas voltadas ao combate a violência contra a mulher. "Mesmo não podendo participar da audiência pública eu pedi para a Zamproni me representar e no final de semana, consegui assistir por meio de uma plataforma digital que deixou a audiência gravada. Agradeço mais uma vez em especial a Presidente do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**, pelo convite e reforço nossa parceria com toda a rede de enfrentamento", concluiu.

A pauta da Audiência Pública abordou três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (apresentado pela magistrada **Maria Mazarelo Farias Pinto**);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins)

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica.

Site: https://www.cenariomt.com.br/mato-grosso/cuiaba/projeto-sorriso-protetor-e-destaque-durante-audiencia-publica-realizada-pelo-tribunal-de-justica/

Tribunal de Mato Grosso reforça apoio social no combate à violência doméstica

A audiência pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a Pandemia em 2020 e Estratégias para melhoria dos Sistemas de proteção" teve um chamamento por parte do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso** (**TJMT**) para que a sociedade participe dessa luta. Quase 300 pessoas se inscreveram para participar ativamente desta mudança cultural, além de 180 pessoas que se inscreveram para manifestações e sugestões.

O evento buscou definir estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de atendimento, explica a **presidente do TJMT**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**. "Um dos grandes desafios é conquistar o comprometimento da sociedade neste combate à violência contra a mulher e somos todos responsáveis por isto. O silêncio da vítima, a omissão da família e o machismo, tão calcado na cultura brasileira ainda sobressaem. Viver em uma sociedade machista provoca a sensação de que você vale menos que o agressor."

Segundo Maria Helena, "a solução do problema passa pela ressignificação do papel da mulher em nossa sociedade, por isso a luta não é apenas das mulheres. Ficava desanimada quando me deparava em eventos como este e o público quase em sua totalidade era feminino. Hoje é nosso corregedor, **José Zuquim Nogueira**, quem coordena este evento. Estamos no caminho certo. Saúdo a todos na pessoa de nosso corregedor **Zuquim** e da vice-presidente, Maria Aparecida". A presidente é a segunda mulher a liderar o **TJMT** em sua história de quase um século e meio e foi a primeira presidente da OAB-MT.

"O tema escolhido foi muito bem pensado e não poderia ser melhor, uma vez que o novo coronavírus continua atingindo milhões de pessoas em todo o mundo. A pandemia provocou enormes cuidados e nos mostrou a violência que as mulheres sofrem em seus lares, já que é impossível separar os agressores das agredidas, tendo como base que a maior parte deles convivem no mesmo ambiente", conta a vice-**presidente do TJMT** e presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher), **desembargadora Maria Aparecida Ribeiro**.

Maria Aparecida reforça a importância da participação de todos para a construção de soluções. "A comunidade jurídica é chamada mais uma vez a discutir este tema, a fim de se extinguir ou minorar este problema, e necessitamos de ações para compreender o complexo dinâmico deste tipo de violência. Temos que analisar todos as questões e combater a violência. A Cemulher têm discutido junto aos magistrados. E os eixos foram muito bem escolhidos pelo corregedor e sua equipe. Agradecemos principalmente a todas as pessoas que estão nesta luta que é de todos nós."

O corregedor-geral do **TJMT**, **desembargador José Zuquim Nogueira**, ressalta a dificuldade de se alterar uma cultura milenar. "Alguns juízes mantêm programas de esclarecimentos e mudanças comportamentais dos agressores que carregam esses traços. Traços que muitas vezes, tornam-se golpes, e marcam a vida de suas companheiras, e em muitos casos, tiram o direito fundamental à vida. A violência contra a mulher é uma pandemia que vivenciamos desde os primórdios de nossa sociedade."

Zuquim explica que, durante a 17ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, no começo de março, 1.638 audiências relacionadas ao tema foram realizadas. "A Justiça protege as mulheres, aumentando a concessão de medidas protetivas de 7.408 em 2019, para 9.693 em 2020. Queremos cumprir com a Resolução 221/2016 do **CNJ**, que institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do **Poder Judiciário**, a exemplo da audiência pública."

"O **Poder Judiciário** de MT manteve a estrutura das duas Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, em Cuiabá, uma em Várzea Grande e uma em Rondonópolis, além das outras varas que atendem a todos os municípios nessa necessidade, ao final dos debates sei que teremos novas deliberações sobre o assunto. Encaminharemos tudo ao **CNJ**, visando a elaboração de metas nacionais para o ano de 2022. Ou seja, todos, poderes, segmentos e sociedade, serão donos de nosso futuro. Faremos um futuro melhor, nesta oportunidade", conclui o **desembargador**.

Fonte: **TJMT**

Site: https://www.cnj.jus.br/tribunal-de-mato-grosso-reforca-apoio-social-no-combate-a-violencia-domestica/

Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça

JULIA MILHOMEM BATISTA

A **Juíza** da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, Maria Mazarello Farias Pinto, parabenizou a Secretaria Municipal da Mulher, pelo projeto de capacitação com profissionais da saúde. A fala aconteceu durante a Audiência Pública realizada na última semana, por meio digital, que contou com a presença de diversas autoridades.

A audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", debateu estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de enfrentamento, dando efetividade às políticas de violência praticada contra a mulher.

Durante o pronunciamento, a magistrada parabenizou o projeto Sorriso Protetor, desenvolvido em parceria Secretaria da Mulher e Conselho Regional de Odontologia, que capacitou profissionais da saúde bucal para identificarem pacientes vítimas de violência dentro das unidades de saúde.

"Essa iniciativa de sensibilização e identificação de pacientes é uma atitude muito relevante, que podemos pensar e trazer para o interior do Estado. Meus parabéns a Luciana Zamproni e a primeira-dama Márcia Pinheiro, por este trabalho tão eficaz para a sociedade", destacou a magistrada.

Para a secretária municipal da Mulher, Luciana Zamproni, o trabalho desenvolvido pela pasta conseguiu identificar que a maioria das vítimas que chegam até o Espaço de Acolhimento, instalado no Hospital Municipal de Cuiabá, não sabe a rota que devem fazer para não voltar ao ciclo de violência. Ela também destacou que a parceria juntamente com a rede de enfrentamento (Patrulha Maria da Penha, Judiciário), 70% das mulheres não fazem denuncia contra seu companheiro, por isso importância de união com todos que possam ajudar essas mulheres.

Outro ponto destacado por Luciana, foi um trabalho já iniciado dentro das escolas do município que apresentem para as crianças a lei Maria da Penha. Finalizando a secretária pontuou a qualificação de quase 400 cirurgiões dentistas que trabalham na rede do município de Cuiabá.

"Esses profissionais conseguem identificar mais facilmente um dente quebrado que seria de uma mulher que fora agredida. Por isso a nossa preocupação em capacitar e sensibilizar esses profissionais", explica. Segundo a primeira-dama, Márcia Pinheiro, o município se coloca à disposição para ajudar e integrar as pautas que desenvolvem politicas públicas voltadas ao combate a violência contra a mulher. "Mesmo não podendo participar da audiência pública eu pedi para a Zamproni me representar e no final de semana, consegui assistir por meio de uma plataforma digital que deixou a audiência gravada. Agradeço mais uma vez em especial a Presidente do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**, pelo convite e reforço nossa parceria com toda a rede de enfrentamento", concluiu.

A pauta da Audiência Pública abordou três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (apresentado pela magistrada **Maria Mazarelo Farias Pinto**);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirella Martins)

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica.

www.cuiaba.mt.gov.br

audiência Destaque justiça projeto protetor pública Sorriso Tribunal

Site: https://www.digorestenoticias.com.br/projeto-sorriso-protetor-e-destaque-durante-audiencia-publica-realizada-pelo-tribunal-de-justica/

Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça

Clique para ampliar

A **Juíza** da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, Maria Mazarello Farias Pinto, parabenizou a Secretaria Municipal da Mulher, pelo projeto de capacitação com profissionais da saúde. A fala aconteceu durante a Audiência Pública realizada na última semana, por meio digital, que contou com a presença de diversas autoridades.

A audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", debateu estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de enfretamento, dando efetividade às políticas de violência praticada contra a mulher.

Durante o pronunciamento, a magistrada parabenizou o projeto Sorriso Protetor, desenvolvido em parceria Secretaria da Mulher e Conselho Regional de Odontologia, que capacitou profissionais da saúde bucal para identificarem pacientes vítimas de violência dentro das unidades de saúde.

"Essa iniciativa de sensibilização e identificação de pacientes é uma atitude muito relevante, que podemos pensar e trazer para o interior do Estado. Meus parabéns a Luciana Zamproni e a primeira-dama Márcia Pinheiro, por este trabalho tão eficaz para a sociedade", destacou a magistrada.

Para a secretária municipal da Mulher, Luciana Zamproni, o trabalho desenvolvido pela pasta conseguiu identificar que a maioria das vítimsd que chegam até o Espaço de Acolhimento, instslafo no Hospital Municipal de Cuiabá, não sabe a rota que devem fazer para não voltar ao ciclo de violência. Ela também destacou que a parceria juntamente com a rede de enfrentamento (Patrulha Maria da Penha, Judiciário), 70% das mulheres não fazem denuncia contra seu companheiro, por isso importância de união com todos que possam ajudar essas mulheres.

Outro ponto destacado por Luciana, foi um trabalho já iniciado dentro das escolas do município que apresentem para as crianças a lei Maria da Penha. Finalizando a secretária pontuou a qualificação de quase 400 cirurgiões dentistas que trabalham na rede do município de Cuiabá.

"Esses profissionais conseguem identificar mais facilmente um dente quebrado que seria de uma mulher que fora agredida. Por isso a nossa preocupação em capacitar e sensibilizar esses profissionais", explica. Segundo a primeira-dama, Márcia Pinheiro, o município se coloca à disposição para ajudar e integrar as pautas que desenvolvem politicas públicas voltadas ao combate a violência contra a mulher. "Mesmo não podendo participar da audiência pública eu pedi para a Zamproni me representar e no final de semana, consegui assistir por meio de uma plataforma digital que deixou a audiência gravada. Agradeço mais uma vez em especial a Presidente do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**, pelo convite e reforço nossa parceria com toda a rede de enfrentamento", concluiu.

A pauta da Audiência Pública abordou três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (apresentado pela magistrada **Maria Mazarelo Farias Pinto**);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins)

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica.

Site: https://conexaomt.com/2021/04/11/projeto-sorriso-protetor-e-destaque-durante-audiencia-publica-realizada-pelo-tribunal-de-justica/

Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça

Clique para ampliar

A **Juíza** da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, Maria Mazarello Farias Pinto, parabenizou a Secretaria Municipal da Mulher, pelo projeto de capacitação com profissionais da saúde. A fala aconteceu durante a Audiência Pública realizada na última semana, por meio digital, que contou com a presença de diversas autoridades.

A audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", debateu estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de enfretamento, dando efetividade às políticas de violência praticada contra a mulher.

Durante o pronunciamento, a magistrada parabenizou o projeto Sorriso Protetor, desenvolvido em parceria Secretaria da Mulher e Conselho Regional de Odontologia, que capacitou profissionais da saúde bucal para identificarem pacientes vítimas de violência dentro das unidades de saúde.

"Essa iniciativa de sensibilização e identificação de pacientes é uma atitude muito relevante, que podemos pensar e trazer para o interior do Estado. Meus parabéns a Luciana Zamproni e a primeira-dama Márcia Pinheiro, por este trabalho tão eficaz para a sociedade", destacou a magistrada.

Para a secretária municipal da Mulher, Luciana Zamproni, o trabalho desenvolvido pela pasta conseguiu identificar que a maioria das vítimsd que chegam até o Espaço de Acolhimento, instslafo no Hospital Municipal de Cuiabá, não sabe a rota que devem fazer para não voltar ao ciclo de violência. Ela também destacou que a parceria juntamente com a rede de enfrentamento (Patrulha Maria da Penha, Judiciário), 70% das mulheres não fazem denuncia contra seu companheiro, por isso importância de união com todos que possam ajudar essas mulheres.

Outro ponto destacado por Luciana, foi um trabalho já iniciado dentro das escolas do município que apresentem para as crianças a lei Maria da Penha.

Finalizando a secretária pontuou a qualificação de quase 400 cirurgiões dentistas que trabalham na rede do município de Cuiabá.

"Esses profissionais conseguem identificar mais facilmente um dente quebrado que seria de uma mulher que fora agredida. Por isso a nossa preocupação em capacitar e sensibilizar esses profissionais", explica. Segundo a primeira-dama, Márcia Pinheiro, o município se coloca à disposição para ajudar e integrar as pautas que desenvolvem politicas públicas voltadas ao combate a violência contra a mulher. "Mesmo não podendo participar da audiência pública eu pedi para a Zamproni me representar e no final de semana, consegui assistir por meio de uma plataforma digital que deixou a audiência gravada. Agradeço mais uma vez em especial a Presidente do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA de MATO GROSSO**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**, pelo convite e reforço nossa parceria com toda a rede de enfrentamento", concluiu.

A pauta da Audiência Pública abordou três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (apresentado pela magistrada **Maria Mazarelo Farias Pinto**);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **MATO GROSSO** (apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins)

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica.

Fonte: Prefeitura de Cuiabá MT

Site: https://adilsontulio.com.br/2021/04/11/projeto-sorriso-protetor-e-destaque-durante-audiencia-publica-realizada-pelo-tribunal-de-justica/

Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça

Clique para ampliar

A **Juíza** da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, Maria Mazarello Farias Pinto, parabenizou a Secretaria Municipal da Mulher, pelo projeto de capacitação com profissionais da saúde. A fala aconteceu durante a Audiência Pública realizada na última semana, por meio digital, que contou com a presença de diversas autoridades.

A audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", debateu estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de enfretamento, dando efetividade às políticas de violência praticada contra a mulher.

Durante o pronunciamento, a magistrada parabenizou o projeto Sorriso Protetor, desenvolvido em parceria Secretaria da Mulher e Conselho Regional de Odontologia, que capacitou profissionais da saúde bucal para identificarem pacientes vítimas de violência dentro das unidades de saúde.

"Essa iniciativa de sensibilização e identificação de pacientes é uma atitude muito relevante, que podemos pensar e trazer para o interior do Estado. Meus parabéns a Luciana Zamproni e a primeira-dama Márcia Pinheiro, por este trabalho tão eficaz para a sociedade", destacou a magistrada.

Para a secretária municipal da Mulher, Luciana Zamproni, o trabalho desenvolvido pela pasta conseguiu identificar que a maioria das vítimsd que chegam até o Espaço de Acolhimento, instslafo no Hospital Municipal de Cuiabá, não sabe a rota que devem fazer para não voltar ao ciclo de violência. Ela também destacou que a parceria juntamente com a rede de enfrentamento (Patrulha Maria da Penha, Judiciário), 70% das mulheres não fazem denuncia contra seu companheiro, por isso importância de união com todos que possam ajudar essas mulheres.

Outro ponto destacado por Luciana, foi um trabalho já iniciado dentro das escolas do município que apresentem para as crianças a lei Maria da Penha.

Finalizando a secretária pontuou a qualificação de quase 400 cirurgiões dentistas que trabalham na rede do município de Cuiabá.

"Esses profissionais conseguem identificar mais facilmente um dente quebrado que seria de uma mulher que fora agredida. Por isso a nossa preocupação em capacitar e sensibilizar esses profissionais", explica. Segundo a primeira-dama, Márcia Pinheiro, o município se coloca à disposição para ajudar e integrar as pautas que desenvolvem politicas públicas voltadas ao combate a violência contra a mulher. "Mesmo não podendo participar da audiência pública eu pedi para a Zamproni me representar e no final de semana, consegui assistir por meio de uma plataforma digital que deixou a audiência gravada. Agradeço mais uma vez em especial a Presidente do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**, pelo convite e reforço nossa parceria com toda a rede de enfrentamento", concluiu.

A pauta da Audiência Pública abordou três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (apresentado pela magistrada **Maria Mazarelo Farias Pinto**);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins)

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica.

Site: https://paginadoestado.com.br/projeto-sorriso-protetor-e-destaque-durante-audiencia-publica-realizada-pelo-tribunal-de-justica/

Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça

Prefeitura de Cuiabá MT

Clique para ampliar

A **Juíza** da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, Maria Mazarello Farias Pinto, parabenizou a Secretaria Municipal da Mulher, pelo projeto de capacitação com profissionais da saúde. A fala aconteceu durante a Audiência Pública realizada na última semana, por meio digital, que contou com a presença de diversas autoridades.

A audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", debateu estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de enfretamento, dando efetividade às políticas de violência praticada contra a mulher.

Durante o pronunciamento, a magistrada parabenizou o projeto Sorriso Protetor, desenvolvido em parceria Secretaria da Mulher e Conselho Regional de Odontologia, que capacitou profissionais da saúde bucal para identificarem pacientes vítimas de violência dentro das unidades de saúde.

"Essa iniciativa de sensibilização e identificação de pacientes é uma atitude muito relevante, que podemos pensar e trazer para o interior do Estado. Meus parabéns a Luciana Zamproni e a primeira-dama Márcia Pinheiro, por este trabalho tão eficaz para a sociedade", destacou a magistrada.

Para a secretária municipal da Mulher, Luciana Zamproni, o trabalho desenvolvido pela pasta conseguiu identificar que a maioria das vítimsd que chegam até o Espaço de Acolhimento, instslafo no Hospital Municipal de Cuiabá, não sabe a rota que devem fazer para não voltar ao ciclo de violência. Ela também destacou que a parceria juntamente com a rede de enfrentamento (Patrulha Maria da Penha, Judiciário), 70% das mulheres não fazem denuncia contra seu companheiro, por isso importância de união com todos que possam ajudar essas mulheres.

Outro ponto destacado por Luciana, foi um trabalho já iniciado dentro das escolas do município que apresentem para as crianças a lei Maria da Penha. Finalizando a secretária pontuou a qualificação de quase 400 cirurgiões dentistas que trabalham na rede do município de Cuiabá.

"Esses profissionais conseguem identificar mais facilmente um dente quebrado que seria de uma mulher que fora agredida. Por isso a nossa preocupação em capacitar e sensibilizar esses profissionais", explica. Segundo a primeira-dama, Márcia Pinheiro, o município se coloca à disposição para ajudar e integrar as pautas que desenvolvem politicas públicas voltadas ao combate a violência contra a mulher. "Mesmo não podendo participar da audiência pública eu pedi para a Zamproni me representar e no final de semana, consegui assistir por meio de uma plataforma digital que deixou a audiência gravada. Agradeço mais uma vez em especial a Presidente do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**, pelo convite e reforço nossa parceria com toda a rede de enfrentamento", concluiu.

A pauta da Audiência Pública abordou três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (apresentado pela magistrada **Maria Mazarelo Farias Pinto**);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins)

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica.

Fonte: Prefeitura de Cuiabá MT

Site: http://www.jornalodiario.com.br/geral/politica-mt/projeto-sorriso-protetor-e-destaque-durante-audiencia-publica-realizada-pelo-tribunal-de-justica/254324

Violência Doméstica na pandemia é tema de audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça

Assessoria/TJMT

TJ MT

A Audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a Pandemia em 2020 e Estratégias para melhoria dos Sistemas de proteção" teve um chamamento por parte da Diretoria do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso** para que a sociedade participe desta luta. A **presidente do TJMT**, **desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas**, a vice-**presidente**, **desembargadora Maria Aparecida Ribeiro** e o corregedor-geral, **desembargador José Zuquim Nogueira**, foram uníssonos ao salientarem a necessidade da sociedade participar desta luta. Quase 300 pessoas se inscreveram para participar ativamente desta mudança cultural, outra centena participa pelo canal do **TJMT** no youtube, além de 180 pessoas que se inscreveram para manifestações e sugestões.

Você também pode ajudar no combate à violência contra a mulher, compartilhe o material no Instagram com as hashtags: #audienciapublicatjmt #audienciamulher #quebreociclo #tjmtmulher #violenciadomestica #diganao e marquem o @tjmtoficial.

A melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de atendimento foi realizada pela **presidente**, **Maria Helena Póvoas**. "Um dos grandes desafios é conquistar o comprometimento da sociedade neste combate à violência contra a mulher e somos todos responsáveis por isto. O silêncio da vítima, a omissão da família e o machismo, tão calcado na cultura brasileira ainda sobressaem. Viver em uma sociedade machista provoca a sensação de que você vale menos que o agressor.

A solução do problema passa pela ressignificação do papel da mulher em nossa sociedade, por isso a luta não é apenas das mulheres. Ficava desanimada quando me deparava em eventos como este e o público quase em sua totalidade era feminino. Hoje é nosso corregedor, **José Zuquim Nogueira**, quem coordena este evento. Estamos no caminho certo. Saúdo a todos na pessoa de nosso corregedor **Zuquim** e da vice-**presidente**, Maria Aparecida", ressaltou a **presidente**, que é a segunda mulher a liderar o **TJMT** em sua história de quase um século e meio e foi a primeira **presidente** da OAB-MT. Esta é uma das bandeiras de sua gestão.

"O tema escolhido foi muito bem pensado e não poderia ser melhor, uma vez que o Novo Coronavírus continua atingindo milhões de pessoas em todo o mundo. A Pandemia provocou enormes cuidados e nos mostrou a violência que as mulheres sofrem em seus lares, já que é impossível separar os agressores das agredidas, tendo como base que a maior parte deles convivem no mesmo ambiente. A comunidade jurídica é chamada mais uma vez a discutir este tema, a fim de se extinguir ou minorar este problema, e necessitamos de ações para compreender o complexo dinâmico deste tipo de violência. Temos que analisar todos as questões e combater a violência.

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher) têm discutido junto aos magistrados. E os eixos foram muito bem escolhidos pelo corregedor e sua equipe. Nos colocamos à disposição. Agradecemos principalmente a todas as pessoas que estão nesta luta que é de todos nós" disse a vice-**presidente do TJMT**, **desembargadora Maria Aparecida Ribeiro**, que também é **presidente** da Cemulher.

O corregedor salientou a honra de estar em uma gestão predominantemente de mulheres. Ele falou da dificuldade de se alterar uma cultura milenar. "Alguns juízes mantêm programas de esclarecimentos e mudanças comportamentais dos agressores que carregam esses traços. Traços que muitas vezes, tornam-se golpes, e marcam a vida de suas companheiras, e em muitos casos, tiram o direito fundamental à vida. A violência contra a mulher é uma "pandemia" que vivenciamos desde os primórdios de nossa sociedade, por vezes, já tivemos leis que ampararam a violência contra a mulher. Agora os tempos são outros", aduziu o **desembargador Zuquim**.

Ele citou que durante a 17ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, 1.638 audiências relacionadas ao tema

foram realizadas. "Agradeço aos abnegados magistrados e servidores do **Poder Judiciário** que chamados neste momento tão difícil, se apresentaram ao trabalho árduo que visa punir o praticante da violência e diminuir este tipo de crime. A Justiça protege as mulheres, aumentando a concessão de medidas protetivas de 7.408 em 2019, para 9.693 em 2020. Queremos cumprir com a Resolução 221/2016 do **CNJ**, que institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do **Poder Judiciário**, a exemplo da audiência pública", ressaltou o corregedor que ainda destacou a estrutura Judicial das 79 Comarcas de **Mato Grosso** para combater este tipo de crime.

"O **Poder Judiciário** manteve a estrutura das duas Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, em Cuiabá, uma em Várzea Grande e uma em Rondonópolis, além das outras varas que atendem a todos os municípios nessa necessidade, ao final dos debates sei que teremos novas deliberações sobre o assunto. Encaminharemos tudo ao **CNJ**, visando a elaboração de metas nacionais para o ano de 2022. Ou seja, todos, poderes, segmentos e sociedade, serão donos de nosso futuro. Faremos um futuro melhor, nesta oportunidade", concluiu o magistrado.

Na sequência um vídeo produzido pela Coordenadoria de Comunicação da Presidência foi apresentado. Ele mostra depoimentos de vítimas da violência contra a mulher. A **Campanha** "**Quebre o Ciclo**. A vida começa quando a violência termina" do **Poder Judiciário** de **Mato Grosso**, quer a conscientização da população.

A **juíza** auxiliar da **CGJ**, **Christiane da Costa Marques Neves**, é responsável pela pasta de Violência Doméstica contra a Mulher e conduziu os trabalhos. "Agradeço ao apoio da Presidência, Vice e Corregedoria para realizarmos este evento tão importante. O ideal seria que não o tivéssemos, mas ainda se faz necessário discutir a violência contra a mulher, uma realidade a ser enfrentada. Agradeço também a presteza dos palestrantes, que aceitaram o convite de imediato. Desejo uma tarde produtiva de trabalho e discussões", disse a magistrada que iniciou a explanação dos eixos.

Ainda participam da Audiência Pública a **desembargadora** do **TJMT**, Maria Erotides Kneip, a secretária de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), Rosamaria Ferreira de Carvalho, que representou a primeira dama do Estado, Virgínia Mendes, a secretária Municipal da Mulher de Cuiabá, Luciana Zamproni, que representou a primeira dama da Capital, Márcia Pinheiro. Também participaram representantes da: Secretaria de Segurança pública (RJ); TJSP; OAB-PR; Unipar (Curso de Direito); Secretaria de Administração Penitenciária e Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas, (Seap - Capma) e TJGO. Ainda foram registradas as presenças de dezenas de magistrados, delegados de Polícia, promotores de Justiça, defensores públicos e servidores do **Poder Judiciário** de **Mato Grosso**.

Acompanhe AQUI a Audiência Pública.

Site: https://www.semana7.com.br/justica/violencia-domestica-na-pandemia-e-tema-de-audiencia-publica-realizada-pelo-tribunal-de-justica/12733

Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça

A **Juíza** da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, Maria Mazarello Farias Pinto, parabenizou a Secretaria Municipal da Mulher, pelo projeto de capacitação com profissionais da saúde. A fala aconteceu durante a Audiência Pública realizada na última semana, por meio digital, que contou com a presença de diversas autoridades.

A audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", debateu estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de enfretamento, dando efetividade às políticas de violência praticada contra a mulher.

Durante o pronunciamento, a magistrada parabenizou o projeto Sorriso Protetor, desenvolvido em parceria Secretaria da Mulher e Conselho Regional de Odontologia, que capacitou profissionais da saúde bucal para identificarem pacientes vítimas de violência dentro das unidades de saúde.

"Essa iniciativa de sensibilização e identificação de pacientes é uma atitude muito relevante, que podemos pensar e trazer para o interior do Estado. Meus parabéns a Luciana Zamproni e a primeira-dama Márcia Pinheiro, por este trabalho tão eficaz para a sociedade", destacou a magistrada.

Para a secretária municipal da Mulher, Luciana Zamproni, o trabalho desenvolvido pela pasta conseguiu identificar que a maioria das vítimsd que chegam até o Espaço de Acolhimento, instslafo no Hospital Municipal de Cuiabá, não sabe a rota que devem fazer para não voltar ao ciclo de violência. Ela também destacou que a parceria juntamente com a rede de enfrentamento (Patrulha Maria da Penha, Judiciário), 70% das mulheres não fazem denuncia contra seu companheiro, por isso importância de união com todos que possam ajudar essas mulheres.

Outro ponto destacado por Luciana, foi um trabalho já iniciado dentro das escolas do município que apresentem para as crianças a lei Maria da Penha. Finalizando a secretária pontuou a qualificação de quase 400 cirurgiões dentistas que trabalham na rede do município de Cuiabá.

"Esses profissionais conseguem identificar mais facilmente um dente quebrado que seria de uma mulher que fora agredida. Por isso a nossa preocupação em capacitar e sensibilizar esses profissionais", explica. Segundo a primeira-dama, Márcia Pinheiro, o município se coloca à disposição para ajudar e integrar as pautas que desenvolvem politicas públicas voltadas ao combate a violência contra a mulher. "Mesmo não podendo participar da audiência pública eu pedi para a Zamproni me representar e no final de semana, consegui assistir por meio de uma plataforma digital que deixou a audiência gravada. Agradeço mais uma vez em especial a Presidente do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**, pelo convite e reforço nossa parceria com toda a rede de enfrentamento", concluiu.

A pauta da Audiência Pública abordou três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (apresentado pela magistrada **Maria Mazarelo Farias Pinto**);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins)

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica.

Site: https://www.noticiamax.com.br/cidades/projeto-sorriso-protetor-e-destaque-durante-audiencia-publica-realizada-pelo-tribunal-de-justica/85855

Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça

Veja Bem MT

Clique para ampliar

A **Juíza** da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, Maria Mazarello Farias Pinto, parabenizou a Secretaria Municipal da Mulher, pelo projeto de capacitação com profissionais da saúde. A fala aconteceu durante a Audiência Pública realizada na última semana, por meio digital, que contou com a presença de diversas autoridades.

A audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", debateu estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de enfretamento, dando efetividade às políticas de violência praticada contra a mulher.

Durante o pronunciamento, a magistrada parabenizou o projeto Sorriso Protetor, desenvolvido em parceria Secretaria da Mulher e Conselho Regional de Odontologia, que capacitou profissionais da saúde bucal para identificarem pacientes vítimas de violência dentro das unidades de saúde.

"Essa iniciativa de sensibilização e identificação de pacientes é uma atitude muito relevante, que podemos pensar e trazer para o interior do Estado. Meus parabéns a Luciana Zamproni e a primeira-dama Márcia Pinheiro, por este trabalho tão eficaz para a sociedade", destacou a magistrada.

Para a secretária municipal da Mulher, Luciana Zamproni, o trabalho desenvolvido pela pasta conseguiu identificar que a maioria das vítimsd que chegam até o Espaço de Acolhimento, instslafo no Hospital Municipal de Cuiabá, não sabe a rota que devem fazer para não voltar ao ciclo de violência. Ela também destacou que a parceria juntamente com a rede de enfrentamento (Patrulha Maria da Penha, Judiciário), 70% das mulheres não fazem denuncia contra seu companheiro, por isso importância de união com todos que possam ajudar essas mulheres.

Outro ponto destacado por Luciana, foi um trabalho já iniciado dentro das escolas do município que apresentem para as crianças a lei Maria da Penha. Finalizando a secretária pontuou a qualificação de quase 400 cirurgiões dentistas que trabalham na rede do município de Cuiabá.

"Esses profissionais conseguem identificar mais facilmente um dente quebrado que seria de uma mulher que fora agredida. Por isso a nossa preocupação em capacitar e sensibilizar esses profissionais", explica. Segundo a primeira-dama, Márcia Pinheiro, o município se coloca à disposição para ajudar e integrar as pautas que desenvolvem politicas públicas voltadas ao combate a violência contra a mulher. "Mesmo não podendo participar da audiência pública eu pedi para a Zamproni me representar e no final de semana, consegui assistir por meio de uma plataforma digital que deixou a audiência gravada. Agradeço mais uma vez em especial a Presidente do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**, pelo convite e reforço nossa parceria com toda a rede de enfrentamento", concluiu.

A pauta da Audiência Pública abordou três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (apresentado pela magistrada **Maria Mazarelo Farias Pinto**);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins)

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica.

Site: https://vejabemmt.com.br/geral/projeto-sorriso-protetor-e-destaque-durante-audiencia-publica-realizada-pelo-tribunal-de-justica/

Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça

Clique para ampliar

A **Juíza** da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, Maria Mazarello Farias Pinto, parabenizou a Secretaria Municipal da Mulher, pelo projeto de capacitação com profissionais da saúde. A fala aconteceu durante a Audiência Pública realizada na última semana, por meio digital, que contou com a presença de diversas autoridades.

A audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", debateu estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de enfretamento, dando efetividade às políticas de violência praticada contra a mulher.

Durante o pronunciamento, a magistrada parabenizou o projeto Sorriso Protetor, desenvolvido em parceria Secretaria da Mulher e Conselho Regional de Odontologia, que capacitou profissionais da saúde bucal para identificarem pacientes vítimas de violência dentro das unidades de saúde.

"Essa iniciativa de sensibilização e identificação de pacientes é uma atitude muito relevante, que podemos pensar e trazer para o interior do Estado. Meus parabéns a Luciana Zamproni e a primeira-dama Márcia Pinheiro, por este trabalho tão eficaz para a sociedade", destacou a magistrada.

Para a secretária municipal da Mulher, Luciana Zamproni, o trabalho desenvolvido pela pasta conseguiu identificar que a maioria das vítimsd que chegam até o Espaço de Acolhimento, instslafo no Hospital Municipal de Cuiabá, não sabe a rota que devem fazer para não voltar ao ciclo de violência. Ela também destacou que a parceria juntamente com a rede de enfrentamento (Patrulha Maria da Penha, Judiciário), 70% das mulheres não fazem denuncia contra seu companheiro, por isso importância de união com todos que possam ajudar essas mulheres.

Outro ponto destacado por Luciana, foi um trabalho já iniciado dentro das escolas do município que apresentem para as crianças a lei Maria da Penha.

Finalizando a secretária pontuou a qualificação de quase 400 cirurgiões dentistas que trabalham na rede do município de Cuiabá.

"Esses profissionais conseguem identificar mais facilmente um dente quebrado que seria de uma mulher que fora agredida. Por isso a nossa preocupação em capacitar e sensibilizar esses profissionais", explica. Segundo a primeira-dama, Márcia Pinheiro, o município se coloca à disposição para ajudar e integrar as pautas que desenvolvem politicas públicas voltadas ao combate a violência contra a mulher. "Mesmo não podendo participar da audiência pública eu pedi para a Zamproni me representar e no final de semana, consegui assistir por meio de uma plataforma digital que deixou a audiência gravada. Agradeço mais uma vez em especial a Presidente do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**, pelo convite e reforço nossa parceria com toda a rede de enfrentamento", concluiu.

A pauta da Audiência Pública abordou três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (apresentado pela magistrada **Maria Mazarelo Farias Pinto**);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins)

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica.

Site: http://bastidoresdopoder.com.br/projeto-sorriso-protetor-e-destaque-durante-audiencia-publica-realizada-pelo-tribunal-de-justica/

Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça

Da Redação

A **Juíza** da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, Maria Mazarello Farias Pinto, parabenizou a Secretaria Municipal da Mulher, pelo projeto de capacitação com profissionais da saúde. A fala aconteceu durante a Audiência Pública realizada na última semana, por meio digital, que contou com a presença de diversas autoridades.

A audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", debateu estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de enfretamento, dando efetividade às políticas de violência praticada contra a mulher.

Durante o pronunciamento, a magistrada parabenizou o projeto Sorriso Protetor, desenvolvido em parceria Secretaria da Mulher e Conselho Regional de Odontologia, que capacitou profissionais da saúde bucal para identificarem pacientes vítimas de violência dentro das unidades de saúde.

"Essa iniciativa de sensibilização e identificação de pacientes é uma atitude muito relevante, que podemos pensar e trazer para o interior do Estado. Meus parabéns a Luciana Zamproni e a primeira-dama Márcia Pinheiro, por este trabalho tão eficaz para a sociedade", destacou a magistrada.

Para a secretária municipal da Mulher, Luciana Zamproni, o trabalho desenvolvido pela pasta conseguiu identificar que a maioria das vítimsd que chegam até o Espaço de Acolhimento, instslafo no Hospital Municipal de Cuiabá, não sabe a rota que devem fazer para não voltar ao ciclo de violência. Ela também destacou que a parceria juntamente com a rede de enfrentamento (Patrulha Maria da Penha, Judiciário), 70% das mulheres não fazem denuncia contra seu companheiro, por isso importância de união com todos que possam ajudar essas mulheres.

Outro ponto destacado por Luciana, foi um trabalho já iniciado dentro das escolas do município que apresentem para as crianças a lei Maria da Penha. Finalizando a secretária pontuou a qualificação de quase 400 cirurgiões dentistas que trabalham na rede do município de Cuiabá.

"Esses profissionais conseguem identificar mais facilmente um dente quebrado que seria de uma mulher que fora agredida. Por isso a nossa preocupação em capacitar e sensibilizar esses profissionais", explica. Segundo a primeira-dama, Márcia Pinheiro, o município se coloca à disposição para ajudar e integrar as pautas que desenvolvem politicas públicas voltadas ao combate a violência contra a mulher. "Mesmo não podendo participar da audiência pública eu pedi para a Zamproni me representar e no final de semana, consegui assistir por meio de uma plataforma digital que deixou a audiência gravada. Agradeço mais uma vez em especial a Presidente do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**, pelo convite e reforço nossa parceria com toda a rede de enfrentamento", concluiu.

A pauta da Audiência Pública abordou três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (apresentado pela magistrada **Maria Mazarelo Farias Pinto**);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins)

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica.

Site: https://tangaraemfoco.com.br/2021/04/11/projeto-sorriso-protetor-e-destaque-durante-audiencia-publica-realizada-pelo-tribunal-de-justica.html

Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça

A **Juíza** da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, Maria Mazarello Farias Pinto, parabenizou a Secretaria Municipal da Mulher, pelo projeto de capacitação com profissionais da saúde. A fala aconteceu durante a Audiência Pública realizada na última semana, por meio digital, que contou com a presença de diversas autoridades.

A audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", debateu estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de enfretamento, dando efetividade às políticas de violência praticada contra a mulher.

Durante o pronunciamento, a magistrada parabenizou o projeto Sorriso Protetor, desenvolvido em parceria Secretaria da Mulher e Conselho Regional de Odontologia, que capacitou profissionais da saúde bucal para identificarem pacientes vítimas de violência dentro das unidades de saúde.

"Essa iniciativa de sensibilização e identificação de pacientes é uma atitude muito relevante, que podemos pensar e trazer para o interior do Estado. Meus parabéns a Luciana Zamproni e a primeira-dama Márcia Pinheiro, por este trabalho tão eficaz para a sociedade", destacou a magistrada.

Para a secretária municipal da Mulher, Luciana Zamproni, o trabalho desenvolvido pela pasta conseguiu identificar que a maioria das vítimsd que chegam até o Espaço de Acolhimento, instslafo no Hospital Municipal de Cuiabá, não sabe a rota que devem fazer para não voltar ao ciclo de violência. Ela também destacou que a parceria juntamente com a rede de enfrentamento (Patrulha Maria da Penha, Judiciário), 70% das mulheres não fazem denuncia contra seu companheiro, por isso importância de união com todos que possam ajudar essas mulheres.

Outro ponto destacado por Luciana, foi um trabalho já iniciado dentro das escolas do município que apresentem para as crianças a lei Maria da Penha. Finalizando a secretária pontuou a qualificação de quase 400 cirurgiões dentistas que trabalham na rede do município de Cuiabá.

"Esses profissionais conseguem identificar mais facilmente um dente quebrado que seria de uma mulher que fora agredida. Por isso a nossa preocupação em capacitar e sensibilizar esses profissionais", explica. Segundo a primeira-dama, Márcia Pinheiro, o município se coloca à disposição para ajudar e integrar as pautas que desenvolvem politicas públicas voltadas ao combate a violência contra a mulher. "Mesmo não podendo participar da audiência pública eu pedi para a Zamproni me representar e no final de semana, consegui assistir por meio de uma plataforma digital que deixou a audiência gravada. Agradeço mais uma vez em especial a Presidente do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**, pelo convite e reforço nossa parceria com toda a rede de enfrentamento", concluiu.

A pauta da Audiência Pública abordou três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (apresentado pela magistrada **Maria Mazarelo Farias Pinto**);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins)

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica.

Site:
https://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/mulher/projeto-sorriso-protetor-e-destaque-durante-audiencia-publica-realizada-pelo-tribunal-de-justica/23852

Cuiabá registra cinco feminicídios na pandemia

Depois de dois anos sem registrar feminicídio, Cuiabá teve cinco ocorrências deste tipo de crime durante a pandemia. Em **Mato Grosso**, o crescimento de casos registrados foi de 64,8%. Em 2018 foram 35 feminicídios e em 2020, 54 casos. O dado foi apresentado pela delegada Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá, Jozirlethe Magalhães Criveletto, durante participação na Audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção**".

O evento é uma realização do **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** (Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça e Cemulher) e foi realizado em ambiente virtual na tarde desta sexta-feira (09/04), por meio da plataforma Teams. Houve transmissão pelo canal do Youtube do Judiciário.

Jozirlethe Criveletto, que atua há 19 anos na área da violência doméstica, integra a equipe da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá e tratou do sub-tema: "O Funcionamento da Rede de Proteção de Cuiabá" ao apresentar os dados que são da Secretaria de Estado de Segurança Pública de **Mato Grosso** (Sesp-MT). Segundo ela, além de feminicídio, outros casos de violência contra mulher cresceram no Estado se comparado os anos de 2019 e 2020, como estupro (crescimento de 6%) e importunação sexual (aumento de 25%).

A delegada lembrou que o Protocolo de Intenções da criação da Rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher em Cuiabá, foi assinado em 21 de agosto de 2019, citou que um dos objetivos é o de reduzir os índices deste tipo de violência na Capital, além de promover mudança cultural, a partir da disseminação de atitudes igualitárias, da prática de valores éticos e de respeito às diversidades de gênero e finalizou a apresentação falando dos desafios para o fortalecimento desta rede de proteção.

"Precisamos estabelecer um fluxo de Rede, fazer o planejamento estratégico e seu monitoramento e criar um Banco de Dados comum aos integrantes da rede e maior integração entre os segmentos que trabalham com o tema no desenvolvimento de parceria e pactos", citou. "As vítimas de violência precisam retomar suas vidas e muitas vezes não tem animo para sequer fazer a denúncia. Precisamos pensar em como trabalhar a saúde mental dessas mulheres", completou.

Antes da delegada, o eixo III teve a participação da delegada do Plantão 24hs de violência doméstica e sexual de Cuiabá, Lizzia Kelly Ferraro, que abordou o sub-tema "Acolhimento e primeiro atendimento às vítimas de violência doméstica", sobre a realidade de Cuiabá, único município mato-grossense que conta com esse tipo de serviço. A delegada explicou que o atendimento 24 horas começou a funcionar em setembro do ano passado e já ouviu 5449 pessoas. Falou sobre a estrutura que proporciona acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, bem como crianças e idosos. "Estamos em um ambiente diferenciado para receber essas vítimas, onde ela pode ser ouvida em sigilo, em sala reservada e com atendimento psicossocial", descreveu.

A delegacia conta com cinco delegadas mulheres, dois escrivãs, quatro investigadores e um profissional psicossocial. "A tendimento humanizado requer espaço adequado", completa Lizzia Ferraro.

A psicóloga da Rede de Proteção à Mulher da Delegacia da Mulher, Jaqueline Vilalba Fernandes, discutiu o sub-tema "A Importância da rede de proteção no atendimento a mulher vítima de violência doméstica", e explicou como é feito o atendimento psicossocial das vítimas. "Temos o momento inicial de acolhimento e questões gerais, no momento meio falamos sobre questões da vida da mulher, a violência e reflexões, há preenchimento do Formulário Nacional de Avaliação de risco, quando é solicitada a medida protetiva. Segue com o encaminhamento para a Rede de Proteção e o encerramento do atendimento e acompanhamento do caso", descreve.

A realização de audiências públicas está prevista no Plano de Gestão. Ouvir a comunidade é considerado essencial para a melhoria dos serviços públicos. O evento é dividido em três eixos: O Aumento da Violência Sexual na Pandemia (relatório de dados); Patrulha Maria da Penha (a experiência do Estado de **Mato Grosso**) e Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica.

Também colaboram com a discussão da tarde desta sexta: a **juíza** de Rondonópolis, **Maria Mazarelo Farias Pinto**, titular da Vara Especializada de

Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Eixo I), e a tenente coronel da PMMT, ativista feminina, Emirella Perpétua Souza Martins (Eixo II).

Site: https://paginadoestado.com.br/cuiaba-registra-cinco-feminicidios-na-pandemia/

MT registra aumento de estupros durante pandemia

Desde que o isolamento social se tornou obrigatório por conta da pandemia da Covid-19, os órgãos públicos registraram aumento de violência sexual praticadas contra mulheres. Durante realização da audiência pública **Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e Estratégias para Melhoria do Sistema de Proteção**, na tarde desta sexta-feira (9 de abril), a juíza Maria Mazarello Farias Pinto, apontou o aumento de casos não só de estupros, mas também de importunação sexual e registro sem autorização da vítima de cena de nudez ou ato sexual.

Em 2019, **Mato Grosso** registrou 395 casos de estupro em geral. Já de janeiro a novembro de 2020, foram registrados 402 casos do mesmo crime, revelando um aumento de 2% no período da pandemia. Também foram registrados 162 casos de importunação sexual, em 2019, contra 186 em 2020, com aumento de 15%.

Outro dado que impressiona é que, em 2019, foram denunciados cinco casos do crime de registro, sem autorização dos participantes, de cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso. Ainda no ano de 2020, entre janeiro a novembro, aumentaram para 18 os casos denunciados, denotando aumento de 260%. Todos os dados são da Superintendência do Observatório de Segurança Pública do Estado de **Mato Grosso**, envolvendo vítimas com idades entre 18 e 59 anos.

De acordo com a palestrante, esse predomínio que o homem assumiu sobre a mulher, é injusto e cruel, resultado das instituições sociais e do abuso da força sobre a fraqueza. "Aprendemos que "entre homens moralmente pouco adiantados, a força faz o direito".(...) Estima-se que no Brasil apenas 10% dos casos de estupro sejam denunciados. Isto significa que 90% das vítimas preferem o silêncio, seja por medo, ou porque não pretende ser revitimizada, pela própria dificuldade em compreender, aceitando a ocorrência do crime, ou até mesmo porque não acredita na eficiência da lei."

Grande parte dos crimes de violência contra a mulher por crime ocorre dentro de casa, sendo praticado por um familiar ou por pessoa conhecida. Uma das formas de se combater a violência doméstica e familiar é a Patrulha Maria da Penha, projeto desenvolvido pelo **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** em parceria com a Polícia Militar.

O serviço, que foi tema da segunda palestra do dia, tem como objetivo fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência determinadas pelo **Poder Judiciário**, proporcionando melhor proteção às mulheres atendidas e evitando a reincidência da violência doméstica, em especial, o crime de feminicídio. Atualmente, no Estado, tem uma coordenação estadual; 14 Patrulhas Maria da Penha ativas, presentes em 18 municípios; 8 patrulhas em processos de ativação previstas para 2021.

A palestrante, Tenente Coronel Emirela Martins, ressaltou que é de extrema importância que haja denúncia nesses casos. "Toda de qualquer pessoa que tomar conhecimento da violência pode e deve denunciar o que está acontecendo inclusive de forma anônima. A gente percebe o fato de que a testemunha não quer se envolver. Por isso é importante que ela saiba que não precisa se identificar, mas precisa denunciar somente assim a vítima poderá ser ajudada."

Em 2020, durante a pandemia, a Patrulha Maria da Penha realizou 5.675 atendimentos. Também nesse período, não houve feminicídio entre as atendidas pelo programa. Durante a apresentação, o corregedor-geral da Justiça, **desembargador José Zuquim Nogueira**, ressaltou a importância dessa fiscalização feita pela Polícia Militar no atendimento às mulheres, bem como a intenção de manter-se parceiro do programa.

"Esse instrumento vem ao encontro de nossos anseios. Conforme dito anteriormente, foram concedidas 7.408 medidas protetivas em 2019 e em 2020 foram 9.693. Houve aumento na concessão dessas determinações, mas não adianta conceder medida protetiva se não der efetividade a elas. Então, diante desses resultados positivos, a **CGJ** quer manter-se parceiro da Patrulha seja na capacitação de pessoas, seja na reivindicação de uma estrutura melhor", ressaltou **Zuquim**.

Você também pode ajudar no combate à Violência contra a Mulher, compartilhe esse material no Instagram com as hashtags: #audienciapublicatjmt #audienciamulher #quebreociclo #tjmtmulher #violenciadomestica #diganao e marque o @tjmtoficial.

Site: https://www.oimpressomt.com.br/policia/mt-registra-aumento-de-estupros-durante-pandemia/8668

Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça

A **Juíza** da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, Maria Mazarello Farias Pinto, parabenizou a Secretaria Municipal da Mulher, pelo projeto de capacitação com profissionais da saúde. A fala aconteceu durante a Audiência Pública realizada na última semana, por meio digital, que contou com a presença de diversas autoridades.

A audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", debateu estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de enfretamento, dando efetividade às políticas de violência praticada contra a mulher.

Durante o pronunciamento, a magistrada parabenizou o projeto Sorriso Protetor, desenvolvido em parceria Secretaria da Mulher e Conselho Regional de Odontologia, que capacitou profissionais da saúde bucal para identificarem pacientes vítimas de violência dentro das unidades de saúde.

"Essa iniciativa de sensibilização e identificação de pacientes é uma atitude muito relevante, que podemos pensar e trazer para o interior do Estado. Meus parabéns a Luciana Zamproni e a primeira-dama Márcia Pinheiro, por este trabalho tão eficaz para a sociedade", destacou a magistrada.

Para a secretária municipal da Mulher, Luciana Zamproni, o trabalho desenvolvido pela pasta conseguiu identificar que a maioria das vítimsd que chegam até o Espaço de Acolhimento, instslafo no Hospital Municipal de Cuiabá, não sabe a rota que devem fazer para não voltar ao ciclo de violência. Ela também destacou que a parceria juntamente com a rede de enfrentamento (Patrulha Maria da Penha, Judiciário), 70% das mulheres não fazem denuncia contra seu companheiro, por isso importância de união com todos que possam ajudar essas mulheres.

Outro ponto destacado por Luciana, foi um trabalho já iniciado dentro das escolas do município que apresentem para as crianças a lei Maria da Penha. Finalizando a secretária pontuou a qualificação de quase 400 cirurgiões dentistas que trabalham na rede do município de Cuiabá.

"Esses profissionais conseguem identificar mais facilmente um dente quebrado que seria de uma mulher que fora agredida. Por isso a nossa preocupação em capacitar e sensibilizar esses profissionais", explica. Segundo a primeira-dama, Márcia Pinheiro, o município se coloca à disposição para ajudar e integrar as pautas que desenvolvem politicas públicas voltadas ao combate a violência contra a mulher. "Mesmo não podendo participar da audiência pública eu pedi para a Zamproni me representar e no final de semana, consegui assistir por meio de uma plataforma digital que deixou a audiência gravada. Agradeço mais uma vez em especial a Presidente do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**, pelo convite e reforço nossa parceria com toda a rede de enfrentamento", concluiu.

A pauta da Audiência Pública abordou três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (apresentado pela magistrada **Maria Mazarelo Farias Pinto**);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins)

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica.

Fonte: Prefeitura de Cuiabá MT

Site: https://odocumento.com.br/projeto-sorriso-protetor-e-destaque-durante-audiencia-publica-realizada-pelo-tribunal-de-justica/

MT registra aumento de estupros durante pandemia

Desde que o isolamento social se tornou obrigatório por conta da pandemia da Covid-19, os órgãos públicos registraram aumento de violência sexual praticadas contra mulheres. Durante realização da audiência pública **Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e Estratégias para Melhoria do Sistema de Proteção**, na tarde desta sexta-feira (9 de abril), a juíza Maria Mazarello Farias Pinto, apontou o aumento de casos não só de estupros, mas também de importunação sexual e registro sem autorização da vítima de cena de nudez ou ato sexual.

Em 2019, **Mato Grosso** registrou 395 casos de estupro em geral. Já de janeiro a novembro de 2020, foram registrados 402 casos do mesmo crime, revelando um aumento de 2% no período da pandemia. Também foram registrados 162 casos de importunação sexual, em 2019, contra 186 em 2020, com aumento de 15%.

Outro dado que impressiona é que, em 2019, foram denunciados cinco casos do crime de registro, sem autorização dos participantes, de cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso. Ainda no ano de 2020, entre janeiro a novembro, aumentaram para 18 os casos denunciados, denotando aumento de 260%. Todos os dados são da Superintendência do Observatório de Segurança Pública do Estado de **Mato Grosso**, envolvendo vítimas com idades entre 18 e 59 anos.

De acordo com a palestrante, esse predomínio que o homem assumiu sobre a mulher, é injusto e cruel, resultado das instituições sociais e do abuso da força sobre a fraqueza. "Aprendemos que 'entre homens moralmente pouco adiantados, a força faz o direito'.(...) Estima-se que no Brasil apenas 10% dos casos de estupro sejam denunciados. Isto significa que 90% das vítimas preferem o silêncio, seja por medo, ou porque não pretende ser revitimizada, pela própria dificuldade em compreender, aceitando a ocorrência do crime, ou até mesmo porque não acredita na eficiência da lei."

Grande parte dos crimes de violência contra a mulher por crime ocorre dentro de casa, sendo praticado por um familiar ou por pessoa conhecida. Uma das formas de se combater a violência doméstica e familiar é a Patrulha Maria da Penha, projeto desenvolvido pelo **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** em parceria com a Polícia Militar.

O serviço, que foi tema da segunda palestra do dia, tem como objetivo fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência determinadas pelo **Poder Judiciário**, proporcionando melhor proteção às mulheres atendidas e evitando a reincidência da violência doméstica, em especial, o crime de feminicídio. Atualmente, no Estado, tem uma coordenação estadual; 14 Patrulhas Maria da Penha ativas, presentes em 18 municípios; 8 patrulhas em processos de ativação previstas para 2021.

A palestrante, Tenente Coronel Emirela Martins, ressaltou que é de extrema importância que haja denúncia nesses casos. "Toda de qualquer pessoa que tomar conhecimento da violência pode e deve denunciar o que está acontecendo inclusive de forma anônima. A gente percebe o fato de que a testemunha não quer se envolver. Por isso é importante que ela saiba que não precisa se identificar, mas precisa denunciar somente assim a vítima poderá ser ajudada."

Em 2020, durante a pandemia, a Patrulha Maria da Penha realizou 5.675 atendimentos. Também nesse período, não houve feminicídio entre as atendidas pelo programa. Durante a apresentação, o corregedor-geral da Justiça, **desembargador José Zuquim Nogueira**, ressaltou a importância dessa fiscalização feita pela Polícia Militar no atendimento às mulheres, bem como a intenção de manter-se parceiro do programa.

"Esse instrumento vem ao encontro de nossos anseios. Conforme dito anteriormente, foram concedidas 7.408 medidas protetivas em 2019 e em 2020 foram 9.693. Houve aumento na concessão dessas determinações, mas não adianta conceder medida protetiva se não der efetividade a elas. Então, diante desses resultados positivos, a **CGJ** quer manter-se parceiro da Patrulha seja na capacitação de pessoas, seja na reivindicação de uma estrutura melhor", ressaltou **Zuquim**.

Você também pode ajudar no combate à Violência contra a Mulher, compartilhe esse material no Instagram com as hashtags: #audienciapublicatjmt #audienciamulher #quebreociclo #tjmtmulher #violenciadomestica #diganao e marque o @tjmtoficial.

Site: https://www.obomdanoticia.com.br/cidades/mt-

registra-aumento-de-estupros-durante-pandemia/108776

MT registra aumento de estupros durante pandemia

Keila Maressa | TJ-MT

Desde que o isolamento social se tornou obrigatório por conta da pandemia da Covid-19, os órgãos públicos registraram aumento de violência sexual praticadas contra mulheres. Durante realização da audiência pública **Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e Estratégias para Melhoria do Sistema de Proteção**, na tarde desta sexta-feira (9 de abril), a juíza Maria Mazarello Farias Pinto, apontou o aumento de casos não só de estupros, mas também de importunação sexual e registro sem autorização da vítima de cena de nudez ou ato sexual.

Em 2019, **Mato Grosso** registrou 395 casos de estupro em geral. Já de janeiro a novembro de 2020, foram registrados 402 casos do mesmo crime, revelando um aumento de 2% no período da pandemia. Também foram registrados 162 casos de importunação sexual, em 2019, contra 186 em 2020, com aumento de 15%.

Outro dado que impressiona é que, em 2019, foram denunciados cinco casos do crime de registro, sem autorização dos participantes, de cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso. Ainda no ano de 2020, entre janeiro a novembro, aumentaram para 18 os casos denunciados, denotando aumento de 260%. Todos os dados são da Superintendência do Observatório de Segurança Pública do Estado de **Mato Grosso**, envolvendo vítimas com idades entre 18 e 59 anos.

De acordo com a palestrante, esse predomínio que o homem assumiu sobre a mulher, é injusto e cruel, resultado das instituições sociais e do abuso da força sobre a fraqueza. "Aprendemos que 'entre homens moralmente pouco adiantados, a força faz o direito'.(...) Estima-se que no Brasil apenas 10% dos casos de estupro sejam denunciados. Isto significa que 90% das vítimas preferem o silêncio, seja por medo, ou porque não pretende ser revitimizada, pela própria dificuldade em compreender, aceitando a ocorrência do crime, ou até mesmo porque não acredita na eficiência da lei."

Grande parte dos crimes de violência contra a mulher por crime ocorre dentro de casa, sendo praticado por um familiar ou por pessoa conhecida. Uma das formas de se combater a violência doméstica e familiar é a Patrulha Maria da Penha, projeto desenvolvido pelo **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** em parceria com a Polícia Militar.

O serviço, que foi tema da segunda palestra do dia, tem como objetivo fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência determinadas pelo **Poder Judiciário**, proporcionando melhor proteção às mulheres atendidas e evitando a reincidência da violência doméstica, em especial, o crime de feminicídio. Atualmente, no Estado, tem uma coordenação estadual; 14 Patrulhas Maria da Penha ativas, presentes em 18 municípios; 8 patrulhas em processos de ativação previstas para 2021.

A palestrante, Tenente Coronel Emirela Martins, ressaltou que é de extrema importância que haja denúncia nesses casos. "Toda de qualquer pessoa que tomar conhecimento da violência pode e deve denunciar o que está acontecendo inclusive de forma anônima. A gente percebe o fato de que a testemunha não quer se envolver. Por isso é importante que ela saiba que não precisa se identificar, mas precisa denunciar somente assim a vítima poderá ser ajudada."

Em 2020, durante a pandemia, a Patrulha Maria da Penha realizou 5.675 atendimentos. Também nesse período, não houve feminicídio entre as atendidas pelo programa. Durante a apresentação, o corregedor-geral da Justiça, **desembargador José Zuquim Nogueira**, ressaltou a importância dessa fiscalização feita pela Polícia Militar no atendimento às mulheres, bem como a intenção de manter-se parceiro do programa.

"Esse instrumento vem ao encontro de nossos anseios. Conforme dito anteriormente, foram concedidas 7.408 medidas protetivas em 2019 e em 2020 foram 9.693. Houve aumento na concessão dessas determinações, mas não adianta conceder medida protetiva se não der efetividade a elas. Então, diante desses resultados positivos, a **CGJ** quer manter-se parceiro da Patrulha seja na capacitação de pessoas, seja na reivindicação de uma estrutura melhor", ressaltou **Zuquim**.

Você também pode ajudar no combate à Violência contra a Mulher, compartilhe esse material no Instagram com as hashtags: #audienciapublicatjmt #audienciamulher #quebreociclo #tjmtmulher #violenciadomestica #diganao e marque o @tjmtoficial.

Site: https://www.estadaomatogrosso.com.br/policia/mt-registra-aumento-de-estupros-durante-pandemia/30374

MT registra aumento de estupros durante pandemia

Ilustração

Desde que o isolamento social se tornou obrigatório por conta da pandemia da Covid-19, os órgãos públicos registraram aumento de violência sexual praticadas contra mulheres. Durante realização da audiência pública **Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e Estratégias para Melhoria do Sistema de Proteção**, na tarde desta sexta-feira (9 de abril), a juíza Maria Mazarello Farias Pinto, apontou o aumento de casos não só de estupros, mas também de importunação sexual e registro sem autorização da vítima de cena de nudez ou ato sexual.

Em 2019, **Mato Grosso** registrou 395 casos de estupro em geral. Já de janeiro a novembro de 2020, foram registrados 402 casos do mesmo crime, revelando um aumento de 2% no período da pandemia. Também foram registrados 162 casos de importunação sexual, em 2019, contra 186 em 2020, com aumento de 15%.

Outro dado que impressiona é que, em 2019, foram denunciados cinco casos do crime de registro, sem autorização dos participantes, de cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso. Ainda no ano de 2020, entre janeiro a novembro, aumentaram para 18 os casos denunciados, denotando aumento de 260%. Todos os dados são da Superintendência do Observatório de Segurança Pública do Estado de **Mato Grosso**, envolvendo vítimas com idades entre 18 e 59 anos.

De acordo com a palestrante, esse predomínio que o homem assumiu sobre a mulher, é injusto e cruel, resultado das instituições sociais e do abuso da força sobre a fraqueza. "Aprendemos que "entre homens moralmente pouco adiantados, a força faz o direito".(...) Estima-se que no Brasil apenas 10% dos casos de estupro sejam denunciados. Isto significa que 90% das vítimas preferem o silêncio, seja por medo, ou porque não pretende ser revitimizada, pela própria dificuldade em compreender, aceitando a ocorrência do crime, ou até mesmo porque não acredita na eficiência da lei."

Grande parte dos crimes de violência contra a mulher por crime ocorre dentro de casa, sendo praticado por um familiar ou por pessoa conhecida. Uma das formas de se combater a violência doméstica e familiar é a Patrulha Maria da Penha, projeto desenvolvido pelo **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** em parceria com a Polícia Militar.

O serviço, que foi tema da segunda palestra do dia, tem como objetivo fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência determinadas pelo **Poder Judiciário**, proporcionando melhor proteção às mulheres atendidas e evitando a reincidência da violência doméstica, em especial, o crime de feminicídio. Atualmente, no Estado, tem uma coordenação estadual; 14 Patrulhas Maria da Penha ativas, presentes em 18 municípios; 8 patrulhas em processos de ativação previstas para 2021.

A palestrante, Tenente Coronel Emirela Martins, ressaltou que é de extrema importância que haja denúncia nesses casos. "Toda de qualquer pessoa que tomar conhecimento da violência pode e deve denunciar o que está acontecendo inclusive de forma anônima. A gente percebe o fato de que a testemunha não quer se envolver. Por isso é importante que ela saiba que não precisa se identificar, mas precisa denunciar somente assim a vítima poderá ser ajudada."

Em 2020, durante a pandemia, a Patrulha Maria da Penha realizou 5.675 atendimentos. Também nesse período, não houve feminicídio entre as atendidas pelo programa. Durante a apresentação, o corregedor-geral da Justiça, **desembargador José Zuquim Nogueira**, ressaltou a importância dessa fiscalização feita pela Polícia Militar no atendimento às mulheres, bem como a intenção de manter-se parceiro do programa.

"Esse instrumento vem ao encontro de nossos anseios. Conforme dito anteriormente, foram concedidas 7.408 medidas protetivas em 2019 e em 2020 foram 9.693. Houve aumento na concessão dessas determinações, mas não adianta conceder medida protetiva se não der efetividade a elas. Então, diante desses resultados positivos, a **CGJ** quer manter-se parceiro da Patrulha seja na capacitação de pessoas, seja na reivindicação de uma estrutura melhor", ressaltou **Zuquim**.

Você também pode ajudar no combate à Violência contra a Mulher, compartilhe esse material no Instagram com as hashtags: #audienciapublicatjmt #audienciamulher #quebreociclo #tjmtmulher

#violenciadomestica #diganao e marque o @tjmtoficial.

Site: https://www.estadaomatogrosso.com.br/policia/mt-registra-aumento-de-estupros-durante-pandemia/30374

Cuiabá registra cinco feminicídios na pandemia

Da Redação

Depois de dois anos sem registrar feminicídio, Cuiabá teve cinco ocorrências deste tipo de crime durante a pandemia. Em **Mato Grosso**, o crescimento de casos registrados foi de 64,8%. Em 2018 foram 35 feminicídios e em 2020, 54 casos. O dado foi apresentado pela delegada Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá, Jozirlethe Magalhães Criveletto, durante participação na Audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção**".

O evento é uma realização do **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** (Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça e Cemulher) e foi realizado em ambiente virtual na tarde desta sexta-feira (09/04), por meio da plataforma Teams. Houve transmissão pelo canal do Youtube do Judiciário.

Jozirlethe Criveletto, que atua há 19 anos na área da violência doméstica, integra a equipe da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá e tratou do sub-tema: "O Funcionamento da Rede de Proteção de Cuiabá" ao apresentar os dados que são da Secretaria de Estado de Segurança Pública de **Mato Grosso** (Sesp-MT). Segundo ela, além de feminicídio, outros casos de violência contra mulher cresceram no Estado se comparado os anos de 2019 e 2020, como estupro (crescimento de 6%) e importunação sexual (aumento de 25%).

A delegada lembrou que o Protocolo de Intenções da criação da Rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher em Cuiabá, foi assinado em 21 de agosto de 2019, citou que um dos objetivos é o de reduzir os índices deste tipo de violência na Capital, além de promover mudança cultural, a partir da disseminação de atitudes igualitárias, da prática de valores éticos e de respeito às diversidades de gênero e finalizou a apresentação falando dos desafios para o fortalecimento desta rede de proteção.

"Precisamos estabelecer um fluxo de Rede, fazer o planejamento estratégico e seu monitoramento e criar um Banco de Dados comum aos integrantes da rede e maior integração entre os segmentos que trabalham com o tema no desenvolvimento de parceria e pactos", citou. "As vítimas de violência precisam retomar suas vidas e muitas vezes não tem animo para sequer fazer a denúncia. Precisamos pensar em como trabalhar a saúde mental dessas mulheres", completou.

Antes da delegada, o eixo III teve a participação da delegada do Plantão 24hs de violência doméstica e sexual de Cuiabá, Lizzia Kelly Ferraro, que abordou o sub-tema "Acolhimento e primeiro atendimento às vítimas de violência doméstica", sobre a realidade de Cuiabá, único município mato-grossense que conta com esse tipo de serviço. A delegada explicou que o atendimento 24 horas começou a funcionar em setembro do ano passado e já ouviu 5449 pessoas. Falou sobre a estrutura que proporciona acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, bem como crianças e idosos. "Estamos em um ambiente diferenciado para receber essas vítimas, onde ela pode ser ouvida em sigilo, em sala reservada e com atendimento psicossocial", descreveu.

A delegacia conta com cinco delegadas mulheres, dois escrivãs, quatro investigadores e um profissional psicossocial. "A tendimento humanizado requer espaço adequado", completa Lizzia Ferraro.

A psicóloga da Rede de Proteção à Mulher da Delegacia da Mulher, Jaqueline Vilalba Fernandes, discutiu o sub-tema "A Importância da rede de proteção no atendimento a mulher vítima de violência doméstica", e explicou como é feito o atendimento psicossocial das vítimas. "Temos o momento inicial de acolhimento e questões gerais, no momento meio falamos sobre questões da vida da mulher, a violência e reflexões, há preenchimento do Formulário Nacional de Avaliação de risco, quando é solicitada a medida protetiva. Segue com o encaminhamento para a Rede de Proteção e o encerramento do atendimento e acompanhamento do caso", descreve.

A realização de audiências públicas está prevista no Plano de Gestão. Ouvir a comunidade é considerado essencial para a melhoria dos serviços públicos. O evento é dividido em três eixos: O Aumento da Violência Sexual na Pandemia (relatório de dados); Patrulha Maria da Penha (a experiência do Estado de **Mato Grosso**) e Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica.

Também colaboram com a discussão da tarde desta

sexta: a **juíza** de Rondonópolis, **Maria Mazarelo Farias Pinto**, titular da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Eixo I), e a tenente coronel da PMMT, ativista feminina, Emirella Perpétua Souza Martins (Eixo II).

Site: https://www.folhamax.com/cidades/cuiaba-registra-cinco-feminicidios-na-pandemia/298769

Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça

Da Redação

Clique para ampliar

A **Juíza** da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, Maria Mazarello Farias Pinto, parabenizou a Secretaria Municipal da Mulher, pelo projeto de capacitação com profissionais da saúde. A fala aconteceu durante a Audiência Pública realizada na última semana, por meio digital, que contou com a presença de diversas autoridades.

A audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", debateu estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de enfretamento, dando efetividade às políticas de violência praticada contra a mulher.

Durante o pronunciamento, a magistrada parabenizou o projeto Sorriso Protetor, desenvolvido em parceria Secretaria da Mulher e Conselho Regional de Odontologia, que capacitou profissionais da saúde bucal para identificarem pacientes vítimas de violência dentro das unidades de saúde.

"Essa iniciativa de sensibilização e identificação de pacientes é uma atitude muito relevante, que podemos pensar e trazer para o interior do Estado. Meus parabéns a Luciana Zamproni e a primeira-dama Márcia Pinheiro, por este trabalho tão eficaz para a sociedade", destacou a magistrada.

Para a secretária municipal da Mulher, Luciana Zamproni, o trabalho desenvolvido pela pasta conseguiu identificar que a maioria das vítimsd que chegam até o Espaço de Acolhimento, instslafo no Hospital Municipal de Cuiabá, não sabe a rota que devem fazer para não voltar ao ciclo de violência. Ela também destacou que a parceria juntamente com a rede de enfrentamento (Patrulha Maria da Penha, Judiciário), 70% das mulheres não fazem denuncia contra seu companheiro, por isso importância de união com todos que possam ajudar essas mulheres.

Outro ponto destacado por Luciana, foi um trabalho já iniciado dentro das escolas do município que apresentem para as crianças a lei Maria da Penha. Finalizando a secretária pontuou a qualificação de quase 400 cirurgiões dentistas que trabalham na rede do município de Cuiabá.

"Esses profissionais conseguem identificar mais facilmente um dente quebrado que seria de uma mulher que fora agredida. Por isso a nossa preocupação em capacitar e sensibilizar esses profissionais", explica. Segundo a primeira-dama, Márcia Pinheiro, o município se coloca à disposição para ajudar e integrar as pautas que desenvolvem politicas públicas voltadas ao combate a violência contra a mulher. "Mesmo não podendo participar da audiência pública eu pedi para a Zamproni me representar e no final de semana, consegui assistir por meio de uma plataforma digital que deixou a audiência gravada. Agradeço mais uma vez em especial a Presidente do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**, pelo convite e reforço nossa parceria com toda a rede de enfrentamento", concluiu.

A pauta da Audiência Pública abordou três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (apresentado pela magistrada **Maria Mazarelo Farias Pinto**);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins)

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica.

Site: https://lapadalapada.com.br/2021/04/11/projeto-sorriso-protetor-e-destaque-durante-audiencia-publica-realizada-pelo-tribunal-de-justica.html

Projeto Sorriso Protetor é destaque durante audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça

A **Juíza** da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, Maria Mazarello Farias Pinto, parabenizou a Secretaria Municipal da Mulher, pelo projeto de capacitação com profissionais da saúde. A fala aconteceu durante a Audiência Pública realizada na última semana, por meio digital, que contou com a presença de diversas autoridades.

A audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção", debateu estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de enfretamento, dando efetividade às políticas de violência praticada contra a mulher.

Durante o pronunciamento, a magistrada parabenizou o projeto Sorriso Protetor, desenvolvido em parceria Secretaria da Mulher e Conselho Regional de Odontologia, que capacitou profissionais da saúde bucal para identificarem pacientes vítimas de violência dentro das unidades de saúde.

"Essa iniciativa de sensibilização e identificação de pacientes é uma atitude muito relevante, que podemos pensar e trazer para o interior do Estado. Meus parabéns a Luciana Zamproni e a primeira-dama Márcia Pinheiro, por este trabalho tão eficaz para a sociedade", destacou a magistrada.

Para a secretária municipal da Mulher, Luciana Zamproni, o trabalho desenvolvido pela pasta conseguiu identificar que a maioria das vítimsd que chegam até o Espaço de Acolhimento, instslafo no Hospital Municipal de Cuiabá, não sabe a rota que devem fazer para não voltar ao ciclo de violência. Ela também destacou que a parceria juntamente com a rede de enfrentamento (Patrulha Maria da Penha, Judiciário), 70% das mulheres não fazem denuncia contra seu companheiro, por isso importância de união com todos que possam ajudar essas mulheres.

Outro ponto destacado por Luciana, foi um trabalho já iniciado dentro das escolas do município que apresentem para as crianças a lei Maria da Penha. Finalizando a secretária pontuou a qualificação de quase 400 cirurgiões dentistas que trabalham na rede do município de Cuiabá.

"Esses profissionais conseguem identificar mais facilmente um dente quebrado que seria de uma mulher que fora agredida. Por isso a nossa preocupação em capacitar e sensibilizar esses profissionais", explica. Segundo a primeira-dama, Márcia Pinheiro, o município se coloca à disposição para ajudar e integrar as pautas que desenvolvem politicas públicas voltadas ao combate a violência contra a mulher. "Mesmo não podendo participar da audiência pública eu pedi para a Zamproni me representar e no final de semana, consegui assistir por meio de uma plataforma digital que deixou a audiência gravada. Agradeço mais uma vez em especial a Presidente do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, **desembargadora Maria Helena Póvoas**, pelo convite e reforço nossa parceria com toda a rede de enfrentamento", concluiu.

A pauta da Audiência Pública abordou três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (apresentado pela magistrada **Maria Mazarelo Farias Pinto**);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins)

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica.

Site: https://momentomt.com.br/momento-cidades/projeto-sorriso-protetor-e-destaque-durante-audiencia-publica-realizada-pelo-tribunal-de-justica/

Cuiabá registra cinco feminicídios na pandemia

Redação

Depois de dois anos sem registrar feminicídio, Cuiabá teve cinco ocorrências deste tipo de crime durante a pandemia. Em **Mato Grosso**, o crescimento de casos registrados foi de 64,8%. Em 2018 foram 35 feminicídios e em 2020, 54 casos. O dado foi apresentado pela delegada Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá, Jozirlethe Magalhães Criveletto, durante participação na Audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção**".

O evento é uma realização do **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** (Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça e Cemulher) e foi realizado em ambiente virtual na tarde desta sexta-feira (09/04), por meio da plataforma Teams. Houve transmissão pelo canal do Youtube do Judiciário.

Jozirlethe Criveletto, que atua há 19 anos na área da violência doméstica, integra a equipe da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá e tratou do sub-tema: "O Funcionamento da Rede de Proteção de Cuiabá" ao apresentar os dados que são da Secretaria de Estado de Segurança Pública de **Mato Grosso** (Sesp-MT). Segundo ela, além de feminicídio, outros casos de violência contra mulher cresceram no Estado se comparado os anos de 2019 e 2020, como estupro (crescimento de 6%) e importunação sexual (aumento de 25%).

A delegada lembrou que o Protocolo de Intenções da criação da Rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher em Cuiabá, foi assinado em 21 de agosto de 2019, citou que um dos objetivos é o de reduzir os índices deste tipo de violência na Capital, além de promover mudança cultural, a partir da disseminação de atitudes igualitárias, da prática de valores éticos e de respeito às diversidades de gênero e finalizou a apresentação falando dos desafios para o fortalecimento desta rede de proteção.

"Precisamos estabelecer um fluxo de Rede, fazer o planejamento estratégico e seu monitoramento e criar um Banco de Dados comum aos integrantes da rede e maior integração entre os segmentos que trabalham com o tema no desenvolvimento de parceria e pactos", citou. "As vítimas de violência precisam retomar suas vidas e muitas vezes não tem animo para sequer fazer a denúncia. Precisamos pensar em como trabalhar a saúde mental dessas mulheres", completou.

Antes da delegada, o eixo III teve a participação da delegada do Plantão 24hs de violência doméstica e sexual de Cuiabá, Lizzia Kelly Ferraro, que abordou o sub-tema "Acolhimento e primeiro atendimento às vítimas de violência doméstica", sobre a realidade de Cuiabá, único município mato-grossense que conta com esse tipo de serviço. A delegada explicou que o atendimento 24 horas começou a funcionar em setembro do ano passado e já ouviu 5449 pessoas. Falou sobre a estrutura que proporciona acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, bem como crianças e idosos. "Estamos em um ambiente diferenciado para receber essas vítimas, onde ela pode ser ouvida em sigilo, em sala reservada e com atendimento psicossocial", descreveu.

A delegacia conta com cinco delegadas mulheres, dois escrivãs, quatro investigadores e um profissional psicossocial. "A tendimento humanizado requer espaço adequado", completa Lizzia Ferraro.

A psicóloga da Rede de Proteção à Mulher da Delegacia da Mulher, Jaqueline Vilalba Fernandes, discutiu o sub-tema "A Importância da rede de proteção no atendimento a mulher vítima de violência doméstica", e explicou como é feito o atendimento psicossocial das vítimas. "Temos o momento inicial de acolhimento e questões gerais, no momento meio falamos sobre questões da vida da mulher, a violência e reflexões, há preenchimento do Formulário Nacional de Avaliação de risco, quando é solicitada a medida protetiva. Segue com o encaminhamento para a Rede de Proteção e o encerramento do atendimento e acompanhamento do caso", descreve.

A realização de audiências públicas está prevista no Plano de Gestão. Ouvir a comunidade é considerado essencial para a melhoria dos serviços públicos. O evento é dividido em três eixos: O Aumento da Violência Sexual na Pandemia (relatório de dados); Patrulha Maria da Penha (a experiência do Estado de **Mato Grosso**) e Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica.

Também colaboram com a discussão da tarde desta

sexta: a **juíza** de Rondonópolis, **Maria Mazarelo Farias Pinto**, titular da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Eixo I), e a tenente coronel da PMMT, ativista feminina, Emirella Perpétua Souza Martins (Eixo II).

Site: https://noticiaquentemt.com.br/2021/04/11/cuiaba-registra-cinco-feminicidios-na-pandemia/

Feminicídio: crescimento reforça necessidade de fortalecer rede de proteção às mulheres

Depois de dois anos sem registrar feminicídio, Cuiabá teve cinco ocorrências deste tipo de crime durante a pandemia. Em **Mato Grosso**, o crescimento de casos registrados foi de 64,8%. Em 2018 foram 35 feminicídios e em 2020, 54 casos. O dado foi apresentado pela delegada Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá, Jozirlethe Magalhães Criveletto, durante participação na Audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção**".

O evento é uma realização do **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** (Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça e Cemulher) e foi realizado em ambiente virtual na tarde desta sexta-feira (09/04), por meio da plataforma Teams. Houve transmissão pelo canal do Youtube do Judiciário.

Jozirlethe Criveletto, que atua há 19 anos na área da violência doméstica, integra a equipe da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá e tratou do sub-tema: "O Funcionamento da Rede de Proteção de Cuiabá" ao apresentar os dados que são da Secretaria de Estado de Segurança Pública de **Mato Grosso** (Sesp-MT). Segundo ela, além de feminicídio, outros casos de violência contra mulher cresceram no Estado se comparado os anos de 2019 e 2020, como estupro (crescimento de 6%) e importunação sexual (aumento de 25%).

A delegada lembrou que o Protocolo de Intenções da criação da Rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher em Cuiabá, foi assinado em 21 de agosto de 2019, citou que um dos objetivos é o de reduzir os índices deste tipo de violência na Capital, além de promover mudança cultural, a partir da disseminação de atitudes igualitárias, da prática de valores éticos e de respeito às diversidades de gênero e finalizou a apresentação falando dos desafios para o fortalecimento desta rede de proteção.

"Precisamos estabelecer um fluxo de Rede, fazer o planejamento estratégico e seu monitoramento e criar um Banco de Dados comum aos integrantes da rede e maior integração entre os segmentos que trabalham com o tema no desenvolvimento de parceria e pactos", citou. "As vítimas de violência precisam retomar suas vidas e muitas vezes não tem animo para sequer fazer a denúncia. Precisamos pensar em como trabalhar a saúde mental dessas mulheres", completou.

Antes da delegada, o eixo III teve a participação da delegada do Plantão 24hs de violência doméstica e sexual de Cuiabá, Lizzia Kelly Ferraro, que abordou o sub-tema "Acolhimento e primeiro atendimento às vítimas de violência doméstica", sobre a realidade de Cuiabá, único município mato-grossense que conta com esse tipo de serviço. A delegada explicou que o atendimento 24 horas começou a funcionar em setembro do ano passado e já ouviu 5449 pessoas. Falou sobre a estrutura que proporciona acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, bem como crianças e idosos. "Estamos em um ambiente diferenciado para receber essas vítimas, onde ela pode ser ouvida em sigilo, em sala reservada e com atendimento psicossocial", descreveu.

A delegacia conta com cinco delegadas mulheres, dois escrivãs, quatro investigadores e um profissional psicossocial. "A tendimento humanizado requer espaço adequado", completa Lizzia Ferraro.

A psicóloga da Rede de Proteção à Mulher da Delegacia da Mulher, Jaqueline Vilalba Fernandes, discutiu o sub-tema "A Importância da rede de proteção no atendimento a mulher vítima de violência doméstica", e explicou como é feito o atendimento psicossocial das vítimas. "Temos o momento inicial de acolhimento e questões gerais, no momento meio falamos sobre questões da vida da mulher, a violência e reflexões, há preenchimento do Formulário Nacional de Avaliação de risco, quando é solicitada a medida protetiva. Segue com o encaminhamento para a Rede de Proteção e o encerramento do atendimento e acompanhamento do caso", descreve.

A realização de audiências públicas está prevista no Plano de Gestão. Ouvir a comunidade é considerado essencial para a melhoria dos serviços públicos. O evento é dividido em três eixos: O Aumento da Violência Sexual na Pandemia (relatório de dados); Patrulha Maria da Penha (a experiência do Estado de

Mato Grosso) e Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica.

Também colaboram com a discussão da tarde desta sexta: a **juíza** de Rondonópolis, **Maria Mazarelo Farias Pinto**, titular da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Eixo I), e a tenente coronel da PMMT, ativista feminina, Emirella Perpétua Souza Martins (Eixo II).

Você também pode ajudar no combate à Violência contra a Mulher, compartilhe o material no Instagram com as hashtags: #audienciapublicatjmt #audienciamulher #quebreociclo #tjmtmulher #violenciadomestica #diganao e marquem o @tjmtoficial.

Audiência Pública: Diretoria do **TJMT** reforça apoio social no combate à violência doméstica

Veja AQUI como foi a audiência pública.

Alcione dos Anjos

Coordenadoria de Comunicação da Presidência do **TJMT**

imprensa@**tjmt**.jus.br

Fonte: **Tribunal de Justiça** de MT

Site: https://portalmatogrosso.com.br/feminicidio-crescimento-reforca-necessidade-de-fortalecer-rede-de-protecao-as-mulheres/

Feminicídio: crescimento reforça necessidade de fortalecer rede de proteção às mulheres

Depois de dois anos sem registrar feminicídio, Cuiabá teve cinco ocorrências deste tipo de crime durante a pandemia. Em **Mato Grosso**, o crescimento de casos registrados foi de 64,8%. Em 2018 foram 35 feminicídios e em 2020, 54 casos. O dado foi apresentado pela delegada Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá, Jozirlethe Magalhães Criveletto, durante participação na Audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção**".

O evento é uma realização do **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** (Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça e Cemulher) e foi realizado em ambiente virtual na tarde desta sexta-feira (09/04), por meio da plataforma Teams. Houve transmissão pelo canal do Youtube do Judiciário.

Jozirlethe Criveletto, que atua há 19 anos na área da violência doméstica, integra a equipe da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá e tratou do sub-tema: "O Funcionamento da Rede de Proteção de Cuiabá" ao apresentar os dados que são da Secretaria de Estado de Segurança Pública de **Mato Grosso** (Sesp-MT). Segundo ela, além de feminicídio, outros casos de violência contra mulher cresceram no Estado se comparado os anos de 2019 e 2020, como estupro (crescimento de 6%) e importunação sexual (aumento de 25%).

A delegada lembrou que o Protocolo de Intenções da criação da Rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher em Cuiabá, foi assinado em 21 de agosto de 2019, citou que um dos objetivos é o de reduzir os índices deste tipo de violência na Capital, além de promover mudança cultural, a partir da disseminação de atitudes igualitárias, da prática de valores éticos e de respeito às diversidades de gênero e finalizou a apresentação falando dos desafios para o fortalecimento desta rede de proteção.

"Precisamos estabelecer um fluxo de Rede, fazer o planejamento estratégico e seu monitoramento e criar um Banco de Dados comum aos integrantes da rede e maior integração entre os segmentos que trabalham com o tema no desenvolvimento de parceria e pactos", citou. "As vítimas de violência precisam retomar suas vidas e muitas vezes não tem animo para sequer fazer a denúncia. Precisamos pensar em como trabalhar a saúde mental dessas mulheres", completou.

Antes da delegada, o eixo III teve a participação da delegada do Plantão 24hs de violência doméstica e sexual de Cuiabá, Lizzia Kelly Ferraro, que abordou o sub-tema "Acolhimento e primeiro atendimento às vítimas de violência doméstica", sobre a realidade de Cuiabá, único município mato-grossense que conta com esse tipo de serviço. A delegada explicou que o atendimento 24 horas começou a funcionar em setembro do ano passado e já ouviu 5449 pessoas. Falou sobre a estrutura que proporciona acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, bem como crianças e idosos. "Estamos em um ambiente diferenciado para receber essas vítimas, onde ela pode ser ouvida em sigilo, em sala reservada e com atendimento psicossocial", descreveu.

A delegacia conta com cinco delegadas mulheres, dois escrivãs, quatro investigadores e um profissional psicossocial. "A tendimento humanizado requer espaço adequado", completa Lizzia Ferraro.

A psicóloga da Rede de Proteção à Mulher da Delegacia da Mulher, Jaqueline Vilalba Fernandes, discutiu o sub-tema "A Importância da rede de proteção no atendimento a mulher vítima de violência doméstica", e explicou como é feito o atendimento psicossocial das vítimas. "Temos o momento inicial de acolhimento e questões gerais, no momento meio falamos sobre questões da vida da mulher, a violência e reflexões, há preenchimento do Formulário Nacional de Avaliação de risco, quando é solicitada a medida protetiva. Segue com o encaminhamento para a Rede de Proteção e o encerramento do atendimento e acompanhamento do caso", descreve.

A realização de audiências públicas está prevista no Plano de Gestão. Ouvir a comunidade é considerado essencial para a melhoria dos serviços públicos. O evento é dividido em três eixos: O Aumento da Violência Sexual na Pandemia (relatório de dados); Patrulha Maria da Penha (a experiência do Estado de

Mato Grosso) e Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica.

Também colaboram com a discussão da tarde desta sexta: a **juíza** de Rondonópolis, **Maria Mazarelo Farias Pinto**, titular da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Eixo I), e a tenente coronel da PMMT, ativista feminina, Emirella Perpétua Souza Martins (Eixo II).

Você também pode ajudar no combate à Violência contra a Mulher, compartilhe o material no Instagram com as hashtags: #audienciapublicatjmt #audienciamulher #quebreociclo #tjmtmulher #violenciadomestica #diganao e marquem o @tjmtoficial.

Site:
http://www.plantaonews.com.br/conteudo/show/secao/60/materia/254149/t/Feminic%EDdio%3A+crescimento+refor%E7a+necessidade+de+fortalecer+rede+de+prote%E7%E3o+%E0s+mulheres

Feminicídio: crescimento reforça necessidade de fortalecer rede de proteção às mulheres

Depois de dois anos sem registrar feminicídio, Cuiabá teve cinco ocorrências deste tipo de crime durante a pandemia. Em **Mato Grosso**, o crescimento de casos registrados foi de 64,8%. Em 2018 foram 35 feminicídios e em 2020, 54 casos. O dado foi apresentado pela delegada Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá, Jozirlethe Magalhães Criveletto, durante participação na Audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção**".

O evento é uma realização do **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** (Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça e Cemulher) e foi realizado em ambiente virtual na tarde desta sexta-feira (09/04), por meio da plataforma Teams. Houve transmissão pelo canal do Youtube do Judiciário.

Jozirlethe Criveletto, que atua há 19 anos na área da violência doméstica, integra a equipe da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá e tratou do sub-tema: "O Funcionamento da Rede de Proteção de Cuiabá" ao apresentar os dados que são da Secretaria de Estado de Segurança Pública de **Mato Grosso** (Sesp-MT). Segundo ela, além de feminicídio, outros casos de violência contra mulher cresceram no Estado se comparado os anos de 2019 e 2020, como estupro (crescimento de 6%) e importunação sexual (aumento de 25%).

A delegada lembrou que o Protocolo de Intenções da criação da Rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher em Cuiabá, foi assinado em 21 de agosto de 2019, citou que um dos objetivos é o de reduzir os índices deste tipo de violência na Capital, além de promover mudança cultural, a partir da disseminação de atitudes igualitárias, da prática de valores éticos e de respeito às diversidades de gênero e finalizou a apresentação falando dos desafios para o fortalecimento desta rede de proteção.

"Precisamos estabelecer um fluxo de Rede, fazer o planejamento estratégico e seu monitoramento e criar um Banco de Dados comum aos integrantes da rede e maior integração entre os segmentos que trabalham com o tema no desenvolvimento de parceria e pactos", citou. "As vítimas de violência precisam retomar suas vidas e muitas vezes não tem animo para sequer fazer a denúncia. Precisamos pensar em como trabalhar a saúde mental dessas mulheres", completou.

Antes da delegada, o eixo III teve a participação da delegada do Plantão 24hs de violência doméstica e sexual de Cuiabá, Lizzia Kelly Ferraro, que abordou o sub-tema "Acolhimento e primeiro atendimento às vítimas de violência doméstica", sobre a realidade de Cuiabá, único município mato-grossense que conta com esse tipo de serviço. A delegada explicou que o atendimento 24 horas começou a funcionar em setembro do ano passado e já ouviu 5449 pessoas. Falou sobre a estrutura que proporciona acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, bem como crianças e idosos. "Estamos em um ambiente diferenciado para receber essas vítimas, onde ela pode ser ouvida em sigilo, em sala reservada e com atendimento psicossocial", descreveu.

A delegacia conta com cinco delegadas mulheres, dois escrivãs, quatro investigadores e um profissional psicossocial. "A tendimento humanizado requer espaço adequado", completa Lizzia Ferraro.

A psicóloga da Rede de Proteção à Mulher da Delegacia da Mulher, Jaqueline Vilalba Fernandes, discutiu o sub-tema "A Importância da rede de proteção no atendimento a mulher vítima de violência doméstica", e explicou como é feito o atendimento psicossocial das vítimas. "Temos o momento inicial de acolhimento e questões gerais, no momento meio falamos sobre questões da vida da mulher, a violência e reflexões, há preenchimento do Formulário Nacional de Avaliação de risco, quando é solicitada a medida protetiva. Segue com o encaminhamento para a Rede de Proteção e o encerramento do atendimento e acompanhamento do caso", descreve.

A realização de audiências públicas está prevista no Plano de Gestão. Ouvir a comunidade é considerado essencial para a melhoria dos serviços públicos. O evento é dividido em três eixos: O Aumento da Violência Sexual na Pandemia (relatório de dados); Patrulha Maria da Penha (a experiência do Estado de

Mato Grosso) e Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica.

Também colaboram com a discussão da tarde desta sexta: a **juíza** de Rondonópolis, **Maria Mazarelo Farias Pinto**, titular da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Eixo I), e a tenente coronel da PMMT, ativista feminina, Emirella Perpétua Souza Martins (Eixo II).

Você também pode ajudar no combate à Violência contra a Mulher, compartilhe o material no Instagram com as hashtags: #audienciapublicatjmt #audienciamulher #quebreociclo #tjmtmulher #violenciadomestica #diganao e marquem o @tjmtoficial.

Leia mais sobre o assunto:

O aumento da violência sexual na pandemia e a Patrulha Maria da Penha como efetiva de prevenção

Audiência Pública: Diretoria do **TJMT** reforça apoio social no combate à violência doméstica

Veja AQUI como foi a audiência pública.

Alcione dos Anjos

Coordenadoria de Comunicação da Presidência do **TJMT**

imprensa@**tjmt**.jus.br

Fonte: **Tribunal de Justiça** de MT

Site: https://odocumento.com.br/feminicidio-crescimento-reforca-necessidade-de-fortalecer-rede-de-protecao-as-mulheres/

Feminicídio: crescimento reforça necessidade de fortalecer rede de proteção às mulheres

Depois de dois anos sem registrar feminicídio, Cuiabá teve cinco ocorrências deste tipo de crime durante a pandemia. Em **Mato Grosso**, o crescimento de casos registrados foi de 64,8%. Em 2018 foram 35 feminicídios e em 2020, 54 casos. O dado foi apresentado pela delegada Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá, Jozirlethe Magalhães Criveletto, durante participação na Audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção**".

O evento é uma realização do **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** (Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça e Cemulher) e foi realizado em ambiente virtual na tarde desta sexta-feira (09/04), por meio da plataforma Teams. Houve transmissão pelo canal do Youtube do Judiciário.

Jozirlethe Criveletto, que atua há 19 anos na área da violência doméstica, integra a equipe da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá e tratou do sub-tema: "O Funcionamento da Rede de Proteção de Cuiabá" ao apresentar os dados que são da Secretaria de Estado de Segurança Pública de **Mato Grosso** (Sesp-MT). Segundo ela, além de feminicídio, outros casos de violência contra mulher cresceram no Estado se comparado os anos de 2019 e 2020, como estupro (crescimento de 6%) e importunação sexual (aumento de 25%).

A delegada lembrou que o Protocolo de Intenções da criação da Rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher em Cuiabá, foi assinado em 21 de agosto de 2019, citou que um dos objetivos é o de reduzir os índices deste tipo de violência na Capital, além de promover mudança cultural, a partir da disseminação de atitudes igualitárias, da prática de valores éticos e de respeito às diversidades de gênero e finalizou a apresentação falando dos desafios para o fortalecimento desta rede de proteção.

"Precisamos estabelecer um fluxo de Rede, fazer o planejamento estratégico e seu monitoramento e criar um Banco de Dados comum aos integrantes da rede e maior integração entre os segmentos que trabalham com o tema no desenvolvimento de parceria e pactos", citou. "As vítimas de violência precisam retomar suas vidas e muitas vezes não tem animo para sequer fazer a denúncia. Precisamos pensar em como trabalhar a saúde mental dessas mulheres", completou.

Antes da delegada, o eixo III teve a participação da delegada do Plantão 24hs de violência doméstica e sexual de Cuiabá, Lizzia Kelly Ferraro, que abordou o sub-tema "Acolhimento e primeiro atendimento às vítimas de violência doméstica", sobre a realidade de Cuiabá, único município mato-grossense que conta com esse tipo de serviço. A delegada explicou que o atendimento 24 horas começou a funcionar em setembro do ano passado e já ouviu 5449 pessoas. Falou sobre a estrutura que proporciona acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, bem como crianças e idosos. "Estamos em um ambiente diferenciado para receber essas vítimas, onde ela pode ser ouvida em sigilo, em sala reservada e com atendimento psicossocial", descreveu.

A delegacia conta com cinco delegadas mulheres, dois escrivãs, quatro investigadores e um profissional psicossocial. "A tendimento humanizado requer espaço adequado", completa Lizzia Ferraro.

A psicóloga da Rede de Proteção à Mulher da Delegacia da Mulher, Jaqueline Vilalba Fernandes, discutiu o sub-tema "A Importância da rede de proteção no atendimento a mulher vítima de violência doméstica", e explicou como é feito o atendimento psicossocial das vítimas. "Temos o momento inicial de acolhimento e questões gerais, no momento meio falamos sobre questões da vida da mulher, a violência e reflexões, há preenchimento do Formulário Nacional de Avaliação de risco, quando é solicitada a medida protetiva. Segue com o encaminhamento para a Rede de Proteção e o encerramento do atendimento e acompanhamento do caso", descreve.

A realização de audiências públicas está prevista no Plano de Gestão. Ouvir a comunidade é considerado essencial para a melhoria dos serviços públicos. O evento é dividido em três eixos: O Aumento da Violência Sexual na Pandemia (relatório de dados); Patrulha Maria da Penha (a experiência do Estado de

Mato Grosso) e Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica.

Também colaboram com a discussão da tarde desta sexta: a **juíza** de Rondonópolis, **Maria Mazarelo Farias Pinto**, titular da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Eixo I), e a tenente coronel da PMMT, ativista feminina, Emirella Perpétua Souza Martins (Eixo II).

Você também pode ajudar no combate à Violência contra a Mulher, compartilhe o material no Instagram com as hashtags: #audienciapublicatjmt #audienciamulher #quebreociclo #tjmtmulher #violenciadomestica #diganao e marquem o @tjmtoficial.

Audiência Pública: Diretoria do **TJMT** reforça apoio social no combate à violência doméstica

Veja AQUI como foi a audiência pública.

Alcione dos Anjos

Coordenadoria de Comunicação da Presidência do **TJMT**

imprensa@**tjmt**.jus.br

Fonte: **Tribunal de Justiça** de MT

Site: https://paginadoestado.com.br/feminicidio-crescimento-reforca-necessidade-de-fortalecer-rede-de-protecao-as-mulheres/

Audiência Pública: Diretoria do TJMT reforça apoio social no combate à violência doméstica

A Audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a Pandemia em 2020 e Estratégias para melhoria dos Sistemas de proteção" teve um chamamento por parte da Diretoria do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso** para que a sociedade participe desta luta. A **presidente do TJMT**, **desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas**, a vice-**presidente**, **desembargadora Maria Aparecida Ribeiro** e o corregedor-geral, **desembargador José Zuquim Nogueira**, foram uníssonos ao salientarem a necessidade da sociedade participar desta luta. Quase 300 pessoas se inscreveram para participar ativamente desta mudança cultural, outra centena participa pelo canal do **TJMT** no youtube, além de 180 pessoas que se inscreveram para manifestações e sugestões. Você também pode ajudar no combate à violência contra a mulher, compartilhe o material no Instagram com as hashtags: #audienciapublicatjmt #audienciamulher #quebreociclo #tjmtmulher #violenciadomestica #diganao e marquem o @tjmtoficial.

A abertura do evento que pretende definir estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de atendimento foi realizada pela **presidente**, **Maria Helena Póvoas**. "Um dos grandes desafios é conquistar o comprometimento da sociedade neste combate à violência contra a mulher e somos todos responsáveis por isto. O silêncio da vítima, a omissão da família e o machismo, tão calcado na cultura brasileira ainda sobressaem. Viver em uma sociedade machista provoca a sensação de que você vale menos que o agressor. A solução do problema passa pela ressignificação do papel da mulher em nossa sociedade, por isso a luta não é apenas das mulheres. Ficava desanimada quando me deparava em eventos como este e o público quase em sua totalidade era feminino. Hoje é nosso corregedor, **José Zuquim Nogueira**, quem coordena este evento. Estamos no caminho certo. Saúdo a todos na pessoa de nosso corregedor **Zuquim** e da vice-**presidente**, Maria Aparecida", ressaltou a **presidente**, que é a segunda mulher a liderar o **TJMT** em sua história de quase um século e meio e foi a primeira **presidente** da OAB-MT. Esta é uma das bandeiras de sua gestão.

"O tema escolhido foi muito bem pensado e não poderia ser melhor, uma vez que o Novo Coronavírus continua atingindo milhões de pessoas em todo o mundo. A Pandemia provocou enormes cuidados e nos mostrou a violência que as mulheres sofrem em seus lares, já que é impossível separar os agressores das agredidas, tendo como base que a maior parte deles convivem no mesmo ambiente. A comunidade jurídica é chamada mais uma vez a discutir este tema, a fim de se extinguir ou minorar este problema, e necessitamos de ações para compreender o complexo dinâmico deste tipo de violência. Temos que analisar todos as questões e combater a violência. A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher) têm discutido junto aos magistrados. E os eixos foram muito bem escolhidos pelo corregedor e sua equipe. Nos colocamos à disposição. Agradecemos principalmente a todas as pessoas que estão nesta luta que é de todos nós" disse a vice-**presidente do TJMT**, **desembargadora Maria Aparecida Ribeiro**, que também é **presidente** da Cemulher.

O corregedor salientou a honra de estar em uma gestão predominantemente de mulheres. Ele falou da dificuldade de se alterar uma cultura milenar. "Alguns juízes mantêm programas de esclarecimentos e mudanças comportamentais dos agressores que carregam esses traços. Traços que muitas vezes, tornam-se golpes, e marcam a vida de suas companheiras, e em muitos casos, tiram o direito fundamental à vida. A violência contra a mulher é uma "pandemia" que vivenciamos desde os primórdios de nossa sociedade, por vezes, já tivemos leis que ampararam a violência contra a mulher. Agora os tempos são outros", aduziu o **desembargador Zuquim**.

Ele citou que durante a 17ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, 1.638 audiências relacionadas ao tema foram realizadas. "Agradeço aos abnegados magistrados e servidores do **Poder Judiciário** que chamados neste momento tão difícil, se apresentaram ao trabalho árduo que visa punir o praticante da violência e diminuir este tipo de crime. A Justiça protege as mulheres, aumentando a concessão de medidas protetivas de 7.408 em 2019, para 9.693 em 2020. Queremos cumprir com a Resolução 221/2016

do **CNJ**, que institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do **Poder Judiciário**, a exemplo da audiência pública", ressaltou o corregedor que ainda destacou a estrutura Judicial das 79 Comarcas de **Mato Grosso** para combater este tipo de crime.

"O **Poder Judiciário** manteve a estrutura das duas Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, em Cuiabá, uma em Várzea Grande e uma em Rondonópolis, além das outras varas que atendem a todos os municípios nessa necessidade, ao final dos debates sei que teremos novas deliberações sobre o assunto. Encaminharemos tudo ao **CNJ**, visando a elaboração de metas nacionais para o ano de 2022. Ou seja, todos, poderes, segmentos e sociedade, serão donos de nosso futuro. Faremos um futuro melhor, nesta oportunidade", concluiu o magistrado.

Na sequência um vídeo produzido pela Coordenadoria de Comunicação da Presidência foi apresentado. Ele mostra depoimentos de vítimas da violência contra a mulher. A **Campanha** "**Quebre o Ciclo**. A vida começa quando a violência termina" do **Poder Judiciário** de **Mato Grosso**, quer a conscientização da população.

A **juíza** auxiliar da **CGJ**, **Christiane da Costa Marques Neves**, é responsável pela pasta de Violência Doméstica contra a Mulher e conduziu os trabalhos. "Agradeço ao apoio da Presidência, Vice e Corregedoria para realizarmos este evento tão importante. O ideal seria que não o tivéssemos, mas ainda se faz necessário discutir a violência contra a mulher, uma realidade a ser enfrentada. Agradeço também a presteza dos palestrantes, que aceitaram o convite de imediato. Desejo uma tarde produtiva de trabalho e discussões", disse a magistrada que iniciou a explanação dos eixos.

Ainda participam da Audiência Pública a **desembargadora** do **TJMT**, Maria Erotides Kneip, a secretária de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), Rosamaria Ferreira de Carvalho, que representou a primeira dama do Estado, Virgínia Mendes, a secretária Municipal da Mulher de Cuiabá, Luciana Zamproni, que representou a primeira dama da Capital, Márcia Pinheiro. Também participaram representantes da: Secretaria de Segurança pública (RJ); TJSP; OAB-PR; Unipar (Curso de Direito); Secretaria de Administração Penitenciária e Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas, (Seap - Capma) e TJGO. Ainda foram registradas as presenças de dezenas de magistrados, delegados de Polícia, promotores de Justiça, defensores públicos e servidores do **Poder Judiciário** de **Mato Grosso**.

Acompanhe AQUI a Audiência Pública.

Ranniery Queiroz

Assessor de imprensa **CGJ**/**TJMT**

(65)9.9955-9918 (65) 3617-3069

Fonte: **Tribunal de Justiça** de MT

Site: https://odocumento.com.br/audiencia-publica-diretoria-do-tjmt-reforca-apoio-social-no-combate-a-violencia-domestica/

Diretoria do TJMT reforça apoio social no combate à violência doméstica

Da Redação

A Audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a Pandemia em 2020 e Estratégias para melhoria dos Sistemas de proteção" teve um chamamento por parte da Diretoria do **Tribunal de Justiça de Mato Grosso** para que a sociedade participe desta luta. A **presidente do TJMT**, **desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas**, a vice-**presidente**, **desembargadora Maria Aparecida Ribeiro** e o corregedor-geral, **desembargador José Zuquim Nogueira**, foram uníssonos ao salientarem a necessidade da sociedade participar desta luta. Quase 300 pessoas se inscreveram para participar ativamente desta mudança cultural, outra centena participa pelo canal do **TJMT** no youtube, além de 180 pessoas que se inscreveram para manifestações e sugestões. Você também pode ajudar no combate à violência contra a mulher, compartilhe o material no Instagram com as hashtags: #audienciapublicatjmt #audienciamulher #quebreociclo #tjmtmulher #violenciadomestica #diganao e marquem o @tjmtoficial.

A abertura do evento que pretende definir estratégias para melhoria do Sistema de Proteção em toda a Rede de atendimento foi realizada pela **presidente**, **Maria Helena Póvoas**. "Um dos grandes desafios é conquistar o comprometimento da sociedade neste combate à violência contra a mulher e somos todos responsáveis por isto. O silêncio da vítima, a omissão da família e o machismo, tão calcado na cultura brasileira ainda sobressaem. Viver em uma sociedade machista provoca a sensação de que você vale menos que o agressor. A solução do problema passa pela ressignificação do papel da mulher em nossa sociedade, por isso a luta não é apenas das mulheres. Ficava desanimada quando me deparava em eventos como este e o público quase em sua totalidade era feminino. Hoje é nosso corregedor, **José Zuquim Nogueira**, quem coordena este evento. Estamos no caminho certo. Saúdo a todos na pessoa de nosso corregedor **Zuquim** e da vice-**presidente**, Maria Aparecida", ressaltou a **presidente**, que é a segunda mulher a liderar o **TJMT** em sua história de quase um século e meio e foi a primeira **presidente** da OAB-MT. Esta é uma das bandeiras de sua gestão.

"O tema escolhido foi muito bem pensado e não poderia ser melhor, uma vez que o Novo Coronavírus continua atingindo milhões de pessoas em todo o mundo. A Pandemia provocou enormes cuidados e nos mostrou a violência que as mulheres sofrem em seus lares, já que é impossível separar os agressores das agredidas, tendo como base que a maior parte deles convivem no mesmo ambiente. A comunidade jurídica é chamada mais uma vez a discutir este tema, a fim de se extinguir ou minorar este problema, e necessitamos de ações para compreender o complexo dinâmico deste tipo de violência. Temos que analisar todos as questões e combater a violência. A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher) têm discutido junto aos magistrados. E os eixos foram muito bem escolhidos pelo corregedor e sua equipe. Nos colocamos à disposição. Agradecemos principalmente a todas as pessoas que estão nesta luta que é de todos nós" disse a vice-**presidente do TJMT**, **desembargadora Maria Aparecida Ribeiro**, que também é **presidente** da Cemulher.

O corregedor salientou a honra de estar em uma gestão predominantemente de mulheres. Ele falou da dificuldade de se alterar uma cultura milenar. "Alguns juízes mantêm programas de esclarecimentos e mudanças comportamentais dos agressores que carregam esses traços. Traços que muitas vezes, tornam-se golpes, e marcam a vida de suas companheiras, e em muitos casos, tiram o direito fundamental à vida. A violência contra a mulher é uma "pandemia" que vivenciamos desde os primórdios de nossa sociedade, por vezes, já tivemos leis que ampararam a violência contra a mulher. Agora os tempos são outros", aduziu o **desembargador Zuquim**.

Ele citou que durante a 17ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, 1.638 audiências relacionadas ao tema foram realizadas. "Agradeço aos abnegados magistrados e servidores do **Poder Judiciário** que chamados neste momento tão difícil, se apresentaram ao trabalho árduo que visa punir o praticante da violência e diminuir este tipo de crime. A Justiça protege as mulheres, aumentando a concessão de medidas protetivas de 7.408 em 2019, para 9.693 em 2020. Queremos cumprir com a Resolução 221/2016 do **CNJ**, que institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do **Poder Judiciário**, a exemplo da audiência pública", ressaltou o corregedor que ainda destacou a estrutura

Judicial das 79 Comarcas de **Mato Grosso** para combater este tipo de crime.

"O **Poder Judiciário** manteve a estrutura das duas Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, em Cuiabá, uma em Várzea Grande e uma em Rondonópolis, além das outras varas que atendem a todos os municípios nessa necessidade, ao final dos debates sei que teremos novas deliberações sobre o assunto. Encaminharemos tudo ao **CNJ**, visando a elaboração de metas nacionais para o ano de 2022. Ou seja, todos, poderes, segmentos e sociedade, serão donos de nosso futuro. Faremos um futuro melhor, nesta oportunidade", concluiu o magistrado.

Na sequência um vídeo produzido pela Coordenadoria de Comunicação da Presidência foi apresentado. Ele mostra depoimentos de vítimas da violência contra a mulher. A **Campanha** "**Quebre o Ciclo**. A vida começa quando a violência termina" do **Poder Judiciário** de **Mato Grosso**, quer a conscientização da população.

A **juíza** auxiliar da **CGJ**, **Christiane da Costa Marques Neves**, é responsável pela pasta de Violência Doméstica contra a Mulher e conduziu os trabalhos. "Agradeço ao apoio da Presidência, Vice e Corregedoria para realizarmos este evento tão importante. O ideal seria que não o tivéssemos, mas ainda se faz necessário discutir a violência contra a mulher, uma realidade a ser enfrentada. Agradeço também a presteza dos palestrantes, que aceitaram o convite de imediato. Desejo uma tarde produtiva de trabalho e discussões", disse a magistrada que iniciou a explanação dos eixos.

Ainda participam da Audiência Pública a **desembargadora** do **TJMT**, Maria Erotides Kneip, a secretária de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), Rosamaria Ferreira de Carvalho, que representou a primeira dama do Estado, Virgínia Mendes, a secretária Municipal da Mulher de Cuiabá, Luciana Zamproni, que representou a primeira dama da Capital, Márcia Pinheiro. Também participaram representantes da: Secretaria de Segurança pública (RJ); TJSP; OAB-PR; Unipar (Curso de Direito); Secretaria de Administração Penitenciária e Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas, (Seap - Capma) e TJGO. Ainda foram registradas as presenças de dezenas de magistrados, delegados de Polícia, promotores de Justiça, defensores públicos e servidores do **Poder Judiciário** de **Mato Grosso**.

Site: https://www.folhamax.com/cidades/diretoria-do-tjmt-reforca-apoio-social-no-combate-a-violencia-domestica/298733

O aumento da violência sexual na pandemia e a Patrulha Maria da Penha como efetiva de prevenção

Desde que o isolamento social se tornou obrigatório por conta da pandemia da Covid-19, os órgãos públicos registraram aumento de violência sexual praticadas contra mulheres. Durante realização da audiência pública **Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e Estratégias para Melhoria do Sistema de Proteção**, na tarde desta sexta-feira (9 de abril), a juíza Maria Mazarello Farias Pinto, apontou o aumento de casos não só de estupros, mas também de importunação sexual e registro sem autorização da vítima de cena de nudez ou ato sexual. Em 2019, **Mato Grosso** registrou 395 casos de estupro em geral. Já de janeiro a novembro de 2020, foram registrados 402 casos do mesmo crime, revelando um aumento de 2% no período da pandemia. Também foram registrados 162 casos de importunação sexual, em 2019, contra 186 em 2020, com aumento de 15%. Outro dado que impressiona é que, em 2019, foram denunciados cinco casos do crime de registro, sem autorização dos participantes, de cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso. Ainda no ano de 2020, entre janeiro a novembro, aumentaram para 18 os casos denunciados, denotando aumento de 260%. Todos os dados são da Superintendência do Observatório de Segurança Pública do Estado de **Mato Grosso**, envolvendo vítimas com idades entre 18 e 59 anos. De acordo com a palestrante, esse predomínio que o homem assumiu sobre a mulher, é injusto e cruel, resultado das instituições sociais e do abuso da força sobre a fraqueza. "Aprendemos que "entre homens moralmente pouco adiantados, a força faz o direito".(...) Estima-se que no Brasil apenas 10% dos casos de estupro sejam denunciados. Isto significa que 90% das vítimas preferem o silêncio, seja por medo, ou porque não pretende ser revitimizada, pela própria dificuldade em compreender, aceitando a ocorrência do crime, ou até mesmo porque não acredita na eficiência da lei." Grande parte dos crimes de violência contra a mulher por crime ocorre dentro de casa, sendo praticado por um familiar ou por pessoa conhecida. Uma das formas de se combater a violência doméstica e familiar é a Patrulha Maria da Penha, projeto desenvolvido pelo **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** em parceria com a Polícia Militar. O serviço, que foi tema da segunda palestra do dia, tem como objetivo fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência determinadas pelo **Poder Judiciário**, proporcionando melhor proteção às mulheres atendidas e evitando a reincidência da violência doméstica, em especial, o crime de feminicídio. Atualmente, no Estado, tem uma coordenação estadual; 14 Patrulhas Maria da Penha ativas, presentes em 18 municípios; 8 patrulhas em processos de ativação previstas para 2021. A palestrante, Tenente Coronel Emirela Martins, ressaltou que é de extrema importância que haja denúncia nesses casos. "Toda de qualquer pessoa que tomar conhecimento da violência pode e deve denunciar o que está acontecendo inclusive de forma anônima. A gente percebe o fato de que a testemunha não quer se envolver. Por isso é importante que ela saiba que não precisa se identificar, mas precisa denunciar somente assim a vítima poderá ser ajudada." Em 2020, durante a pandemia, a Patrulha Maria da Penha realizou 5.675 atendimentos. Também nesse período, não houve feminicídio entre as atendidas pelo programa. Durante a apresentação, o corregedor-geral da Justiça, **desembargador José Zuquim Nogueira**, ressaltou a importância dessa fiscalização feita pela Polícia Militar no atendimento às mulheres, bem como a intenção de manter-se parceiro do programa. "Esse instrumento vem ao encontro de nossos anseios. Conforme dito anteriormente, foram concedidas 7.408 medidas protetivas em 2019 e em 2020 foram 9.693. Houve aumento na consubstancial na concessão dessas determinações, mas não adianta conceder medida protetiva se não der efetividade a elas. Então, diante desses resultados positivos, a **CGJ** quer manter-se parceiro da Patrulha seja na capacitação de pessoas, seja na reivindicação de uma estrutura melhor", ressaltou **Zuquim**. Você também pode ajudar no combate à Violência contra a Mulher, compartilhe esse material no Instagram com as hashtags: #audienciapublicatjmt #audienciamulher #quebreociclo #tjmtmulher #violenciadomestica #diganao e marque o @tjmtoficial.

Site:
https://www.diaadiadovale.com.br/noticia/15/7913/O-aumento-da-violencia-sexual-na-pandemia-e-a-Patrulha-Maria-da-Penha-como-efetiva-de-prevencao/

O aumento da violência sexual na pandemia e a Patrulha Maria da Penha como efetiva de prevenção

Desde que o isolamento social se tornou obrigatório por conta da pandemia da Covid-19, os órgãos públicos registraram aumento de violência sexual praticadas contra mulheres. Durante realização da audiência pública **Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e Estratégias para Melhoria do Sistema de Proteção**, na tarde desta sexta-feira (9 de abril), a juíza Maria Mazarello Farias Pinto, apontou o aumento de casos não só de estupros, mas também de importunação sexual e registro sem autorização da vítima de cena de nudez ou ato sexual.

Em 2019, **Mato Grosso** registrou 395 casos de estupro em geral. Já de janeiro a novembro de 2020, foram registrados 402 casos do mesmo crime, revelando um aumento de 2% no período da pandemia. Também foram registrados 162 casos de importunação sexual, em 2019, contra 186 em 2020, com aumento de 15%.

Outro dado que impressiona é que, em 2019, foram denunciados cinco casos do crime de registro, sem autorização dos participantes, de cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso. Ainda no ano de 2020, entre janeiro a novembro, aumentaram para 18 os casos denunciados, denotando aumento de 260%. Todos os dados são da Superintendência do Observatório de Segurança Pública do Estado de **Mato Grosso**, envolvendo vítimas com idades entre 18 e 59 anos.

De acordo com a palestrante, esse predomínio que o homem assumiu sobre a mulher, é injusto e cruel, resultado das instituições sociais e do abuso da força sobre a fraqueza. "Aprendemos que "entre homens moralmente pouco adiantados, a força faz o direito".(.) Estima-se que no Brasil apenas 10% dos casos de estupro sejam denunciados. Isto significa que 90% das vítimas preferem o silêncio, seja por medo, ou porque não pretende ser revitimizada, pela própria dificuldade em compreender, aceitando a ocorrência do crime, ou até mesmo porque não acredita na eficiência da lei."

Grande parte dos crimes de violência contra a mulher por crime ocorre dentro de casa, sendo praticado por um familiar ou por pessoa conhecida. Uma das formas de se combater a violência doméstica e familiar é a Patrulha Maria da Penha, projeto desenvolvido pelo **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** em parceria com a Polícia Militar.

O serviço, que foi tema da segunda palestra do dia, tem como objetivo fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência determinadas pelo **Poder Judiciário**, proporcionando melhor proteção às mulheres atendidas e evitando a reincidência da violência doméstica, em especial, o crime de feminicídio. Atualmente, no Estado, tem uma coordenação estadual; 14 Patrulhas Maria da Penha ativas, presentes em 18 municípios; 8 patrulhas em processos de ativação previstas para 2021.

A palestrante, Tenente Coronel Emirela Martins, ressaltou que é de extrema importância que haja denúncia nesses casos. "Toda de qualquer pessoa que tomar conhecimento da violência pode e deve denunciar o que está acontecendo inclusive de forma anônima. A gente percebe o fato de que a testemunha não quer se envolver. Por isso é importante que ela saiba que não precisa se identificar, mas precisa denunciar somente assim a vítima poderá ser ajudada."

Em 2020, durante a pandemia, a Patrulha Maria da Penha realizou 5.675 atendimentos. Também nesse período, não houve feminicídio entre as atendidas pelo programa. Durante a apresentação, o corregedor-geral da Justiça, **desembargador José Zuquim Nogueira**, ressaltou a importância dessa fiscalização feita pela Polícia Militar no atendimento às mulheres, bem como a intenção de manter-se parceiro do programa.

"Esse instrumento vem ao encontro de nossos anseios. Conforme dito anteriormente, foram concedidas 7.408 medidas protetivas em 2019 e em 2020 foram 9.693. Houve aumento na consubstancial na concessão dessas determinações, mas não adianta conceder medida protetiva se não der efetividade a elas. Então, diante desses resultados positivos, a **CGJ** quer manter-se parceiro da Patrulha seja na capacitação de pessoas, seja na reivindicação de uma estrutura melhor", ressaltou **Zuquim**.

Você também pode ajudar no combate à Violência

contra a Mulher, compartilhe esse material no Instagram com as hashtags: #audienciapublicatjmt #audienciamulher #quebreociclo #tjmtmulher #violenciadomestica #diganao e marque o @tjmtoficial.

Veja AQUI como foi a audiência pública.

Keila Maressa

Coordenadoria de Comunicação da Presidência do **TJMT**

imprensa@**tjmt**.jus.br

Fonte: **Tribunal de Justiça** de MT

Site: https://odocumento.com.br/o-aumento-da-violencia-sexual-na-pandemia-e-a-patrulha-maria-da-penha-como-efetiva-de-prevencao/

Audiência da Mulher será hoje

Dados, subsídios, informações, sugestões, críticas ou propostas relativas à violência doméstica e familiar contra a mulher no Estado de **Mato Grosso** e a efetividade às políticas contra esta prática são os principais objetivos da Audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção**", que será realizada em ambiente virtual na tarde desta sexta-feira (09/04). O evento será transmitido pelo youtube do **Poder Judiciário** de **Mato Grosso**. Clique aqui.

A realização de audiências públicas está prevista no Plano de Gestão. Ouvir a comunidade é considerado essencial para a melhoria dos serviços públicos. O evento é dividido em três eixos: O Aumento da Violência Sexual na Pandemia (relatório de dados); Patrulha Maria da Penha (a experiência do Estado de **Mato Grosso**) e Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica.

Além da **juíza** de Rondonópolis, **Maria Mazarelo Farias Pinto**, titular da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, também participarão, a tenente coronel da PMMT, Ativista feminina, Emirella Perpétua Souza Martins, a delegada do Plantão 24hs de violência doméstica e sexual de Cuiabá, Lizzia Kelly Ferraro, a delegada, Jozirlethe Magalhães Criveletto, que atua na área desde 2004 e a psicóloga da Delegacia da Mulher, Jaqueline Vilalba Fernandes. Ao final de cada um dos eixos será aberta oportunidade de manifestação às pessoas que já se inscreveram

O evento é realizado pelo **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** (Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça e Cemulher). A audiência começa às 13h30, desta sexta-feira (09/04) e seu término está previsto para as 19h.

Leia mais sobre o assunto:

Diagnóstico da Violência Doméstica: audiência pública será nesta sexta-feira

Audiência Pública **Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia será realizada em abril

Ranniery Queiroz

Assessoria de imprensa **CGJ**-**TJMT**

(65) 3617-3069

Site: https://odocumento.com.br/audiencia-da-mulher-sera-hoje/

Audiência da Mulher será hoje

Tribunal de Justiça de MT

Dados, subsídios, informações, sugestões, críticas ou propostas relativas à violência doméstica e familiar contra a mulher no Estado de **Mato Grosso** e a efetividade às políticas contra esta prática são os principais objetivos da Audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção**", que será realizada em ambiente virtual na tarde desta sexta-feira (09/04). O evento será transmitido pelo youtube do **Poder Judiciário** de **Mato Grosso**. Clique aqui.

A realização de audiências públicas está prevista no Plano de Gestão. Ouvir a comunidade é considerado essencial para a melhoria dos serviços públicos. O evento é dividido em três eixos: O Aumento da Violência Sexual na Pandemia (relatório de dados); Patrulha Maria da Penha (a experiência do Estado de **Mato Grosso**) e Desenvolvimento da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica.

Além da **juíza** de Rondonópolis, **Maria Mazarelo Farias Pinto**, titular da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, também participarão, a tenente coronel da PMMT, Ativista feminina, Emirella Perpétua Souza Martins, a delegada do Plantão 24hs de violência doméstica e sexual de Cuiabá, Lizzia Kelly Ferraro, a delegada, Jozirlethe Magalhães Criveletto, que atua na área desde 2004 e a psicóloga da Delegacia da Mulher, Jaqueline Vilalba Fernandes. Ao final de cada um dos eixos será aberta oportunidade de manifestação às pessoas que já se inscreveram

O evento é realizado pelo **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** (Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça e Cemulher). A audiência começa às 13h30, desta sexta-feira (09/04) e seu término está previsto para as 19h.

Leia mais sobre o assunto:

Diagnóstico da Violência Doméstica: audiência pública será nesta sexta-feira

Audiência Pública **Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia será realizada em abril

Ranniery Queiroz

Assessoria de imprensa **CGJ**-**TJMT**

(65) 3617-3069

Fonte: **Tribunal de Justiça** de MT

Site: http://www.jornalodiario.com.br/geral/mato-grosso/audiencia-da-mulher-sera-hoje/254114

Diagnóstico da Violência Doméstica: audiência pública será nesta sexta-feira

Será nesta sexta-feira (9 de abril), às 13h30, a audiência pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção**". O evento, realizado pelo **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito do **TJMT** (Cemulher), ocorrerá de forma virtual e transmitido pela internet, pela página oficial do **TJMT** no Youtube.

A audiência pública tem objetivo de promover discussão com a sociedade sobre a violência doméstica em **Mato Grosso**, o aumento da violência sexual durante a pandemia da Covid-19, identificar as formas de violência doméstica e familiar e reduzi-las no ambiente familiar.

Também serão mostradas experiências exitosas, como a Patrulha Maria da Penha bem como a importância de desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência de gênero, que atuará em conjunto para amparar as vítimas.

Durante o evento serão abordados três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (a ser apresentado pela magistrada Maria Mazarelo Farias Pinto);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (a ser apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins, coordenadora da Patrulha Maria da Penha);

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica (a ser apresentado pela Delegada de Polícia Lizzia Kelly Ferraro Noya, da Delegacia 24 horas para atendimento às vítimas de violência doméstica e sexual de Cuiabá/MT, pela Psicóloga Dra. Jaqueline Vilalba Fernandes e pela Delegada de Polícia Jozirlethe Magalhães Criveletto, da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá/MT - DEDM/PJC/MT).

Estarão presentes autoridades, representantes de órgãos, instituições, entidades e sociedade civil organizada. O evento será aberto ao público e poderá ser acompanhado pela internet.

A audiência pública é coordenada pela **DESEMBARGADORA Maria Helena Póvoas**, da vice-presidente, **DESEMBARGADORA MARIA APARECIDA RIBEIRO**, que preside a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher), e do corregedor-geral da Justiça, **desembargador José Zuquim Nogueira**.

Site:
http://www.plantaonews.com.br/conteudo/show/secao/60/materia/253848/t/Diagn%F3stico+da+Viol%EAncia+Dom%E9stica%3A+audi%EAncia+p%FAblica+ser%E1+nesta+sexta-feira

Poder Judiciário de Mato Grosso

Tribunal de Justiça de MT

Será nesta sexta-feira (9 de abril), às 13h30, a audiência pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção**". O evento, realizado pelo **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito do **TJMT** (Cemulher), ocorrerá de forma virtual e transmitido pela internet, pela página oficial do **TJMT** no Youtube.

A audiência pública tem objetivo de promover discussão com a sociedade sobre a violência doméstica em **Mato Grosso**, o aumento da violência sexual durante a pandemia da Covid-19, identificar as formas de violência doméstica e familiar e reduzi-las no ambiente familiar.

Também serão mostradas experiências exitosas, como a Patrulha Maria da Penha bem como a importância de desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência de gênero, que atuará em conjunto para amparar as vítimas.

Durante o evento serão abordados três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (a ser apresentado pela magistrada Maria Mazarelo Farias Pinto);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (a ser apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins, coordenadora da Patrulha Maria da Penha);

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica (a ser apresentado pela Delegada de Polícia Lizzia Kelly Ferraro Noya, da Delegacia 24 horas para atendimento às vítimas de violência doméstica e sexual de Cuiabá/MT, pela Psicóloga Dra. Jaqueline Vilalba Fernandes e pela Delegada de Polícia Jozirlethe Magalhães Criveletto, da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá/MT - DEDM/PJC/MT).

Estarão presentes autoridades, representantes de órgãos, instituições, entidades e sociedade civil organizada. O evento será aberto ao público e poderá ser acompanhado pela internet.

A audiência pública é coordenada pela **desembargadora Maria Helena Póvoas**, da vice-presidente, **desembargadora Maria Aparecida Ribeiro**, que preside a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher), e do corregedor-geral da Justiça, **desembargador José Zuquim Nogueira**.

Leia mais sobre o assunto:

Audiência Pública **Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia será realizada em abril

Judiciário realiza audiência pública para discutir sistema de proteção à mulher vítima de violência

Dani Cunha

Coordenadoria de Comunicação da Presidência do **TJMT**

imprensa@**tjmt**.jus.br

Fonte: **Tribunal de Justiça** de MT

Site: http://www.jornalodiario.com.br/geral/mato-grosso/poder-judiciario-de-mato-grosso/253557

Articulação do Judiciário garante Rede de Proteção para acolhimento às mulheres vítimas de violência

Tribunal de Justiça de MT

Fragilizada, Eliane* enxerga uma luz no fim do túnel graças ao apoio e acolhimento que encontrou após sofrer agressões psicológicas e físicas do marido. O amparo que tanto precisa chega em forma de serviços gratuitos por meio da Rede de Proteção e Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar, graças a articulação do **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** que tem trabalhado para buscar atuação em conjunto entre poderes e instituições e garantir a aplicação dessas políticas públicas. A Justiça estadual está ao lado das mulheres vítimas de violência doméstica. A vida recomeça quando a violência termina: **quebre o ciclo**.

Em Cuiabá, parceria entre o **Tribunal de Justiça de Mato Grosso** e Prefeitura municipal possibilitou a criação do Espaço de Acolhimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, que funciona no Hospital Municipal de Cuiabá. O local funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluindo feriados e fins de semana, com equipe multidisciplinar. A vítima de violência pode ir diretamente ao local e lá tem respaldo jurídico, psicológico e de assistência social.

Foi o que aconteceu com Eliane*, que foi passou pelo Espaço e se sentiu segura e acolhida. "Conheci uma pessoa mais nova que eu, me envolvi amorosamente e com o tempo começou a me agredir verbalmente, moralmente e fisicamente. Numa das brigas acabei perdendo 15% da minha visão. Drogado ele vinha me bater. Ao mesmo tempo em que queria sair da situação não tinha oportunidade, não tinha apoio. Vai fazer um ano que nos separamos e agora encontrei ajuda no Espaço, me senti melhor, as pessoas são acolhedoras, me escutam, posso expressar verdadeiramente o que eu sinto dentro de mim. Isso é muito importante e é o que uma mulher precisa."

Depois de sofrer tanta violência, agora Eliane cuida de si para tentar minimizar as marcas do corpo e da alma. "Procuro tirar isso de dentro de mim e poder passar pra outras pessoas que sofrem as mesmas coisas que não é por falta de coragem, mas de oportunidade, por não conhecer, não saber que tem ajuda, mas tem. Mulheres que sofrem violência não se calem, procurem auxílio e um meio de se libertar antes que as coisas fiquem piores. A gente pensa que a pessoa vai mudar, que não vai voltar a fazer mas faz e às vezes até pior, como no meu caso, que saí lesionada, mas a ferida que está dentro de mim, para cicatrizar só o tempo e às vezes, nem o tempo."

As redes de apoio para mulheres em situação de violência doméstica são fundamentais para que reencontrem a autoestima e busquem sua autonomia financeira e pessoal.

Juíza da Segunda Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Cuiabá **Tatiane Colombo** destaca as ações que o Judiciário estadual realiza no enfrentamento á violência doméstica. "O **Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito do **TJMT** (Cemulher) tem essa ligação com as redes e está participando da criação das redes em todo o Estado, onde essas vítimas serão acolhidas e direcionadas para tratamento, reinseridas na sociedade e entenderem o seu lugar e o contexto em que vivem."

Espaço de Acolhimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica de Cuiabá - a vítima pode buscar apoio na unidade mesmo antes de registrar uma denúncia formal perante as instituições de Segurança Pública. O Espaço da Mulher conta com sala de acolhimento infantil, sala de aconchego, sala para atendimento médico, além de recepção e banheiros.

A coordenadora do local, Thayssa Ferraz da Gama conta que a maioria das mulheres que lá chegam é em decorrência de violência psicológica, patrimonial e física. "Se a mulher chegar por demanda espontânea, íntegra fisicamente falando, mas buscando resgate emocional vamos levantar se ela tem boletim de ocorrência registrado ou se já formalizou medida protetiva, se tem processo em trâmite contra o agressor. Caso não tenha, um dos nossos encaminhamentos é sempre para que ela se resguarde juridicamente para que tenha essa proteção, seja da medida protetiva ou boletim de

ocorrência e até botão de pânico quando está em situação de vulnerabilidade maior."

A Casa de Amparo às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, em Cuiabá, é referência no acolhimento a mulheres em situação de risco prestando auxílio na reabilitação/recomeço e na que do ciclo da violência doméstica.

A coordenadora da unidade, Fabiana da Silva Soares explica que após o registro de boletim de ocorrência na Delegacia Especializada da Mulher da Capital, caso seja verificado que a mulher corre risco iminente de morte faz-se o encaminhamento para a Casa de Amparo. No local a mulher passa por acompanhamento psicológico, social, com assistente social, educacional para ela e seus filhos.

"Se a criança está matriculada e ela tem que se afastar do lar, a Lei Maria da Penha favorece que essa criança estude próximo do local onde ela está ficando. Se a mulher trabalha, a Lei também a respalda quanto ao vínculo trabalhista para que não seja prejudicada, podendo se afastar num período de seis meses sem ser mandada embora. Fazemos também encaminhamentos para a Defensoria Pública, trabalhamos com a rede de saúde para atendimentos com ginecologista, clínico geral, pediatra.", informou a coordenadora Fabiana.

Ações do Judiciário - A criação da rede de enfrentamento da mulher vítima de violência doméstica e familiar é uma das resoluções retiradas das discussões da Audiência Pública "Enfrentamento da violência familiar contra mulher: Juntos por uma rede estruturada de atendimento em **Mato Grosso**", realizada pelo **Poder Judiciário**.

Além disso, ações da Cemulher, como a adoção de processos restaurativos com o intuito de promover a responsabilização dos ofensores, proteção às vítimas, restauração e estabilização das relações familiares, programa "Justiça pela Paz em Casa", entre outras são algumas iniciativas realizadas pela Justiça mato-grossense

Veja AQUI o vídeo em cada ponto um recomeço.

Acesse AQUI o hotsite da **campanha Quebre o Ciclo**

Leia outras matéria da série **Quebre o Ciclo**.

. Violência psicológica é crime e não pode ser normatizada dizem estudiosas do assunto

A denúncia é o primeiro passo para se quebrar o ciclo da violência

Violência doméstica: filha não perdoa mãe pela opressão e filho reproduz comportamento do agressor

Dani Cunha

Coordenadoria de Comunicação da Presidência do **TJMT**

imprensa@**tjmt**.jus.br

Fonte: **Tribunal de Justiça** de MT

Site: http://www.jornalodiario.com.br/geral/mato-grosso/articulacao-do-judiciario-garante-rede-de-protecao-para-acolhimento-as-mulheres-vitimas-de-violencia/252111

Prazo para inscrições na Audiência Pública da Mulher termina hoje

Da Redação

Termina hoje o prazo para as inscrições na Audiência Pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica** durante a pandemia em 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção". O horário oficial expira às 19h desta quarta-feira (24/03), mas as vagas são limitadas. Clique AQUI. Os inscritos poderão participar com perguntas e propostas, mas o evento será aberto com número ilimitado de participantes pelo canal do Youtube do TJM.

A data para a realização do evento foi alterada em decorrência do cenário pandêmico em nosso Estado. A audiência será no dia 9 de abril, entre 13h30 e 19h, de forma remota.

Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail: diagnostico.violencia2020@**tjmt**.jus.br

Durante o evento serão abordados três eixos:

Eixo 1- O aumento da violência sexual na Pandemia

Eixo 2 - Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de Mato Grosso

Eixo 3 - Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica

Site: https://www.folhamax.com/cidades/prazo-para-inscricoes-na-audiencia-publica-da-mulher-termina-hoje/296460

Inscrições para audiência pública sobre proteção à mulher vítima de violência começam hoje

Redação

As inscrições para audiência pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção**" começam hoje, dia 15 de março de 2021. Para participar do evento, que será realizado por videoconferência na Plataforma Microsoft Teams e transmitido no canal do Youtube do Judiciário de **Mato Grosso**, basta preencher o formulário virtual com seus dados. Após efetuá-la, será encaminhado ao participante um link de acesso à plataforma Teams.

Além disso, é importante ressaltar que as inscrições são condição essencial para a participação nos debates e seguem abertas somente até às 19h, do dia 24 de março de 2021. Por isso, não perca!

O evento - A audiência pública será realizada no próximo dia 26 de março, das 13h30 às 19h, sob coordenação da presidente do **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** (PJMT), **desembargadora Maria Helena Póvoas**, da vice-presidente do PJMT e Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher), **desembargadora Maria Aparecida Ribeiro**, e do corregedor-geral da Justiça, **desembargador José Zuquim Nogueira**.

Conforme assegurou a presidente do **Poder Judiciário** Estadual, a **desembargadora Maria Helena Póvoas**, em seu pronunciamento de posse, sua gestão tem como compromisso a luta pela equidade de gênero e o combate à violência contra a mulher.

"Esta é a primeira audiência pública da minha gestão e ela vai ao encontro da nossa luta para demonstrar que o respeito à igualdade de gênero não enfraquece a figura masculina, pelo contrário, solidifica uma sociedade mais justa e firme. Por isso, convoco a todas as entidades de classe, militantes da causa e interessados, a se fazerem ouvir neste dia tão importante", assinala a presidente.

O objetivo - Discutir com a sociedade os diferentes perfis de violência doméstica e familiar que ocorrem no Estado. Pois, desta forma, será possível identificar novas práticas para coibir esta prática dentro do seio familiar, especialmente, durante a pandemia da Covid-19.

Os Eixos de Discussão - A pauta da audiência pública abrangerá três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (a ser apresentado pelas magistradas Maria Mazarelo Farias Pinto);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (a ser apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins, coordenadora da Patrulha Maria da Penha);

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica (a ser apresentado pela Delegada de Polícia Lizzia Ferraro da Delegacia 24 horas para atendimento às vítimas de violência doméstica e sexual de Cuiabá/MT, pela Psicóloga Dra. Jaqueline Vilalba Fernandes e pela Delegada de Polícia Jorzileth Criveletto Magalhães da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá/MT - DEDM/PJC/MT).

Parceiros - Além dos integrantes da Cemulher, também participarão representantes da Assembleia Legislativa de **Mato Grosso**, Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania, Secretaria de Estado de Educação, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, **Ordem dos Advogados do Brasil** - Seccional **Mato Grosso**, órgãos da Segurança Pública do Estado, Centro Integrado de Assistência Psicossocial do Estado, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Estado, dentre outras entidades, autoridades e organizações públicas interessadas, bem como de qualquer pessoa física ou jurídica, sem distinção de qualquer natureza, interessada em contribuir com a temática abordada na audiência.

Site:
https://noticiaquentemt.com.br/2021/03/16/inscricoes-para-audiencia-publica-sobre-protecao-a-mulher-vitima-de-violencia-comecam-hoje/

Inscrições para audiência pública sobre proteção à mulher vítima de violência começam hoje

Da Redação

As inscrições para audiência pública "**Diagnóstico da Violência Doméstica no ano de 2020 e estratégias para melhoria do sistema de proteção**" começam hoje, dia 15 de março de 2021. Para participar do evento, que será realizado por videoconferência na Plataforma Microsoft Teams e transmitido no canal do Youtube do Judiciário de **Mato Grosso**, basta preencher o formulário virtual com seus dados. Após efetuá-la, será encaminhado ao participante um link de acesso à plataforma Teams.

Além disso, é importante ressaltar que as inscrições são condição essencial para a participação nos debates e seguem abertas somente até às 19h, do dia 24 de março de 2021. Por isso, não perca!

O evento - A audiência pública será realizada no próximo dia 26 de março, das 13h30 às 19h, sob coordenação da presidente do **Poder Judiciário** de **Mato Grosso** (PJMT), **desembargadora Maria Helena Póvoas**, da vice-presidente do PJMT e Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher), **desembargadora Maria Aparecida Ribeiro**, e do corregedor-geral da Justiça, **desembargador José Zuquim Nogueira**.

Conforme assegurou a presidente do **Poder Judiciário** Estadual, a **desembargadora Maria Helena Póvoas**, em seu pronunciamento de posse, sua gestão tem como compromisso a luta pela equidade de gênero e o combate à violência contra a mulher.

"Esta é a primeira audiência pública da minha gestão e ela vai ao encontro da nossa luta para demonstrar que o respeito à igualdade de gênero não enfraquece a figura masculina, pelo contrário, solidifica uma sociedade mais justa e firme. Por isso, convoco a todas as entidades de classe, militantes da causa e interessados, a se fazerem ouvir neste dia tão importante", assinala a presidente.

O objetivo - Discutir com a sociedade os diferentes perfis de violência doméstica e familiar que ocorrem no Estado. Pois, desta forma, será possível identificar novas práticas para coibir esta prática dentro do seio familiar, especialmente, durante a pandemia da Covid-19.

Os Eixos de Discussão - A pauta da audiência pública abrangerá três eixos:

Eixo 1: O aumento da violência sexual na Pandemia - relatório de dados (a ser apresentado pelas magistradas Maria Mazarelo Farias Pinto);

Eixo 2: Patrulha Maria da Penha - a experiência do Estado de **Mato Grosso** (a ser apresentado pela tenente-coronel da Polícia Militar do Estado Emirela Martins, coordenadora da Patrulha Maria da Penha);

Eixo 3: Desenvolvimento da Rede de Proteção à mulher vítima de violência doméstica (a ser apresentado pela Delegada de Polícia Lizzia Ferraro da Delegacia 24 horas para atendimento às vítimas de violência doméstica e sexual de Cuiabá/MT, pela Psicóloga Dra. Jaqueline Vilalba Fernandes e pela Delegada de Polícia Jorzileth Criveletto Magalhães da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá/MT - DEDM/PJC/MT).

Parceiros - Além dos integrantes da Cemulher, também participarão representantes da Assembleia Legislativa de **Mato Grosso**, Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania, Secretaria de Estado de Educação, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, **Ordem dos Advogados do Brasil** - Seccional **Mato Grosso**, órgãos da Segurança Pública do Estado, Centro Integrado de Assistência Psicossocial do Estado, Perícia Oficial e Identificação Técnica do Estado, dentre outras entidades, autoridades e organizações públicas interessadas, bem como de qualquer pessoa física ou jurídica, sem distinção de qualquer natureza, interessada em contribuir com a temática abordada na audiência.

Site: https://www.folhamax.com/cidades/inscricoes-para-audiencia-publica-sobre-protecao-a-mulher-vitima-de-violencia-comecam-hoje/294974

Audiência Pública debate "Sororidade; mulheres que apoiam outras mulheres"

Com o objetivo de conscientizar, discutir e buscar políticas públicas, popularizando assunto por uma sociedade mais igualitária, de autoria da vereadora Emília Corrêa (Patriota), foi realizada, na Câmara Municipal de Aracaju (CMA) uma Audiência Pública com o tema: "Sororidade; mulheres que apoiam outras mulheres".

O evento, que foi totalmente virtual e seguiu todas as restrições impostas pelos Decretos Estaduais e Municipais, visando prevenir a propagação do vírus da Covid-19, contou com a participação de autoridades locais e nacionais relacionadas ao tema, como a Juíza de Direito da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Belo Horizonte (MG), Maria Consentino, Alice Santos (Defensora Pública de Pernambuco) e Amini Haddad, Juíza de Direito (TJ/MT).

De acordo com Emília, a sororidade deve ser amplamente discutida e, principalmente, colocada em prática. "Se quisermos conquistar de uma forma mais rápida aquilo que a gente tanto busca: os espaços dessas mulheres. Precisamos fazer isso não só na teoria, mas na prática. Muitas pregam, mas não vivem isso Essa união não significa que tenhamos que concordar com tudo que as outras pensam. Sou a favor dos espaços das mulheres, da efetividade dos direitos das mulheres, sou contra violência contra mulher. Eu, como mulher, posso pensar diferente de outra mulher e isso não significa que estejamos desunidas ou não praticando a sororidade", explicou.

Já para a juíza Amini Haddad, chegou a vez de dar voz à uma demanda que por muito tempo foi reprimida e muitas vozes silenciadas. "Primeiramente, quero parabenizar a vereadora por essa ação tão louvável. É importante que possamos dar a oportunidade às mulheres de traçarem as políticas públicas de estado, pois somos atingidas por todas elas. Precisamos dar voz à uma demanda que foi por tanto tempo reprimida e muitas silenciadas. Chegou a hora, também, definirmos as pautas prioritárias, os orçamentos necessários para políticas públicas que são imprescindíveis. Somos humanas, partícipes dessa história e também queremos definir nossas prioridades", declarou.

Por fim, a vereadora Emília Corrêa destacou o quanto também é importante a representatividade da mulher na política. "As mulheres na política têm uma importância fundamental para materializar os direitos já conquistados e despertar em outras mulheres para importância delas também buscarem os espaços na política. Essa representatividade é necessária", concluiu.

Por Andrea Lima

Site:
http://www.faxaju.com.br/index.php/2021/03/15/audiencia-publica-debate-sororidade-mulheres-que-apoiam-outras-mulheres/

13. ÁREAS ENVOLVIDAS

- Presidência do Tribunal de Justiça;
- Vice Presidência/CEMULHER;
- Corregedoria Geral da Justiça;
- Diretoria geral;
- Gabinete da Juíza Auxiliar da Corregedoria - Dra. Christiane C. Marques Neves;
- Coordenadoria da Corregedoria;
- Assessoria de relações públicas da corregedoria
- Coordenadoria de Comunicação;
- Comunicação da Corregedoria Geral da Justiça;
- Cerimonial;
- Coordenadoria de Infraestrutura;
- Coordenadoria de Tecnologia da informação;
- Coordenadoria Militar;
- Departamento Gráfico;
- Escola dos servidores;
- Taquigrafia;

14. AGRADECIMENTO

Presidente do Tribunal de Justiça
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas

Vice Presidente do Tribunal de Justiça
Desa. Maria Aparecida Ribeiro

Corregedor-Geral da Justiça
Des. José Zuquim Nogueira

Juíza Auxiliar da Corregedoria
Dra. Christiane da Costa Marques Neves

Coordenadoria da Corregedoria-Geral da Justiça
Flávio de Paiva Pinto